



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA EM HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO**

ELUZIANE GONZAGA MENDES

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO
CEARENSE: ENTRE O SABER, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO
E A DOCÊNCIA (1887-1947)**

**FORTALEZA
2012**

**REVISTA
DO
INSTITUTO DO CEARÁ**

Publicada Anualmente
Sob a direção de Antônio Martins Filho

COMISSÃO DA REVISTA

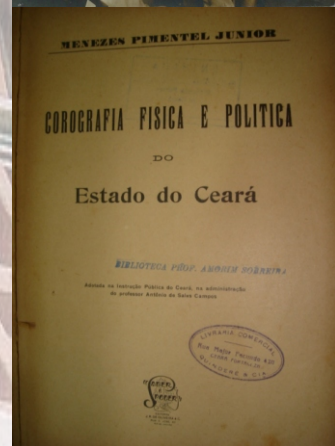
Idalvo Hipólito Campos de Oliveira
Pedro Alcides de Oliveira Silva
Francisco Teodoro Santos Chaves
Maria Conceição Sousa

TOMO XXIX ANO XXIX
1985

Diretor: pedro grande
patriciano doucimentum

Fortaleza — Ceará — Brasil

Rev. Inst. do Ceará, Fortaleza, v. 54, p. 204, 1985



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ELUZIANE GONZAGA MENDES

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO
CEARENSE: ENTRE O SABER, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO
E A DOCÊNCIA (1887-1947)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Doutor. Núcleo de História e Memória da Educação. Linha de Pesquisa: História Educacional. Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- M49h Mendes, Eluziane Gonzaga.
História da formação do pensamento geográfico cearense : entre o saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947) / Eluziane Gonzaga Mendes. – 2012.
364 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: História da educação.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.
- 1.Geografia regional – Estudo e ensino – Fortaleza(CE) – 1887-1947. 2.Professores de geografia – Fortaleza(CE) – Formação – 1887-1947. 3.Prática de ensino – Fortaleza(CE) – 1887-1947. I. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

TÍTULO DO TRABALHO: *“História da formação do pensamento geográfico cearense: entre o saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)”*.

Autora: Eluziane Gonzaga Mendes

Defesa em: 24 / 10 / 2012

Conceito: *Aprovada e recomendada a publicação.*

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior

Orientador

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (UFC)

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues (UFC)

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (UECE)

Prof. Dr. Otavio Jose Lemos Costa (UECE)

Dedico este trabalho aos alunos das escolas
públicas da cidade de Fortaleza, que ao
iniciarem aprendizagem sobre o saber
geográfico me estimulavam a continuar na
caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inteligência, sabedoria e disciplina exigidas pela vida acadêmica.

Aos meus pais, Maria Mendes e Francisco Mendes, e família pelo apoio, admiração e força.

Ao meu querido e amado esposo, Aridenio Quintiliano, pela admiração, força, paciência e estímulos constantes e diários.

Ao Programa de Pós-graduação por ter aceitado minha candidatura na seleção para doutorado e ter valorizado minha trajetória acadêmica. Agradeço a colaboração de inúmeros professores, que por meio das disciplinas cursadas, tive acesso a leituras que ainda não conhecia e abriram meus pensamentos para novos interesses. Em especial, aos professores do núcleo de História e Memória da Educação.

Ao Professor Dr. Elmo Vasconcelos Júnior por ter me impulsionado ao labirinto da História Educacional e por acreditar que eu seria capaz de produzir uma tese.

Aos professores participantes das bancas de qualificação I e II (professores doutores Rui Martinho, Ari de Andrade, Luiz Cruz, Otávio Lemos e Genylton Rocha), por todas as sugestões e críticas sugeridas fundamentais para o amadurecimento de minhas ideias. Em especial, ao professor Dr. Manoel Fernandes, da USP, por ter me fornecido materiais, ideias e sugestões para eu trilhar um caminho mais seguro em terras estrangeiras.

Ao Dr. Luiz Cruz Lima, amigo e professor de longas datas, que me deu o apoio necessário, nos momentos mais difíceis, da finalização dessa caminhada.

Ao meu grande amigo, professor Ms. Gerardo Neto, pela imensa colaboração, sem ela, não sei o que teria feito para dedicar tempo ao ato da leitura, reflexão e escrita.

Ao meu amigo, historiador e professor Ms. Arimatea Vitoriano, pelo tempo que concedeu ao me ouvir, nos momentos em que precisei, simplesmente, trocar ideias e discutir conceitos. Nesse mesmo sentido, agradeço à historiadora e professora Ms. Keile Félix e a profa. Ms. Adriana

Marques pelas pacientes leituras, preciosas sugestões que enriqueceram o desenvolvimento da pesquisa.

A FUNCAP que me forneceu nove meses de bolsa de estudos, e tão logo ter passado em concurso para professora da Prefeitura de Fortaleza, ter sido efetuado cancelamento. Assim, pude custear meus estudos com o esforço do meu trabalho docente, valorizando cada hora e cada dia.

As escolas em que atuei minha docência. Em especial, em nome da coordenadora Marilda e à diretora Giovana Sales que acreditaram que a formação continuada é parte integrante da trajetória de um bom professor. E ainda, agradeço a Adriana Lino Lopes por ter me dado o apoio necessário nos momentos em que mais precisei. E a todos os colegas de trabalho, que por meio de suas palavras de apoio e admiração souberam me estimular, em momentos de tanta transição e desestímulo, dentre eles Aline Cristina, Michele Sousa, Wesclei Ribeiro, Aratuza, Vânia, Valdirene, Keile Félix e Conceição.

Ao Miguel Ângelo, Nirez, por ter me recebido em sua casa e fornecido diversas imagens para ilustração na tese, assim como aos bolsistas do Museu Imagem do Som - MIS.

À equipe do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará por ter me fornecido livros e materiais para o desenvolvimento de minha pesquisa bibliográfica. Assim como o apoio recebido nas bibliotecas do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Academia Cearense de Letras e da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Enfim, a todos os amigos da Geografia, História e da Educação que colaboraram para o desenvolvimento da minha difícil tarefa de estudar e trabalhar, incentivando-me a alcançar a difícil missão da arte da escrita de uma tese, em especial Gabrielle Bessa, Gildênia e Aída Santos.

Obrigada.

RESUMO

Analisar a contribuição do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico e de seus intelectuais na construção da Geografia cearense, compreendendo sua influência para formação desse conhecimento como saber: escolar, científico e acadêmico foi o principal objetivo da tese. A escala temporal deu-se a partir de 1887, data de implantação do Instituto do Ceará à década de 1947, com a fundação do curso superior de Geografia, da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, responsável pela formação de professores para o ensino secundário. Outras instituições foram fundamentais na formação de professores para a Geografia, como o Liceu do Ceará, Escola Normal e o Seminário da Prainha, além de escolas públicas e privadas que contribuíram para constituição de um currículo básico para essa disciplina. O período de criação do Instituto do Ceará ocorreu quando no Brasil vivia-se a efervescência de criações de instituições culturais, científicas e literárias. A cidade de Fortaleza e os intelectuais do Instituto fizeram parte deste contexto. Identificamos, pela leitura de trajetórias desses estudiosos, aqueles que foram proeminentes na escrita da Geografia científica e escolar, assim destacamos: a família Pompeu, dentre os diversos naturalistas e pesquisadores da época. Utilizamos a metodologia historiográfica com a coleta e análise de fontes primárias e secundárias como: documentos digitais e impressos, manuscritos, solicitações, obras raras e as Revistas do Instituto do Ceará - RIC, estas consideradas como a principal fonte e contribuição para formação e sistematização do conhecimento geográfico cearense. Diversas constatações puderam ser retiradas com o desenvolvimento da tese, dentre estas, compreender que apesar da Geografia cearense, entre o final do século XIX a meados do século XX, estar vinculada ao pensamento dos grandes centros, acompanhando as tendências do Positivismo, Determinismo e Possibilismo geográfico, oriundos da França e Alemanha, já havia entre as instituições científicas locais a formação de um conhecimento endógeno, difundido pelas revistas científicas e pelos livros escolares. Neste sentido, a análise de livros raros de geografia escolar, revelou a existência de uma mesma linha de pensamento e escrita entre o saber científico produzido na época e o saber levado as escolas. Revelou-se ainda, na pesquisa, a busca dos estudiosos em comprovar os pressupostos que pudessem sustentar, teoricamente, as origens e identidade do Ceará, cultivando a intenção de escrever a história e a geografia “oficial”. Verificamos que a geografia escolar assumiu funções atrelada a realidade histórica do país, como a formação da nacionalidade, levada as escolas pelos livros e discursos dos professores. Foi um saber transposto do mundo da ciência para a escola, e apesar da contingente popularização dos saberes científicos pelos materiais didáticos, até meados dos anos cinquenta, o ensino da geografia era baseado na memorização de conceitos e denominações. Os professores formados nesse período continuaram reproduzindo nas instituições escolares os princípios de uma educação tradicional e clássica. Enfim, compreendemos que tecer a trajetória da Geografia no Ceará foi uma oportunidade de desvelamento dessa ciência, de sua importância científica na história da educação local e na formação da Geografia brasileira.

Palavras-chave: História da educação. Geografia Científica. Geografia Escolar.

ABSTRACT

Analyze the contribution of Historical Geographic Anthropological Institute, and its intellectuals in the construction of cearense Geography, understanding its influence to the formation of this knowledge as knowing: educational, scientific and academic was the main aim of the thesis. The time scale was given starting from 1887, date of implementation of the Institute of Ceará until the decade of 1947, with the foundation of Geographic college degree, Philosophy Catholic College of Ceará, responsible for teacher's formation to secondary education. Other institutions were fundamental for teacher's formation to Geography, such as Liceu of Ceará, Escola Normal and Prainha Seminar, besides private and public schools, which contributed to the constitution of a basic curriculum to this subject. The creation period of the Ceará Institute occurred when in Brazil lived up effervescence of cultural, scientific and literary institutions creation. Fortaleza city and the institute intellectuals took part of this context. We identified, by reading trajectory of these scholars, those who were prominent in scientific and educational written Geography, thus it is highlighted: The Pompeu family, among the several naturalists and researchers of that period. We made use of historiographical methodology with the collection and analysis of primary and secondary sources, as: digital and printed documents, manuscripts, requests, rare books and the Institute of Ceará Magazines - RIC, the latter considered the main source and the contribution for formation and systematization of the cearense geographic knowledge. Several findings could be retreated with the thesis development, among these, understand that although the cearense Geography, between the end of the century XIX and mid-century XX, being linked to the thought of the great centers, following trends of geographic Positivism, Determinism and Possibilism, coming from France and Germany, already presented among the local scientific institutions the formation of endogenous knowledge, broadcast through scientific magazines and through textbooks. In this sense, the analysis of rare books of school geography, revealed the existence of the same line of thinking and writing between scientific knowledge produced at the time and the knowledge taken into schools. It was also revealed, in the research, the search of the scholars when proving assumptions, which could support, theoretically, the origin and identity of Ceará, cultivating the intention of writing the "official" history and geography. It was verified that the school geography assumed functions linked to the historical reality of the country, as the formation of nationality, taken into schools through books and speeches of the teachers. It was knowledge transposed of the science world to school, and despite the contingent and popularization scientific knowledge by didactic materials, until the mid-fifties, the geography teaching was based on memorization of concepts and designations. The teachers trained in this period kept reproducing in school institutions the principles of a traditional and classical education. Ultimately, we understand that weave the trajectory of Geography of Ceará was an opportunity of unveiling this science, of its scientific importance in the local education history and in formation of Brazilian Geography.

Key-words: Education History. Scientific Geography. School Geography.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros
APEC - Arquivo Público do Ceará
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIC – Revista do Instituto do Ceará
UECE – Universidade Estadual do Ceará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA

1 Logradouros públicos da cidade de Fortaleza, século XIX e início do século XX42

FIGURAS

1 Sociedade Cearense Libertadora.....	62
2 Sede da Fênix Caixeiral.....	62
3 Academia Cearense de Letras, palacete Ceará.....	63
4 Academia Cearense de Letras, sessão magna em 1922.....	63
5 Clube Literário.....	64
6 Reunião da Padaria Espiritual, 1892.....	64
7 Reunião da Sociedade Cearense de Geografia e História.....	78
8 Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História, out./1935.....	78
9 Barão de Studart em reunião com os sócios do Instituto do Ceará.....	100
10 Prédio de 1844 - Sede do Instituto do Ceará em 1936.....	100
11 Última sede do Instituto do Ceará, Solar Jeremias Arruda.....	101
12 Imagem atual do Instituto do Ceará, rua Barão do Rio Branco.....	101
13 Rodolfo Teófilo no Morro do Moinho, vacinação anti-varíola.....	167
14 Rodolfo Teófilo.....	167
15 Livro A Fome.....	167
16 Antônio Bezerra.....	167
17 Senador Pompeu no Rio de Janeiro, 1873 (1818-1877).....	207
18 Filho do Senador (1852-1929), Tomaz Pompeu.....	207
19 Barão de Studart (1856-1938).....	207

20 Pompeu Sobrinho, 1917 (1880-1967)	207
21 Solicitação ao Diretor do Liceu do Ceará feita por Thomaz Pompeu, lente de Geografia e História em 1881	228
22 Verso da solicitação de Thomaz Pompeu em 1881	229
23 Prédio do Liceu do Ceará na praça dos voluntários	248
24 Sede Oficial do Liceu do Ceará – bairro Jacarecanga, inaugurada em 1922	248
25 Antiga Escola Normal, na Praça do Marquês de Herval em 1910 – estilo eclético, formato de chalé do século XIX	249
26 Segunda sede oficial da Escola Normal Pedro II, 1923. Posterior Escola Justiniano de Serpa – estilo flamengo moderno	249
27 Seminário Episcopal da Prainha, 1910	250
28 Revista Nova Escola do Instituto de Humanidades, 1906	250
29 Instituto de Humanidades, aula de geografia, Prof. Theodorico, em 1892.....	251
30 Instituto de Humanidades, aula de geografia em 1892 – uso de mapas	251
31 Livro do Senador Pompeo, 1856.....	258
32 Caderno de Geografia da Raquel de Queiroz, aluna do Colégio Imaculada Conceição, 1922.....	258
33 Livro Nossa Pátria, 1908.....	261
34 Sumário do livro “Nossa Pátria”, 1908.....	261
35 Livro de Thomaz Pompeu Sobrinho, 1922	264
36 Livro de Geografia adotado na Instrução Pública do Ceará, 1935	267
37 Índice do livro Corografia Física e Política do Estado do Ceará, 1935	267
38 Formatura de Rubens de Azevedo na FAFICE, 1953	286
 QUADROS	
1 Sócios fundadores do Instituto do Ceará (1887)	90
2 Ciências do Instituto do Ceará	114
3 Os naturalistas e suas contribuições para o saber geográfico	156
4 Professores de geografia entre os séculos XIX e XX	271
5 Professores do curso superior de Geografia em 1949	283

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E O SABER GEOGRÁFICO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE (1887-1947)	27
1.1 A reforma urbana modelando uma nova paisagem sócio-espacial e novas práticas culturais	28
1.2 Agremiações intelectuais e o ideário cientificista	52
1.3 A geografia está em moda!	66
2 O INSTITUTO DO CEARÁ E A GEOGRAFIA CEARENSE	81
2.1 O Instituto do Ceará: história e contexto	82
2.2 As Revistas do Instituto do Ceará (RIC) na construção da geografia regional	107
2.3 As crônicas históricas da RIC e a geografia do Ceará	118
3 PROTAGONISTAS E SUJEITOS DESSA HISTÓRIA: UMA BREVE DIGRESSÃO	144
3.1 Contribuições da Comissão Científica para geografia cearense: apontamentos gerais.....	143
3.2 Os Naturalistas e seus estudos sobre o Ceará	151
3.3 Intelectuais do Instituto do Ceará e a geografia em destaque.....	168
4 DOCÊNCIA E GEOGRAFIA ESCOLAR NO CEARÁ	209
4.1 O alvorecer de um ofício e suas instituições de ensino.....	213
4.2 A geografia escolar cearense do período em análise	253
4.3 Professores de Geografia e o curso superior da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1947	270
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297
FONTES.....	312
APÊNDICES.....	323
ANEXOS	359

INTRODUÇÃO

“História da formação do pensamento geográfico cearense: entre o saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)” foi a temática proposta para análise da pesquisa. Tema que se revelou pela necessidade de compreender as interfaces da Geografia cearense como um saber social e científico levado às escolas pelos saberes docentes. Compreender essas etapas que se entrecruzaram pelo emaranhado de fontes descobertas foi o principal desafio lançado à pesquisadora. Além da curiosidade acadêmica, não há dúvidas que as trajetórias de pesquisas e as experiências profissionais, na maioria das vezes, nos direcionam para caminhos diversos. E um dos principais caminhos seguidos nessa pesquisa foi o da História da Educação.

Interessa justificar que a escolha por esse caminho de pesquisa foi consequência de entender que a interação entre os saberes e conhecimentos das variadas formações acadêmicas, complementam-se e ampliam o leque da pesquisadora para compreensão dos fenômenos sociais e naturais do mundo. Partindo desse ponto de vista, ao pensar sobre os vestígios que resultaram na história da geografia, não poderia pensar em criar esses escritos em outro espaço, se não fosse um núcleo ligado à História e Memória. No caso dessa pesquisa, com enfoque nos registros e documentos históricos, não se adentrando a questões metodológicas concernentes à oralidade proveniente da memória.

O limite temporal da investigação de fontes ocorreu entre os anos de 1887 a 1947. Esclarecemos que o marco inicial corresponde à instalação do Instituto do Ceará e o limite final, a data de criação do primeiro curso superior para formação de professores de geografia e história, demanda referente ao ensino secundário no Ceará. Em alguns momentos, foi necessário recorrer a períodos anteriores quanto a períodos posteriores ao limite imposto para investigação como poderemos perceber nos liames da pesquisa.

No período entre os fins do século XIX e início do XX, a geografia ainda passava por processos de institucionalização. Portanto, o que se pensava anteriormente como geografia foi sendo, lentamente, concebido no seio de instituições acadêmicas, associações e agremiações científicas. É nesta perspectiva que diversos trabalhos foram sendo desenvolvidos por

pesquisadores brasileiros direcionando o foco de análise para investigar quais saberes compunham a geografia embrionária no Brasil, posteriormente, como veremos no desenvolvimento dos capítulos da tese, outras instituições científicas e acadêmicas foram sendo criadas para ampliação e sistematização da geografia brasileira e cearense.

Refletir a temática em questão em centros acadêmicos específicos da disciplina poderia ter se tornado um elemento restritivo ao pensamento, que exigiu novas descobertas e interligações entre saberes e conhecimentos como a geografia, história e educação, assim, a escolha foi feita. Portanto, cada segmento do texto que se segue foi pensado na tentativa de desvendar, revelar e ressaltar os caminhos por onde a Geografia cearense foi sendo constituída, assim como o resultado dessa produção acadêmica, científica e escolar no período abordado, sobretudo, a partir dos escritos das revistas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, principal lócus de investigação. Assim como em outros inúmeros registros documentais e bibliográficos que complementaram a formação de uma linha de pensamento para a escrita da tese como veremos a frente, em mais detalhes.

A primeira noção criada para o desenvolvimento da pesquisa foi compreender que a Geografia entendida como saber científico é considerada uma jovem ciência, criada no período exaltado como moderno, sobretudo na realidade do Brasil. Mas, sua feitura é tão antiga quanto à formação do próprio espaço geográfico. Pelo mundo, nos países de tradição científica e “expedicionária”, sobretudo os da Europa, foram criadas academias, associações e institutos de pesquisa internacionais¹, dentre os objetivos, o de acumular informações e descobertas que contribuíssem para a construção do conhecimento, viabilizando a expansão dos territórios e a economia de seus respectivos países. Sem contar com os inúmeros museus e bibliotecas particulares de estudiosos da época criados como fonte da expansão do conhecimento sobre o mundo.

¹ Sobre as instituições de pesquisa internacionais, Peter Burker (2003, p.43) revelou existência das “sociedades como a Academia del Cimento [Academia do Experimento], em Florença (1657), a Royal Society, em Londres (1660), a Académie Royale des Sciences, em Paris (1666) etc., organizações que de muitas maneiras lembravam as academias humanistas, ainda que com mais ênfase no estudo da natureza”.

Já na realidade brasileira, similar aos intuitos de pesquisa de países expedicionários, foi criado no final de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB que ressaltava a importância de conhecer, criar, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil”².

Interessa lembrar, que as entidades científicas foram criadas no Brasil, como instrumento para constituir a ideologia nacionalista, para formar o Estado brasileiro, em se tratando da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. “O IHGB reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter nacional brasileiro”, afirmou Del Priore e Venancio (2010, p. 172).

Entretanto, constituir uma ideologia de identidade nacional, estava diretamente atrelado à necessidade de descobrir as potencialidades dos recursos naturais e minerais existentes no território como elementos que podiam libertar o Brasil das amarras da metrópole portuguesa, dando-lhe mais independência. Para tal ensejo os Institutos, sociedades e agremiações foram se espalhando pelas províncias do Brasil, dentre estes, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

O Brasil precisava criar sua própria identidade territorial perante as outras potências capitalistas que se impunham no cenário global, tarefa esta que só foi empregada no século XX. Para alcançar esse propósito utilizou-se de várias estratégias, que podem ser observadas pelas reflexões de Del Priore e Venancio³ ao relatar os eventos perseguidos, cujo objetivo era formar a nação brasileira e dessa forma acabavam por formar a Geografia e a História do Brasil. A partir da reflexão dos referidos pesquisadores é que levantamos algumas hipóteses comparativas à realidade cearense, objetivando compreender o contexto da tese, dentre estas narramos:

a) A princípio com a “procura por vestígios de antigas civilizações que teriam existido no interior do Brasil antes da chegada de Cabral”. Para

² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - **IHGB**. Disponível em <<http://www.ihgb.org.br/ihgb.php>>, acesso em: 09 de outubro de 2010.

³Del Priore e Venancio apresentam as raízes do processo de formação da nação brasileira (2010, p.170-176).

alcançar esse intuito foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado em 1838. E pelas províncias, posteriormente, outros institutos similares foram criados, a exemplo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em 1887. O IHGB era responsável pelas incursões e expedições científicas pelo interior do país. E nesse ponto os estudos antropológicos foram iniciados no processo de investigação das origens do Brasil;

b) Paralelo à busca da arqueologia brasileira, foi sendo produzida a História Oficial da nação, tendo em Francisco Adolfo de Varnhagem, o fundador da historiografia brasileira. No Ceará, cronologicamente, citamos como o primeiro autor da história cearense Tristão Alencar Araripe, com a obra produzida em 1867, denominada “*História da Província do Ceará desde os tempos mais primitivos até 1850*”⁴.

c) Análoga à criação da historiografia foi sendo produzida a Geografia brasileira, tendo nos estudos produzidos pelas instituições acadêmicas e científicas pelos diversos intelectuais e estudiosos as suas origens. Estudos diversos, resultantes de viagens de exploração científica, estudos de naturalistas que descreviam os aspectos da natureza, bem como de outros pesquisadores relacionados ao estudo do crescimento das cidades, do espaço cotidiano, das relações sociais produzidas nos lugares, sobretudo do estudo da economia e política. Assim formando a geografia brasileira, composta pelas geografias regionais e locais. Estas foram frutos de estudos e pesquisas que seriam sistematizados e oficializados nas revistas científicas dos Institutos. Cabe a ressalva que a geografia produzida no século XIX, era subordinada à produção da História.

d) Entretanto, percebemos que antes da formação da geografia científica, foi produzida a geografia escolar, tendo como proeminentes as obras de Aires de Casal, *Corografia Brasílica*, em 1817 e do cearense, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, com o Compêndio de “Geografia Geral e Especial do

⁴ Menezes (2002, p.295) fez a identificação da historiografia cearense, e por meio de José Honório Rodrigues (1959) explicou que a historiografia cearense foi considerada como a “[...] melhor historiografia regional, a melhor revista histórica, os maiores historiadores no campo regional e brasileiro, Studart e Capistrano”, citado por Menezes (op. cit, p. 293).

Brasil”, com primeira edição em 1856, considerados precursores da geografia escolar. No início do século XX, outros exemplos foram as obras: *Metodologia de ensino geográfico*, de Delgado de Carvalho, *Como se ensina geografia*, de Antônio Firmino de Proença, *Didática*, de João Toledo. No Ceará, além dos livros escolares, como veremos no desenvolvimento da tese, foram criadas revistas pedagógicas, como a do Instituto de Humanidades, do prof. Joaquim Nogueira. Movimento este paralelo à formação do conhecimento científico.

e) Retornando ao passado dos anos oitocentos, a busca pela identidade nacional era um tema discutido e enfrentado por vários países europeus, dentre eles: França e Alemanha, países considerados os sistematizadores da geografia científica. Essas discussões resvalavam embates ideológicos para os intelectuais brasileiros que participavam do IHGB e de institutos congêneres.

O conhecimento antropológico foi empregado na compreensão da formação do povo brasileiro, que para o naturalista alemão, Karl Von Martius, o Brasil tinha sido formado pela fusão das raças branca, negra e indígena. Essa tese criou um dos principais elementos que diferenciariam o Brasil dos portugueses, sendo utilizado, portanto, como elemento identitário do Estado-nação. Esse aspecto difundiu-se pelas obras literárias do século XIX, como os romances de José de Alencar e Gonçalves Alves Dias. Elemento identitário buscado pelas pesquisas dos estudiosos do Instituto do Ceará, ao pesquisar as origens dos povos indígenas e na identificação do caboclo como povos genuínos do Nordeste, elementos levados para o saber escolar.

f) “Cabia aos intelectuais aprofundar os estudos e criar meios pedagógicos de sua divulgação”, ratificou Del Priore e Venancio (op. cit., p.176). Assim as artes, literatura, pintura, folhetins e, sobretudo, as disciplinas escolares inseridas no processo de criação do sistema escolar brasileiro, assumiriam o papel de difundir o sentimento patriótico, abalizado pela constituição de uma sociedade moderna, estruturada pela ordem e progresso e organizada espacialmente pelas diretrizes da “belle époque”. Útil acrescentar que este fato teve maior intensidade no início do século XX, até ao governo Vargas, mas as bases foram criadas no século anterior. Porém, a pesquisa se delimita aos indícios que revelaram os princípios da questão nacional e

identitária no Brasil pela geografia como saber docente, com destaque para o que foi produzido no Ceará.

Neste sentido, compreendemos que cada elemento acima explicitado foi compondo a rede de informações que constituiu a Geografia brasileira e a cearense. Contudo, a questão da nacionalidade foi o ponto nevrálgico da discussão e o tempo para constituir a ideologia do “sentimento de nação” era curto, se comparado as históricas nações européias. O meio mais rápido de difundir a nacionalidade deu-se pela criação de instituições científicas, governamentais e posteriormente pela educação, instrumentos para formação do pensamento social da época em análise.

A educação, por sinal, não era acessível por todos, como apregoado pelos discursos políticos republicanos. Mas, desde os primórdios da escola brasileira, ficou responsável pela formação das lideranças políticas que conduziram os rumos da economia e cultura do País. Portanto, precisava-se, já no século XIX, de um Brasil “livre” da escravidão, com unidade territorial organizada e consolidada, permitindo a inserção do país no cenário político e econômico mundial, não mais como uma colônia e sim como Estado nacional fortalecido.

Todo esse conjunto de ideários teve repercussão pelas recônditas províncias do Brasil, e no caso do Ceará foi difundido a partir da implantação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em 1887, denominado Instituto do Ceará. Participavam do Instituto vultosas personalidades históricas locais, dentre eles: Guilherme Studart (o Barão de Studart), Thomaz Pompeu (o filho e o sobrinho), Antônio Bezerra de Menezes, Rodolfo Teófilo, Paulino Nogueira entre outros. Os sócios com considerável produção do saber geográfico foram classificados nesta tese como protagonistas, sujeitos e intelectuais da educação, assim, responsáveis por produzir o início dessa história.

A ênfase atribuída ao Instituto do Ceará na pesquisa de tese foi traduzida por sua importância como um dos primeiros institutos relacionados ao desenvolvimento de pesquisas sobre a Geografia, a História e a Antropologia no Estado, atribuindo caráter “científico” às suas produções, sistematizadas em publicações periódicas em formato de revistas. Além dos periódicos, possui

amplo acervo de documentos produzidos pelos intelectuais da época, que desenvolviam os estudos geográficos que conduziram à difusão de conhecimento sobre o Ceará. Os arquivos do Instituto foram digitalizados e postos ao domínio público, aspecto que facilitou o acesso e a produção da pesquisa historiográfica.

Portanto, interessou conhecer por meio dos artigos da Revista do Instituto do Ceará, as origens da formação da geografia cearense, bem como das contribuições geradas pela implantação dessa instituição científica para formação da ciência local. Enfim, criar uma possibilidade de enredo para a história da geografia cearense que, direta ou indiretamente, influenciou, posteriormente, na produção de materiais didáticos dessa disciplina e na formação dos professores, tendo em vista, o primeiro curso de licenciatura em Geografia e História no Ceará só tivera início na década de 1947. Desse modo, os Institutos e associações acabavam suprindo, parte das carências por formação de professores para o ensino médio (segundo grau), pois para o que se considerava ensino fundamental, os professores normalistas eram os profissionais responsáveis.

Apesar de não ser historiadora por formação, e sim graduada em geografia, pelo engajamento em pesquisas na área das humanidades, desde sempre reconheci a importância dos estudos históricos para compreensão dos fenômenos e dos fatos que nos cercam. Seria impossível compreender a trajetória da geografia cearense, sem buscar um caminho investigativo que se cerca das estratégias metodológicas da pesquisa histórica. Assim, lembramos as palavras de Vainfas (2002, p.109) ao descrever o papel do pesquisador nos meandros da história, revelou que “o historiador seria, assim, por excelência, um pesquisador de evidências periféricas, aparentemente banais, incertas, porém capazes, se reunidas em uma trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos”.

Assim, buscamos a lógica que se encontrou no conjunto de informações, que aparentemente, eram ilógicas. Das inúmeras tentativas de aproximação com o objeto pesquisado, é que as ideias se assentaram, naquilo que chamamos de linha lógica de raciocínio. Assim, o primeiro grande

momento foi o questionar-se, as dúvidas que problematizaram o caminho a seguir. E nesse sentido buscar responder algumas interrogações.

A princípio, buscamos compreender que geografia era pensada no Ceará, entre o século XIX e início do século XX, tendo em vista o contexto de formação socioespacial do Ceará, tendo como foco a cidade de Fortaleza?. Assim, investigamos como a geografia se efetivou como ciência e saber local ligado diretamente ao saber histórico. Para tanto, adentramos na história da criação de instituições literárias, acadêmicas e científicas que forneceram os direcionamentos para compreensão das origens do pensamento científico cearense, do contexto do Instituto do Ceará e sua relação com o desenvolvimento da geografia local.

Nessa interação entre passado e futuro, Le Goff (2003, p.25) explicou que na “relação essencial presente-passado devemos, pois, acrescentar o horizonte do futuro”. E então, investigamos ainda, que saber geográfico foi criado no Instituto do Ceará? Como ocorreu o processo de disciplinarização e sistematização do saber científico a partir da criação do Instituto e de suas revistas?

Elucidar quem eram os intelectuais, protagonistas, que estudavam, pesquisavam e ensinavam Geografia no Ceará e como foram reconhecidos como primeiros Geógrafos, já que não havia formação superior no Brasil nessa área, assim investigar nas Revistas do Instituto do Ceará e outras produções o que se criou de estudos que se assemelhavam à geografia e assim qual pensamento era revelado pelos intelectuais da época. Será que levaram esse conhecimento para as escolas, onde possivelmente, atuaram?

Completando esta compreensão foi necessário indagar ainda, em que medida os naturalistas⁵ e as crônicas narrativas históricas contribuíram para a sistematização do saber geográfico no Estado? Identificar os relatos poderiam ser retirados dos Tomos das Revistas do Instituto do Ceará – RIC que comprovariam a construção da Geografia Cearense.

⁵ Paiva (2002, p.23) consideram-se como naturalistas “[...] aqueles que se dedicam às ciências da natureza, com maior ou menor grau de especialização, mas sempre com uma visão global e integrada dos fenômenos naturais. Isto exige conhecimento mais diversificado e de amplitude compatível com as dificuldades inerentes à solução de problemas com marcada interdisciplinaridade”.

Importante investigar, quais as instituições que serviram de escola para formação de professores de Geografia e História, na ausência de cursos superiores na área. Como os intelectuais, professores de geografia, nas diversas instituições escolares da época influenciaram na criação de livros escolares para instituições de ensino da época? Quais eram esses materiais? E por fim, qual foi o contexto da criação do primeiro curso superior de geografia do Ceará, cujo objetivo era formar professores para o ensino secundário? Que influências teóricas e metodológicas receberam no início da formação?

Em meio a tantos questionamentos buscamos “analisar a contribuição do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico e de seus intelectuais na construção da Geografia cearense, que culminou na sistematização e disciplinarização dessa ciência, compreendendo sua influência para formação da geografia como saber: escolar, científico e acadêmico”. Para alcançar o desenvolvimento desse objetivo geral propusemos as seguintes especificações que colaboraram na composição dos capítulos da pesquisa:

O primeiro capítulo:

- Investigar breve contexto histórico da cidade de Fortaleza em seu processo de expansão e efervescência do conhecimento, resvalando na criação de entidades, associações e em Institutos acadêmicos e científicos entre o fim do século XIX e meados do século XX, período de sistematização do saber geográfico local e nacional;

No segundo capítulo:

- Produzir histórico da criação do Instituto do Ceará, compreendendo as diretrizes que nortearam a produção do conhecimento científico cearense, com enfoque para criação do saber geográfico local;
- Pesquisar nas revistas do Instituto do Ceará e outras fontes complementares (revistas, livros, hemeroteca e mapoteca etc.), notícias, acontecimentos e artigos acadêmicos sobre a produção da geografia cearense, da disciplina e magistério na área,

revelando a contribuição da instituição para formação do saber geográfico científico e escolar, a partir de seus principais temas;

No terceiro capítulo:

- Compreender a importância dos estudos dos intelectuais cearenses, pertencentes ao Instituto do Ceará, para a criação da geografia local, bem como especificar estudos e contribuições de naturalistas e da Comissão Científica de Exploração;

E por fim, no quarto capítulo:

- Caracterizar a geografia enquanto saber escolar, buscando identificar quais dos sócios do Instituto do Ceará foram docentes de geografia e quais materiais didáticos foram produzidos na época;
- Contextualizar a criação do primeiro curso superior de Geografia no Ceará, da Faculdade Católica, pertencente à Ordem dos Irmãos Maristas, compreendendo as influências teóricas e metodológicas para formação do professor de geografia na época em análise.

Para os Apêndices:

- Organizar e tematizar os títulos dos artigos das revistas do Instituto do Ceará, assim como textos que relatem a geografia e a história cearense, além dos relacionados à pesquisa como: documentos e textos que apresentem a organização interna do próprio Instituto do Ceará, revelando a produção da geografia em seus saberes: ciência e disciplina escolar, tomando por critério a repetição dos temas expressados em cada artigo.

Eis o grande desafio que foi lançado, o de constituir essa trama lógica que se cercou de tantos vestígios, que por vezes, causou confusão, estranhamento e medo do desconhecido. Admitimos estar presente em “terras estrangeiras”, o conhecimento específico sobre a educação e a história foram caminhos novos na trajetória da pesquisadora, mas foi, exatamente nos desafios, que se propôs o conhecimento do novo e a ampliação do saber.

E na persistência de compreender o novo é que o caminho da pesquisa foi se constituindo, percorrendo alguns passos indispensáveis para a construção do trabalho historiográfico, com objetivo de compreender a história

da Geografia do Ceará. Desde o princípio, ficou clara a interdisciplinaridade entre História e Geografia que fora viabilizada pela própria constituição das duas ciências. Por muitos anos, história e geografia eram elaboradas de forma similar, sendo difícil a distinção entre as disciplinas.

Cabe fazer a ressalva, que em decorrência de questões temporais a pesquisa se restringiu à análise da geografia produzida pelos sócios do Instituto do Ceará, alargando-se na descoberta dos saberes docentes produzidos, muitas vezes, pelos mesmos sujeitos, que além de serem estudiosos da geografia e da história também se revelaram professores dessas disciplinas, que por muito tempo, foi ensinada como se fosse uma cátedra só.

Anote-se que a geografia escolar é vasta e anterior à sistematização dos saberes científico-acadêmicos, portanto, reduzimos a investigação docente à identificação de alguns materiais didáticos reveladores do período analisado, além da identificação de professores e da caracterização desse saber escolar, não se estendendo a investigação da geografia em relação ao processo específico de formação de professores, nem as questões concernentes aos currículos institucionais. Estas informações foram utilizadas como fontes que se reportavam ao tema para ampliar e complementar a compreensão do objeto de pesquisa.

A historiografia que foi sendo constituída com o desenvolvimento da pesquisa teve por principal fonte de comprovação os documentos, sendo a metodologia empregada a historiográfica e como fontes, documentos escritos⁶, imagéticos e bibliográficos. Rodrigues (2007) explicou que “a materialidade do documento não se restringe ao papel”, portanto, arquivos imagéticos, bibliográficos, hemerográficos, discursos escritos, artigos científicos foram utilizados na construção da pesquisa, compondo assim o conjunto que constituiu a historiografia investigada, mas a ênfase foi atribuída às fontes

⁶ A distinção entre fontes históricas, documentais e escolares foi um ponto importante. E a partir de Nunes, que explicou por meio de Bauer, que as fontes históricas possuem sentido amplo e pode ser todo registro que nos proporcione material para a construção da vida histórica. Já as fontes documentais “são todo tipo de material documental que forneça informações para o estudo ou investigação que se faz” (2008, p.462).

documentais⁷, registros impressos (manuscritos, bibliográficos, documentais entre outros).

Dentre as etapas da pesquisa organizamos: o planejamento, a coleta de informações, análise e interpretação, além da própria redação da tese. A revisão bibliográfica foi realizada como subsídio e como parte integrante da constituição do aporte teórico-metodológico relacionado ao tema investigado. O levantamento bibliográfico nos levou ao encontro tanto de obras raras como livros mais recentes em que os autores abordavam a historiografia como caminho metodológico, bem como apresentavam os resultados do que pesquisavam e produziam relacionados à geografia e à educação cearense.

As revistas, livros e obras da biblioteca do Instituto do Ceará por possuir grande acervo e arquivo de documentos e obras raras, além de hemeroteca e revistas referentes ao período histórico analisado foram fontes escritas fundamentais para compreensão do objeto, encontrados em seus arquivos⁸ bibliotáfios e digitais.

Não esquecemos de investigar acervos de bibliotecas públicas (Menezes Pimentel e Biblioteca da Academia Cearense de Letras), com suas obras raras e outros lugares institucionais (acervos imagéticos do Museu Imagem do Som e do acervo pessoal de Miguel Ângelo – Nirez).

Foram realizadas pesquisas em fontes digitais encontradas na rede de computadores como em institutos de pesquisa. Além das pesquisas feitas por meio dos quadros com os títulos dos artigos das Revistas do Instituto do Ceará, tematizados pela própria pesquisadora por área de interesse do conhecimento geográfico, devidamente elencados ao final da tese, como fontes de consulta para outros pesquisadores e leitores do tema. Trabalho de

⁷ Rodrigues⁷ ao explicar que a “pesquisa documental é a que se vale, se não unicamente, pelo menos básica ou predominantemente de documentos como fontes de informação. Assim, exemplifica como documentos, além daqueles oficiais, autenticados, as cartas, fotografias, gravações etc”. (2007, p. 45)

⁸ “Os arquivos são um conjunto de documentos que passaram por diversas seleções, feitas a partir de intencionalidades várias, desde o que produziram os próprios documentos (leis, memorandos, fotografias, cartas, por exemplo) aos que determinam quais destes devem ou não ir para o arquivo para se tornarem públicos à visita, seja de pessoas comuns ou dos profissionais em pesquisas”, segundo Melo (2009, p. 378).

investigação que facilitou o conhecimento sobre o universo de pesquisa desenvolvido pelos intelectuais do Instituto do Ceará.

Ademais, outras pesquisas fontes acadêmicas foram: teses e dissertações; artigos de periódicos, entre outros, identificados nas principais bibliotecas das universidades do Ceará e no portal da CAPES. Outro destaque foram os artigos produzidos pelos pesquisadores do NHIME – Núcleo de História e Memória da Educação, da Universidade Federal do Ceará. Uma fonte de acesso ao panorama diversificado de pesquisas sobre a realidade educacional cearense.

Apesar da proposta metodológica da pesquisa ser documental, não descartamos a importância da pesquisa com fontes vivas que pudessem relatar, confirmar ou refutar as fontes e fatos encontrados. Dentre estes contactamos com o professor Dr. Luiz Cruz Lima e prof. Raimundo Vasconcelos, ambos ex-professores da Universidade Estadual do Ceará, nos departamentos de Geografia e História, respectivamente.

Outra fonte teria sido o professor Caio Lóssio Botelho, mas sua condição de saúde debilitada impossibilitaram a realização da coleta de informações. Esses sujeitos foram fontes históricas capazes de fornecer comprovações dos diversos documentos coletados, além de fornecerem cópias de documentos da época. Nesse sentido, confirmando a importância dessa etapa da pesquisa, lembramos Martinho Rodrigues (2008, p.436), ao ressaltar que “o meio de transmissão do conhecimento sobre os fatos pode ser oral, como pode ser escrito ou por outro meio apto para a comunicação”.

A partir desse entendimento consideramos que a coleta de relatos de personalidades envolvidas com a formação da Geografia no Estado pôde contribuir significativamente para o enriquecimento da pesquisa, deixando claro que a fonte principal para a produção da escrita foi a documental e a bibliográfica. O momento da análise e a sistematização de dados, informações, e de documentos foram produzidos concomitantes com a apreensão do aporte teórico, a cada nova leitura novas descobertas que iluminavam a compreensão do empírico. Um processo dialógico que não tinha fim.

Contudo, buscando uma finalização para expor as descobertas da pesquisa é que foi criada a estruturação da tese em quatro capítulos. No

primeiro, atentamos para conhecer a Fortaleza do final do século XIX e início dos anos do século XX, sua expansão urbana, modo de vida e necessidades por formação acadêmica, como exemplo do processo histórico de mudanças que ocorreu no Ceará.

Essa etapa, a do contexto histórico foi um passo a mais, na consolidação do conhecimento e concretização dos fatos investigados, pois com o contexto da época esclarecido, minimizamos falhas do anacronismo, com a imposição do olhar do presente para o passado. Assim, desvendamos algumas características da sociedade que se constituía no Ceará na época, além de demonstrar os fatores que criaram a efervescência do pensamento que colaborou na implantação de instituições literárias, científicas e acadêmicas, fomentando a formação do pensamento geográfico cearense.

A interrelação entre os intelectuais da época pelos mais diversificados setores da sociedade fortalezense, os levou a criar o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, e a interação da pesquisadora com os documentos, estudos e conhecimentos produzidos pela instituição, compuseram a produção do segundo capítulo da tese.

No segundo capítulo, ficou a busca pela compreensão do contexto histórico da criação do Instituto do Ceará e sua relação com os saberes geográficos. Fez-se necessário ir ao encontro do passado em que se assentavam os projetos de constituição da nação brasileira, além do entendimento da expansão das instituições científicas e associações acadêmicas, criadas pela sociedade à época.

Momento em que foi produzido o quadro de tematização de títulos das revistas científicas do Instituto do Ceará (nos apêndices), como fonte de investigação da origem da geografia cearense, desvendando os seus precursores e pioneiros, a partir de fragmentos reveladores retirados dos artigos da RIC. Interessa dizer que a estrutura gramatical do português da época foi mantida durante o desenvolvimento da tese. O acesso aos conteúdos das revistas possibilitou abrir “portas” da história que se encontravam lacradas para o conhecimento geográfico local.

A diversidade de temáticas teóricas e/ou de natureza empírica das Revistas do Instituto é quase imensurável, no entanto, a partir dos objetivos da tese é que se configurou o enquadramento de quase todos os títulos por temas referentes a análise do objeto da tese – a Geografia do Ceará.

No terceiro capítulo foram revelados os sujeitos, pioneiros, estes responsáveis pela produção de projetos voltados para a educação, para política e para constituição da sociedade, enfim produziram saberes que os cidadãos deveriam se enquadrar e engajar na constituição de modelos societários que envolviam inclusive a composição da própria ciência, dentre eles citamos a presença dos pesquisadores da família Pompeu. Assim, os intelectuais cearenses foram responsáveis pela produção da Geografia e da História local. Produziram identidade local, facilitando a territorialização dos limites políticos e administrativos de cada província como poderá ser visto na tese.

No quarto capítulo chegamos ao momento de compreender como o conhecimento geográfico construído foi levado para as principais instituições escolares de Fortaleza e do Ceará. Locais que possibilitaram o alvorecer de uma profissão – o professor de geografia. E para tanto, também utilizamos como fonte principal a análise de obras raras, livros criados para serem utilizados nas escolas, sobretudo, as públicas. E por fim, caracterizamos a contextualização do ensino superior de geografia da Faculdade Católica do Ceará. História esta que se verificará com mais propriedade na leitura dos capítulos. Para tanto, a compreensão do contexto de vida de cada sujeito investigado favoreceu o entendimento dos propósitos que levou a criação do saber geográfico local. Assim como, a trajetória dos intelectuais levou-nos a entender a geografia que foi produzida para as instituições escolares.

A pesquisa da tese não se fecha nesses pontos e capítulos, pois identificar a contribuição destes estudos nos induziu a compreender um contexto epistemológico da ciência geográfica maior que os limites do Estado do Ceará. Nesse sentido, a ação de identificar e analisar essas contribuições facilitou a compreensão das origens da formação da Geografia cearense, o perfil dos estudiosos mais próximos da produção desse saber, que

irremediavelmente, influenciaram na produção de conhecimentos posteriores, nas mais diversas dimensões, seja escolar, científica ou acadêmica.

O desenvolvimento dessa tese de doutorado foi mais um passo para revelar as estratégias e articulações estabelecidas na implantação e desenvolvimento do saber geográfico, além de sua contextualização na educação e sociedade brasileira. Esperamos que esta tese seja mais uma contribuição de pesquisa para muitas outras investigações que possam advir no futuro. A finalidade principal não foi criar respostas e construir uma narrativa fechada, mas possibilitar a ampliação do conhecimento da pesquisadora e sobretudo, da Geografia escolar cearense.

1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E O SABER GEOGRÁFICO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE (1887 – 1947)

Entre o tempo “narrado” e o espaço “construído” as analogias e as interferências abundam.

Paul Ricouer¹

O processo de produção espacial e do conhecimento científico na cidade de Fortaleza se compôs de várias fases. Associadas à sua história tivemos as marcas dos interesses e influências locais, nacionais e mundiais. Mudanças que ainda hoje são perceptíveis na paisagem urbana, em jornais, livros, fotografias dos vários períodos e, também, vislumbrados nas memórias dos mais velhos.

Entre o século XIX e os primeiros cinquenta anos do século XX, as transformações urbanísticas, na cidade, com inúmeras construções e o turbilhão de movimentos científicos, políticos, econômicos e literários, narrando os novos feitos, foram responsáveis por mudanças significativas, tanto no crescimento urbano da cidade quanto no próprio comportamento social dos cidadãos de Fortaleza espalhando-se para espaços urbanos no interior da província do Ceará.

Nessa perspectiva de intensa transformação dos espaços e da história é que concordamos com Moraes (2002), ao afirmar que onde houver agrupamento humano, existirá uma geografia material e discursiva, fazendo parte da cultura dos grupos sociais e de cada civilização, portanto ao tempo em que os moradores de Fortaleza e do Ceará construía sua geografia e expandiam seus espaços, estavam escrevendo sua própria história.

Este conjunto de eventos históricos e econômicos de âmbito nacional e mundial propiciou a formação de uma plêiade de intelectuais de toda a ordem, que estudavam sob o prisma dos grandes teóricos europeus e norte-americanos o mundo social e natural, iniciando assim, pesquisas científicas sobre o Ceará. A maioria destes intelectuais foram criadores ou se associaram às instituições científicas e literárias que estavam se formando. Entre estas

¹ RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2007, p. 159.

instituições o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico foi o mais representativo no estudo do Ceará, e, portanto, o de maior relevância.

Nos lugares criados para a pesquisa e produção do conhecimento científico foram produzidos os discursos regionais, com intuito de projetar a construção da história nacional. Embebida nessa história encontrava-se a produção do saber geográfico cearense.

Interessa lembrar que, apesar de influências teóricas externas, os sujeitos que produziram este conhecimento científico situavam-se em lugares concretos e em períodos específicos. Portanto, o contexto das relações sociais estabelecidas por eles foram configurando o sentido do pensamento da época e criando a própria identidade do lugar². Assim, pretendemos apresentar neste capítulo, um breve contexto de Fortaleza no período em análise. A cidade por onde o conhecimento geográfico cearense foi se estruturando.

1.1 A reforma urbana modelando uma nova paisagem sócio-espacial e novas práticas culturais

Ler a cidade é, antes de tudo, uma questão de sobrevivência para aqueles que nela habitam e para ela confluem. Aprender a decodificar os novos códigos culturais, uma exigência social. Daí, a nova pedagogia da cidade cuidará da preparação do “homem novo” através do movimento de ideias concatenadas entre si. O direito à instrução escolar, retórica defendida no âmbito do papel do estado moderno no século XIX, será pautado com maior clareza a partir de então. Ari de Andrade (2008, p. 40).

A partir das duas últimas décadas do século XIX até meados do século XX, Fortaleza, influenciada pelas mudanças nas práticas culturais e sociais ocorridas na Europa, foi, também, modificando seus modos de vida e, por conseguinte, sua forma de pensar, envolta pela remodelação urbana, com

² Tim Unwin em seu livro “El lugar de la geografía”, apresenta uma análise histórica da evolução da geografia como ciência, disciplina e saber prático. A partir do conceito de lugar para Entrikin (1991), estabeleceu a ideia da importância do lugar, a partir dos contextos que se situam os sujeitos sociais (1995, p. 261).

expressivas obras públicas e privadas que modificariam e criariam novos espaços.³

É nesse contexto que a produção de conhecimento, levando em consideração saberes locais e aportes teóricos científicos, analisados à luz da Geografia, foram sendo apresentados por estudiosos da cidade. Estes, participantes das discussões em suas instituições científicas, literárias e políticas, discutiam sobre os novos rumos que a cidade e a província deveriam trilhar.

E nesses novos rumos, não podemos esquecer que a mudança de pensamento levou às novas exigências e necessidades e ler a cidade passou a ser uma necessidade intrínseca ao cotidiano de se viver nela. Ler, no sentido de compreender seus novos códigos e mudanças, além, é claro, da própria leitura do mundo, sempre presente na cidade através dos livros, revistas trazidas pelos viajantes dos navios que aportavam à cidade e do telégrafo trazendo informações atualizadas das cidades mais importantes daquele período.

Entre os espaços criados, destacamos as remodelações da Praça do Ferreira, a construção de novas avenidas, em estilo bulevar e os bairros elegantes margeando estas avenidas, como veremos no mapa mais a seguir. Espaços de circulação de pessoas e mercadorias. Em contrapartida, a população de baixa renda se aglomerava cada vez mais distante do centro em edificações precárias na periferia da cidade, nas margens das praias. Isto comprova que desde muito cedo, o processo que construiu a geografia da exclusão, na cidade, já vinha sendo produzida há tempos.

Este aformoseamento de Fortaleza, dentre os inúmeros objetivos, buscava disciplinar o urbano, conforme prática já utilizada em outras cidades européias e brasileiras, denotando preocupação urbanística que se estruturava no tripé: racionalidade, saúde, saneamento e, assim, uma nova “disciplina” urbana da população. Reforçando o que já tratava o discurso da época, isto é,

³ O historiador Sebastião Rogério Ponte ressalta que “nas primeiras décadas do século XX, um conjunto de reformas se intensificou na capital, o resultado dessa intensa dinâmica foi percebido com crescimento e expansão do espaço urbano de Fortaleza e novas vivências introduzidas no cotidiano dos moradores da cidade. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 15.

a busca pela ordem e pelo progresso, que deveriam estar presentes em todos os recantos do Brasil em consolidação.

Nesse período, também ocorreram grandes manifestações por conta do confronto de ideais, movimentos políticos, reformas urbanas, expansão do comércio, crescimento da rede de escolas, assim relataram Souza (1994), Cordeiro (2002), Ponte (2002) e tantos outros historiadores da cidade. Nosso prisma foi compreender, nesse período, o processo de constituição do conhecimento científico, em especial, o geográfico.

Os saberes científicos por serem constituídos, de um lado, pela leitura e estudo de outras produções científicas, e de outro, pelas experiências ligadas ao cotidiano nos lugares acabam por envolver todas as vertentes da vida humana, interferindo na produção do conhecimento local. Questões políticas, econômicas, tradições culturais, a história do lugar, ou melhor, o contexto histórico-sócio-espacial propicia o caminho, onde os intelectuais se debruçam para interpretá-lo, neste caso, interpretando-o a partir da ciência geográfica⁴. “O saber geográfico não existe por si somente, ao contrário, é um produto das sociedades”, já havia afirmado Unwin (op. cit, p.76, tradução nossa). Neste sentido, não há como entender a formação da geografia cearense, sem compreendermos alguns liames do contexto histórico em que os agentes produtores desse saber e conhecimento estavam inseridos.

No entanto, foi no processo de produção do espaço que as geografias materiais e discursivas foram sendo constituídas⁵. Como capital da província, ligada ao país e ao mundo exterior pelo mar, tornou-se Fortaleza, também, entre os séculos XIX e XX, o centro da produção científica e propagador dos saberes desta produção.

Em relação ao saber geográfico, esta produção estava centralizada nos estudos sobre a dinâmica do espaço urbano da própria cidade e no conhecimento do território cearense. A capital torna-se, assim, o centro difusor das luzes da modernidade para os municípios interioranos do Ceará.

⁴ Novamente utiliza-se do pensamento de Tim Unwin ao esclarecer que “implica que la expresión concreta de la geografía em cualquier lugar o época es um reflejo de la sociedad em la que se inscribe”. (1995, p.14)

⁵ Moraes (2002).

Este período onde ocorreu um conjunto de transformações nas estruturas sócio-espaciais, apresentadas acima, na cidade de Fortaleza, foi denominado de modernidade. Essa denominação e sua análise foi tema de estudo de vários pesquisadores locais, dentre eles: Oliveira (2009); Andrade (2008); Ponte (2001, 2002) entre outros, preocupados em compreender como a cidade de Fortaleza, e com passar do tempo, outros núcleos urbanos no Ceará, foram sendo inseridos nesse processo e suas consequências no cotidiano das pessoas.

Não se pretende neste capítulo da tese abordar todas as facetas que compuseram a modernidade cearense, mas buscar ressaltar alguns elementos desse período, de tantas mudanças, que consideramos importante e que possibilitaram por conta de suas imbricações compreender como se efetivou a produção do conhecimento geográfico no Ceará.

A princípio mudanças fomentadas pelos núcleos das elites urbanas, que posteriormente se espalharam para a vida dos cidadãos comuns, em decorrência de diversas transformações⁶, culturais, políticas e econômicas, mas, advertimos que as mudanças positivas não beneficiaram igualmente a todos os moradores.

Como já foi apresentado acima, parte da população de Fortaleza, continuava a mercê do progresso propiciado por este projeto de civilização. Estes vivenciavam os efeitos negativos dessa modernidade, uma vez que eram excluídos espacial e socialmente das áreas onde estes equipamentos eram introduzidos. Esta população composta pelos mais pobres da cidade, para sobreviver, se apropriaram de lugares desprezados pelos segmentos sociais de melhores condições econômicas, construindo áreas urbanas sem nenhuma estrutura. Muitos dos excluídos acabavam trancafiados em prisões ou sanatórios, pois representavam a “escória” da civilização.

⁶ Dentre os elementos que contribuíram para as transformações urbanas destacam-se as inovações técnicas introduzidas ao espaço cearense, com relevância para a cidade de Fortaleza, dentre estas: “a iluminação pública (1866), o telégrafo (1881), o serviço de telefônico (1883), o primeiro automóvel (1909), a melhoria dos transportes (a partir do ano de 1880) e o abastecimento de água e o sistema de esgotos (1926), inseriram-se no cotidiano da cidade, em conformidade com a modernidade e as mudanças por ela propaladas”, explicou Oliveira (2010, p. 119), baseado na obra de Raimundo Girão, *Geografia Estética de Fortaleza* (1979).

Para quem desfrutava a modernidade percebia as transformações urbanas no seu cotidiano e a difusão das novas ideias políticas e descobertas científicas a partir da leitura dos jornais, livros e revistas que aqui eram produzidos ou que aqui circulavam vindos da Europa, considerado o continente modelo de civilização moderna da época.

As notícias começavam a chegar mais rápido. Para aqueles sem recursos, o alarido das discussões sobre as matérias jornalísticas nos cafés, praças e comércios ou pela leitura de jornais que não eram do dia, jogados à rua, ou que faziam o embrulho dos produtos adquiridos no comércio, forneciam as informações sobre o mundo. Na realidade, as notícias acabavam se espalhando no “boca a boca”.

Este período, correspondente às grandes intervenções urbanas foi chamado de “Belle Époque”, a exemplo dos processos similares que ocorreram em outros lugares da Europa e em outras cidades do Brasil. Veremos posteriormente, algumas consequências desse processo na vida da população da cidade e no pensamento de sua elite intelectual. No entanto, não queremos vincular a produção do conhecimento geográfico ao período de afrancesamento ou aformoseamento que ocorreu na cidade de Fortaleza. A todo instante ocorriam mudanças, tanto relacionadas às condições naturais como sociais e estas se imbricavam. Os saberes foram se transformando, sendo construídos e reconstruídos, produzindo assim uma relação entre o mundo e o lugar.

Vários estudiosos e pesquisadores deste período apresentaram suas publicações em jornais e livros, divulgando seus pontos de vista sobre a cidade⁷ e a província, além, é claro, de apresentarem como a modernidade, aqui discutida se interiorizava. Revelavam ainda, as peculiaridades urbanas e culturais dos lugares visitados. Citamos como exemplo, Antonio Bezerra de Menezes, membro efetivo do Instituto do Ceará, em seu texto “Descrição da cidade de Fortaleza” (1895, p.153), relatou alguns aspectos da organização do

⁷ Nos apêndices da tese encontram-se quadros com inúmeros artigos produzidos pelos sócios do Instituto do Ceará com temáticas referentes à análise e descrição de Fortaleza, das vilas interioranas do Ceará, bem como sua geografia e história, limites, dentre outros temas de interesse para compreensão da geografia histórica do Ceará.

espaço urbano⁸, como a quantidade de estabelecimentos comerciais e da instrução pública, as inovações (iluminação à gás, os bondes), dentre outros elementos constituintes das reformas urbanas, comprovados em documentos publicados e datados do final do século XIX. Registros que confirmam o interesse de intelectuais da época em conhecer, compreender e documentar as inovações, o crescimento e as mudanças na cidade e de outras localidades no interior da província.

É bom ressaltar e lembrar que mesmo antes das intervenções urbanas, caracterizadas como “Belle Epoque”, a gestão pública municipal de Fortaleza, já introduzira um novo desenho para cidade, esquadrinhado pelo engenheiro Silva Paulet (1818), seguida de mudanças elaboradas pelo arquiteto Adolfo Herbster (1875). Outra racionalidade no espaço urbano da cidade, obedecendo a um plano em xadrez, onde a maioria dos quarteirões formava quadrados. Portanto, as mudanças na estrutura da cidade vinham ocorrendo e eram constantes.

Para muitos pesquisadores e historiadores de Fortaleza, estas intervenções remodelaram a cidade. Interessante perceber que os traçados urbanos, como o em xadrez, era o modelo parisiense, cujo principal objetivo era controlar as massas populacionais, evitando ajuntamentos indesejáveis, facilitando a circulação de bens e mercadorias, o deslocamento de forças militares, buscando atingir o progresso e o controle social, necessários para manter a ordem que se estabelecia.

Contudo, retornando aos fins do século XIX, outros processos foram impostos à sociedade cearense, em especial a de Fortaleza, como as políticas urbanas higienistas, resultantes de discursos médicos. Essas políticas produziram códigos de condutas para moldar e disciplinar a vida da população.

⁸ Costa (2005, p. 52) afirma que “o crescimento urbano é um processo espacial e demográfico. O aumento da população leva à expansão da malha urbana e ao seu adensamento. Essa expansão resulta de um entrelaçamento complexo de relações sociais e econômicas. No século XIX, o predomínio de relações capitalistas, a progressiva interdependência entre nações, as mudanças técnicas e econômicas em escala mundial e a inserção do Ceará na divisão internacional do Trabalho, com a produção de algodão e posteriormente de outros produtos para exportação, alteraram a economia local, transformaram o modo de vida e reestruturaram o espaço cearense”. Todas as mudanças sociais desse período desembocaram na fase denominada “Belle Epoque”.

Como argumentou Costa (2002), o Intuito principal era inserir um novo padrão de vida, a “moderna” e “civilizada”, próprio aos espaços urbanos desde então criados e conduzidos pelos gestores das cidades, a princípio baseado pelos discursos médicos e posteriormente pelos engenheiros sanitaristas.

Outro fator que influenciou o pensamento da época foi a religiosidade sempre presente na formação cultural dos cearenses, demonstrada ainda pela intensa presença de escolas confessionais ou pela presença de padres ou ex-padres professores nas escolas públicas e privadas vindos de seminários e conventos. Justamente porque muitos seminaristas e freiras não se ordenavam e tornavam-se a mão-de-obra qualificada para a empreitada no magistério.

Esta religiosidade em Fortaleza pode ser perceptível em sua paisagem e no seu próprio nome. A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, tem por característica a presença de diversas edificações e templos reservados ao trato religioso. A presença de nomes e significados relacionados a Santos; até mesmo o calendário oficial está ainda ligado aos dias santificados da Igreja Católica, assim como a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Assunção, e do Ceará, São José, santo relacionado às boas chuvas que alimentam a produção no campo.

Rezas, cancioneros, cantenas, ladainhas, as missas, os enterros e seus atos fúnebres, as festas religiosas, a celebração do natal, enfim, a religião fez e faz parte da vida do povo de Fortaleza⁹ e dos municípios que compõem o Estado. Este quadro apresentado acima sempre foi tema presente nos escritos dos intelectuais cearenses.

Os traços da religiosidade do povo revelam elementos integrantes da cultura construída no cotidiano dos cidadãos, que se interligava aos sistemas formais de instrução. Expressados como disciplina escolar, a formação religiosa e moral eram inseridas na escola juntamente com as disciplinas científicas. Apresentar o modo de viver e o de ser do cearense, para

⁹ Para os que desejam aprofundar-se no tema das peculiaridades e fatos pitorescos que ocorreram em Fortaleza, diversos temas acima relacionados são descritos nos artigos da Revista do Instituto do Ceará, pelos estudiosos da historiografia da cidade, conforme demonstrado no quadro 4, nos apêndices.

muitos destes intelectuais, era a premissa para destacar os elementos considerados significativos para a educação ideal, preservando a ordem, o respeito, as tradições, mas incorporando os novos conhecimentos advindos das pesquisas científicas.

Havia aqueles que se preocupavam em apresentar aspectos peculiares da sociedade cearense e mostravam uma outra face da realidade. Realidade esta que contradizia aquela que fomentava a do cearense respeitoso, defensor da família, da pátria e da Igreja.

Ilustres personagens que fizeram parte dessa história, sob a alcunha do “Ceará Moleque”¹⁰ mostravam outros componentes do ser cearense, cujas características pilhéricas chegam à atualidade, e na época, retratava a juventude liceísta, ao pregar peças e trotes aos novatos, espalhando gargalhadas e traquinagens pelos logradouros públicos da cidade. Fato este que se verifica ao ler o deleitoso livro de Gustavo Barroso (2000, p. 24-25), ao contar suas “Memórias - Liceu do Ceará”. Relembrou Barroso, detalhadamente, seu tempo de infância e adolescência, contando em pormenores os anos que estudou na instituição, sem esquecer sua rotina pela cidade de Fortaleza. Os excessivos momentos de lazer e brincadeiras pela cidade foram denominados por Gustavo Barroso como “a tentação da vadiagem”.

As diversas peripécias da juventude eram intensamente vigiadas e pela ordem vigente punidas. Se o controle social das ações coletivas já existia antes de chegarem todas as reformulações urbanas e culturais, imaginem depois de serem materializadas no espaço? Assim, explicou Ponte (2002), outro pesquisador deste período da cidade, ao retratar em seu livro “*A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*”. Elucidou que essa forma jocosa e pilhérica do povo de Fortaleza de se expressar poderia ser considerada uma reação à racionalidade imposta, com a regulamentação dos

¹⁰ Para melhor compreender as raízes da expressão “Ceará Moleque” ler: Marco Aurélio Ferreira da Silva. **Humor, Vergonha e Decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. 204p. Essa expressão representava o modo peculiar do cearense de ser alegre, contar anedotas (mentiras), fazer chacotas e piadas de fatos pitorescos e cotidianos, até mesmo satirizar as próprias misérias e dificuldades financeiras.

comportamentos e ao espaço urbano da cidade, em decorrência do remodelamento e aformoseamento dos logradouros públicos.

A intenção era que Fortaleza fosse semelhante à cidade de Paris, considerada à época, como maior expressão da riqueza, luxo e civilidade. A busca exacerbada pela civilização, cujo significado remontava a busca pelo progresso e modernização do urbano, segregava a população cearense e de Fortaleza, assim explicou Ponte:

A jovem boêmia literária e ética de Fortaleza, por exemplo, era “useira e vezeira” em recorrer à irreverência e à transgressão, em contraposição à formalidade e à janotice exibidas pelas camadas sociais aburguesadas. Tão antenados quanto estas com a contemporaneidade, os boêmios denunciavam a codificação normatizadora da cidade expressando uma postura moderna crítica através de poesias, jornais, atitudes e aventuras urbanas marcadamente satíricas, cômicas ou excêntricas. Originais, talentosos e vibrando diferença ante a homogeneização sócio-urbana imposta, esses artistas e poetas constituíram-se no biscoito fino que aquela *belle époque* em Fortaleza poderia produzir. (2002, p. 174)

Esclareceu o referido autor¹¹ que a “Belle époque” é um termo francês que significou belos tempos, “cunhado para traduzir a euforia européia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante)”, que se espalharam pelo mundo ocidental, isto é, a modernidade de então. Foi uma fase que deixou a cidade, com ares parisienses, na busca por embelezamento e higienização. Contudo, cabe a ressalva que o afrancesamento da cidade ocorreu em uma área delimitada. Boa parte de seus moradores situavam-se fora dessa delimitação. Era a população da cidade descalça e das areias da praia¹².

¹¹ (op. cit, p.163).

¹² A existência de populações pobres, vivendo em situação de miséria, pode ser retratada pela figura 13, onde o estudioso, farmacêutico e sanitarista, Rodolfo Teófilo leva campanha de vacinação anti-varíola para a comunidade do moinho, em Fortaleza. Nessa fotografia percebe-se, claramente, a situação de pobreza pelas casas de taipa (barro e varas de pau), as pessoas sentadas na areia, além do registro de uma das atividades econômicas tradicionais, a produção de renda de bilro. Essas pessoas receberam pouquíssimos resquícios da modernidade de então.

A introdução de hábitos da cultura francesa, que se seguia pela padronização da arquitetura, da moda estilizada, de caminhadas pelo passeio público, formou esse momento citadino afrancesado, mudando inclusive “a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir”, conforme relatou o pesquisador em destaque (*idem, ibidem*), especialista na temática.

Na década de 1880, dentre as inovações instaladas, citamos as linhas de bonde e a construção de praças como a do Passeio Público, considerados grandes avanços do processo de modernização de Fortaleza, além de jardins em outras praças, a construção de bulevares entre outras reformas responsáveis pelo aformoseamento e higienização da cidade¹³. Porém, mantinha-se um contínuo processo de exclusão social, como exemplo, a dificuldade no acesso da população pobre a serviços básicos, como o da educação.

A essência da *belle époque*, não foi tão bela assim, como bem explicou Del Priore e Venancio (2010, p.219), “havia, contudo, uma face sombria nesse período” e a “importação do ideário da *belle époque* esteve longe de ser ingênuo”. Do que tratam os autores foi a face do preconceito, racismo e exclusão social contra pobres, negros e indígenas em todos os lugares do Brasil¹⁴ e que se cristalizaram em ações e políticas governamentais. Esse ideário segregador esteve presente nas produções bibliográficas, temas recorrentes na construção da história e da geografia cearense do final do

¹³ O processo de higienização do espaço urbano ocorreu com a criação de lugares, onde os incivilizados (pobres) deveriam permanecer como o Lazareto da Lagoa Funda e a Santa Casa de Misericórdia, ambas criadas entre as décadas de 1860. Tempos após, no século XX, as epidemias motivaram o melhoramento da saúde pública, com a criação de “instituições modeladoras no tratamento e profilaxia do Mal de Lázaro em terras alencarinas”, como o Leprosário Antônio Diogo, do Preventório Eunice Weaver, ampliação do Dispensário Oswaldo Cruz e criação do Leprosário Antônio Justa, todos afastados da cidade a exemplo da lepra em Fortaleza, na década de 1920-1937, fase esta retratada por Zilda Maria Menezes Lima (2009, p.14).

¹⁴ A face do preconceito racial e social no Ceará é claro em diversos textos produzidos pelos intelectuais do Instituto do Ceará, sobretudo os da primeira fase, pois estavam imbuídos em ideologias deterministas como poderemos constatar no capítulo a seguir, nos fragmentos do artigo de Paulino Nogueira, “Memória escrita sobre a capitania do Ceará”, em 1889, na Revista do Instituto do Ceará.

século XIX a meados do século XX como veremos ao analisar os artigos da Revista do Instituto do Ceará desse período.

Em Fortaleza, muitos representantes da elite intelectualizada apresentaram em suas publicações a defesa das ideologias racistas europeias, como fator determinante de uma nova organização social do país. Afirmavam que os “brancos ocupavam o primeiro lugar do desenvolvimento humano e os negros, o último”, conforme Del Priore e Venancio (op. cit., p. 220). E dessa parcela de população branca estavam presentes a elite ilustrada da sociedade cearense, com raras exceções de intelectuais negros.

A partir do consentimento das visões racistas europeias, surgiram dois grupos de intelectuais, os médicos higienistas que acreditavam ser possível remediar as debilidades, e do outro lado, correntes próximas ao *darwinismo* social. Ambas atuavam na proposição de soluções para os problemas urbanos das cidades que se constituíam.

Dessa forma enquanto o primeiro grupo propunha a difusão da educação, principalmente em escolas agrícolas, controle da saúde pública, vacinação em massa e reforma dos hábitos higiênicos, o segundo defendia a noção de “sobrevivência do mais forte”, chegando a ver na pobreza um elemento purificador da sociedade brasileira. (DEL PRIORE E VENANCIO 2010, p. 221).

As ideias de evolucionismo social, baseada nas proposições de Charles Darwin, não só influenciaram a produção científica, mas, também, reforçaram as ideias deterministas difundidas nas ciências humanas, e na geografia, enquanto corrente do pensamento geográfico da época. Em Fortaleza, a retenção e o aprisionamento daqueles considerados “inferiores” teve como pano de fundo políticas de isolamento como a criação de “campos de concentração”¹⁵, para os desvalidos das secas, além da criação de sanatórios, prisões, casas de mendicância entre outros. Se nas áreas centrais Fortaleza foi embelezada, em sua periferia e em algumas outras localidades foram se alojando os degredados do progresso.

¹⁵ Sobre essa temática ler o livro: “Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932”, de Kênia Sousa Rios, publicado pelo Museu do Ceará, onde abordou com detalhes o processo histórico que envolveu os efeitos das migrações do Ceará, em decorrência da miséria, fome e doenças como efeitos das secas.

A princípio, se já havia uma clara segregação na cidade, com a nova reestruturação providenciada pelos processos de modernização e embelezamento, esta segregação prosseguiria de forma mais perceptível no espaço geográfico com a cristalização de dois espaços distintos: os espaços dos bulevares com calçadas, organizados, esquadrinhados e embelezados compunham a cidade moderna, reduto das elites e dos cidadãos civilizados. O espaço das areias, próximo às praias, reduto dos desvalidos, aonde as inovações da modernidade urbana não chegavam, constituíram, com o tempo, o espaço da periferia¹⁶. Portanto, a geografia da exclusão foi sendo criada pelas ações de quem produzia a própria cidade. Se, de um lado havia os defensores desta nova ordem, do outro, aqueles que retratavam e que protestavam contra essa segregação.

A modernidade era para ser copiada. Era preciso propiciar a Fortaleza ares de uma cidade cosmopolita. Conforme Ponte (op. cit., p. 171), a cidade de Fortaleza, “tinha como espelho Paris, a metrópole mais civilizada e charmosa do século XIX, e se uma de suas marcas registradas eram os cafés onde modernos e literatos celebravam a alegria de viver daqueles tempos, então a capital cearense deveria tê-los também”. Para tanto, criou-se quatro cafés, em estilo *chalet* francês, na Praça do Ferreira, ponto de passagem daqueles que visitavam o centro da cidade e onde os bondes faziam parada obrigatória e de lá circulavam para os bairros adjacentes.

Os cafés tornaram-se pontos de encontro dos intelectuais, mas também eram apropriados pelo povo, transeuntes que dinamizavam os fluxos da praça, difundindo as graças do “ceará moleque”.

Outros momentos da remodelação de Fortaleza transcorreram pelos anos seguintes, sobretudo, nas décadas de 1880 e 1890, período da proclamação da república no Brasil e segundo Ponte (op. cit, p. 179) “o novo regime e o novo século que se avizinhava reforçaram os anseios dominantes em alinhar o País ao progresso e à modernidade”. A capital Fortaleza não ficou

¹⁶ A ideia entre cidade calçada e cidade dos areais é abordada por José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira, ao analisar as contradições do imaginário criado na cidade de Fortaleza dos finais do século XIX a princípios do século XX. Texto na **Revista Espacialidades**. V. 2, n 1, 2009. p. 1-32. [on line].

fora da onda modernizante republicana, coadunando com as gestões públicas do Presidente Antônio Nogueira Accioly¹⁷ e pelo sucessor Guilherme César da Rocha, este último, na visão de Ponte (2002) um dos principais responsáveis pelas reformas de Fortaleza, no início do século XX.

Dentre as primeiras obras produzidas, neste período, temos o Mercado de Ferro, com decoração em *art-nouveau*. E sob a égide da “redenção da humanidade pelo progresso”, foram remodeladas as três principais praças da cidade, a do Marquês de Herval (atual praça José de Alencar), a praça da Sé e a Praça do Ferreira, em todas foram construídos amplos e belos jardins, réplicas do Passeio Público.

Todas as reformas e embelezamentos criados na cidade tinham como finalidade a modernização do urbano, no espaço onde a elite e a população de profissionais liberais, assalariados de cargos elevados residiam e circulavam. Para garantir a ordem nesta área e proteger estes cidadãos dos frequentes movimentos de insatisfação da população residente na periferia, ampliou-se o poder da polícia e foram construídas cadeias públicas e um novo quartel.

A criação dos Asilos da Mendicidade e as casas de órfãos, como já citamos, foram outras medidas associadas as políticas de controle social da época. Para Del Priore e Venancio (2010), as casas de órfãos eram responsáveis por cuidar das crianças órfãs. Com o tempo mudaram o seu caráter, sendo responsabilizadas pela aceitação de “menores abandonados”, sobretudo de crianças negras, consideradas parte da delinqüência infantil. Nesse momento, de acordo com os referidos pesquisadores (op. cit., p.223), surgiu a expressão *pivette* (erva daninha), designação francesa, para caracterizar as crianças de rua. Sendo o espaço urbano o palco onde se visualizam, com maior clareza, as cenas de delinqüência, abandono, fome e miséria.

¹⁷ Segundo Sousa Neto (1997, p.16), “o Dr. Nogueira Accioly, genro de Pompeu, tornar-se-á, ainda ao final do século XIX, o político de maior influência no Ceará de seu tempo e uma das expressões mais acabadas da conhecida política dos governadores. A obra de Accioly, entretanto, é uma obra de manutenção do poder familiar de uma política iniciada pelo Senador Pompeu e a consolidação de uma oligarquia formada por intelectuais, industriais e políticos de renome regional e nacional”.

Como já dissemos, a cidade de Fortaleza se modernizava, excluindo a população desprovida de condições materiais, espacialmente e socialmente, concentrando numa pequena área os investimentos que melhoravam a vida daqueles de maior poder aquisitivo. Se este quadro é fundamental para uma análise da Fortaleza daquele tempo e da Fortaleza de hoje, nos projetos educacionais este processo se repetiu. A Escola Normal, destaque na formação de professoras e o Liceu do Ceará, para a educação dos jovens da cidade, na maioria filhos da elite que comandava a política e a economia do Estado e que formaram os quadros da intelectualidade, estavam localizados na área onde os investimentos urbanos foram instalados. Entre outros equipamentos urbanos, como as praças que já descrevemos, tivemos o Teatro José de Alencar, inaugurado em 1910, conforme se observa no mapa 1 a seguir.

Certamente a construção das praças, bulevares e outras edificações públicas e ou privadas na cidade, com o intuito de transformá-la em *belle époque* deve ter desalojado famílias pobres, expulsando-as de áreas centrais, resultando na criação das áreas periféricas, propiciando o que com o tempo ficou conhecido como favela. Esta população ocuparia áreas como o Pirambu, no litoral oeste da cidade e outros pontos como o Morro do Ouro, Oitão Preto e a Cinza, entre outros espaços.

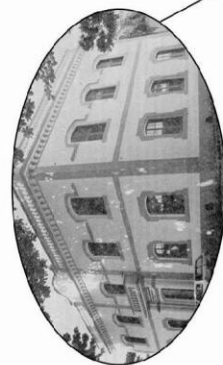
Este período, tão discutido pelos intelectuais da cidade se finda, segundo Ponte (op. cit, p.184) com a ocorrência de dois eventos significativos: o primeiro, em contexto mundial, a ocorrência da Primeira Guerra (1914-1918), o ponto final para “o modo de viver florido e eufórico que caracterizou a *belle époque* européia”. Já no Ceará, o momento de destaque está ligado aos movimentos de contestação ao governo acciolino, com graves conflitos, mortes e depredação do patrimônio da cidade, finalizando, do ponto de vista do autor supracitado a *belle époque* cearense. Movimentos estes considerados por vários analistas que compreenderam o verdadeiro sentido dos “belos tempos” como reação às diversas intervenções sejam urbanas, sociais ou culturais que excluíram a parcela da população mais necessitada de ações e intervenções das políticas públicas. Vejamos no mapa a seguir a localização de alguns dos lugares da cultura, lazer e educação em Fortaleza.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
 LINHA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO - NHIME
 GRUPO DE PESQUISA EM ESPAÇO, CULTURA E EDUCAÇÃO - GPECED

MAPA 01

LOGRADOUROS PÚBLICOS
 NA CIDADE DE FORTALEZA,
 SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX



Escola Normal, 1910



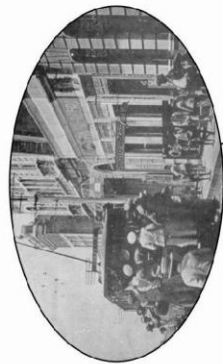
Praça José de Alencar, 1910



Teatro José de Alencar, 1920



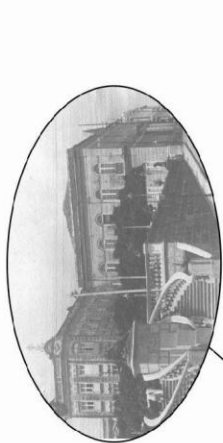
Instituto do Ceará, 1966



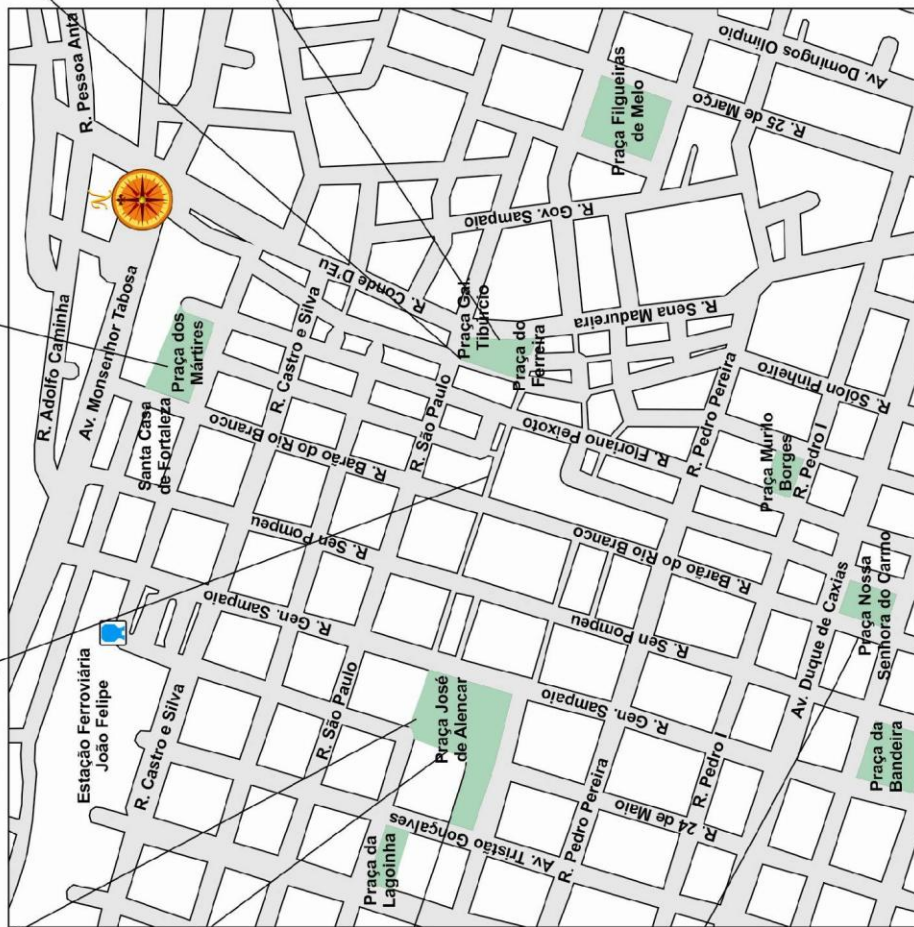
Os Bondes, 1906



Passeio Público, 1880



Praça General Tibúrcio

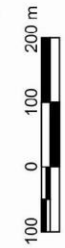


Praça do Ferreira, 1880

CONVENÇÕES

- Estação Ferroviária
- Espelho d'água
- Praças
- Quarteirões
- Vias de Acesso (ruas, avenidas)

LOCALIZAÇÃO



Fotos: Arquivo NIREZ, MIS, 2011.
 Base Cartográfica: SEINF, 2010.
 Elaboração: Eluziane Gonzaga Mendes.
 Vetorização: Aridênio Bezerra Quintilliano.

Agregamos aos fatores políticos que findaram a *Belle époque* cearense e de Fortaleza, o crescimento populacional de Fortaleza gerado pela migração ante os problemas climáticos periódicos ocasionado pelo êxodo rural, concentrando na cidade um número cada vez maior de desempregados, mendigos e crianças sobrevivendo na subnutrição, sem condições de saúde e higiene. Certamente esta realidade propiciou o surgimento de epidemias avassaladoras na cidade, registradas em jornais, documentos oficiais, estatísticas e romances da época.

Com o passar dos anos, a inclusão dos automóveis no fluxo urbano, as novas remodelações foram transformando a cidade, a exemplo da demolição dos cafés da Praça do Ferreira, para dar espaço a construção de uma nova praça, agora com uma coluna com relógio, a famosa coluna da hora. A busca pela modernidade que mudou e que destruiu o que no momento era símbolo do ultrapassado, começava a produzir uma nova espacialidade em Fortaleza e nas cidades mais populosas do interior cearense. O objetivo principal dessas mudanças foi adequação do espaço para acompanhar o progresso dos novos tempos, do moderno século XX que se materializava.

Refletir sobre os principais elementos constitutivos da dinâmica evolutiva da cidade de Fortaleza foi, também, falar de sua geografia. Não dá para compreender o pensamento social de um lugar, sem compreender como esse espaço foi sendo produzido por seus agentes sociais. A cidade não foi produzida, somente, pelas influências de grupo dominante, nem pelas ideias dos intelectuais que se debruçaram nesta seara. Ela foi e é produto da relação de conflitos, acordos e acomodações entre os vários atores e segmentos que habitam a cidade.

Cabe registro, nesta série de elementos que contextualizam o pensamento social, o imaginário da modernidade e a produção da geografia de Fortaleza e do Ceará, as características demográficas que desenharam o quadro da cidade, influenciados pelo aumento da população, decorrente das migrações, que resultou em maior demanda por moradia, trabalho, educação, saúde, transporte e lazer. Exigências que impactaram, diretamente, na necessidade da ampliação de serviços públicos como educação, transporte,

comunicação, além da expansão da malha urbana e do planejamento do espaço que deveria ser criado.

A educação necessária para formação e treinamento das elites dirigentes¹⁸ foi um processo para a construção da aclamada cidadania, devendo acompanhar os passos da capital da “nova” República, a cidade do Rio de Janeiro. Mas, a vida não transcorria bem assim. Na perspectiva de Olinda (2004, p.24) as reivindicações sempre ocorriam como consequência da pouca disponibilidade de escolas. A sociedade, por sua vez, por conta dos discursos efusivos sobre os bens que a educação poderia propiciar para os jovens, se manifestava exigindo educação escolar para seus filhos, assim retratou (idem, ibidem):

As reivindicações por educação escolar se multiplicaram em todos os espaços institucionais e nas conversas entre as pessoas, das mais intelectualizadas às mais simples, que começavam a ver na escola uma oportunidade para garantir melhor destino aos filhos. Os coronéis do sertão já haviam despertado para a importância da escola, desde a demonstração de força do poder central e dos coronéis do litoral, com o assassinato de Tristão Gonçalves e a execução em praça pública de padres, comerciantes e latifundiários participantes da Confederação do Equador.

Instruir um filho e chegar a formá-lo era visto como estratégia de manutenção do poder. Os doutores e bacharéis assumiram o poder político e administrativo das sedes urbanas, ditavam os processos de ordenamento da cidade, mantendo-se como dirigentes, conservavam os nomes de suas famílias, consolidando redes de atuação econômica e política.

Tinha-se consciência do poder da informação como instrumento de domínio. E para tanto, uma das ações foi criar em Fortaleza a Biblioteca Pública (1865), maior parte do acervo foi construído pela doação de livros dos

¹⁸ José Murilo de Carvalho em sua obra sobre “A Construção da Ordem: a elite política imperial” analisou a formação histórica das elites brasileiras. Desse modo, ressaltou que dentre as maneiras de garantir uma homogeneidade social entre as elites, seria por meio da “educação, treinamento e carreira, características que levavam a agir coesamente”. (2003, p. 35).

intelectuais da época¹⁹. Já havia sido criado o Liceu do Ceará (1844) e outras instituições responsáveis pela instrução como Colégio Ateneu (1865), Seminário Episcopal (1860), a Escola Normal, criada em 1872 e inaugurada em 1884 e o Colégio da Imaculada Conceição que de acordo com Menezes (op. cit, p. 194), instalado em 15 de agosto de 1863. No entanto, na obra de Plácido Aderaldo Castelo (1970, p.246), o Colégio Imaculada Conceição foi criado pelo governo da província através da “Lei n. 759, de 5 de agosto de 1856, criou em nossa capital a primeira casa de educação e recolhimento de meninas órfãs e desvalidas da Província e um ano depois, a 10 de março, inaugurou-se com dez alunos”.

Plácido Aderaldo afirmou ainda, que após dez anos de funcionamento da casa, a Lei n.1202 o extinguiu, passando a direção da instituição para as Irmãs de São Vicente de Paulo, com nova denominação de Colégio da Imaculada Conceição em 1865. A princípio tinha por objetivo a caridade, mas ampliou seu campo de ação e clientela.

O prédio, primeiramente, foi construído para servir de hospital, em caso de possível epidemia de cólera na Província do Ceará, porém este evento não ocorreu, sendo utilizado para acolher crianças pobres de Fortaleza, mas também recebia pensionistas que buscavam instrução. Com o tempo a principal clientela do colégio passou a ser as filhas da elite que ocupavam os dois turnos diurnos e a filantropia passou a ser exercida no período noturno, dentre as alunas estavam as que residiam no colégio, prestando serviços durante o dia.

Pela fé, as elites cearenses eram ligadas ao catolicismo, como ideologia e força de poder, levando os princípios religiosos por onde fossem. Daí a presença marcante de padres e ex-seminaristas nas instituições de ensino, na política, nas academias, associações e entidades científicas criadas no período em análise, como já referido. Nesse período, a gestão pública não se sentia responsabilizada em fornecer serviços básicos como a educação. “À Igreja, cabia a manutenção e gerenciamento das Santas Casas de Misericórdia, dos asilos de inválidos, dos internatos de órfãos. Na área da

¹⁹ Atualmente, boa parte dos livros doados compuseram o acervo do setor de obras raras da Biblioteca Menezes Pimentel e outras distribuídas pela cidade de Fortaleza.

educação, também se fazia presente [...]”, assim relatou Amaral (2002, p. 23). Por todos os serviços oferecidos pela Igreja, ela recebia o reconhecimento do Estado:

durante todo o período monárquico e na república, até os anos 1930, não havia por parte do Estado qualquer obrigação social ante a população. As escolas públicas eram raríssimas, com poucos destaques e concentradas nas capitais provinciais e estaduais. No interior do país, a parca formação dos jovens era ministrada por padres que lecionavam latim, gramática, matemática e retórica. Da mesma forma, toda a área de saúde e higiene estava relegada a segundo plano. O papel da assistência social cabia principalmente à Igreja Católica, que até 1889 era única reconhecida pelo Estado, ao qual se atrelava simbioticamente. (Amaral, 2002, p. 23).

Dessa forma, a constante participação dos padres e ordens religiosas na vida intelectual do povo era ainda em decorrência destes serem a maior parcela de pessoas instruídas da época, assim acabavam por difundir os preceitos do catolicismo. Sem sombra de dúvidas, a Igreja era a maior parceira do Estado, por oferecer ações assistencialistas que perduraram por muito tempo na história da nação brasileira, mesmo após a proclamação da república, que supostamente, teria sido a separação entre Estado e Igreja, as ações tiveram continuidade, lembrou Amaral (2002).

Nos primeiros cinquenta anos do século XX, houve um aumento no número das escolas confessionais, principalmente nos centro regionais, como Sobral, Crato, Juazeiro do Norte, Quixadá, Crateús e Acarati, propiciado pela interiorização do crescimento econômico ligado à cotonicultura, à pecuária e ao extrativismo vegetal, em especial o da carnaúba, e, também, por conta das ideias da modernidade, entre elas a importância da formação escolar. Estas escolas serviam principalmente aos filhos dos comerciantes, fazendeiros e políticos destas localidades.

Restava à população de baixa renda, que não era assistida pelas poucas escolas públicas, aprender algum ofício nas raríssimas escolas de aprendizes destinadas ao público masculino. As jovens que queriam aprender algum ofício tinham como único lugar as escolas de freiras, como já discutiremos, somente durante o turno noturno, como o Colégio da Imaculada Conceição, e outras instituições da Congregação São Vicente de Paula,

formada por um grupo de sete religiosas francesas, “as irmãs de Caridade – que aqui vinham para atender as desejo do primeiro Bispo do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos” (COLÉGIO..., 1999, p.359).

Outra escola pertencente a mesma Ordem foi a Escola São Rafael, onde estudou filhos ilustres de Fortaleza, como o ex-presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco, Barão de Studart, Argemiro Quixadá, Niels Olsen entre outros. Além de educandários, internatos e semi-internatos, a referida congregação criaria em 1886, o Hospital Psiquiátrico de São Vicente de Paulo, o Asilo de Menores e Maternidade Senhora Juvenal de Carvalho, a Assistência Municipal de Fortaleza (Hospital Dr. José Frota) e o Hospital Geral de Fortaleza, cabendo-lhe a primazia do ensino de enfermagem no Ceará, com a criação da Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo (COLEGIO..., op. cit. p.369). Estas instituições escolares do Ceará formaram basicamente a estrutura da instrução e, nestes espaços foi difundido os saberes escolares, dentre eles, o geográfico.

Apesar da importância da educação para formação das elites, denotou-se no Ceará uma realidade precária para instrução pública, raros eram os esforços para a mudança deste cenário. O ensino primário incipiente se mantinha com a presença de professores sem qualificação, ladeados por professores religiosos, recurso humano de referência, indispensável para a manutenção de um processo instrucional, além, é claro, da possibilidade de orientação moral e religiosa.

A carência de escolas se devia ainda pela falta de investimentos em uma política democrática de acesso a educação e, por conseguinte, a ausência de pessoal habilitado²⁰ para o ensino, sobretudo nas vilas do interior do Ceará, isto é, não existiam cursos de formação de professores. Sendo a Escola Normal em Fortaleza, a primeira instituição criada com esse objetivo, e posteriormente, algumas escolas rurais pelo interior da Província. Após o letramento nas escolas primárias e complementares, no ensino secundário, continuava-se os estudos das humanidades em cadeiras espalhadas pelos municípios mais populosos, além do Liceu do Ceará, em Fortaleza, escola

²⁰ Sobre o processo de formação de professores, a partir do ensino de geografia, teremos no último capítulo mais detalhes e explicações.

referência para formação no ensino secundário, segundo Castelo (op. cit., idem).

Com a proclamação da República e a promulgação de sua Carta Magna em 1891, houve a quebra do regime do padroado²¹, mas a influência da igreja Católica no sistema educacional continuou nas escolas públicas e privadas não confessionais.

Desde então, o ideário republicano de nação foi perseguido durante todo o século XX, e um dos meios para a construção deste projeto, entre outras possibilidades, se apresentava na instrução e nela o saber histórico e, posteriormente, o geográfico. Fatores estes que serão mais bem explanados no último capítulo, referente ao saber geográfico escolar.

As contradições da instrução pública cearense e a formação do conhecimento local eram profundas. Se de um lado existia uma elite intelectual plena de conhecimentos e que tinha oportunidade de ir estudar na Europa, do lado do povo, havia muitas carências de professores, escolas e gestores. Os resquícios de um país agrário-exportador, baseado em mão-de-obra escrava era um ranço que os republicanos queriam esquecer. O atraso da instrução pública e a inexistência de cidadania eram desafios que deveriam ser vencidos, mas que não eram alcançados, pelo menos pelo todo da população, como vimos ao caracterizar a fase da “Belle Epoque” em Fortaleza.

O contexto econômico, social e cultural, no período analisado, foi seguido pela realização das grandes revoluções industriais, das mudanças de comportamento, da evolução da medicina, conseqüente aumento da expectativa de vida, da criação de tecnologias, da evolução da História ocidental. O mundo foi rapidamente se transformando e os comportamentos sociais seguiram junto. Sem esquecer, a importância que teve a criação da

²¹ Segundo Parente (2000, p. 78), “o regime do padroado foi, durante o colonialismo, o consenso mais visível da relação entre o poder temporal e o eclesiástico para a formação de um projeto colonizador da monarquia portuguesa e o projeto missionário da Igreja Católica no Novo Mundo. Por conta do Padroado cabia ao Rei de Portugal recolher os dízimos, apresentar os postulantes aos cargos eclesiásticos e prover as condições para o culto, ao mesmo tempo que enquanto reis conservar o direito de propor a criação de novos bispados e seus titulares. Com a Independência do país, o mesmo direito foi colocado nas mãos do Imperador brasileiro pelo Papa”.

imprensa, com os jornais de circulação²², difundindo as novas ideias, pautadas na modernização do antigo e tradicional.

A cidade de Fortaleza, inserida no contexto brasileiro e mundial, apesar das dificuldades de criar seu sistema educacional e instituições acadêmicas, tentava não ficar à margem das mudanças. A moda, os estilos, as mercadorias chegavam para as famílias da elite²³. E a educação era um dos repositórios de construção de mudanças na sociedade, segundo discursos da época. Porém, essa realidade pertencia às famílias abastadas, pois a maioria pobre da população permanecia como estavam, sem instrução escolar, quase absoluto analfabetismo e abandono.

“Em meio a miséria e ao analfabetismo, começaram a surgir os primeiros doutores, filhos das classes abastadas cearenses, provenientes do Seminário de Olinda, de São Paulo ou Portugal” (OLINDA, op. cit, p.25). E para os outros, restava a estratégia do “disciplinamento dos pobres, doentes, mendigos, loucos, vadios e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital”, como assim relatou Ponte (op.cit, p.164).

Portanto, “a elite cearense se mantinha em sintonia com o restante da elite brasileira na condução da violência real e simbólica contra o povo, sempre representado como imaturo, preguiçoso e ingênuo [...]”, retratou Olinda (op. cit., p27). Era dessa forma que os dirigentes da cidade conseguiam se manter no poder político e administrativo da cidade, a partir de uma política segregadora, como leis gestadas a partir de aportes teóricos deterministas, onde afirmavam ser o pobre, um povo indolente, preguiçoso e ignorante. Deste modo, os conflitos perduraram na história brasileira e cearense. Se por um lado

²² Cordeiro explicou que os jornais da época eram “[...] bastante representativos das diversas tendências ideológicas (liberais, católicos, marçons, republicanos etc.), políticos de estatura nacional como o senador Martiniano de Alencar, José de Alencar e o senador Pompeu, intelectuais engajados do porte de Silva Bezerra, Rocha Lima e Capistrano de Abreu, movimentos intelectuais atualizados com o pensamento europeu como a Academia Francesa [...]” (2002, p.135).

²³ A elite no Ceará era formada por políticos, industriais e comerciantes. No caso dos políticos, revela Cordeiro (2002, p. 143) que “a maior parte da elite política possuía diplomação superior, com a predominância de bacharéis e padres, principalmente entre 1860 e 1867”. Sobre os candidatos deveriam preencher os “seguintes pré-requisitos: ser um intelectual; pertencer a um clã familiar; ser cearense e não adventício ao meio; possuir dons oratórios; e ter apoio das personalidades da cúpula do governo central” (idem, ibidem).

as elites urbanas defendiam a necessidade de uma educação mínima para difusão da civilidade, por outro as elites agrárias temiam perder seus latifúndios e monopólios comerciais.

Destacava-se no “mar de analfabetos” uma pequena “ilha de letrados”, como explicitaram Carvalho (2003) e Sousa Neto (1997). Assim, uma pequena parcela de homens cultos ditava as ordens, dirigia as cidades e determinava qual conhecimento poderia ser difundido pelo povo.

Os filhos de comerciantes, fazendeiros e políticos eram enviados para estudar nos liceus e nas faculdades de Direito e Medicina, ou para seminários existentes nas cidades mais importantes da época, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, assim como constataremos pelas trajetórias de alguns intelectuais do Ceará. Inclusive, alguns tiveram a oportunidade de formar-se no estrangeiro, sobretudo, em Coimbra, Portugal. Ou ainda, seguir a carreira militar, um outro reduto de intelectuais da época.

Enviando os filhos para outros lugares, a sociedade elitista pôde ainda ter supervalorizado o que vinha de fora. Iniciando um hábito cultural do brasileiro que criou a falsa máxima de que “só é bom aquilo que vem de fora”. E com essa perspectiva, a organização interna da instrução pública brasileira e cearense ainda demorou bastante tempo para ser estruturada, e a princípio seguiu o modelo francês. Nesta mesma percepção, Olinda (op. cit, ibidem), declarou como a vida na cidade de Fortaleza e no Ceará era engendrada por sua elite:

[...] na perpetuação de uma visão eurocêntrica que sempre preferiu importar soluções a pensar sua própria realidade. Os métodos postos em prática na França, Inglaterra, Alemanha e Áustria eram trazidos para uma província onde sequer se tinha uma escola normal para formar seus mestres! Mas esse disparate se torna compreensível, se lembrarmos que, apesar de toda pobreza, era o estilo de viver e morar de Paris que representava o objeto de desejo dos latifundiários e da burguesia emergente.

No entanto, as elites urbanas e rurais²⁴ souberam traçar estratégias políticas sólidas que resultaram no alcance de seus objetivos: criar um país em

²⁴ Elites rurais do Ceará eram provenientes do enriquecimento em fazendas de criação de gado e do comércio resultante da pecuária. Da “civilização do couro”, iniciada no século XVII. Desse período foram criadas as primeiras estruturas que interligavam as vilas do interior da Província.

que os ricos não perdessem seus privilégios, mas tivessem ao seu dispor, uma camada social de trabalhadores alfabetizados, inseridos no processo civilizatório da sociedade moderna. Assim, as escolas, em sua maioria, pertencentes e organizadas pelos círculos da intelectualidade pensante, exerceram suas funções docentes, com a missão de difundir e consolidar as bases ideológicas das elites dirigentes do Brasil.

Além do debate ideológico sobre a necessidade de educação, as ações políticas recorrentes revelavam-se pela intolerância, intransigência, práticas patrimonialistas e pelo clientelismo, pela violência moral e física, com inúmeras trocas de favores, valorizando o exógeno à realidade local. Quadro este que perdurou ainda por muito tempo no cenário da gestão pública cearense, inclusive no sistema educacional como veremos no último capítulo da tese. O progresso era vislumbrado, mas para que as condições operacionais existissem ainda seriam perseguidas durante as próximas décadas.

Todos esses eventos que se sucederam na criação da história e na produção da geografia do Ceará, especificamente da cidade de Fortaleza, palco dos eventos que respingavam para os lugares interioranos cearenses, compuseram o pensamento social da época, marcado pela ânsia do progresso e pelo interesse precípuo de inserir-se no novo sistema que se impunha – o capitalismo.

Falamos aqui de saber geográfico por acreditar que no período entre o final do século XIX e início do século XX, as ciências no Brasil, em especial no Ceará, ainda encontravam-se em formação. Portanto, todas as mudanças urbanas, econômicas, políticas e culturais, interferiram significativamente na produção das ciências em âmbito local e regional.

Das rotas do gado, seus entrepostos e pontos de apoio, resultaram a criação de mais vilas. Assim, a rede de caminhos e rotas foram conectando os lugares do sertão ao litoral, com destaque para Sobral, Acaraú, Camocim, Icó, Aracati, Aquiraz e, posteriormente Fortaleza. Mas, no século XIX, Fortaleza passou a ser a principal cidade, ponto de convergência das riquezas do interior, passando ser a sede das elites urbanas, mas com representantes alocados nas cidades acima elencadas. A interligação entre os lugares recebe destaque entre as temáticas estudadas na geografia do Ceará.

O que temos na atualidade por conhecimento científico foi resultado de investigações e vivências científicas de um tempo passado percorrido pelos sertões do Ceará e pela vida urbana na cidade de Fortaleza. Muitos eventos poderiam ser suscitados como exemplos dessa história, no entanto, buscamos ressaltar aqueles que trouxeram contribuições para a organização do pensamento que produziu a Geografia cearense.

Na contramão desse processo ou favorecendo a concretização dos fatores políticos, econômicos e culturais que se impunham ao tempo, surgiram os movimentos filosóficos e literários no final do século XIX, perdurando pelo século seguinte, resultado das contradições sociais da época.

Uma pequena parcela dos moradores da cidade, aqueles que tiveram acesso à educação, a camada dos intelectuais, estudiosos atentos ao que se passava no contexto regional, nacional e tendências mundiais, iniciaram a criação das academias literárias e científicas. E dessas agremiações de intelectuais nascia o pensar científico e filosófico da intelectualidade cearense, primórdios do processo de criação dos saberes locais, assim como veremos a seguir.

1.2 Agremiações intelectuais e o ideário cientificista

Era a verdadeira incorporação da vida mental cearense à torrente de idéias novas que chegava da Europa, relatou Cordeiro (2002, p.152).

A cidade de Fortaleza, entre os séculos XIX e XX, era fruto da efervescência da intelectualidade, dos movimentos culturais, do crescimento urbano, econômico e cultural. Foi centro de manifestações sociais e movimentos considerados expressivos e marcantes segundo os historiadores locais. Nessa perspectiva, Cordeiro analisou os principais eventos de caráter científico-literário: “o movimento filosófico-literário de 1873-1875, o abolicionista de 1880-1884 e o literário de 1892” (op. cit., p.151). Todos esses movimentos antecedem à criação do Instituto do Ceará que ocorreria em 1887.

Além dos movimentos, a cidade sediou a criação de importantes instituições que dinamizaram as artes e o lazer, a literatura e a ciência, dentre

elas: a Fundação do Clube Iracema (1884), do Clube literário (1886), do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), Fênix Estudantal (1872), Academia Francesa (1872), Padaria Espiritual (1892), Fênix Caixeiral (1891), Academia Cearense de Letras (1894), além de inúmeros gabinetes de leitura e sociedades de letras, e, conforme Cordeiro (*idem*, *ibidem*), chegavam a mais de 80. No século XX, destacamos a criação da Sociedade Cearense de Geografia e História (1935), entre outras sociedades classistas e academias diversas.

Para delimitação desta pesquisa, foi feita a escolha por estudar com mais ênfase as contribuições do Instituto do Ceará para o desenvolvimento da geografia cearense, cuja análise poderá ser vista no próximo capítulo. Mas, para compreendermos o contexto em que as ideias foram sendo tecidas foi importante elencar as principais entidades criadas e como elas colaboraram para formar o ideário científicista da época em análise.

Desse modo, segundo Celeste Cordeiro (2002) a *Fênix Estudantal* foi uma das primeiras instituições literárias criadas. O principal destaque foi a presença de Rocha Lima, à época com 15 anos, João Lopes e Fausto Domingues. Em seguida, Rocha Lima criou a Academia Francesa, que perdurou entre de 1872 ou 73 a 1875.

Conforme Sânzio Azevedo (1994, p.185), o nome *Academia Francesa* foi uma forma jocosa criada por Rocha Lima, para criticar uma Escola de Recife, onde predominavam as ideias germânicas, assim criaram a similar com as ideias francesas. Alemanha e França, na época, já se apresentavam ao mundo como duas grandes potências econômicas e políticas. Conflitos históricos acirraram as divergências ideológicas que eram transmitidas pelas teorias criadas por seus intelectuais. Especificamente, para a geografia, a formação histórico-geográfica das duas nações resultaria na sistematização da geografia e, em especial, na sua cientificidade.

A *Academia Francesa*, entidade literária cearense, caracterizou-se por ser um encontro entre amigos para discutir textos e a novas ideias vindas da Europa. Não criaram estatuto, não tinham sede própria, não faziam atas, apenas encontravam-se e discutiam. Contudo, relatam os historiadores que dentre os participantes encontrava-se Tomaz Pompeu, um dos pioneiros na

difusão das doutrinas positivistas e da filosofia evolucionista no Norte do Brasil, conforme destacou Azevedo:

Era a época das ideias científicas, com a crítica de Taine subordinando obra de arte ao meio, à raça e ao momento; com o Positivismo de Comte e sua recusa do metafísico; com o evolucionismo de Darwin, a Geografia de Ratzel e a História de Buckle, enfim, todo um elenco de novas ideias que apontavam para o materialismo, razão dos choques então havidos entre os rapazes da Academia Francesa, alguns dos quais serviam das lacunas do jornal maçônico *Fraternidade* para expor suas teorias, e os colaboradores mais radicais da *Tribuna Católica*. (AZEVEDO, *op. Cit.*, p.186).

Diante desse quadro razão e fé se chocavam. As novas teorias discutidas na Academia Francesa geravam conflitos com as ideias já, tradicionalmente, arraigadas no seio da sociedade de Fortaleza. Duas correntes de pensamento se estruturaram e divergiram, quanto a secularização do Estado, e inclusive, sobre o sentido da formação do povo. De um lado, os tradicionalistas que defendiam a instrução doméstica e religiosa, e na oposição, os acadêmicos que defendiam instrução leiga, pública, gratuita e obrigatória, explicou Cordeiro (2002, p.156). Relatando a incorporação dos princípios da modernidade no ideário cientificista cearense, declarou Andrade explico que na época:

Educar o povo era uma condição *sine qua non* para a construção da vida moderna. Nesses sentidos esse ideário será pulverizado através dos movimentos estéticos, científicos e filosóficos da época aglutinados nas agremiações intelectuais, cuja imprensa se constituirá no espaço privilegiado de divulgação daquele debate social. (2008, p.40)

A imprensa e seus jornais, como vimos, foi o principal meio para difusão das ideias e dos conflitos ideológicos que ultrapassavam o âmbito da teoria e se confrontavam pelas oposições político-partidárias. Eram aversões entre posturas filosófico-religiosas expressadas pelas notícias, por meio dos jornais, como o *Fraternidade* (jornal maçom) em oposição a *Tribuna Católica*. A notícia jornalística era o espaço de excelência de divulgação e difusão de ideias defendidas pelos intelectuais, representantes dessas agremiações.

Interessante ressaltar que a composição da Academia Francesa do Ceará foi uma das responsáveis por promover e difundir o ideário cientificista e evolucionista entre os letrados, conforme relatou Ponte (2002, p.165):

A Academia Francesa do Ceará, criada em 1872 por jovens intelectuais cearenses egressos da academia de Direito do Recife, coube o papel de promover o ideário cientificista e evolucionista entre grupos letrados fortalezenses. Noções como “progresso”, “evolução” e “darwinismo social” assimilados do estudo das obras de Comte, Spencer, Darwin, e veiculados pela intelectualidade brasileira da época, serviram de base de inspiração para os projetos de redefinição político-social do País, como, por exemplo, o abolicionismo e o republicanismo.

Interessa lembrar que a Geografia como ciência foi fruto do pensamento alemão e francês. E foram essas ideias que invadiriam o contexto letrado de Fortaleza e cearense, por meio das agremiações, sendo a Academia Francesa uma das primeiras responsáveis. Conforme Sânzio de Azevedo os membros participantes da Academia Francesa cearense tornariam o grupo “um dos mais importantes de toda a história cultural do Ceará” (op. cit.,p.186).

A formação da ciência, a busca pela civilidade e pelo progresso eram sonhos perseguidos pelas elites intelectualizadas, criando pontos de vista, que se tornaram linhas de pensamento e aparato metodológico, como o pensamento de Rocha Lima, um dos fundadores da Academia Francesa. Pautado na filosofia Positivista da Doutrina de Comte, a mentalidade cientificista impregnava as idéias de quem tentava produzir conhecimento na cidade. E “a formação de intelectuais, por sua vez, era fundamental naquele momento para um país que vivia um processo de múltiplas transições, transações e reações”, conforme Sousa Neto (1997, p.19).

Prenunciava-se, então, a contradição entre o ideário tradicional vigente e as novas ideias de civilidade e progresso, pressupostos da sociedade moderna. Porém, ultrapassando os conflitos teóricos e os emblemáticos problemas sociais, as discussões traziam um novo caminho para criação do saber local, apropriando-se do que vinha do além-mar, seguindo passos similares, mas com originalidade.

Outra instituição criada à época, segundo Cordeiro (2002), foi a Escola Popular, instituição destinada a operários e alunos pobres. Desenvolviam debates, conferências onde se faziam presentes: Rocha Lima, Tomaz Pompeu, João Brígido, Antônio Felino Barroso, João Lopes, Antônio José de Melo, Domingos Olímpio, Xilderico de Faria, França Leite, Amaro Cavalcante e Araripe Júnior.

A vida pacata, mas cheia de entusiasmo, a efervescência do pensamento, tornaram a cidade precursora de alguns eventos. Dentre os movimentos de repercussão que ocorreram na sociedade cearense, especificamente em Fortaleza, destacamos os movimentos abolicionistas materializados na criação da Sociedade Perseverança e Porvir (1879) e a Sociedade Cearense Libertadora (1880), conforme Caxile (2004).

A *Sociedade Cearense Libertadora*, fundada em 08 de dezembro de 1880, tinha dentre os participantes: Isaac Correia do Amaral, Papi Júnior, William Ayres, Abel Garcia, João Cordeiro, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Alfredo Salgado, Antônio Dias Martins, José Correia do Amaral, João Lopes Ferreira Filho e Manoel de Oliveira Paiva, (ver figura 1).

O movimento abolicionista no Ceará teve o seu início, a partir de 1850, no entanto conteve maior intensidade com a criação das sociedades abolicionistas. O ideário abolicionista se espalhou pelos espaços urbanos de todas as províncias do Brasil, em decorrência da difusão dos meios de comunicação e pelas camadas médias de letrados do país, comerciantes, professores, funcionários públicos, políticos, dentre outros, segundo o destaque de Caxile (2004).

Apesar dos ares de libertação e humanitarismo que envolviam o movimento abolicionista, e ter sido o Ceará a primeira Província a libertar seus cativos, por meio da Lei provincial de 25 de março de 1884, de fato, foi pequena a quantidade de escravos libertos, tendo em vista, ter uma das menores populações de cativos do Brasil.

A literatura sobre o tema demonstrou que a essência do movimento abolicionista não era tão filantrópica e humanitária, mas sim o desejo de introduzir na sociedade brasileira, uma nova ordem social, ligada aos novos

padrões de sociedade moderna capitalista, baseada na liberdade, no progresso e civilidade, segundo Caxile (2004). E um dos motivos para existência desse movimento reportou Oliveira, ao explicar que “era necessária a superação da organização social escravista para que se tornasse móvel o nascimento da própria sociedade moderna no país” (2001, p.87).

Apesar das reais intenções dos movimentos abolicionistas estarem ligadas a condicionantes políticos e econômicos, não descartamos as contribuições intelectuais resultantes desses eventos que possibilitaram a criação de agremiações que favoreceram a discussão de novas ideias e a mudança da ordem do que estava tradicionalmente posto.

Merece registro o fato de que foi a partir do abolicionismo, da busca pelo liberalismo econômico, das ideias republicanas e pelo ecletismo que o positivismo adentrou na formação do pensamento brasileiro, difundido pela burguesia e intelectuais em ascensão²⁵, sobretudo, no período que transitava pela ordem vigente, entre império à república²⁶. Portanto, a doutrina positivista influenciaria a formação da ciência no Brasil, em suas mais variadas vertentes, desde as ciências humanas ao conhecimento exato ou aquele baseado nas ciências naturais.

O culto à ciência e à razão deu-se por oposição ao domínio da fé, assim traçaram as bases da implementação de uma sociedade organizada para receber os ditames do progresso e da civilidade capital. “A cultura positiva toma conta dos estudantes e intelectuais do final do século XIX”, assim retratou Paixão (op. cit. p.58). Buscavam eles vivenciar um país e uma cidade moderna, onde a razão fosse o princípio norteador do pensamento, da ciência e da política.

²⁵ Sobre a burguesia e a classe de intelectuais no Brasil e no Ceará, Paixão faz um comentário interessante, revelando que “essa *nova burguesia* vai ser responsável pela circulação de diversas formas de pensamento, originárias dos grandes centros europeus e da América do Norte onde buscavam inspiração não somente nas ideias e crenças, mas nas próprias realizações dos países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América. É dentro dessa camada social que se esboça a intelectualidade brasileira, formada por jornalistas, escritores, tribunos, professores, militares e religiosos” (op. cit, p.57).

²⁶ Constatação de Paixão (2000).

Um dos destaques na efervescência do pensamento intelectual da sociedade letrada foi a criação da Academia Cearense, que se tornou a Academia Cearense de Letras, fundada em 15 de agosto de 1894, em sessão solene no salão nobre da Fênix Caixeiral (ver figura 2).

Os objetivos principais dessa instituição era promover os exames das doutrinas ou questões literárias e científicas; acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos; esforçar-se para alargar a esfera da instrução superior e secundária do Ceará; levantar a instrução primária e chamar atenção para os variados problemas, além de fomentar o gosto artístico e literário pelos meios ao seu alcance, segundo Martins (2009, p.17).

A Academia Cearense de Letras direcionava-se para as questões socioculturais, não se deixando levar pelo conservadorismo presente em instituições similares, apontou Montenegro (1998).

Dentre os fundadores estavam: Tomaz Pompeu (presidente), Pedro Queirós (vice-presidente), Valdemiro Cavalcante (1º secretário), Raimundo Arruda (2º secretário), Álvaro Mendes (tesoureiro) e Justiniano de Serpa (orador). Alguns dos 27 membros iniciais da Academia Cearense de Letras, também participavam do Instituto do Ceará. Nas reformulações estatutárias que ocorreram posteriormente, houve maior abertura para participação de mulheres intelectuais, em redutos acadêmicos, marcadamente masculinos.

Na figura 3, mais a frente, observamos os sócios da Academia, em reunião solene de 8 de setembro de 1922, no antigo palacete Ceará, com a identificação de todos os membros, inclusive com a presença de Alba Valdez.

Interessante lembrar as considerações de Montenegro (1998, p. 190), ao afirmar que “a Academia Cearense foi uma entidade despojada de qualquer academicismo, motivo pelo qual lograria êxitos intelectuais notáveis, com larga e bem qualificada produção originária da pena de Farias Brito, Justiniano de Serpa, Guilherme Studart e outros”. Ressaltou ainda que, “lá, o próprio Barão de Studart teve de colocar em reserva o seu tradicionalismo, enveredando pelo caminho de sua produção científica”. (op. cit., p. 192).

Prova deste fato foi o livro proposto por Guilherme Studart, que levaria a denominação de “O Ceará em 1896”. O projeto do livro foi apresentado pelo autor, no entanto não chegou a ser produzido.

Posteriormente, em 1924, Studart produziu obra similar com o nome “Geografia do Ceará”, pelo Instituto do Ceará, entidade a qual também pertencia. Livro este reeditado em 2010, como uma homenagem ao Barão de Studart, como veremos nos próximos capítulos.

Contudo, o que relacionou a Academia Cearense ao desenvolvimento da geografia, é que no seu estatuto foram criadas comissões científicas referentes a diversas disciplinas e áreas do saber, dentre estas, a 5ª comissão, de *ciências sociológicas* que estudava: economia política, estatística, demografia, geografia e história. Outra comissão de interesse da pesquisa trata da *instrução pública e profissional*.

Uma das condições para admissão era que o sócio ao ser admitido publicasse uma obra de real interesse e merecimento social, ligada a uma das comissões de estudo. Assim, aqueles ligados ao estudo da geografia deveriam realizar pesquisas sobre a temática.

A dinâmica de produção e reuniões na Academia Cearense teve sua fase mais ativa no início da fundação, perdurando até meados de 1902. Continuou suas atividades, com mudanças de presidentes e algumas reformulações estatutárias, ampliando a quantidade de sócios para 40 membros, assim como seu campo de atuação na sociedade cearense.

Igualmente ao Instituto do Ceará, como veremos no próximo capítulo, a Academia Cearense de Letras possui uma revista anual. Informa Martins (2009, p.17-18) que os “objetivos da nova sociedade não ficaram limitados ao campo das letras”, tendo maior amplitude. Atualmente, as revistas dessa instituição são utilizadas como registros do que se pensava e produzia no século XIX e XX.

Outras agremiações da época que podemos citar, referidas por Sâncio de Azevedo (op. cit.) foram: O *Clube Literário* (ver figura 5), criado em 1886, por João Lopes e outros. Esta instituição tinha caráter mais literário, apesar de expressar narrativas românticas e contos cientificistas a despeito do que produziu Rodolfo Teófilo. Discutiam literatura e a difundiam por meio do jornal “A Quinzena”, que circulou entre 1887 e 1888.

A *Padaria Espiritual*²⁷ (ver figura 6) foi outra agremiação relevante na construção dos saberes do Ceará. Fundada por Antônio Sales existiu no período entre 1892 a 1898. O pesquisador Azevedo (*idem, ibidem*) a considerou como uma das mais importantes agremiações criadas após a proclamação da República, além de ter sido uma das mais originais de todas as sociedades literárias.

Desde o início de sua fundação, a Padaria Espiritual²⁸ foi uma agremiação crítica e polêmica. Tinha por objetivo oferecer “pão espiritual” para os povos, portanto, o periódico era denominado de “O pão”, circulou pela cidade entre 1892 a 1896. A Padaria Espiritual consolidou os estudos sobre o realismo cearense tendo por principal representação Rodolfo Teófilo, com obra de destaque “A Fome” em 1890 e posterior a esse ano publicara a obra “Os Brilhantes” em 1895. (Ver imagem no capítulo III).

A cada obra produzida percebemos em suas linhas um olhar voltado para a realidade histórica e geográfica da época. Os saberes sobre Fortaleza e o Ceará eram transformados em obras literárias a exemplo do que tratou o livro “A Normalista”, de Adolfo Caminha (1893), representando o cotidiano de Fortaleza. Além de outros temas como a realidade das secas, retratada em literatura, cordel, canções, rezas. Um vasto conjunto de manifestações que demonstravam a importância de retratar a própria realidade tanto por intelectuais quanto pela população em geral. Os movimentos literários e filosóficos direcionaram os caminhos pelos quais passaria a transição dos saberes locais à ciência.

Podem até questionar: o que literatura tem haver com geografia? A literatura criada pelas agremiações literárias no Ceará foi uma produção de narrativas que retratavam a natureza, transformações sócio-espaciais,

²⁷ Para os que se interessam em compreender melhor essa agremiação literária, ler o livro: “**Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso**”, de Gleudson Passos Cardoso. Livro publicado pelo Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, 96p.

²⁸ Gilmar de Carvalho ao apresentar o livro de Gleudson Cardoso, que analisa a Padaria espiritual, afirmou que essa agremiação representou a “emergência das classes médias, posterior aos Outeiros e à Academia Francesa, tendo como racha o Centro Literário” (2006, p.8).

descrição de processos históricos da formação da geografia, assim, é inegável a vinculação entre essas coletividades e a produção do ideário cientificista da época.

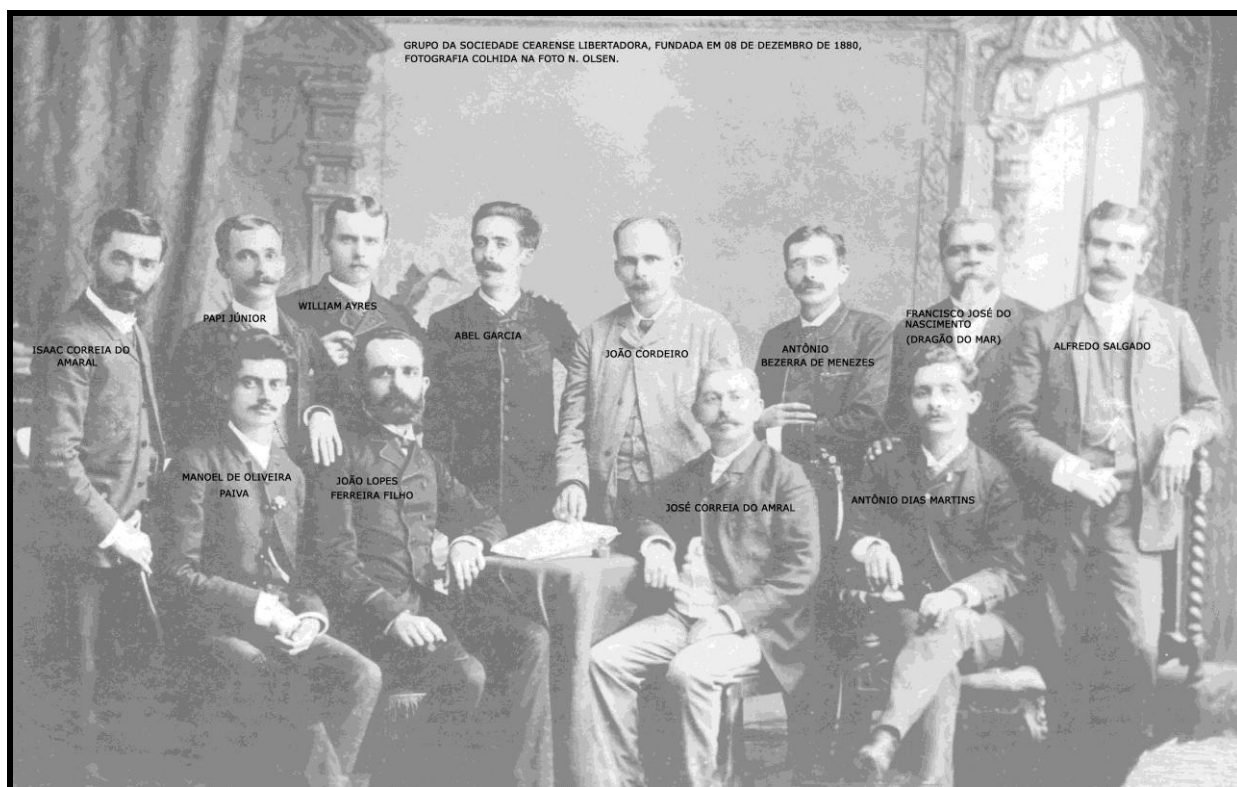
Foi a partir da confraria do pensar, possibilitada pelas agremiações literárias, sociedades e institutos acadêmico-científicos, que as crônicas históricas produzidas pelos estudiosos foram assegurando credibilidade aos escritos sobre História, Geografia e Antropologia que, posteriormente, teriam sido entrelaçadas no Instituto do Ceará. Além disso, foram precursoras e responsáveis pela introdução no pensamento social da formação da ciência e sistematização dos saberes locais.

O Ceará, assim como em outras províncias do Brasil, não ficou fora dessa conjuntura. Portanto, se lançou na criativa ação de tecer seus limites, delimitações, compreensão das relações econômicas com as províncias vizinhas, enfim foi se constituindo de direito e de fato. Neste caso, fato histórico. Fruto da necessidade em registrar a própria história e identidade, perante à nação que se desenhava. A escrita da história não foi qualquer uma, mas aquela escolhida por sua elite pensante.

Percebemos que o surgimento das instituições de pesquisa e agremiações literárias foi fundamental para a formação da ciência brasileira, bem como da formação da ciência de caráter regional e local, a exemplo de outros países. Concepção esta possível de compreender pelas formulações de Peter Burker (2003), ao analisar a História social do conhecimento produzida pelas nações no mundo.

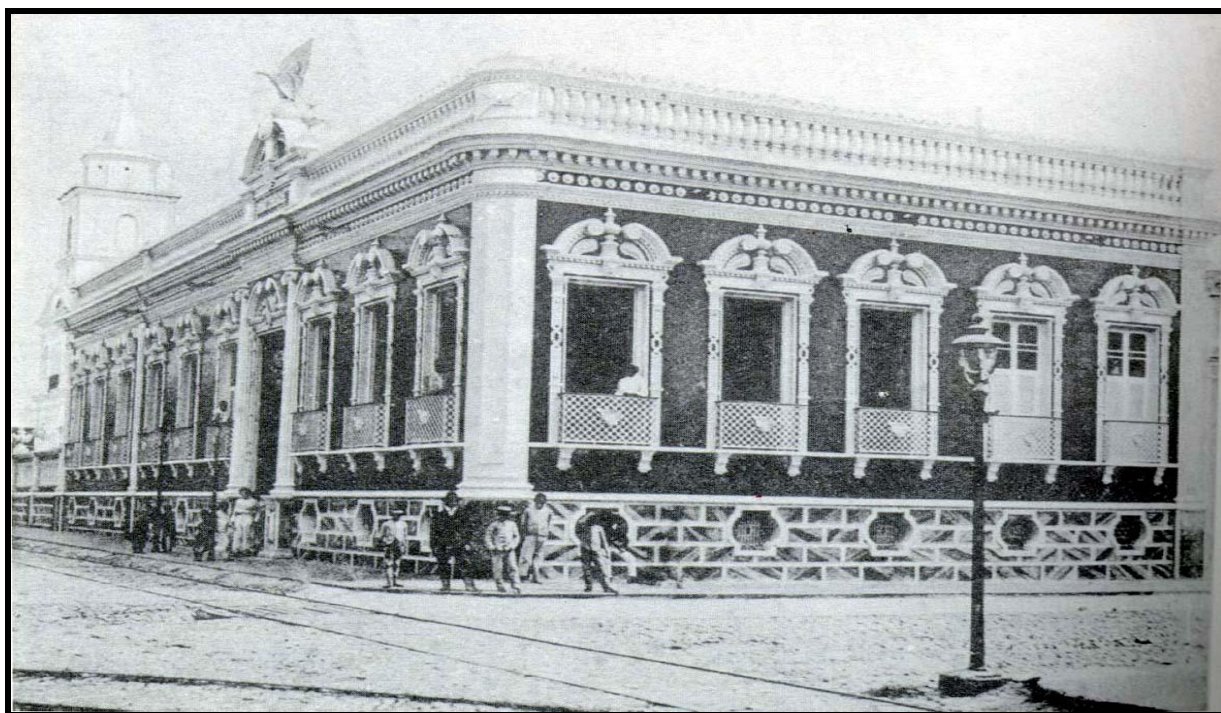
Esses ambientes, criados para difusão das ideias, expressavam a produção do pensamento social da época. Engendrar um discurso próprio e original capaz de construir a identidade territorial do Ceará foi um dos principais objetivos. E toda essa efervescência demonstrou indícios de que já se pensava em produzir uma Geografia genuína, que passou a ser esboçada pelos estudiosos e intelectuais das agremiações que se alinhavam com os estudos da natureza e da formação dos espaços.

Figura 1: **Sociedade Cearense Libertadora**



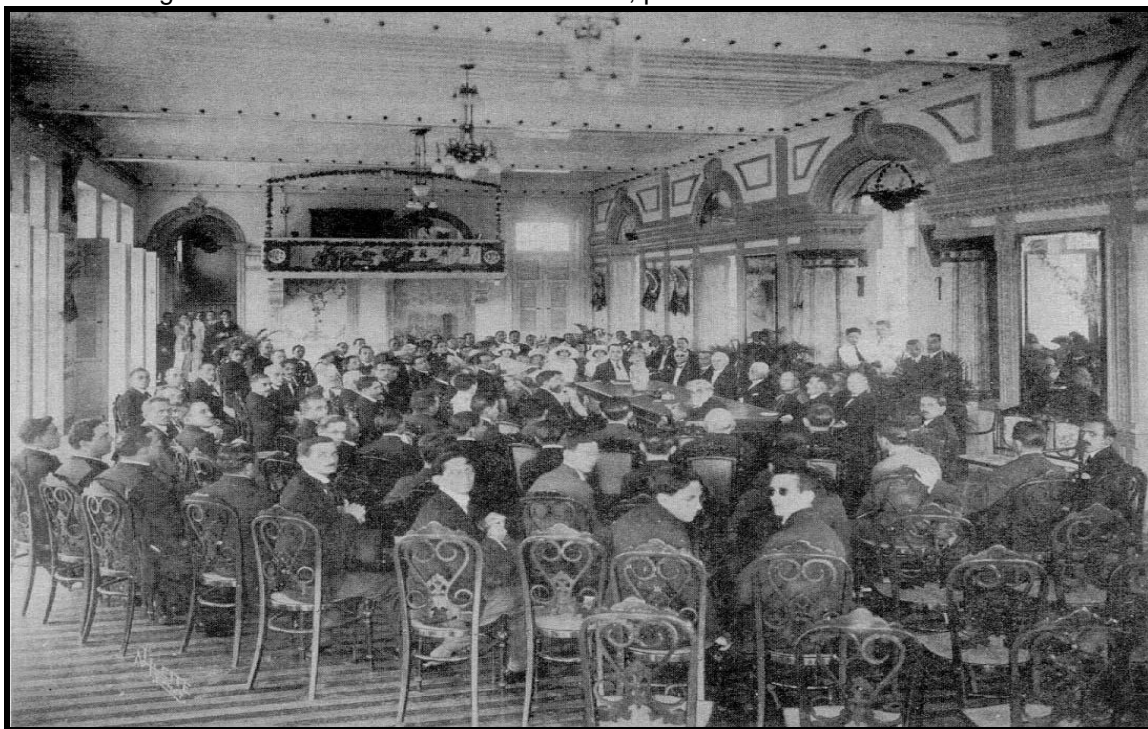
Fonte: Nirez, 2011

Figura 2: **Sede da Fênix Caixeiral**



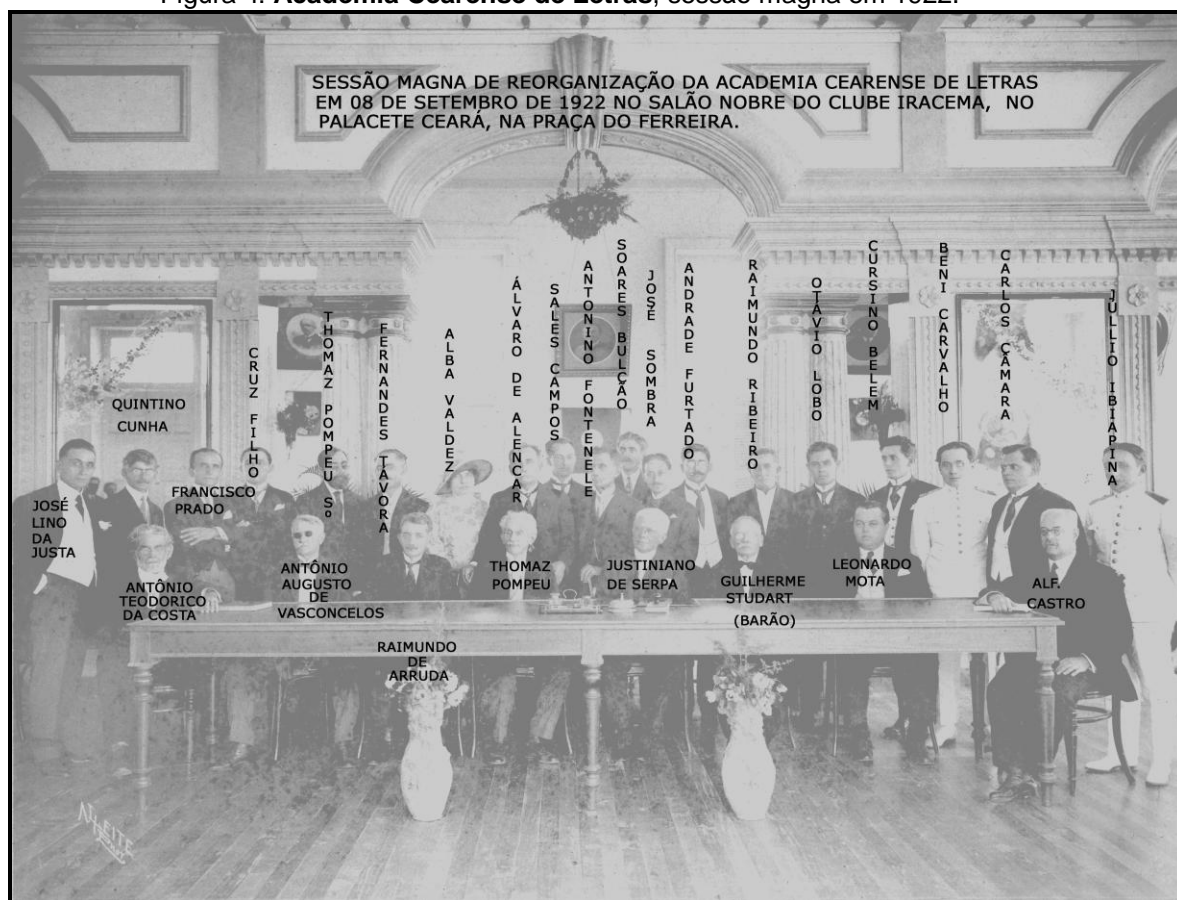
Fonte: Acervo Nirez, 2011 e MIS, 2011.

Figura 3: Academia Cearense de Letras, palacete Ceará.



Fonte: N. Leite, 1922, acervo pessoal de Nirez (2011) e MIS (2011)

Figura 4: Academia Cearense de Letras, sessão magna em 1922.



Fonte: Acervo Nirez, 2011.

Figura 5: **Clube Literário.**



Fonte: Acervo Nirez, 2011 e MIS, 2011.

Figura 6: **Reunião da Padaria Espiritual, 1892.**



Fonte: Acervo Nirez, 2011 e MIS, 2011.

Sabemos que não foram todas as agremiações que se dedicaram ao estudo e produção do conhecimento geográfico, mas interessa destacar que a geografia, enquanto saber local, sempre esteve presente nos discursos que se faziam mesmo pela literatura, a exemplo das minuciosas descrições da natureza cearense, retratadas por escritores romancistas ou cronistas de viagens.

Portanto, percebemos que a existência das agremiações intelectuais do Ceará, redutos das elites, foi uma etapa fundamental no processo histórico de formação dos saberes locais, pois buscavam por meio da produção literária uma ação civilizatória no Ceará. Uma fase de preparação para o caminho do desenvolvimento das ciências. Nesse enredo, os estudiosos a princípio procuraram compreender o próprio lugar, tanto em sua história quanto em relação a sua natureza local, fato este que se confirma pela análise de Oliveira ao se reportar ao Clube Literário:

O Clube Literário esteve então envolvido com um empreendimento literário que pretendia elaborar uma compreensão da história e da natureza local, desenvolver um sentimento de pertencimento que exprimisse o caráter nacional do cearense e indicasse o caminho da nacionalidade. Enfim, pretendiam elaborar uma literatura engajada que definisse uma ação civilizatória para o Ceará. (2001, p. 88)

Outra forma de vinculação foi o pensamento filosófico introduzido nos diálogos das congregações que intentavam desvendar a aparência dos discursos germânicos ou franceses, como se fazia na Academia Francesa, ou a partir do direcionamento dos caminhos políticos que ressoaram na constituição e delimitação do próprio espaço geográfico cearense. Tendo em vista, ser a vida intelectual, entre o século XIX a meados do XX, um caminho que perpassava pelas instâncias da formação acadêmica, pela investigação científica ou literária, pela vida política e pela docência. Os caminhos e cargos se entrecruzavam a cada momento. Fato que constataremos ao conhecer algumas trajetórias de intelectuais do Ceará, participantes ativos desse movimento histórico e social.

Todas as discussões, as trocas de ideias, o alcance de novos conhecimentos, a descrição da natureza, as viagens ao desconhecido, a

proposição de registros, além da composição de arquivos elaborados pelas academias e instituições científicas foram elementos essenciais na composição da história das ciências e dos saberes locais.

Justificamos assim, a importância de apresentar, mesmo brevemente, o contexto social em que se inseriram os sujeitos iniciadores da produção da geografia e da história, com destaque para a capital Fortaleza. Esta foi uma etapa fundamental na aproximação do objeto em análise – a Geografia do Ceará. Portanto, mais um momento que possibilitou a tentativa de ir ao encontro do passado que constituiu o saber geográfico cearense, inserido no cenário brasileiro.

Conhecer os lugares, elencar seus recursos para poder explorá-los tornou-se uma tarefa fundamental para as nações. E, no Brasil, condição para formar seu próprio país. Assim, foi possível compreender que tanto a Geografia quanto a História foram ciências que colaboraram, significativamente, para cumprir essa missão, com as devidas ressalvas e peculiaridades.

É fato que no século XIX a História foi a grande “vedete” para construção da identidade nacional e o saber geográfico que, por sua vez, foi utilizado como instrumento pragmático e técnico no esquadramento das riquezas naturais e formação territorial cearense, conseqüentemente, brasileira. No entanto, no século XX, a Geografia já havia sido institucionalizada como ciência, assim, passaria a buscar a formação da nacionalidade brasileira, tanto como ciência quanto disciplina escolar.

1.3 A geografia está em moda!

A geografia desempenhou papéis decisivos na produção histórica do território, funcionando como instrumento privilegiado na construção da legitimidade do Estado nacional.

Demétrio Magnoli (1997, p. 30).

A criação das instituições literárias e sociedades científicas foram primordiais para consolidar a busca da constituição de um lugar chamado Brasil, composto por inúmeras províncias, a exemplo do Ceará. A formação das identidades regionais foi um passo importante na delimitação territorial do

país, o que contribuiu para a geografia passar a assumir papel importante nessa tarefa. De tal modo, esclareceu Demétrio Magnoli no prefácio desse subtópico, ao escrever a obra “O Corpo da Pátria”, revelando os papéis assumidos pela geografia na formação das nações.

Pensar sobre as estratégias para formação do espaço nacional, regional e local foi uma missão desempenhada pelas elites intelectuais. Contam os historiadores do pensamento geográfico, a exemplo de Magnoli e outros, que o processo de formação do Brasil em um Estado nacional dependeu do processo denominado de “vínculo nacional, resultado de uma operação criadora, que manipulou história e geografia, tempo e espaço, para gerar uma nação onde antes existia, quando muito, uma frágil zona cultural”. (op. cit, p.12).

Como vimos nos textos anteriores, com a exposição do quadro histórico da cidade de Fortaleza e a expansão de seu espaço urbano, sem esquecer o contexto nacional e a incessante busca em adentrar aos moldes do capitalismo que se insurgia ao mundo, fez com que a geografia fosse pensada como “poder” estratégico no alcance dos objetivos de uma formação nacional incipiente entre o século XIX ao XX.

Outro atributo direcionado à Geografia foi a necessidade em delimitar o território brasileiro e dele inventariar todas as riquezas naturais. Profissionais dos mais diversos ramos projetaram-se no cumprimento dessa missão, muitos denominados de naturalistas, como veremos no capítulo III. Ricos impérios espalhados pelo mundo direcionaram seus olhares para a compreensão da importância e das potencialidades da natureza dos lugares, portanto diante desse quadro, a geografia entrou em moda!

Estes fatos se comprovam, em âmbito mundial, pelo surgimento de inúmeros institutos e sociedades científicas criadas entre o século XIX e início do século XX, em quase todos os continentes, não sendo exceção no Brasil, como vimos anteriormente. O interesse pela geografia não era apenas deleite de intelectuais, que se distraiam ao estudar e observar a natureza, mas tinham objetivos focados no conhecimento do território. A geografia teve papel destacado na formação das nações e identidades regionais, como expressa a análise de Demétrio Magnoli (op. cit, p. 35):

A geografia cumpriu funções decisivas na produção de uma identidade e uma legitimidade para a nação, providenciando a distinção entre o nacional e o estrangeiro pela via da associação entre os conceitos de nação e território. Paralelamente ao papel desempenhado na construção da representação das fronteiras, a geografia contribuía ideologicamente para elaboração do imaginário territorial no interior da história nacional.

Diante desses novos fatos é que partimos para compreensão dos papéis assumidos pela geografia no Ceará de caráter científico e escolar. Será que seguiu os mesmos caminhos da geografia nacional? Quais tendências filosóficas e metodológicas foram abraçadas pela intelectualidade pensante e quais conhecimentos geográficos passariam a ser desenvolvidos localmente? Será que esse conhecimento chegara à escola?

É fato que o Brasil é um país diverso, com dimensões continentais, onde o desconhecido precisava ser desvendado e catalogado como potencial econômico. Este é, a nosso ver, um dos critérios para alinhar o Estado-nação que se fazia no novo contexto político e econômico que se figurava na transição entre os séculos XIX e XX. Conhecer o interior das províncias era uma preocupação desde o poder monárquico a exemplo das Comissões Científicas de Exploração. Na República esse intento foi, eficazmente, materializado com a criação de instituições governamentais direcionadas para essas finalidades.

No período monárquico, permeada por ideologias e intenções seriam criados os Institutos Históricos locais, como o do Ceará, baseado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Antes de nos adentrarmos na história local, com a contextualização do Instituto do Ceará, destacamos alguns elementos da história do pensamento geográfico, para compreendermos, brevemente, as instituições pelas quais a construção dessa ciência percorreu em âmbito geral e, assim, facilitar o entendimento das trilhas seguidas no local.

Importante sublinhar, em contexto geral, a análise histórica produzida por Tim Unwin sobre o processo de institucionalização da geografia, por meio da importância das sociedades científicas da Europa, além do papel das universidades na época do imperialismo europeu. Nesse momento histórico foram criadas diversas sociedades que destacaram a utilidade

exploratória que os conhecimentos geográficos ofereciam aos seus impérios. Dentre estas, destacamos a fundação da *Sociedade Geográfica de Berlim* (1828), a *Sociedade Geográfica de Paris* (1821), a *Royal Geographical Society* de Londres (1830), além da *Sociedade Geográfica de Lisboa* (1875)²⁹ que criou uma seção no Brasil (1878)³⁰. A despeito dessa afirmativa Unwin (1995, p. 118) explanou, por meio de Driver e Capel, que:

Los primeros treinta años del siglo XIX fueron testigos de un florecimiento de la actividad intelectual en toda Europa, que culminó con la fundación de sociedades académicas de muy diversos tipos. Entre ellas estaban de las famosas sociedades geográficas de Berlín, París y Londres. La creación de las cátedras universitarias fue, con unas pocas excepciones notables, un fenómeno posterior que se inició algo después de la década de 1870. Tanto las sociedades como las universidades desempeñaron un papel fundamental en modelar la estructura institucional de la geografía (Capel, 1981) y la función de los geógrafos en la sociedad; la geografía era la disciplina de la exploración y los geógrafos servían con frecuencia al imperialismo (Driver, 1991).

“A Geografia era a disciplina da exploração e os geógrafos serviam com freqüência ao imperialismo³¹”. A afirmação acima representa com clareza a primeira relação estabelecida entre a geografia e os impérios-nações. O cenário geral da criação das sociedades científicas de geografia pelo mundo foi ditado pelos ensejos da saga colonialista, como expressaram Unwin (1995) e Mary (2010).

Nos séculos XVIII e XIX, a Geografia foi sendo cunhada com propósitos claros de inventariamento das riquezas nacionais e criação dos

²⁹ Mary explicou que “a Sociedade Geográfica de Lisboa nasceu em 1875, em meio a uma Europa, convulsionada pela sanha colonialista. Originou-se na sequência de outras tantas e, como a maioria delas, esteve intimamente ligada ao processo de colonização do continente africano, um movimento que, buscando ultrapassar a fragilidade do domínio luso naquele espaço, reivindicou também a tutela dos povos submetidos, a propriedade das terras conquistadas e a incorporação daquelas áreas do império português” (2010, p. 28).

³⁰ O estudo sobre a Seção da Sociedade Geográfica de Lisboa no Brasil foi tema de investigação do livro “**Geografias Pátrias: Brasil e Portugal (1875-1889)**”, produzido por Cristina Pessanha Mary, pela editora da UFF, Niterói- RJ, 2010, 192p. O livro apresenta uma análise de como a nação portuguesa utiliza-se de sua influencia no Brasil para conseguir se manter e conquistar novas colônias na África que vinha sendo esquadrihada pelas outras potencias européias como França, Alemanha e Londres, que por sua vez, já haviam criado suas respectivas sociedades científicas de geografia, como vimos linhas atrás.

31 Tradução nossa.

limites dos territórios, evidenciados pela história de cada país. Compreender essa realidade a partir da formação da geografia brasileira, com ênfase no Ceará, a partir das instituições locais, foi um dos objetivos desta pesquisa que ora se constrói.

A Geografia foi se formando pelos interesses de cada Estado que se consolidava, os instrumentos oficiais utilizados para a constituição de cada nação foram diversos, a citar a própria instituição escolar³². A investigação sobre os países e os lugares foi sendo desenvolvida ao longo do século XVIII, intensificando-se durante o século XIX e consolidando suas bases teóricas e metodológicas durante o século XX. Na maioria das vezes, a Geografia foi utilizada como instrumento de poder dos países imperialistas que se impunham ao mundo, sobretudo do continente europeu. Havia, no entanto, uma institucionalização oficial da geografia por meio da criação dos institutos e das sociedades científicas que se espalharam pelos continentes.

Ruy Moreira (1994, p.14) comenta os fatores acima citados, ao dizer que a geografia, em seu contexto moderno, foi “filha, sobretudo do século XIX. Nasceu entre os alemães Kant, Humboldt, Ritter e Ratzel, entre os mais proeminentes. Embora desponte na Alemanha, a geografia atual é uma amálgama”. Isto porque a geografia era fruto dos interesses de cada nação. Não foi pensada, necessariamente, como uma ciência, mas como conhecimento prático capaz de solucionar problemas, sobretudo os da Alemanha, referentes à sua unidade nacional.

A geografia passou a ser identificada como estratégia geopolítica. Dentre as nações que consideram o desenvolvimento da geografia como ciência utilitária apontamos Alemanha, com a escola determinista³³, e a França, com sua linha possibilista³⁴, rivalizando-se e complementando-se.

³² As questões referentes à doutrinação ideológica produzida por meio do saber histórico e geográfico nas escolas serão assinaladas nos próximos capítulos.

³³ O determinismo geográfico tem por pressuposto ideologias filosóficas como a iluminista de Montesquieu, em sua obra, *O espírito das Leis*, que dedica todo um capítulo à discussão sobre a ação do meio no caráter dos povos, bem como pela visão naturalista de Ratzel, ao “propor o método geográfico como análogo ao das demais ciências da natureza e concebida a causalidade dos fenômenos humanos como idêntica a dos naturais”. Daí terem construído máximas como “as condições naturais determinam a História” ou “o Homem é um produto do meio”. (MORAES, 2005, p.55 e p.71). Deste pressuposto os alemães criaram sua ideologia

Moreira argumentou que países como Inglaterra, França, Portugal e outros pensavam a geografia como meio de espoliação do mundo, daí terem criado inúmeras sociedades de geografia, para suas explorações, inclusive no Brasil. De sua parte, a Alemanha ainda buscava resolver seus problemas de unidade nacional. Portanto, a geografia alemã despontou no processo de desenvolvimento científico para ser utilizada na formação de seu território nacional. De tal modo, esta ciência ter se inserido nos processos produtivos do capital que se expandia.

Na perspectiva da sanha colonialista, contou Pessanha Mary (2010), que os anos dos oitocentos foram o período de maior expansão do número de sociedades científicas criadas pelo mundo, resultando em uma efervescência da produção do saber geográfico:

Das 130 sociedades existentes, entre 1821 e 1900, 70% estavam localizadas na Europa: 31 delas na França e 25 na Alemanha. As outras estavam distribuídas em capitais como Budapeste, Estocolmo, Copenhagen, Lisboa e Madri e também em outros países como Rússia e Itália. As demais se encontravam fora do espaço europeu, em países como Estados Unidos, Japão, Índia, Austrália, Argélia, e, na América Latina, que contava com 12 sociedades. Destas, mais de 1/3 se encontrava no Brasil (2010, p.27).

No caso do Brasil, existem análises sobre a criação de sociedades e instituições científicas que estudavam e produziam a geografia nacional, a exemplo da: Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil – SGL (1878)³⁵, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1838)³⁶,

nacionalista e de superioridade perante aos outros países, com objetivo principal de criar seu Estado Nação e expandir seu território, criando o conceito de “espaço vital”.

³⁴ Possibilismo geográfico tem como principal formulador o francês Vidal de La Blache que em oposição ao determinismo alemão, que segundo Moraes “defendeu o componente criativo (a liberdade) contido na ação humana, que não seria apenas uma resposta às imposições do meio” (MORAES, *op. cit.*, p. 79). Portanto, “a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a este corrente por Lucien Febvre”. (*op. cit.*, p.81). Analisando as duas correntes percebe-se que ambas buscam se contrapor, porém se assemelham nos mesmos propósitos, de tentar impor à sociedade e ao mundo o poderio dos respectivos países representantes – França e Alemanha. Portanto, a geografia ciência foi criada cunhada na mesma perspectiva de expansão e difusão de ideologias.

³⁵ A produção da geografia brasileira, no Império, pela Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil foi temática de estudo de tese de Doutorado em História Social, por Cristina Pessanha Mary, em 2006.

Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro - SGRJ (1883)³⁷, dentre tantas outras criadas pelas províncias do Brasil nos períodos imperial e com segmentos no período republicano, não retratadas aqui. A análise dos discursos escritos e registros documentais do saber culto produzido por essas instituições ofereceram contribuições significativas para compreensão da geografia material e discursiva criada em cada região.

Apesar da separação política entre Brasil e Portugal em 1822, o país manteve vínculos com a antiga metrópole. Quando ocorreu a implantação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1832, não houve oposição à metrópole, do contrário, a princípio “Nação³⁸, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional”, assim explicou Guimarães (1988, p.6).

Apesar dos interesses precípuos de expansão econômica e territorial dos países imperiais, claramente revelados por suas instituições, não podemos deixar de afirmar que essas mesmas instituições foram responsáveis pelo processo de sistematização de ciências como a Geografia, criando metodologias de pesquisas e corpo conceitual. Tarefa esta que posteriormente foi repassada para as universidades.

Foi no processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro que se atribuiu para as duas disciplinas História e Geografia a missão de criar uma história sistematizada e “oficial” da nação brasileira que se constituía, ressaltando seus símbolos, produzindo datas comemorativas, criando suas tradições (PEREIRA, 2005; SOUZA e ARAÚJO, 2009), além de produzir os limites territoriais e culturais da nação. Contudo, a princípio a ênfase foi dada à

³⁶ Manoel Luís Salgado Guimarães. **Nação e Civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista Estudos Históricos, v. 1, nº 1, Rio de Janeiro: CPDOC, 1988, p. 5-27.

³⁷ A produção da geografia e história a partir das contribuições da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro foi a temática de estudo de Luciene Pereira Carris Cardoso, em dissertação de Mestrado em História, (2003), e tese de Doutorado em Geografia de Sérgio Nunes Pereira, (2003). A partir do desenvolvimento das diversas pesquisas relacionadas às sociedades científicas afirma-se serem estas consideradas fontes de investigação do conhecimento produzido no passado histórico do Brasil.

³⁸ Ressalta Guimarães que o “conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção” (1988, p.7).

produção da história nacional, como vimos, mas posteriormente a geografia nacional teria mais relevo.

A partir dessa conjuntura, Pesanha Mary afirmou ter sido o século XIX um dos marcos para o processo de institucionalização tanto da geografia quanto da história no Brasil. Assim, percebemos, claramente, a importância atribuída a formação da História oficial da nação, colocando os saberes geográficos e antropológicos como elementos complementares, sobretudo no Brasil. Já nos países, marcadamente, imperialistas, desde o início da disciplinarização das ciências, souberam valorizar a geografia como um saber estratégico no processo de expansão do poder territorial, a exemplo da França e da Alemanha já citadas.

O cruzamento entre os saberes da natureza e o conhecimento histórico das populações foi se constituindo em ferramenta estratégica nas “mãos” dos donos do poder das nações que se impunham ao mundo. A geografia foi sendo criada para ser um conhecimento deveras prático e utilitário entre as nações. Neste sentido, o enciclopedismo dos países foi um instrumento de construção de identidades, denominações, facilitando a investigação do potencial econômico existente em cada lugar. A geografia era a “arma” utilizada para conhecer o desconhecido, conforme argumentação de Moraes (2002, p. 33):

Nos países centrais, ao longo do século XIX, a geografia passa a ser (ao lado da história) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção da extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existentes, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao esforço do sentimento de a ele também pertencer. Como parte desse conjunto nacional: o povo.

No Brasil, a missão foi acolhida e desenvolvida pelos institutos e sociedades provinciais que recebiam influências de instituições externas, marcadamente européias, mas com o passar do tempo, pelo final do século XIX intentaram desenvolver seu próprio conhecimento, a exemplo das obras produzidas pelo Senador Pompeu e seus sucessores, como veremos mais a frente.

Neste contexto, o Ceará seguiu as tendências do Brasil e como centros fundadores da sistematização do saber geográfico e histórico local, contamos como principais entidades criadas: o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887)³⁹, Academia Cearense de Letras (1894) e a Sociedade Cearense de Geografia e História (1935).

Na mesma dimensão, em âmbito local, a geografia passou a ser significada como instrumento capaz de oferecer mais respostas à formação das identidades territoriais. A exemplo do que foi discursado por Thomaz Pompeu, o filho do Senador Pompeu, em 1929, em sua entrada como sócio efetivo do Instituto do Ceará, explicou a importância dos estudos demográficos: “os estudos históricos valem menos para a hygiene intellectual e bem dos povos do que a demographia, por exemplo, cujas revelações são verdadeiros ensinamentos para os Estados e para o individuo”. (1929, p. 86).

A efervescência do conhecimento e das transformações técnicas produzidas, a exemplo dos estudos demográficos que se ligavam a estatística⁴⁰, no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, trouxeram um novo olhar para a formação da geografia que até então era pensada como saber difuso e subalterno⁴¹.

A Geografia entrou em cena, quando a marcha do progresso e da modernidade deu a tônica da expansão capitalista pelo mundo. Assim, não mais se dava ênfase somente à criação da história oficial, e sim a tentativa de

³⁹ O conhecimento da História e o perfil do historiador no Ceará, entre os séculos XIX e XX, foi temática de estudos de Almir Leal de Oliveira, em tese de Doutorado, com o título “O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social”, Doutorado em História Social, em 2001, na Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo.

⁴⁰ Exemplo do uso da demografia e da estatística para compreensão da geografia cearense foi a obra “**Ensaio Estatístico da Província do Ceará**”. Fortaleza: B. de Mattos, 1963/1964 (v. I e II).

⁴¹ Mediante essas transformações, segundo Pereira a geografia passou a ser valorizada. Afirmou que “nesse cenário, compreende-se que a geografia possa ter adquirido uma dignidade que lhe permitisse superar sua condição subalterna (em relação à história, sobretudo) e renovar fórmulas antigas, como aquelas que a identificam com a crônica dos viajantes ou a descrição enciclopédica de países. Em tal perspectiva, ela era vista como um saber comprometido com a atualidade e irmanado às “ciências afins” (como a geologia e a oceanografia), mais capacitado que qualquer outro para documentar a marcha do progresso na superfície da Terra”. (op. cit., p.115).

documentar as inovações do presente. Portanto, a geografia foi ressignificada como uma ciência da modernidade e a serviço das técnicas.

Contudo, não tenhamos dúvidas, que foi no contexto de desenvolvimento da nação brasileira, por meio da delimitação de seus limites territoriais e materialização de suas bases ideológicas que a geografia apareceu para tornar-se uma ciência em ascensão.

A cada estudo produzido regionalmente, o quadro nacional era abastecido com novas informações coligidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo das comissões científicas criadas para identificar o potencial econômico e cultural das províncias. Além da constante dinâmica de trocas de informações entre os institutos científicos, com o câmbio de materiais, por meio do envio entre as instituições de revistas e documentos. Fato este que se constatou pelas solicitações, do IHGB e instituições congêneres nacionais e estrangeiras, enviadas ao Barão de Studart, enquanto este permanecera como presidente do Instituto do Ceará, assim como constataremos no próximo capítulo.

Coligir informações sobre o território foi a principal missão do IHGB, papel este, que no século XX, passou a ser desempenhado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴² e pelos inúmeros departamentos de Geografia, difundidos no país, pelas universidades estaduais e federais, criadas a partir da década de 1930, a exemplo da Universidade de São Paulo - USP.

Nessa mesma década, em 7 de setembro de 1934, foi criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, outra importante entidade no processo de formação da geografia brasileira. Conforme Eliseu Spósito (2004),

⁴² O IBGE foi precedido por outros órgãos. O primeiro foi a Diretoria Geral de Estatística, de 1871, no período imperial. Com o advento da República Brasileira sentiu-se a necessidade de ampliar as atividades estatísticas com os registros de nascimentos, casamentos e óbitos. O órgão mudou algumas funções e passou a denominar-se Departamento Nacional de Estatística em 1934. Em decorrência de novas demandas exigidas pelo País, criou-se o Instituto Nacional de Estatística - INE, ainda em 1934, iniciando atividades em 1936. No ano seguinte constituíram o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao INE, passando a ser denominado – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. “Desde então, o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem”. (IBGE, 2012).

a AGB foi fundada por Pierre Deffontanes⁴³. Em 1945, essa entidade torna-se nacional, ainda com forte influência da geografia francesa, e que segundo Spósito e Pontuschka (1999), influenciadora não somente da geração de cientistas, mas do trabalho docente desenvolvido desde então.

A AGB foi uma das instituições pioneiras em congregar em eventos científicos⁴⁴ a diversidade dos geógrafos e seus variados temas no compartilhamento de ideias. Nesse sentido, em âmbito local, importa lembrar, como vimos linhas atrás, a criação no Ceará da *Sociedade de Geografia e História*, em 1939. Isto é, com o processo de institucionalização da geografia acadêmica, várias entidades surgiram com propósitos de articular a formação dessa ciência que se construía, com objetivos de compreender a realidade brasileira, a formação das regiões e as realidades locais.

A *Sociedade Cearense de Geografia e História* foi fundada em 25 de agosto de 1935, por alguns intelectuais que tinham interesse direto no desenvolvimento da geografia e da história cearense. Conforme o art. 1 dos Estatutos da Sociedade, dentre os fins a que se instituiu, estava “promover e incentivar a cultura da Geografia e História e Ciências afins, para o que procurará manter intercâmbio com as Sociedades congêneres nacionais e estrangeiras” (1935, s/p).

O número de sócios efetivos foi delimitado em vinte e cinco, com obrigatoriedade de assistir às reuniões, mas com número ilimitado para sócios correspondentes, honorários e beneméritos. Sobre a realização das sessões, estas seriam compostas pela leitura de trabalhos e estudos referentes ao tema da sociedade, além da comemoração de datas e feitos históricos, recepção de sócios, dentre outras demandas, segundo o Art. 15, do estatuto.

Como em outras entidades acadêmicas, a Sociedade ainda é existente no cenário intelectual e possui uma revista. Fato peculiar lembrado

⁴³ Sobre esse importante evento da história da geografia nacional, informou Spósito os condicionantes da criação por Deffontanes, “[...] veio ao Brasil para ajudar a organizar o Curso de Geografia da Universidade de São Paulo – teve, posteriormente, à sua frente outros dois nomes, que ficaram marcados na historiografia da Geografia brasileira: que foram Pierre Monbeing e Francis Ruellan”. (2004, p.154).

⁴⁴ Interessante lembrar, que os intelectuais que se interessavam pelo estudo da geografia eram participantes ativos de congressos nacionais de geografia e eventos similares, a propósito das inúmeras participações do Barão de Studart, do Pompeu Sobrinho, dentre outros, momentos estes registrados na coleção de documentos do Barão de Studart (DVD interativo) e nas Revistas do Instituto do Ceará.

por Benevides é que o termo geografia vem anterior ao de história na denominação da sociedade.

Esclareceu Benevides que os sócios compreendiam que a Geografia viria em ordem primeira, “pois obedecendo a ordem do pensamento lógico, a terra antecedeu o homem”. (2002, p.317). Elucidou, ainda, que os fundadores da criação da sociedade foram:

José Waldo Ribeiro Ramos, que foi o grande incentivador da associação, em cuja casa foi realizada a sessão de fundação, Florival Seraine, Hugo Catunda, Fontenele, Augusto Jaime de Alencar Benevides, Hugo Vitor Guimarães e Silva, Afonso Banhos Leite, Joaquim Alves de Oliveira, Francisco Fernando Ribeiro e Silva, Henriqueta Galeno e Antônio Girão Barroso. Seu atual presidente é o Prof. e historiador Elmo Vasconcelos⁴⁵. (*idem, ibidem*).

Relatou Benevides (2002, p.317) que os objetivos da Sociedade de Geografia e História unia-se ao “desejo de participação no cultivo das duas ciências, principalmente da Geografia, manifestado por escritores jovens, cientes de que o nome do Instituto do Ceará era de difícil acesso para os iniciantes nesses estudos”.

A inserção no grupo dos intelectuais do Instituto do Ceará, como veremos no capítulo a seguir, era uma tarefa considerada⁴⁶ difícil de alcançar, tendo em vista o número reduzido de cadeiras para sócios efetivos ser um fator limitante e seletivista. Certamente, quem era convidado para participar dessa plêiade eram pessoas de grande mérito e influência na sociedade da época, pertencente às elites de então.

⁴⁵ A partir de 2011 o presidente da Sociedade de Geografia e História passou a ser o Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, professor do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

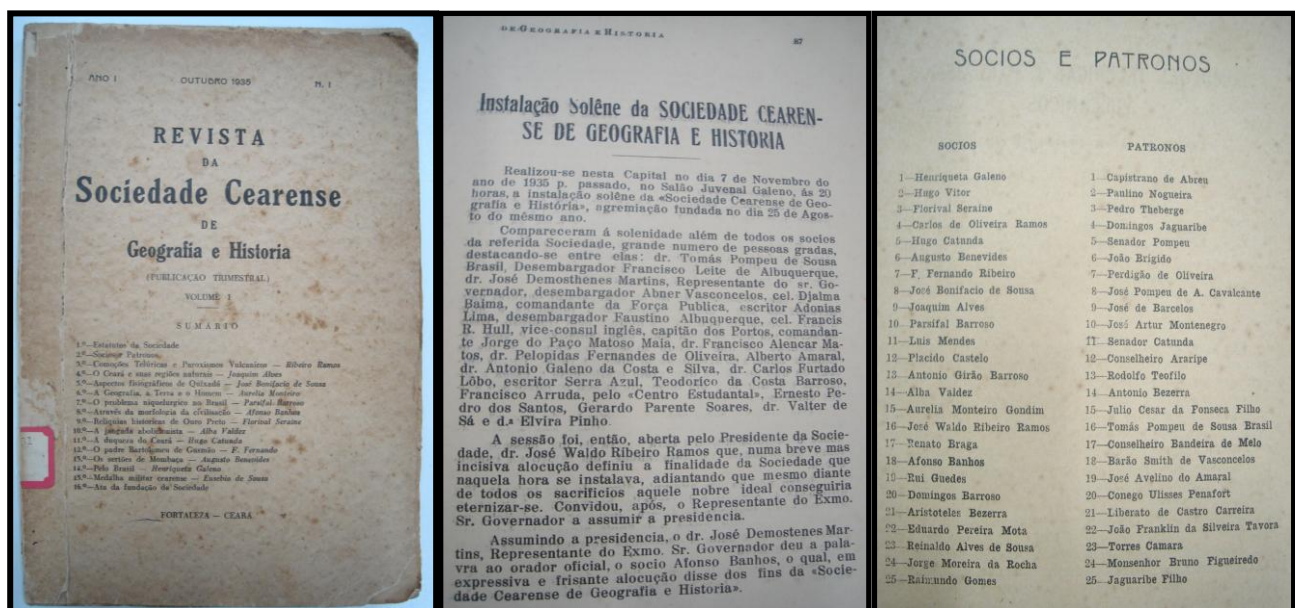
⁴⁶ Oliveira explicou que “ao limitar o número de seus congregados, foi instituído um prestígio, um esplendor mora em torno do Instituto, dignificando e notabilizando os discursos e estudos por ele produzidos e divulgados” (op. cit, p.89).

Figura 7: Reunião da Sociedade Cearense de Geografia e História



Fonte: Eluziane Mendes, 2012/ Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História.

Figura 8: Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História, out./1935.



Fonte: Eluziane Mendes, 2012/ Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História / Biblioteca da Academia Cearense de Letras.

As imagens de reunião dos sócios supracitadas, com destaque para presença de Thomaz Pompeu Sobrinho, como veremos mais a frente, um dos principais estudiosos da Geografia do Ceará. Além de imagens da Revista da Sociedade, referente ao ano de 1935, seguida pela ata de instalação e da lista completa de sócios da época.

A revista da Sociedade foi dirigida por uma Comissão formada por quatro membros designados, anualmente, pelo presidente da instituição. A circulação era trimestral, com artigos provenientes dos sócios, correspondentes e colaboradores externos de reconhecida competência, segundo os artigos 16º e 17º do estatuto. O estímulo do espírito investigativo para produção científica da Geografia e História cearense encontra-se no mesmo estatuto no artigo 20, com a existência de premiações e medalhas de distinção, caso houvesse finanças para tal monta.

É preciso, entretanto, afirmar que alguns estudos sobre a geografia do Ceará foram anteriores à criação das instituições acadêmicas, entidades de classes e sociedades científicas. Eram pesquisas sobre a realidade do espaço físico, as peculiaridades urbanas, a economia dos lugares, as relações políticas, a origem das comunidades indígenas, seus elementos etnográficos e antropológicos, além de temas referentes à flora e aos ecossistemas locais.

No Ceará, os saberes geográficos e sua sistematização se dará a partir da criação das entidades científicas, a propósito do que vimos até agora. É nesse contexto, que intelectuais foram atentar para a exploração da natureza e sociedade cearense em suas pesquisas, a exemplo da geração dos Pompeu, como veremos no desenvolvimento dos capítulos que se seguem.

Outro momento da Geografia do Ceará foram os entrelaçamentos entre as vertentes do saberes científicos aos escolares. Vertentes que foram ao longo do tempo, se afastando e se aproximando, de acordo com o desenvolvimento dos sistemas de ensino e do desenvolvimento das ciências no Brasil.

O primeiro momento desta pesquisa foi compreender o contexto do ideário cientificista no imaginário da intelectualidade local, por meio de breve relato contextual de algumas agremiações, mesmo as literárias. Estas apresentaram elementos que denotaram o quanto foram importantes e

responsáveis por minar o desejo de produzir conhecimento local e assim produzir saberes, inclusive, o geográfico.

Em face de tudo o que foi exposto é que buscamos compreender a importância da geografia para formação do território cearense. Enfim, pesquisar as trilhas de um saber é ter consciência de que sua trajetória perpassa pelos vieses de vários conhecimentos científicos e, também, o da formação e sistematização de sua ciência e de sua docência.

A partir desse momento, a investigação liga-se à compreensão da importância de um dos principais redutos da intelectualidade cearense na sistematização da geografia científica - o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, tema que será apresentado no próximo capítulo.

2 O INSTITUTO DO CEARÁ E A GEOGRAFIA CEARENSE

O Instituto do Ceará, instituição voltada para finalidades científicas, mas com forte preocupação cultural, foi uma das poucas agremiações laicas no Brasil que conseguiram aglutinar, em torno do seu projeto de 'fazer conhecida a história e a geographia do Ceará', militantes das duas tendências antagônicas do pensamento brasileiro no período. Eduardo Amaral (2002, p. 47).

Como vimos, a cidade de Fortaleza, a exemplo das luzes que se espalhavam pelas cidades do Ceará, teve o crescimento de seu espaço agregado aos movimentos intelectuais e literários que difundiram o ideário cientificista. Nesse contexto, o Instituto do Ceará foi uma das principais agremiações, responsáveis pela produção e difusão da ciência local, inserida no regional que se configurava à época.

No seio dessa instituição científica congregavam-se intelectuais de variados pensamentos e convicções ideológicas¹, chegavam até divergirem, no entanto, existia entre eles um projeto em comum: produzir a história e a geografia do Ceará, como bem explicou Eduardo Amaral, no prefácio desse capítulo.

Dessa dialética entre concepções teóricas e ideológicas, entre o tempo e o espaço foi se assentando a produção da história cearense e a produção geográfica do espaço local, irmanando-se as duas ciências em formação. Neste par, a sociedade, com seus agentes transformadores do espaço e escritores do tempo foi constituindo dinâmicas e complexas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se revelavam ao observar a

¹ Eduardo Lúcio Amaral, ao analisar as obras produzidas pelo Barão de Studart, identificou algumas peculiaridades que envolviam os intelectuais pertencentes ao Instituto do Ceará, dentre estas, "a querela ciência versus fé que se instalou no seio da instituição". (op. cit. p. 49) Essas divergências, inclusive eram expostas para a sociedade, por meio da publicação de artigos produzidos pelos sócios, abordando temas que apresentavam críticas às diferentes convicções, expressas pelas dubiedades entre fé ou razão, modernidade cientificista ou tradicionalismo cristão. Esses preceitos guiaram por muito tempo a condução intelectual da maioria dos membros da instituição, influenciando, inclusive seus escritos. Essas contradições foram visíveis em diversos momentos e instâncias sociais, dentre elas a educação, assim como podemos observar ao longo da tese.

produção dos lugares, assim como ocorreu na cidade de Fortaleza, a exemplo do que foi possível constatar anteriormente.

Compreender a importância desses saberes geográficos, históricos e antropológicos como elementos constituintes da História da nação brasileira foi um dos principais objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1832, como já vimos, no texto “a geografia está em moda”. Dessa forma, também, ocorreu nas instituições congêneres, cujo intuito era reproduzido, mas restringindo-o aos limites regionais e locais, igualmente o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará entrou em cena, em 1887.

Os saberes produzidos² eram resultados da busca dos intelectuais em criar uma identificação histórica para o Ceará perante as províncias adjacentes que se constituíam. Portanto, no Instituto buscou-se, com afinco, produzir a história do Ceará, e conseqüentemente, desvendar e identificar o espaço geográfico cearense.

Coligar caminhos trilhados, elencar colaborações científicas e apontar os pioneiros, sujeitos que iniciaram o desenvolvimento da constituição da Geografia cearense como saber científico, a partir do Instituto do Ceará, serão os objetivos a iniciar nesse capítulo.

2.1 O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: história e contexto

Há cento e seis anos, instalava-se em Fortaleza a entidade que, no dizer do jurista Álvaro Costa, representa o ‘maior tribunal de cultura e moralidade do Ceará’ – o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). (AZEVEDO, 1993)

² Sobre a importância dos Institutos no Brasil, Amaral explicou que “se ligam, desta forma, o caráter e o prestígio de institutos históricos e geográficos com a distinção e o poder de seus membros, para dar forma a um dos mais ambiciosos projetos historiográficos já realizados no país. Instituições e seus respectivos membros trocam incessante fluxo de interesses e de influências, marcando e fazendo marcar, pela aura de legitimidade do discurso científico, estes que serão durante o século XIX e além os núcleos principais da construção do saber histórico no Brasil” (2008, p. 27-28). E mais uma vez, lembremos, da importância dessas instituições para formação do saber geográfico brasileiro e cearense.

O tão propalado “tribunal de cultura e moralidade do Ceará”, iniciara sua história a partir de “1877, no dia 15 de novembro, quando o Presidente da Província, Caetano Esteleta Cavalcante Pessoa aprovava os estatutos de um então imaginado Instituto Histórico e Geográfico Cearense, fundado em 6 do mesmo mês, porém de vida efêmera, pois nem sequer se instalou”, afirmou Azevedo (1993, p.28).

Somente dez anos mais tarde, em 1887, os condicionantes históricos propiciaram a instalação do Instituto do Ceará, pautado na efervescência das ideias e no projeto nacional.

O modelo adotado para criação do Instituto do Ceará foi o similar do Instituto da França, datado de 1793³ e das diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Em seguida, criou-se por objetivos precípuos o estudo e a pesquisa sobre a História, Geografia e Antropologia do Ceará, assim como suas congêneres pelo Brasil, com distinção para os estudos antropológicos⁴ que o diferencia de outros institutos por se deterem somente as duas disciplinas.

A instalação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará ocorreu em 04 de março de 1887, sediado na cidade de Fortaleza, com quase uma década após a criação de seu primeiro estatuto. O desenvolvimento das letras e da ciência nas províncias era um processo lento, que dependia muito mais de esforços individuais do que incentivos de governos e administradores públicos, todavia, os institutos provinciais foram montados sob

³ A significação do nome Instituto do Ceará e qual modelo seguido foi feita por R. Aristides Ribeiro, em artigo da Revista do Instituto, tomo CVII, de 1993, para explicitar sua estranheza ao ouvir no discurso de posse do Revmo. Cônego Francisco Sadoc de Araújo, uma crítica veemente à denominação do Instituto. Aristides explicou que “Instituto” traz a significação de “plano”, de “projeto” e de “objetivo calculado”. Por isso mesmo que nossa instituição tem por finalidade (plano, projeto, objetivo) o estudo e a pesquisa nos setores da História, da Geografia e da Antropologia.

⁴ Em relação aos estudos antropológicos infere-se que o Instituto do Ceará inseriu essa vertente em sua relação de pesquisa, em decorrência dos estudos etnográficos já terem sido incluídos nas pesquisas desenvolvidas pelo IHGB, desde 1850, de acordo com Pereira (2005).

a estrutura de poder da monarquia, portanto não ultrapassavam suas fronteiras ideológicas e restringiam-se aos objetivos do Estado⁵.

O Instituto se mantinha por meio do auxílio financeiro, pagamento mensal, feito pelos seus sócios, assim excluía membros menos abastados da sociedade. Sendo nele instalado um dos principais redutos da elite intelectual cearense⁶. Contudo, o Instituto do Ceará pôde contar com a colaboração do então governador da Província do Ceará, o Bacharel Enéas de Araújo Torreão, do Partido Conservador que, por meio do recebimento de ofício elaborado por Paulino Nogueira, concedeu algumas salas no prédio da Biblioteca Pública, antigo Teatro Concórdia, para realização das reuniões do Instituto. Fato este relatado por Manoel Albano Amora nos documentos presentes na revista do Instituto (1987, s/p). Portanto, apesar das manifestações individuais, o Instituto dependia da benevolência dos gestores públicos para consolidar-se como órgão cultural.

Voltando para as palavras de Azevedo (1993), ao reportar-se aos 106 anos de instalação do Instituto do Ceará, percebemos a importância dessa instituição para desenvolver o conhecimento sobre o Ceará, por ter sistematizado dados e informações, enfim, ter sido precursora na institucionalização do saber geográfico, histórico e antropológico do Ceará e, especialmente, sobre o conhecimento da cidade de Fortaleza.

Os saberes geográficos antes produzidos individualmente pelos intelectuais passaram a ganhar credibilidade, ares científicos e notabilidade dentre aqueles que ousavam escrever sobre os temas históricos, geográficos e antropológicos à época. No entanto, foi nesta instituição que se congregavam os mais importantes e influentes estudiosos do momento, uma pequena

⁵ Montenegro ao escrever sobre “A Crise dos Institutos Históricos”, desenvolveu uma análise crítica dos condicionantes que levaram a falta de renovação do pensamento e das reflexões dos que compunham essas instituições e os motivos que vários Institutos pelo Brasil diminuíram seu desempenho cultural. (1998, p.185-195). Assunto este que trataremos mais a frente no texto.

⁶Sobre as elites que formavam o corpo de sócios dos Institutos Históricos, é importante sublinhar da análise de Montenegro (op. cit., p. 193), aspecto que se refere às crises que se sucederam nos Institutos, quando afirmou que “esta é uma diretriz elitista, de um elitismo que acabou se voltando contra os mesmos Institutos, determinando o seu fechamento cultural, o isolacionismo que agrava dia-a-dia as crises que os assolam: crise de identidade, crise financeira, crise de modelo”. Este ponto será revisto mais a frente, após contextualização histórica do Instituto do Ceará.

parcela da população cearense, a elite ilustrada. Aqueles que ousavam escrever sem estar lá, não tinham a mesma influência, conforme se verificou ao apresentar os motivos da criação da Sociedade de Geografia e História do Ceará, no capítulo anterior. Pertencer ao quadro dos sócios do Instituto conferia-lhes prestígio social e *status* científico.

Assim como observamos no contexto da cidade de Fortaleza, vivia-se a efervescência dos movimentos abolicionistas e os intelectuais do Instituto faziam parte deste contexto, retratando dentre os mais diversos temas, a questão do abolicionismo e a delimitação do Ceará, expressas nos primeiros artigos de sua revista. Outro aspecto notável foi a produção de inúmeras biografias, memórias e a divulgação de documentos como fontes de um passado a conhecer.

No Instituto do Ceará foi elaborado um projeto de civilização cearense, representado, inclusive na sua bandeira. Com destaque para símbolos do conhecimento universal, o desenho do globo e de um livro, em outras palavras, a criação do conhecimento produzido pelos sócios e colaboradores sobre a Geografia, História e antropologia do Ceará. O caráter científico se propagou pela difusão de pesquisas por meio da Revista do Instituto (RIC), com periodicidade anual, similar às instituições congêneres espalhadas pelo Brasil.

De acordo com os estatutos desta Instituição em 1887, no primeiro artigo, parágrafo primeiro, consta um dos objetivos principais: “o *Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a historia e a geografia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencia*”. No parágrafo quinto afirma que o Instituto “*publicará em uma revista trimestral as actas das sessões e os trabalhos e memorias offerecidas pelos sócios*”. E dentre as Comissões estabelecidas estava a de geografia e história no mesmo setor de estudos sem nenhuma diferenciação clara entre as duas disciplinas. Assim, os escritos se aproximavam em seus métodos de escritas.

Apesar da criação das Comissões de estudo, no primeiro estatuto unificaram-se a geografia e a história, embora percebemos a prioridade e relevância à produção da história cearense. Buscavam criar uma identidade territorial alinhada ao projeto brasileiro de nação. Isto é comprovado nos

documentos⁷ encontrados na Revista do Instituto e na criação sistemática de efemérides.

No entanto, na redefinição do estatuto em 20 de dezembro de 1929, foram estabelecidas novas comissões, dentre elas a de revista e de admissão de sócios. E para estudos e aprovação de artigos elaboraram a Comissão de história, manuscritos e Arqueologia; a Comissão de geografia, etnografia e ciências sociais; além da Comissão de ciências e letras. Inferimos que história e geografia, desde então, foram desmembradas, como resultado do início do processo de especialização das duas disciplinas. A cada comissão eram reservadas vagas para três componentes, a missão principal era dar parecer sobre trabalhos relacionados às referidas temáticas na composição das revistas.

Outro elemento interessante para notar é que no capítulo V, do estatuto de 1929, mencionam a existência de uma “Arca do Sigilo”, cuja responsabilidade ficava a cargo do presidente. Nesta arca ou arquivo ficariam guardados documentos ou registros que revelassem a história do Ceará e do Brasil. Neste sentido, confirma-se a expressão lhes atribuída de “guardiões da História do Ceará”, um verdadeiro “tribunal da cultura e da moralidade”. A existência da arca permanece no estatuto de 1944, com a incumbência de produzir o registro da memória narrativa da história, e certamente, da geografia local.

Nas reformulações do estatuto em 1944, História, Geografia e Antropologia, foram novamente agregadas em uma mesma Comissão, ampliando o número de membros para doze. Esta comissão era responsável pelos pareceres de artigos, estudos e registros relacionados às referidas disciplinas. E para revista, outras seções específicas como a publicação das atas de reuniões, seção bibliográfica, além de resenhas e notícias de assuntos de caráter cultural, conforme artigo 27, parágrafo 1º, de 1944.

⁷ Na revista de 1887, no tomo I, foram inseridas as cópias dos documentos, datados em 21 de abril do mesmo ano, onde está registrada a pretensão do Instituto em desenvolver, principalmente, a História do Ceará. Neste documento o então presidente Paulino Nogueira solicita ao governo da província, Enéas de Araújo Torreão, algumas salas nas instalações da Biblioteca para o funcionamento do Instituto.

As carências de arquivos de dados, informações da história e geografia local, dentre outras necessidades, foram se avolumando na capital e nos municípios interioranos, motivos estes que se agregaram à criação do Instituto do Ceará e a publicação das revistas trimestrais. Era ainda, sem esquecer, uma forma de suprir a necessidade nacional, em compor a Geografia e a História pátria. Assim deram ênfase à concepção de instituições que assumissem a função de produzir esses conhecimentos, bem como a criação dos arquivos locais, dessa forma surgiu o Instituto do Ceará:

fundado aos 4 de março de 1887, o Instituto do Ceará representou um genuíno movimento intelectual destinado não somente ao estudo do passado, mas também à tentativa de compreender, pela análise das origens, o desenvolvimento da vida presente. Reuniu um corpo dedicado de estudiosos e investigadores, alguns pouco treinados, mas cheios de devoção ao novo trabalho. (HONÓRIO RODRIGUES; BOECHAT RODRIGUES, 2002, p.38-39)

Como dizem seus admiradores, esse lugar reuniu um corpo de dedicados estudiosos, árduos pesquisadores e arquivistas. Pessoas com sede de saber. Por sua vez a criação do Instituto facilitou a sistematização desses saberes difundidos pela pequena parcela da sociedade intelectualizada de Fortaleza, do final do século XIX, permanecendo imutável até meados do século XX⁸.

A quantidade de sócios efetivos permaneceu em 12 integrantes vitalícios, que só poderiam ser substituídos após falecimento, no entanto, nas categorias de sócios beneméritos e correspondentes as vagas são indefinidas, e para sócios honorários totalizam vinte, de acordo com o estatuto de 4 e 20 de dezembro de 1944. Para ser sócio efetivo, o candidato deveria ser apresentado por pelo menos três membros do Instituto, com a devida comprovação do valor de seu mérito intelectual. A candidatura era apresentada à comissão de

⁸ Segundo Montenegro (2003, p.34), “o momento fundador do Instituto do Ceará é acompanhado de um surto iluminista que se poderia denominar transitório. É que ele se caracteriza por se encontrar animado numa idéia libertária que germinou e durou com a campanha abolicionista e seu feliz desfecho, motivando uma série de artigos na Revista da entidade”.

admissão de sócios. Caso fosse aceita e a vaga tivesse sido uma substituição, marcavam o dia para apresentação, onde o novo sócio deveria relatar os feitos produzidos pelo seu antecessor. Passou de doze membros para 20, o número de efetivos. Sendo a condição de sócios correspondentes e beneméritos ilimitada, e para sócios honorários 20 componentes. Daí a alusão feita por Rubens de Azevedo, ao retratar “Os 40 da Casa do Barão” na obra produzida em comemoração ao primeiro centenário do Instituto do Ceará.

O primeiro presidente do Instituto foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca, era advogado e desembargador. Relatou Furtado, na “Efeméride Memorável” (1967, p.287), que na data de 4 de março de 1887, foi criada a primeira diretoria do Instituto, reunidos no salão da Biblioteca Pública em Fortaleza. Dessa feita nomearam na primeira diretoria, por Presidente, o desembargador Paulino Nogueira, como já referido, na vice-presidência o Pe. Dr. João Augusto Frota, o 1º secretário, Joaquim Catunda e 2º secretário, Dr. José Sombra, além do orador oficial Júlio César da Fonseca.

O segundo presidente foi Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, filho do senador Pompeu, com mandato que durou nove anos. O terceiro presidente foi Guilherme Chambley Studart, mais conhecido por Barão de Studart. Foi um dos principais beneméritos e fundadores do instituto, assim como outras figuras ilustres. Sendo seu sucessor Thomaz Pompeu Sobrinho, história que veremos no próximo capítulo.

A figura do Barão de Studart, por vezes, foi confundida pela própria criação e existência do Instituto do Ceará, em decorrência de sua profunda dedicação e zelo pela produção do saber. Percebemos que as sucessões foram ocorrendo, mas se mantinham as mesmas linhagens de famílias ilustres da época. Certamente, o acesso à informação e ao conhecimento possibilitou o desenvolvimento do saber pelas mesmas famílias.

“Foram doze abnegados criadores dessa instituição que, desde logo, se impôs no conceito da população cearense”, assim ressaltou Azevedo (1993, p.5). O Instituto como a “mais séria e notável instituição das letras do Ceará, que se propunha fazer conhecida a história e a geografia da Província,

conforme consta da Ata de instalação de 1887⁹, relatou Boanerges Facó (1967, p.199).

Os fundadores do Instituto eram homens com maturidade intelectual e formações acadêmicas diversas, entre médicos, bacharéis em direito, militar, padre, que assumiram funções de jornalistas, cronistas, geógrafos, genealogistas, botânicos, advogados, enfim, cada experiência individual foi consolidando à criação do Instituto, assim revela a citação:

O Instituto do Ceará foi produto da inteligência, do saber e da vontade de homens já madurecidos nos conhecimentos científicos, de idade que varia nas casas dos 30 e dos 40, somente Joaquim Catunda 53 e Juvenal Galeno 51. Os mais moços eram Guilherme Studart e o Padre Augusto Frota, com 31. Perdigão de Oliveira e Virgílio Brígido, 33, Antonio Augusto e José Sombra, 35, Júlio César da Fonseca, 37, Virgílio de Moraes, 42, Paulino Nogueira, 45, e Antonio Bezerra, 46. (AZEVEDO, 1993, p.29)

A quantidade de sócios e a seleção dos que foram inseridos no grupo do Instituto geravam discordâncias entre aqueles que desejam se inserir no grupo pensante. Portanto, outras instituições foram se formando na tentativa de suprir a carência por espaços ligados ao pensamento, a exemplo da Sociedade de Geografia e História, como já referido. Num período em que não existiam ambientes acadêmicos institucionalizados como as universidades, as escolas, associações e institutos científicos supriam o papel de preparar as mentes para missão de constituir a história e a geografia pátria, com enfoque no local.

Uma visão mais atenta para a identificação dos sócios participantes das várias instituições científico-culturais criadas na cidade Fortaleza, entre os séculos XIX e XX, levou-nos a perceber que eram, em sua maioria, os mesmos representantes que transitavam pelos diversos cargos públicos, representando a elite política e intelectual do Estado do Ceará. Assim, como em outros

⁹ A primeira relação de sócios efetivos do Instituto do Ceará foi composta por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Guilherme Studart, Joakim de Oliveira Catunda, João Augusto da Frota, Juvenal Galeno da Costa e Silva, João Batista Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Antônio Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca Filho, José Sombra, Virgílio Brígido e Virgílio Augusto de Moraes.

estudos similares, utilizo-me da análise prosopográfica¹⁰ para esclarecer a teia de relações estabelecidas pelos membros fundadores do Instituto do Ceará. Dentre estes, personalidades importantes na formação dos discursos geográficos, como se verifica no quadro 1:

QUADRO 1
Sócios fundadores do Instituto do Ceará (1887)

Fundadores	Naturalidade	Escolaridade	Formação	Ocupação	Origem Socioeconômica
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	1842-1908 Fortaleza/CE	Preparatório no Liceu/CE Nível superior	Bacharel em Ciências jurídicas e sociais Recife/PE	- Advogado - Político - Procurador e desembargador - Professor de latim - Diretor do Liceu - Jornalista	Sem informação.
Guilherme Studart	1856 – 1938 Fortaleza/CE	Estudos primários no Ateneu Cearense Preparatórios no Ginásio Baiano Nível superior	Faculdade de Medicina – BA 1877	- Médico - Historiador - Geógrafo - Antropólogo - Arquivista - Funcionário Público - Genealogista - Humanista emérito	Pai negociante e vice-cônsul Britânico no Ceará; Nobre família cearense.
Joakim de Oliveira Catunda	1834 – 1907 Santa Quitéria/CE	Preparatórios no Liceu do Ceará	Sentou praça em 1853; Escola Militar do Rio de Janeiro - 1857	- Funcionário público - Professor da instrução primária em IPU/CE - Professor de filosofia no Liceu do Ceará – 1882 - Professor de alemão na Escola Militar - Político / senador.	Descendente da família Riograndense do Norte. Filho do Coronel Antônio Pompeu de Sousa Catunda; Família influente em Santa Quitéria.

¹⁰ A ideia de desenvolver uma análise prosopográfica dos membros do Instituto do Ceará ocorreu por meio da leitura da dissertação de César Augusto Doriguello Júnior (2008), que ao analisar a presença do indígena nos discursos do IHGB, iniciou investigação pela origem dos sócios dessa instituição.

João Augusto da Frota	1849 – 1942 Sobral/CE	Sem informação da localidade Nível superior	Doutorou-se em Filosofia Estudos em teologia	- Padre - Diretor da instrução pública do CE Lente de matemática do Liceu	Irmão do Padre Miguel da Frota Sem informação da situação econômica
Juvenal Galeno da Costa e Silva	1836 – 1931 Fortaleza/CE	Estudos primários em Pacatuba e Aracati. Humanidades no Liceu do Ceará	Estudos sobre técnicas de agricultura em Rio de Janeiro.	- Poeta - Alfere da Guarda Nacional em Fortaleza -Teatrólogo - Bibliotecário público – 1908 - Político, deputado/suplente em Icó.	Pai José Antonio da Costa e Silva Próspero agricultor cafeeiro na Serra de Aratanha em Pacatuba
João Batista Perdigão de Oliveira	1854 – 1929 Fortaleza/CE	Sem informação	Sem informação	- Historiógrafo Sócio-correspondente do IHGB - Instituto Histórico de Pernambuco e Bahia - Jornalista	Sem informação
Antônio Augusto de Vasconcelos	1852 – 1930 Maranguape/CE	Nível superior	Até 1874 Seminário Diocesano 1876 Academia de Direito do Recife Bacharel em Direito - 1880	- Promotor em Canindé e Granja - 1882 – Juiz - Abandonou a magistratura - Professor de escolas públicas e particulares - 1889, professor de História da Escola Militar - 1896, professor geografia no Liceu do Ceará -Professor da Escola Livre de Direito do CE	Neto paterno de capitão.
Antônio Bezerra de Menezes	1841 – 1921 Quixerambim/CE	Autodidata	Sem nível superior	- Poeta -Prosador - Jornalista - Funcionário público -Estudioso das ciências naturais -Historiógrafo - Geógrafo	Neto paterno do T. ^e C. ^{el} Antonio Bezerra de Menezes

Júlio César da Fonseca Filho	1850 – 1931 Aracati/CE	Sem informação	Sem informação	- Jornalista - Historiador	Filho do Major Júlio César da Fonseca
José Sombra	1852 – 1888 Maranguape/CE	Nível superior	Faculdade de Medicina da Bahia transferiu-se para o Rio de Janeiro 1881	- Médico (carreira breve)	Filho do Coronel Joaquim José de Souza Sombra
Virgílio Brígido	1854 – 1914 Santa Cruz, Uruburetama/CE	Cursou Humanidades no Seminário Episcopal e Liceu do Ceará em Fortaleza Nível Superior	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais 1880	- Participante de grêmios literários - Professor de Geografia no Ateneu do Rio Grande Norte e Alemão no Liceu do Ceará - Poeta - Deputado Federal do Ceará em 1900 e 1912.	Filho do Coronel Raymundo Vassio Brigido dos Santos Família Materna de Azevedo Sá.
Virgílio Augusto de Morais	1845-1914 Sobral /CE	Preparatórios no Ginásio Pernambucano Nível Superior	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais 1867 Faculdade de Direito de Recife	Promotor de justiça de Baturité -Procurador da Fazenda provincial -Diretor da Instrução pública -Professor no Liceu e Faculdade de Direito	Filho do Major Manuel Francisco de Morais

Fonte: Mendes (2011), adaptado de Guilherme Studart, Dicionário Bio-biográfico (1910, 1912 e 1915); Azevedo (1993) e Academia Cearense de Letras (2011).

A investigação dos elementos biográficos dos sócios fundadores do Instituto do Ceará apresentou dados que facilitaram situar, socialmente, o campo de atuação de cada componente, além de outras variáveis que contextualizaram as trajetórias individuais. Percebemos a polivalência que esses intelectuais assumiam em diversas funções, o que Amaral (2008) afirmou que se explicava pela escassa especialização e falta de delimitação entre as áreas de saber na época.

Os doze fundadores eram de naturalidade cearense, alguns da própria cidade de Fortaleza, outros provenientes de localidade próxima como Maranguape, outros mais distantes, com destaque para Sobral. Quase todos vieram para Fortaleza para cursar ginásio preparatório no Liceu do Ceará, seguindo outros rumos para obtenção de nível superior. As histórias são diversas em suas particularidades, mas se aproximam em vários pontos.

A primeira percepção, como vimos anteriormente, no final do século XIX, a parcela da sociedade que tinha acesso à formação superior era bem restrita. Percebemos com clareza no quadro 01 que, quase todos os fundadores tinham nível superior, com a exceção de Antônio Bezerra, considerado autodidata, além de outros cuja formação não foi possível identificar, embora tivessem distinta produção intelectual.

O bacharelado em Direito destacava-se como formação superior. O conhecimento das humanidades proporcionava a seus adeptos uma cultura geral, dando-lhes formação para o engajamento em diversas profissões, além do setor jurídico, integravam-se a cargos administrativos e à vida política no Ceará. Inúmeros foram os casos de advogados que também foram professores nos estabelecimentos de ensino da época. Geralmente, ensinavam geografia, história, filosofia, ou línguas estrangeiras como alemão, francês e inglês. Conforme José Murilo de Carvalho (2003), a homogeneidade ideológica poderia ser oferecida via educação, ocupação e carreiras escolhidas, neste caso, a de advogado.

Dentre os professores, fazemos a ressalva a Antônio Augusto de Vasconcelos por ter se engajado plenamente ao magistério das humanidades. Fez da docência sua maior riqueza, abandonou a vida jurídica, passando a lecionar em várias instituições públicas e privadas, além da Faculdade de Direito que após o Liceu do Ceará, tornou-se o pólo de atração das mentes pensantes da época.

Guilherme Studart (Barão de Studart) não foi advogado, e sim um médico. Sua formação nas humanidades deu-lhe cultura erudita suficiente para introjetar profundo amor às letras e, sobretudo, o hábito de colecionar. Tornou-se um dos principais arquivistas do Instituto do Ceará. Mapas, documentos,

imagens, relatórios formam parte do acervo criado por Studart, mais detalhes da trajetória desse estudioso poderá ser visto no próximo capítulo.

Era comum a participação literária. A poesia, a prosa, e a composição das crônicas históricas representavam o que se pensava na época. Nas artes literárias, destacaram-se as figuras de Juvenal Galeno e Antônio Bezerra, jornalista, autodidata. Os seus escritos tiveram relevância entre os que se dedicavam às letras. Além destes, entre os membros iniciais do Instituto, a presença de um padre (Pe. José Augusto da Frota) e um militar (Joakim Catunda).

Outro segmento profissional evidente foi o funcionalismo público. Como era de costume, os bacharéis assumiam as profissões liberais, compondo o quadro de funcionários públicos nas províncias. Ressalta-se a função de Diretor da Instrução Pública, cargo assumido por vários representantes, além das funções do magistério. Podemos afirmar que, por meio da docência era possível interligar o que se pensava nos centros da intelectualidade com a formação do pensamento nas escolas, com destaque para instituições como Liceu do Ceará, e posteriormente, a Faculdade de Direito.

A lei e o poder político andavam de “mãos dadas”. Não há como esquecer. Ser político era uma função e carreira que boa parte assumiu em algum momento da trajetória profissional e intelectual. Criar as leis, levar os reclames do Ceará para a capital do Brasil foram atividades atribuídas a quem podia de direito e de fato. Eram nobres pensadores que pelo poder da oralidade e eloquência discursiva sabiam assentar os pensamentos em palavras articuladas e escritas. A política era feita por quem tinha saber de tal envergadura. Dentre o seleto grupo dos políticos no Ceará tivemos os sucessores do Senador Pompeu.

O conhecimento erudito e clássico das palavras, a facilidade na expressão do pensamento levaram muitos para a produção jornalística. Fundaram jornais, escreveram e publicaram notas, crônicas, poesias, pensamentos, críticas, enfim, era um verdadeiro turbilhão de ideias e ideologias registradas pela imprensa da época, considerada um dos principais meios de difusão de ideias – os jornais.

A participação em centros literários, gabinetes de leitura e nos próprios redutos como o Centro abolicionista, posteriormente e a Academia Cearense de Letras e, sem dúvidas, a fundação do Instituto do Ceará foram elementos imprescindíveis para consolidação do pensamento científico e filosófico do período analisado.

Nesses redutos da intelectualidade, olhavam a realidade local, mas com o pensamento externo, em outras palavras, com a ideologia colonizadora do europeu. Assim externou Oliveira, afirmando: “via tudo com o olhar de fora, e nesse sentido, seu olhar colonizador se misturava e se matizava de uma perspectiva colonizada por suas leituras e por seu projeto cientificista importado (2001, p. 100)”. Ora, num Brasil que estava em formação, o que se considerava ciência, inicialmente, não era a realidade local, e sim o que se trazia de tendências e metodologias externas. O pensamento positivista europeu foi marcante entre os intelectuais brasileiros, assim verificaremos adiante.

Aqui se trata, como afirmou Doriguello Júnior (2008), ao analisar a prosopografia dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da formação da tríade “*grau de escolaridade, formação e ocupação*”. Cada etapa interligava-se, diretamente, à outra. No período em que a formação superior era distinção, os poucos que tinham acesso aos centros de cursos superiores formavam a camada das elites dirigentes e pensantes do país, porém, não era por acaso ou sorte do destino. Muitos cargos assumidos eram resultantes do poder atribuído das famílias que comandavam os ditames políticos e econômicos do país.

Ao observarmos na coluna do nível socioeconômico percebemos, com clareza, que a maioria dos intelectuais tinha apoio financeiro da família. Muitos eram militares, funcionários públicos, políticos, comerciantes ou produtor agrícola. Assim tiveram condições de enviar seus filhos para estudarem nos centros de formação regional, como em Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

É uma clara expressão que as classes médias buscavam expandir-se por intermédio da perpetuação e crescimento intelectual da família, sendo o curso superior o grau de ascensão. A importância do curso superior foi

revelada por José Murilo de Carvalho¹¹, ao explicar a formação das primeiras elites no Brasil, a do período imperial, que seguiu suas características pelos períodos posteriores no processo de formação das elites locais, caso semelhante ao que ocorreu no Ceará.

Os laços de parentescos entre os intelectuais era outro elemento significativo. A exemplo de Juvenal Galeno que teve por primos, pelo lado materno, Rodolfo Teófilo, no lado paterno, Clóvis Beviláqua e Capistrano de Abreu. Além de outros inúmeros casos de familiares que se integravam à vida pública e aos centros da intelectualidade, a citar os sucessores do Senador Pompeu, o filho, o neto e o bisneto.

As imagens presentes no memorial do Instituto apresentam quadros com os doze primeiros integrantes, formadores do Instituto do Ceará, numa época que ainda não existia a máquina fotográfica, o desenho, as artes eram o principal instrumento de representação de pessoas ilustres, arquitetura, paisagens e mapas.

Dentre estas personalidades materializadas na exposição do Instituto do Ceará, ressalta-se a presença do Barão de Studart¹² para a formação e consolidação científica da instituição, suas contribuições foram diversas, pois contava com uma coleção de documentos, gradativamente, adquiridos em viagens à Europa e outros lugares do Brasil. “Guilherme Studart foi, também grande viajante e, em visita ao velho mundo, pesquisou

¹¹ Explicou José Murilo de Carvalho que “elemento poderoso de unificação da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, por que quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, por que a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em conseqüência, um núcleo ideológico homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, por que se concentrava, até a independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e inculca neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil”. (2003, p. 65).

¹² “Geógrafo, historiador, antropólogo, médico, genealogista, humanista emérito, - tudo isso o foi Guilherme Studart. Incansável trabalhador intelectual abordou os mais variados temas sempre com segurança e profunda erudição” (AZEVEDO, 1993, p.8).

demoradamente os arquivos da França, Espanha e Portugal, enriquecendo o seu já imenso tesouro intelectual” (AZEVEDO, 1993, p.9).

Vários documentos sobre a colonização do Brasil, formação da província do Ceará, dentre outros foram obtidos pelo entusiasta pesquisador, conforme se observa nos quadros dos títulos das revistas do Instituto nos apêndices da tese. Atas das reuniões do Instituto e as assinaturas de alguns participantes, dentre eles a do Barão de Studart, claramente visualizadas em documentos expostos no memorial do Instituto, e em documentos diversos atestam a permanente atuação dos sócios que dinamizavam a vida acadêmica da instituição e da cidade de Fortaleza.

Eusébio de Sousa, Paulino Nogueira, João Brígido, Thomaz Pompeu (o filho), Antônio Martins, Perdigão Oliveira, Antônio Bezerra de Menezes, João Mendes, Rodolpho Teóphilo e Studart Filho, estes dois últimos se sobressaem em produções históricas, foram autores e sócios efetivos importantes. Thomas Pompeu Sobrinho dedicou-se, com mais ênfase, aos estudos da Geografia, aliada a Antropologia e História, finalizando com outros nomes conhecidos, dentre muitos Raimundo Girão, que realizou estudos genealógicos e históricos, além de Florival Seraine com o texto a toponímia cearense, dentre outras inúmeras personalidades da elite intelectual do Ceará.

De acordo com a pesquisa realizada por meio de consultas às revistas do Instituto, foi possível identificar outros autores. Além da presença do próprio Barão Studart na produção de fontes e registro para produção da geografia e história local, outros sócios do Instituto também colaboraram para essa missão. Na fotografia 9, mais a frente, poderemos visualizar alguns dos sócios e participantes do Instituto, inclusive com a presença do Barão de Studart, localizado ao centro.

O “Barão de Studart dirigiu os destinos do Instituto do Ceará entre os anos de 1929 a 1938, quando faleceu a 25 de setembro. Sua gestão de nove anos serviu para engrandecer o rodalício em prestígio e profícuo labor”, conforme Azevedo (1993, p.9). Com a morte do Barão, o Instituto vivenciou momentos de luto até alcançar outro dirigente que estivesse a sua altura intelectual e sagacidade administrativa. Azevedo (1993) bem retratou esse momento de condolências do Instituto, a partir das palavras de João Hipólito:

Com a morte do Barão – diz João Hipólito Campos de Oliveira – perdeu o Instituto o seu maior vulto, tanto que a Casa está indelevelmente associada à sua imagem. Quando se pensava na impossibilidade de sua substituição, eis que esta se dá na pessoa do Dr. Thomás Pompeu Sobrinho, que se revelou legítimo continuador não apenas da tradição da Família, mas do conceito da Instituição. (1993, p.9)

A ligação do Barão de Studart com o Instituto do Ceará foi longa e profícua. Um dos grandes desafios enfrentados pelos sócios foi a conquista da sede própria, que se adequasse aos objetivos dos sócios. No período de 1887 a 1896, o Instituto foi sediado em prédio localizado na esquina da Rua Guilherme Rocha e Rua General Bezerril. Em 1896, a sede foi deslocada para a residência do Barão de Studart, situado à Rua Barão do Rio Branco. Foi a alternativa criada para permanência do Instituto, tendo em vista, não possuir sede fixa. A partir deste período, a figura do Barão que já era importante no Instituto ficou indelevelmente associada, de acordo com relatos, muitos até se reportavam ao Instituto como a Casa do Barão.

Em 1936, mudou-se para o antigo prédio da Secretaria da Fazenda, na Avenida Alberto Nepomuceno, onde também funcionou o Museu Histórico. A casa “foi de José Antonio Machado, onde estiveram a Tesouraria Provincial, o Liceu do Ceará, os Correios, a tipografia do Governo, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública, a Secretaria da Fazenda, o Museu Histórico e o Instituto do Ceará”, como observaremos na figura 10. O prédio foi demolido para a construção do Fórum Clóvis Beviláqua. A antiga casa também foi uma das sedes do Instituto, utilizada como abrigo de outras instituições, inclusive do Liceu do Ceará.

De 1939 a 1951, ocupou a parte térrea do prédio onde funcionou a Assembléia Legislativa, que se sedia atualmente o Museu do Ceará. Em 1956, esteve resguardado no prédio do Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, localizado na atual Av. da Universidade, onde se situa a atual Faculdade de Economia, da UFC. Finalmente, em 1966 conquistou sua sede própria, o solar da família Jeremias Arruda. A construção da década de 1920 sediou outras instituições: a Delegacia de Polícia do Estado, a Prefeitura de Fortaleza e o Ginásio

Municipal, segundo dados do Instituto em um dos quadros presentes em seu memorial.

Na figura 11 observamos o prédio Solar Jeremias Arruda quando sediou a Prefeitura municipal de Fortaleza, sendo possível observar o brasão das armas da capital, com o lema em latim "*Fortitudine*". Para alguns críticos, o brasão da cidade é um símbolo, não precisando de legenda, e ainda, porque a palavra em latim foi mal empregada, por não deter o real significado da fortaleza, mas esta é uma discussão para outra história.

O prédio do solar Jeremias Arruda é uma construção imponente que se destaca nas mediações da Praça da Igreja do Carmo, no centro da cidade de Fortaleza, na rua Barão do Rio Branco, número 1594. A majestosa escadaria principal revela a importância econômica de seu antigo proprietário - o comerciante Jeremias Arruda. No térreo localizavam-se ambientes como a cozinha, lavanderia, quartos dos empregados dentre outros. Ao sediar o Instituto do Ceará o prédio recebeu algumas adaptações, além de terem criado dois auditórios, onde ocorrem as reuniões. O Auditório Barão de Studart é um ambiente com características tradicionais, onde estão instaladas as cadeiras para os 40 sócios, além de assentos para 84 pessoas, contando com climatização.

Ao adentrar na casa, os visitantes se deparam com o requinte de suas formas, os lustres, o teto decorado, o piso em madeira, as grandes e elevadas portas, os detalhes das vidraças, uma áurea de embelezamento que nos remete a *Belle Epoque* cearense. Os cômodos onde a família habitava ficavam no andar superior, com a sala de visitas, sala de jantar, quartos, capela entre outros, com espaços amplos e boa divisão arquitetônica.

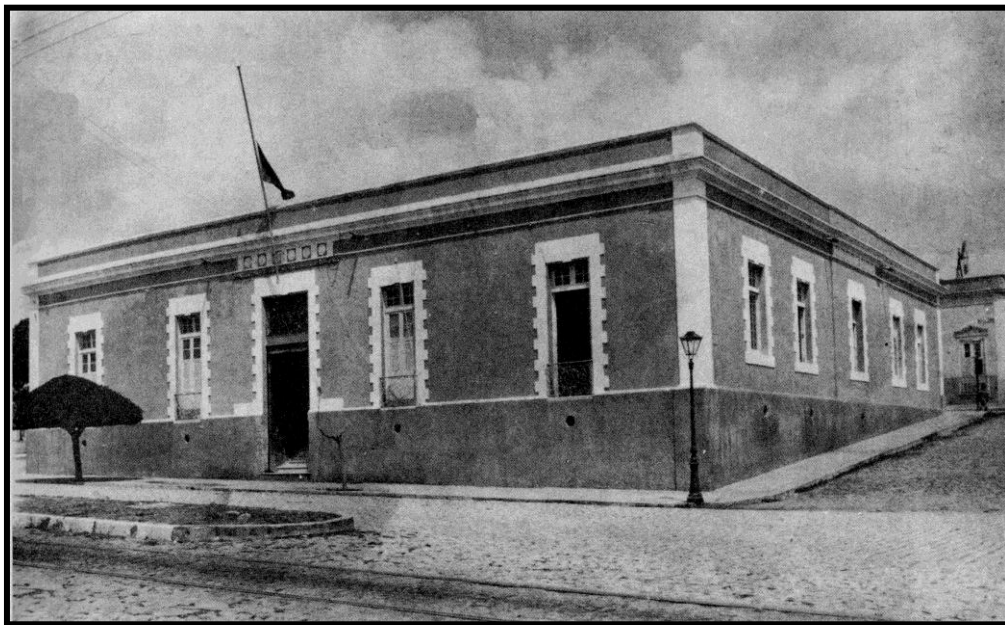
Para a realização de eventos o Instituto conta com o Auditório Pompeu Sobrinho. Área mais recente, moderna, possui ampla mesa de direção, cadeiras especiais para os sócios, autoridades ou visitantes ilustres, com capacidade para 170 pessoas, possui refrigeração central. Como percebemos a estrutura do Instituto foi ampliada e modernizada, mas suas raízes não perderam o tradicionalismo.

Figura 9: Barão de Studart em reunião com os sócios do Instituto do Ceará



Fonte: Arquivo Nirez, 2011

Figura 10: Prédio de 1844 - Sede do Instituto do Ceará em 1936



Casa que foi de José Antonio Machado, onde estiveram a Tesouraria Provincial, o Liceu do Ceará, os Correios, a tipografia do Governo, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública, a Secretaria da Fazenda, o Museu Histórico e o Instituto do Ceará. Demolido para a construção do Fórum Clóvis Beviláqua.

Fonte: Arquivo Nirez, 2011

Figura11: Última sede do Instituto do Ceará, Solar Jeremias Arruda.



Fonte: Acervo MIS, 2011

Figura 12: Imagem atual do Instituto do Ceará, rua Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo MIS, 2011

O Instituto conta ainda com Biblioteca com acervo de 32.250 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta) livros. Uma fonte de pesquisa incalculável para o desenvolvimento de temas variados. Acolhe pesquisadores de origem diversa, tanto locais quanto nacionais e estrangeiros. A estrutura da biblioteca apresenta boa qualidade, organização e acessibilidades aos seus consulentes. Outros acervos pertencentes ao Instituto são os periódicos, além de mapoteca, arquivo documental, arquivo digital, hemeroteca, acervo iconográfico e museu.

Outro instrumento, fonte de pesquisa é a hemeroteca com um rico acervo de jornais possui em média 251 exemplares catalogados e arquivados em volumes por ano. Entre os títulos estão os jornais – A República, O Ceará, O Cearense, O Unitário, O Povo, O Estado, O Nordeste entre outros. Períodos diversos com edições que se encontram entre os séculos XIX e XX, conforme informações do Instituto do Ceará - IC.

Ainda contam com sala para administração, uma livraria – o sebo da história, além do memorial do Instituto criado em 2007. Um espaço agradável, moderno e atraente para aqueles que desejam conhecer a história do Instituto do Ceará, bem como o contexto histórico e geográfico de sua criação, da própria cidade de Fortaleza, além de livros, revistas, atas, mapoteca, registros e documentos de fases importantes da memória da instituição e do espaço urbano local.

Todas as inovações criadas no Instituto tinham por propósito alinhar o seu espaço e contribuições às novas exigências demandadas pela sociedade. Alternativas que aproximaram o Instituto do Ceará ao pesquisador acadêmico, proveniente das universidades e programas de pós-graduações. Buscam nessa instituição documentos que possam colaborar no desvendamento de várias problemáticas atuais com respostas nos registros do passado.

Entretanto, a realidade passada não era a mesma dos tempos recentes. Nesta perspectiva, Montenegro refletiu acerca da crise vivenciada pelos Institutos Históricos no Brasil e elencou algumas motivações que geraram momentos de instabilidade para o Instituto do Ceará:

O tradicionalismo e o conservadorismo a presidirem a fundação, a organização e os trabalhos do Instituto do Ceará imprimiram de logo à entidade um espírito e um desempenho uniformes, com poucas modificações, até hoje. O que, evidentemente, a deixou refratária ao sopro das correntes de pensamento mais atualizadas, a metodologias científicas, a orientações historiográficas, responsáveis na verdade, pelo avanço da pesquisa, pelas mudanças de hábitos de trabalho, pela reestruturação técnica e administrativa dos órgãos sob cujo apanágio se desenvolvem todos esses misteres. (1998, p. 185).

O formato que estruturou a organização interna do Instituto, com o passar do tempo, o resumiu a reuniões entre os sócios, e a pesquisa histórica, geográfica e antropológica, que deveria ser o verdadeiro motivo da existência foram deixadas de lado, comentou Montenegro.

O tradicionalismo e o conservadorismo¹³ foram marcas impregnadas nas ações daqueles que por lá passaram, sobretudo, em sua criação estendendo-se a meados do século XX, em 1950. Este conservadorismo apregoado ao Instituto dava-se em decorrência da origem social de seus membros, e que não era apenas um símbolo do *status* social, mas “jogo político e intelectual”, resultado do contexto histórico em que o Instituto foi criado, conforme analisou o autor em relevo.

Aqui se trata do choque de paradigmas. No processo de institucionalização das disciplinas acadêmicas, do surgimento da universidade no Brasil¹⁴, direcionada pelas tendências teóricas dos centros mundiais, com destaque para as ideias francesas e alemãs. A produção da pesquisa passou a

¹³ Afirmou Eduardo Amaral que “o conservadorismo intelectual é a marca do Instituto do Ceará na elaboração de uma urdidura para a História e para a sociedade deste Estado”. (op. cit., p. 46).

¹⁴ A década de 1934 é considerada um marco para o desenvolvimento da Geografia no país, por ter ocorrido nesse período a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, inaugurando a fase de institucionalização acadêmica das ciências humanas no Brasil. Além da criação do Departamento de Geografia em 1946, a geografia acadêmica, notadamente, recebeu orientação da escola francesa, com a vinda de várias personalidades para a USP, com o intuito de repassar o ideário da época. Já no Ceará esse marco ocorreu à década de 1947, com a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, que abrigou as ciências humanas, com ênfase nas licenciaturas, cujo objetivo era suprir a demanda por professores no ensino secundário, isto é, ensino médio atual. Geografia e História formavam um único curso que se desmembrou em 1957, assim como veremos no último capítulo da tese.

ser ditada por novas linhas de pensamento e impregnada de metodologias consideradas renovadoras. E uma das críticas relacionadas aos Institutos era a falta de renovação na produção acadêmica, motivada ainda pelo tradicionalismo arraigado, pelo pensamento cristão que se opunha à laicização da sociedade e ao avanço do racionalismo científico.

Outra ressalva feita por Montenegro é que a ligação entre os Institutos ao Estado os impediam “que assumissem sua missão crítica, a da análise fria e desimpedida do pensamento, das realidades objetivas, do comportamento das personalidades públicas, sempre que isto redundasse no malferimento dos interesses oficiais [...]” (op. cit, p. 186).

Como fruto do então período imperial, os Institutos estabeleciam uma ligação muito estreita com a monarquia e posteriormente, com o Estado republicano. Além do mais, boa parcela dos representantes eram políticos, desse modo, não almejavam mudanças e críticas tão radicais. Como reduto da elite criou-se formas de exaltação aos feitos intelectuais dos agentes do Império e da República.

A historiografia do Instituto do Ceará tinha por embasamento metodológico a tendência liberal-romântica (MONTENEGRO, op. cit., p.186). Contudo, foi pela Academia Cearense inserida a raiz do positivismo científico no Ceará, introduzindo o naturalismo em oposição ao romantismo de visão liberal-conservadora. “Destacavam-se os historiadores mais identificados com o método positivista – os mais convincentes na enunciação da verdade sobre as origens”, conforme Oliveira (2001, p.90).

Amaral atribui à Academia Cearense um impulso criador mais genuíno do que o se seguiu na organização interna dos trabalhos produzidos pelo Instituto do Ceará, pois estes perduraram na tradição da narrativa literária liberal conservadora, que “em linhas gerais, assim se conformou a simbiose entre catolicismo conservador e cientificismo de fachada deste grupo majoritário dentro do Instituto do Ceará”, conforme Amaral (op. cit, p.63).

Em outras palavras, a princípio, as narrativas produzidas por parte dos sócios efetivos do Instituto eram permeadas por ideologias da fé, pouco científicas, demonstradas em seus registros na Revista. No entanto, é irretorquível a importância que teve o Instituto no processo de formação inicial

da História, Geografia e Antropologia no Ceará, sobretudo pela copiosa catalogação de documentos e registros que servem como fontes primárias para diversas investigações atuais.

Percebemos desde o início da investigação que a carga atribuída aos estudos de caráter historiográfico era muito maior, sendo a geografia e a antropologia estudos complementares, tendo em vista, a primeira grande missão ter sido a de criar a História cearense, conferindo-lhe identidade regional. Apesar disso, a Geografia encontrava-se numa fase preliminar, ou em outras palavras, numa fase embrionária dentre os escritos, ao meio do emaranhado das crônicas históricas produzidas no Instituto do Ceará. Com o passar do tempo, a geografia encara suas especializações, avança para análise de aspectos físicos da natureza e fenômenos sociais.

É a sociedade que transforma a natureza, criando o espaço geográfico, muitas vezes denominado de espaço social, como o caso do Ceará. Mas, até alcançar essa “independência”, a geografia foi sendo apropriada pelo saber histórico como ferramenta que lhe dera o poder de localização descritiva dos fenômenos e fatos analisados. Aspecto que se verifica nos mais diversos textos produzidos pelos estudiosos, sócios do Instituto do Ceará, sobretudo, aqueles dos primeiros anos. Não dá para compreender o saber geográfico sem a dimensão histórica dos processos sociais que, por sua vez, são contraditórios, dialéticos e complexos.

Como vimos, a importância dada à produção da História ao contextualizar a criação e instalação do Instituto do Ceará foi mais enfática. A história do Ceará precisava ser construída e nela a formação de sua geografia. Não temos dúvidas que a consolidação de um instituto de pesquisa no Ceará foi fundamental para a institucionalização dessas disciplinas. E de fato as Revistas do Instituto do Ceará podem ser consideradas fontes documentais que abriram espaço para produção da História, da Geografia e da Antropologia, com ênfase a identidade regional. A historiografia produzida pelos estudiosos revelou os indícios do que se pensava ser a produção dos estudos geográficos da época.

Diante desse quadro, esmiuçar o desenvolvimento da Geografia cearense produzida a partir da institucionalização e normatização produzidas

no Instituto do Ceará e reveladas em seus registros, documentos, estatutos e revistas, produzidas pelos sujeitos que passaram por lá, foi o principal intento a descobrir a partir desse momento.

Temos a certeza que a missão principal do Instituto era produzir a história e que a geografia e antropologia eram estudos complementares ao fato histórico. No entanto, ao buscar compreender o nascimento da geografia no Ceará, assumimos a hipótese de que mesmo sendo as crônicas produzidas no Instituto do Ceará voltadas para produção da história, já havia nelas incrustados elementos dos saberes geográficos.

Um saber embrionário, certamente. Mas, a partir dessa assertiva é que os olhares da pesquisadora foram voltados para o passado, para compreender qual era a concepção de geografia da época. Quem eram os sujeitos, intelectuais, que mais se aproximaram da produção do que seria no futuro a geografia do Ceará? Enfim, tentar compreender como as revistas do Instituto do Ceará puderam colaborar no processo de disciplinarização e institucionalização dos saberes locais.

Antes de nos embrenharmos pelos registros documentais, das revistas do Instituto do Ceará, além de outros resquícios e testemunhos do passado do saber geográfico, sentimos a necessidade de compreender a importância das revistas como fontes documentais.

A partir da leitura de trabalhos produzidos sobre o Instituto do Ceará e de autores que analisaram seus objetos por intermédio da história e da geografia foi possível estabelecer a relação entre esses dois saberes na RIC, assim iniciemos a produção das reflexões.

O tópico a seguir agrega a compreensão de categorias e conceitos¹⁵ fundantes como o conhecimento sobre crônicas históricas, historiografia, fontes históricas, dentre os demais conceitos complementares que clarearam a análise do objeto.

¹⁵ De acordo com Barros (2009, p. 113) “o importante é compreender que o conceito é uma abstração elaborada a partir da generalização de observações particulares. Sobretudo, é preciso ter em mente que o conceito é uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com esta mesma realidade”.

2.2 As Revistas do Instituto do Ceará na construção da geografia regional

Recuperar uma rede de artigos especializados é recuperar a dinâmica vital de uma elaboração teórica, de uma contínua reapropriação de descobertas empíricas, e é tomar consciência dos próprios “lugares de produção” que organizaram primordialmente estas elaborações teóricas e reapropriações empíricas. (Barros, 2009, p.60).

[...] a própria “revista especializada” pode vir a se constituir em excelente fonte para compreender um setor social que se relaciona a este tipo de publicação e de leitura. (Barros, op. cit., p.65).

As Revistas do Instituto do Ceará são consideradas uma das grandes preciosidades da instituição, um arquivo imensurável de informações para os pesquisadores. Os registros contidos nas revistas do Instituto fornecem importantes indícios para compreensão da dinâmica dos discursos e práticas que forjaram a produção da geografia cearense, por meio das crônicas produzidas pelos sócios e pesquisadores participantes do Instituto do Ceará. No que concerne ao desenvolvimento da tese buscamos extrair desses artigos elementos que revelassem indícios de uma época em que já se tinha preocupação em escrever sobre a geografia local.

O interesse dos institutos provinciais eram similares aos do IHGB, construir suas histórias, conferindo-lhes identidade perante à nação brasileira. As Revistas do Instituto do Ceará constituíram-se na principal documentação e prova do que se pensava em outros tempos. Nas revistas constam listas de materiais recebidos por outras instituições científicas, juntamente com artigos de sócio-correspondentes. Mantinham comunicação constante, criando uma teia de informações, no mundo em que ainda não existia a tecnologia da informação, mas, mesmo assim, todos eram interconectados em suas intenções.

Além da importância da documentação, a importância desses registros para formação da ciência nacional foi o constante câmbio, com o envio de informações e o recebimento de materiais postados por institutos e

sociedades congêneres que se irmanavam. No apêndice da tese, no quadro cujo tema é o Instituto do Ceará, encontram-se as listas com os nomes das entidades que mantinham parceria ao enviar e receber materiais como: revistas, correspondências, documentos, artigos, entre outros.

As revistas especializadas podem ser caracterizadas como importantes fontes textuais e históricas¹⁶. A partir dos escritos existentes em seus artigos foi possível analisar fatos relevantes da história social da época investigada. As revistas como fontes históricas são um meio de entrar em contato com “janelas” que se encontravam fechadas, dando acesso, ao pesquisador, a informações que antes não eram conhecidas.

O acesso às Revistas do Instituto do Ceará – RIC abriram portas para o conhecimento do saber geográfico produzido pelos sócio-efetivos dessa instituição e colaboradores, possibilitando destacar inúmeros fragmentos de textos das revistas introduzidos no corpo da tese como registros-monumentos¹⁷ do que se pensavam na época.

Assim, foi necessário saber o que é uma revista científica e fazer a diferença com os jornais. Martins (2001) revelou que o Jornal possui informações mais imediata e teria se encaminhado historicamente para a veiculação diária; já as revistas tem elaboração mais cuidadosa e aprofunda os temas, encaminhando-se para a periodização semanal, quinzenal, mensal, trimestral ou semestral, e por vezes anual. A hemeroteca do Instituto do Ceará

¹⁶ Sobre as fontes históricas, Barros (2009, p. 63) revelou que “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma destas duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma [...] é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso considerar-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado. Neste sentido, a fonte pode ser vista como “testemunho” de uma época e como “discurso” de uma época”.

¹⁷ Tomamos como exemplo as experiências metodológicas produzidas por Almir Leal de Oliveira, em sua tese defendida em 2001. Nesta, o pesquisador afirmou que só seria possível compreender a historiografia cearense, a partir das revistas do Instituto, se estas fossem pensadas como fontes monumentalizadas, documento monumental, ou uma Memória histórica. Assim, pensamos o mesmo em relação ao saber geográfico produzido na época, pois este ainda encontrava-se como uma ciência em formação. Eram conhecimentos produzidos de forma pragmática e utilitária, como vimos no entrelinhamento das ideias anteriores.

conta com algumas raridades jornalísticas - como o único jornal cearense manuscrito que se tem notícia - O Orvalho, além de outras fontes raras.

Outras diferenciações entre os jornais de circulação, que também podem ser utilizados como fonte histórica e as revistas foram relatadas por Barros (2009, p.57), ao destacar o formato, estrutura e material pelo qual são elaborados esses materiais, afirma que:

o que vai distinguir um jornal de uma revista é mais uma questão de formato editorial ou de suporte de publicação. O jornal, assumindo um formato em cadernos ou uma diagramação em colunas, e preferindo um tipo de papel menos sofisticado, tende a ser mais rapidamente descartável do que a revista (mas este não é certamente o caso dos jornais especializados de tipo acadêmico, que contêm artigos que os pesquisadores costumam guardar).

Os Jornais especializados geralmente compõem as hemerotecas das instituições e institutos acadêmicos, são testemunhos de um passado. Sobre a estrutura das revistas do Instituto do Ceará foram feitas em formato de livros volumosos, encadernados¹⁸, os primeiros com capas duras, e as mais recentes com capas em papel. E para melhor compreender essa inestimável fonte de pesquisa, foram criados índices anotados, que na tese serão utilizados com frequência para facilitar a sistematização das informações investigadas.

As revistas do Instituto do Ceará, atualmente, foram digitalizadas, fato que possibilitou ainda mais o processo de investigação. Em 2005, o Instituto em parceria com algumas empresas privadas conseguiu digitalizar as revistas tornando o acesso às informações com mais facilidade. O objetivo principal deste projeto foi a divulgação das revistas. E a partir de 2008, vem sendo realizado o projeto de digitalização do Boletim do I.C., considerado um instrumento de divulgação complementar à Revista. Uma informação mais recente foi o fato de terem criado o *site* institucional onde contém biblioteca virtual para pesquisa, com disponibilidade de obras na biblioteca do Instituto do Ceará, onde a RIC (Revista do Instituto do Ceará), anualmente é lançada. Além do site, foram criados o Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará.

¹⁸ “A *revista*, editada em modelo de encadernação similar ao livro e produzida em papel de qualidade, costuma ser conservada por mais tempo (e certamente por muito mais tempo nos casos das revistas especializadas de conteúdo acadêmico)” conforme Barros (2009, p. 57).

No caso da tese, utilizamos como fonte de pesquisa, o índice correspondente aos Tomos I ao LXVII, Volume I, em alguns momentos, dependendo da temática investigada foi possível ampliar essa periodização para o ano de CXIX, 2005, permitindo uma pesquisa mais completa. Nelas foram coligidos artigos de vários especialistas e temas variados da maioria dos sócios ou colaboradores do Instituto. Sobre a importância dos artigos das revistas temos o que revelou Honório Rodrigues e Boechat Rodrigues (2002, p.40):

As excelentes notícias histórico-descritivas de municípios, vilas e freguesias revelam o acerto da orientação metodológica. Ao invés de generalizações fáceis sobre a história geral do Brasil, a especialização dos estudos locais e estaduais. As características sub-regionais possibilitam estudos sobre Estados vizinhos, tornando ainda maior o interesse pela sua consulta. Um rápido exame da matéria contida nos 65 volumes da Revista mostrará a importância da documentação inédita publicada, em grande parte graças aos cuidados do benemérito Guilherme Studart.

A RIC possui larga importância na historiografia nacional, conforme Honório Rodrigues e Boechat Rodrigues explicitam no índice anotado da Revista do Instituto, elaborado para facilitar a consulta de informações, que “a *Revista do Instituto do Ceará*¹⁹ é, então, depois da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o mais rico repositório histórico e geográfico brasileiro, particularmente precioso para a história antiga e moderna do Ceará”.

A ressalva da RIC como fonte historiográfica deu-se pela identificação da densidade dos escritos em cada tomo. Os tomos investigados estendem-se pelo período de 1887 a 1947, totalizando 61 revistas. Mas,

¹⁹ Honório Rodrigues e Boechat Rodrigues, continuando relatar a importância da RIC no cenário científico e acadêmico local e nacional, os autores supracitados afirmam que “a Revista do Instituto do Ceará é, para nós, mais valiosa do que a do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pois num espaço de quarenta e três anos ela segue as mesmas linhas diretivas, obedece à mesma orientação de Barão de Studart. Enquanto a Revista do Instituto Arqueológico apresenta grandes fases, como as de José Higino, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa e Oliveira Lima, e fases de abatimento, como a de Mário Melo, iniciada em 1918, a Revista do Instituto do Ceará consegue, pela diligência, esforço e competência de Studart, manter-se durante quarenta e três longos anos num mesmo espírito de objetividade histórica, de infatigável pesquisa, cheia e rica de preciosos documentos”. (2002, p.39).

dependendo da temática ampliamos o limite para o ano de 2005, por tratar de investigações relacionadas a períodos anteriores.

Um material de valia científica, como afirmou Barros (2009, p.16-17) “[...] esta espécie de matéria-prima fundamental da qual precisará partir o historiador que empreende a sua viagem ao passado é a *fonte* ou o *documento histórico*.” Interessa lembrar que é o pesquisador em suas investigações que o descobre e dar valor ao documento. Assim o questiona, pois sem a inquietação do pesquisador o documento, por si só, não tem razão de existência. Os documentos são criações humanas, portanto, intencionais. Assim, deve ao pesquisador a análise e compreensão das reais intenções com que os documentos foram criados e registrados.

As revistas do Instituto tanto podem ser consideradas fontes quanto documentos de um passado cheio de criação. Pretendemos analisar os artigos em séries cronológicas, analisando quais foram os protagonistas que desenvolveram a geografia cearense, bem como identificar suas respectivas contribuições. E, claro, utilizar os rastros-testemunhos nos segmentos dos textos que compuseram a tese, como fontes históricas que puderam suscitar respostas aos objetivos elencados.

Percebemos na condução da pesquisa, os limites entre compreender o “pensamento geográfico” e a própria “geografia”²⁰ que se entrelaçaram constantemente. Em alguns momentos conseguimos escrever sobre o pensamento geográfico, ou seja, tentamos revelar o pensamento geográfico cearense, e em outros momentos, a ausência de fontes ou pluralidade nos tencionou a refletir sobre o campo disciplinar, sobretudo, a partir do que foi construído e registrado nas Revistas do Instituto do Ceará, e ainda, pela produção dos sujeitos, sócios efetivos da instituição.

²⁰ Interessante lembrar o que ratificou Moraes (2002, p.43-44) ao explicar que existe uma distinção ao estudar o “pensamento geográfico” e a “geografia”. O primeiro ponto se delimita a história das ideias geográficas no país, mais genérica, ou seja, a análise da geografia fora do debate disciplinar e do campo da geografia. O outro segmento de análise refere-se “a história da disciplina geografia, centrada na constituição do campo disciplinar institucionalizado no país. Isto é, como o capítulo brasileiro da história da difusão do campo científico autodenominado de geografia.”

No caso dessa pesquisa, restringimos à análise de alguns fragmentos de texto da RIC como fontes²¹ testemunhos que comprovam o desenvolvimento da história da Geografia local. A metodologia de análise seguiu com busca de registros documentais, enfocando narrativas que demonstrassem o pensamento sobre a geografia de uma época passada. Assim foram utilizados, os fragmentos de alguns artigos da RIC expostos como registros que possibilitassem comprovar a existência da produção de uma geografia local.

A RIC coligiu, ao longo do tempo, parte respeitável do que foi produzido pelos estudiosos pioneiros, transformados em artigos na Revista do Instituto do Ceará. E com o intuito de compreender as pesquisas realizadas pelos estudiosos do Instituto tivemos o trabalho de tematizar quase todos os títulos dos artigos, que se encontram nos apêndices da tese²². Buscamos, por meio da leitura geral dos textos, a compreensão das narrativas e assim subtrair das crônicas históricas materiais elucidativos da formação da geografia do Ceará seja científica ou escolar.

Interessa ressaltar que no texto referente aos protagonistas dessa história, intelectuais pioneiros na produção do saber local, que boa parte do que se colheu sobre esses sujeitos foi retirado de artigos biográficos produzidos por eles próprios e publicados nas RIC. Tinham interesse em ressaltar os feitos de seus precedentes. Estes textos são considerados testemunhos²³ das proposições perquiridas.

As publicações das revistas iniciaram em 1887. Contam até 2005, com 122 tomos regulares e 7 tomos especiais, estes eram publicações direcionadas a temas específicos. Desde o início, as produções foram sendo

²¹ As fontes históricas podem ser concebidas como testemunhos do passado e discursos que podem ser analisados, assim como já compreendido o conceito de testemunho, por meio de Paul Ricouer (2007) e Oliveira (2001).

²² Decidiu-se por manter os quadros com a tematização dos títulos nos apêndices da tese, por compreender que os títulos separados por quadros podem contribuir significativamente na produção de pesquisas futuras tanto da pesquisadora quanto para possíveis leitores interessados nas temáticas.

²³ Paul Ricouer explica que “o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica” (2007, p. 170).

feitas pelos sócios e colaboradores. Ao enviarem para o Instituto passavam pelo crivo das comissões já retratadas nesse capítulo, após o aceite eram publicadas em temáticas referentes à História, à Antropologia e à Geografia, sobretudo do Ceará, sendo os critérios criados por cada comissão.

Muitos estudiosos que no início escreveram sobre a geografia cearense, além de naturalistas por analisarem e descreverem a natureza do Ceará se autodenominavam escritores da História cearense. A História e a Geografia caminhavam juntas entre o final do século XIX e início do século XX, facilmente visível ao lembrarmos da intenção de construir a identidade do território nacional. Mas, interessa notar que os escritos que se assemelham à geografia não se restringiam à natureza, abordavam aspectos sociais, políticos, demográficos, econômicos e culturais²⁴.

No entanto, cabe estabelecer uma ratificação deveras importante: no período entre o final do século XIX para o início do século XX, na primeira geração da historiografia cearense, não havia distinção clara entre os saberes, conforme já foi dito anteriormente. A geografia era um saber necessário para compreensão da história e vice-versa. Dessa mesma forma, ressaltou Pereira ao dizer que:

História e Geografia eram, portanto, interdependentes e complementares, constituindo 'dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado. (2005, p. 114).

Apesar da busca pela distinção entre os diferentes saberes apresentar-se como uma tarefa inócua, mantém-se a proposição que as ciências já eram presentes nos discursos historiográficos, portanto, nos possibilitou extrair elementos que identificassem algumas particularidades desses saberes nas crônicas produzidas e publicadas nas revistas do Instituto do Ceará. Como maior parte dos artigos produzidos foram escritos em formato

²⁴ De acordo com Honório Rodrigues e Boechat Rodrigues (2002, p.37-38), “a fundação do Instituto do Ceará em 1887 dá maioridade aos estudos históricos naquele Estado. A historiografia cearense inicia então a sua fase de amadurecimento, de contínua e sistemática pesquisa local. Causas geográficas e econômicas fazem coincidir a história estadual com a história regional”.

de crônicas históricas, buscamos compreender algumas peculiaridades da geografia e da história que as inter-relacionam.

Por meio da análise de autores que estudaram as contribuições do Instituto do Ceará e de suas revistas, foi possível desenvolver mais aproximações entre as duas ciências em formação, atreladas ao saber antropológico. Para facilitar a compreensão do papel de cada ciência na composição da história e da geografia do Ceará, elaboramos um quadro dos conhecimentos produzidos.

Lembramos, mais uma vez, que a missão principal era criar a história oficial e esboçar a identidade físico-geográfica da nação. Parafraseando as teorias de Kant, podemos afirmar que a Geografia do Ceará também era concebida como subestrutura da História cearense. No final das contas, os princípios metodológicos eram praticamente os mesmos, bem como os fundamentos filosóficos das ciências em construção eram baseados no positivismo, como podemos observar no quadro, a seguir:

QUADRO 2
CIÊNCIAS DO INSTITUTO DO CEARÁ

HISTÓRIA	ANTROPOLOGIA	GEOGRAFIA
Identidade	Etnia	Delimitação do território
Fronteiras culturais	Origem cultural	Criação dos lugares e fronteiras internas
Memória histórica	Raça e mestiçagem	Delimitação da região
Cronologia	Indígena	Conhecimento da natureza local
METODOLOGIAS		
Narrativa histórica	Descrição antropológica	Descrição dos aspectos físicos da natureza
Coleta e organização de documentos – memória documental	Arqueologia social	Pesquisa de campo
Pesquisa em arquivos públicos e privados	Observação direta	Catologação de espécies
Produção da histórica local	Viagem de Campo	Coleta de dados, informações e comparações
Criar a identidade do Ceará na nação brasileira	Denominação de lugares	Diário de pesquisa
Narrativa histórica do Ceará	Toponímias	Descrição da paisagem cearense
Método positivista	Método positivista	Método positivista

Fonte: Adaptado pela autora de textos extraídos da RIC (1887-1987) e Oliveira (2001).

A princípio os estudos geográficos eram, marcadamente, descritivos como percebemos em escritos das Revistas do Instituto do Ceará e em obras produzidas no período, além do que foi desenvolvido a partir das comissões e expedições científicas realizadas pelas terras cearenses.

Aos textos históricos vinculavam-se as análises cronológicas, crônicas memorialistas, biografias, listagem de presidentes provinciais, manuscritos, história pátria e de descobrimento da América, história da libertação dos escravos, etimologias, documentos e outros diversificados assuntos que buscavam compor uma história oficial, pautada na história tradicional, descritiva, apolítica e onde se exaltavam as figuras ilustres da época, além de estudos genealógicos e a própria constituição da imprensa como instrumento de difusão de informações, ideologias pátrias e político-partidárias.

Conforme compreensão retirada do quadro acima e da caracterização dos saberes históricos e geográficos, bem como dos antropológicos, inferimos que a escolha para o desenvolvimento, a princípio, da história deveu-se ao fato deste saber contemplar a narrativa do tempo passado, pois se almejava ressaltar os feitos ilustres e registrar a origem do que viria a ser a nação brasileira, a partir das delimitações locais e regionais, assim, constituir a identidade cearense.

Por sua vez, na busca pela nacionalidade era necessário construir a própria história e as estratégias foram diversas, assim como já se retratou pelas palavras de Venancio e Del Priore (2010), na introdução da tese. Neste sentido, a geografia e antropologia foram saberes complementares referentes à delimitação do território e à produção de uma arqueologia social, respectivamente.

Em face da construção da memória histórica, alguns pesquisadores e analistas da formação da geografia e história cearense revelaram quais eram os princípios norteadores das narrativas elaboradas, inicialmente, no Instituto do Ceará. Em relação à narrativa histórica, produzida pelo grupo de sócios do Instituto liderado pelo Barão de Studart, revelou Amaral que a intenção era:

criar uma identidade cearense pautada pelos ideais cristãos. O sujeito da história do Ceará seria aquele povo católico ideal: nascido e criado nas dificuldades de um meio agreste, às voltas com uma série de provações que a natureza indócil lhe impõe, sempre disposto a tributar seu sangue às causas nobilitantes: herói de batalhas do passado, líder da abolição nacional. Mais que um herói, a identidade confere ares de um cruzado da santa causa: devolveu ao mundo em dobro tudo que este mesmo mundo lhe tomou. Enfim, deu a outra face à bofetada. (2002, p. 55-56).

Percebemos, com clareza, que o supracitado pesquisador, buscou revelar a essência das narrativas que tendiam para uma explicação ideológica, com o pressuposto da fé, tentavam esclarecer as características da aridez do sertão cearense, as dificuldades trazidas pelas intempéries, como contingências inerentes ao povo. Assim as narrativas retratavam a história dos “heróis do sertão²⁵”, homens fortes, capazes de suportar a miséria e a seca, acomodando-se com a conjuntura política e econômica em que se inseriam.

Logo, podemos confirmar por intermédio de Amaral que a partir desse ideário, a história do Ceará e, conseqüentemente, a geografia cearense passou a ser produzida a partir da “exaltação dos arroubos de dignidade e, assim, congela-se o processo histórico a partir desta dualidade” (2002, p. 56). Dessa forma foi-se construindo e elaborando a memória histórica e a delimitação do que seria o Ceará, perante seu contexto regional.

A despeito da Geografia do Ceará baseada pelos textos das revistas do Instituto, observarmos que os pioneiros seguiram o norteamento delineado pelo Barão de Studart, em que propôs a construção da história do Ceará, seguindo algumas fases: origens do Ceará colonial, as missões jesuíticas; as revoluções, a abolição dos escravos e movimentos abolicionistas e enfim a compreensão e identificação da natureza cearense, além de estudos sobre o fenômeno das secas e conseqüências para o povo do Ceará, conforme Amaral (2008) e Oliveira (2001)²⁶.

²⁵ O imaginário do sertanejo não foi construído somente pelas crônicas históricas, mas não há dúvidas que a própria literatura colaborou na produção dos heróis do sertão, a exemplo do que retrataram as obras de Raquel de Queiroz, com “O Quinze” (1930) e Graciliano Ramos, a obra “Vidas Secas” (1938), e de Euclides da Cunha, com “Os Sertões” (1902).

²⁶ Oliveira explicou que a partir da compreensão das várias temáticas das revistas do Instituto do Ceará foi possível identificar algumas fases, dentre elas: “entre 1887 e 1903 se destacava a

Assim foi perceptível a identificação dessas fases a partir da leitura de inúmeros artigos produzidos e publicados na RIC, entre 1887 a 1947, com algumas ampliações de datas em determinados temas.

Primeiramente, os estudiosos buscaram compreender as origens do Ceará colonial, nesse ponto, desenvolveram estudos antropológicos, referentes às comunidades indígenas, com intuito de identificar o que consideravam como mais genuíno e próprio à identidade cearense, construindo assim a memória histórica. E dessa memória foram construindo mapeamentos que identificavam as localizações e potencial natural de cada lugar, a exemplo das construções teóricas produzidas por Tomaz Pompeu Sobrinho, como veremos no próximo capítulo.

Após a fase de busca pelas origens, investiram em estudos sobre a formação das províncias e constituição das vilas interioranas, promoveram estudos populacionais, agrários e urbanos, além de identificarem elementos da expansão do comércio provincial. Nesse contexto, investigaram as epidemias que assolaram o povo cearense, desenvolvendo pesquisas sobre a problemática das secas, tema recorrente em diversos estudos entre os pioneiros.

Observamos que nos tomos da RIC, as temáticas relacionadas à Geografia foram recorrentes. Para facilitar a compreensão dessa dinâmica e da exatidão de informações foi necessário desenvolver alguns parâmetros para tematizar a produção do saber geográfico, bem como seus respectivos autores/produtores. Importante lembrar que no período entre o final do século XIX a meados do século XX, a geografia tinha sido definida como ciência, sendo assim, possível identificar pelos temas e conteúdos/textos, artigos ou crônicas que se remetiam ao conhecimento geográfico local.

Não há dúvidas que as temáticas produzidas tentavam inserir a análise do Ceará num contexto regional, afirmação clara a partir da leitura de inúmeros artigos, onde apresentam a preocupação dos intelectuais em delimitar o território cearense, sobretudo, a partir da tentativa em acabar as

publicação de fontes da história colonial. Neste mesmo período também se destacava a discussão sobre a origem do povoamento. Pude ainda perceber que este fora o período em que mais se discutia e se pesquisava a temática biográfica". (2004, p.274).

querelas e contendas referentes aos limites das terras com os estados vizinhos.

Iremos verificar no próximo segmento do texto esta preocupação em mais detalhes, além de outros temas que foram retirados fragmentos que demonstram com mais ênfase a construção do ideário cearense de geografia produzida pelos participantes do Instituto do Ceará e seus colaboradores.

2.3 As crônicas históricas da RIC e a Geografia do Ceará

“[...] a História é a Geografia no tempo do mesmo modo que a Geografia é a História no espaço”.
Elisée Reclus (1905, p.908).

Das crônicas históricas desenvolvidas nesse reduto, buscamos revelar o saber geográfico, que deixara de ser apenas um saber difuso pelos escritos das instituições científicas e escolares, para tornar-se uma ciência de análise do espaço cearense, criando a geografia do Ceará.

Selecionamos por temáticas os artigos produzidos pelos membros e colaboradores do Instituto do Ceará. Estas temáticas se sucederam mostrando-se, em maior relevo, aos olhos e julgamento da pesquisadora. Ressaltamos assim os assuntos pelos quais os seus respectivos autores foram desenvolvendo as crônicas históricas. Para revelar o que se compreendeu por crônicas históricas, utilizamos as palavras de Oliveira²⁷, a partir da concepção lingüística da palavra:

Esse termo deriva diretamente do nome do deus grego *Cronos* e este por sua vez está diretamente relacionado ao tempo. Do nome do deus temos a derivação resultante, “*chronica*” para daí alcançarmos o termo usual hoje em dia empregado em língua portuguesa, ou seja, crônica. (2010, p, 158).

Concordamos com a definição elaborada por Oliveira ao relacionar as crônicas a noção de tempo passado, e assim nos referirmos aos escritos produzidos pelos estudiosos do Instituto do Ceará que devem ser

²⁷ Oliveira (2010, p. 158) desenvolveu o significado de crônica em sua dissertação de mestrado, a partir da leitura do texto: “Os gregos tardios lêem “Cronos” como *Chronos*, “Pai Tempo”, com sua inexorável foice”. In: GRAVES, Robert. O grande livro dos mitos gregos. São Paulo: Ediouro, 2008, p. 46.

compreendidos a partir do contexto da época em que foram escritos. Crônica deve se remeter ao significado e resguardo do tempo.

Outras definições, mais contemporâneas, asseguram o significado de crônicas atreladas a informativos, com narrativas curtas, ligadas as temáticas do cotidiano, de fácil compreensão, cujo objetivo era registrar em escritos, fatos e coisas conhecidas, para que não se perdesse na pátina do tempo, assim explicitaram Pesavento (2004) e Otacílio Colares (1974), a despeito do que tratou o historiador Oliveira em pesquisa de dissertação.

As crônicas produzidas pelos estudiosos do Instituto do Ceará apontam para a produção da ciência histórica e a embrionária geografia, difusa em seus variados saberes. Constatamos esta peculiaridade ao observar a busca incansável dos intelectuais por documentos que comprovassem as narrativas e escritos de suas crônicas, denotando a preocupação que os cronistas tinham em retratar a veracidade dos fatos, com a neutralidade pretendida pela ciência. Barão de Studart foi um dos grandes expoentes na busca pelos documentos, enriquecendo suas coleções de arquivos²⁸.

Amaral nos fez lembrar o fato de que a busca pela veracidade era guiada, quase que exclusivamente, pela apresentação de documentos, isto em decorrência dos intelectuais, seguidores da fé católica, terem “pudor em confundir o espaço da ciência e o espaço da fé. Ao mesmo tempo, porém, eram convictos defensores desta fé católica e do pensamento de sua respectiva matriz, pois não raro empreendem pesados ataques ao avanço das teorias científicas no seio da intelectualidade cearense”. (2002, p.47).

A querela entre ciência, razão e fé foi uma das vertentes que permeou o pensamento dos pesquisadores do Instituto do Ceará, tendo o Barão de Studart, como principal expoente dessa questão.

Os analistas e biógrafos desse intelectual afirmaram que a abordagem neutra e quase ritualizada, com que Studart tratava a busca e apresentação de suas fontes, dava-se ainda por temer o julgamento e análise dos fatos, neutralizando-o de possíveis críticas. Além de ter buscado manter-se

²⁸ Nas referências bibliográficas pode-se encontrar informações acerca dos DVD's sobre as coleções de arquivos, Correspondências e Miscelâneas do Barão de Studart, produzidos pelo Instituto do Ceará, 2011.

nos padrões da metodologia científica da época. Nessa mesma linha, alertou Amaral, que ao observarmos os artigos publicados pela Revista do Instituto, identificamos que foram publicações de documentos coletados por seus sócios ou documentos recebidos por outras instituições, tanto no que se refere à História quanto ao saber geográfico.

A preocupação em voga era narrar a veracidade dos documentos e, no caso da geografia, descrever em minúcias o que viam. Tarefa própria do geógrafo em formação.

O que se pensava por geografia no Ceará entre o final do século XIX ao início do século XX, não estava, totalmente, desvinculado do pensamento que se tinha nos grandes centros europeus e centros regionais do Brasil, a despeito das influências do positivismo, determinismo e possibilismo geográfico que se definiam nos centros de pensamento francês e alemão.

Tentavam os intelectuais cearenses criar o conhecimento local, mas tinham em mente o arcabouço teórico, metodológico e filosófico dos grandes centros, expressados nos artigos publicados na RIC. E neste sentido, repassavam em seus escritos vestígios de um pensamento colonialista que, por vezes, chegavam a ser, claramente, preconceituosos e segregadores, como veremos mais adiante.

Outros pontos ligados, diretamente, ao desenvolvimento da geografia que, na época, caracterizou-se pela exatidão matemática dos lugares referem-se à produção da cartografia, de plantas e mapas, a exemplo do texto de Tomás Pompeu Sobrinho, “O Mapa de Pero Coelho: considerações gerais, autoria, data, toponímia”, de 1948. Apesar de ser uma datação posterior aos limites temporais da tese, a inserção desse artigo na pesquisa, deu-se por apresentar um breve panorama histórico das origens da formação cartográfica local, além da análise dos topônimos criados para os acidentes e lugares geográficos do Ceará.

Pompeu Sobrinho (1948) revelou, a despeito de um mapa que investigou, as seguintes palavras: “o acúmulo de detalhes notado no mapa só agradaria a pessoa especialmente dedicada a investigações geográficas. As copiosas indicações de ‘portos, barras, serras, rios com suas nascentes etc.’” Por certo, por aqueles interessados pelas informações sobre a geografia do

Ceará desde vestígios elaborados por volta de 1600, por expedicionários e aventureiros que por essas terras aportaram.

Ressaltamos que apesar dos textos apresentarem características muito mais históricas, compreendemos que neles também existem informações pertinentes ao que avaliamos como geográfico. Analisamos os temas das revistas por considerá-los elementos constituintes da formação da geografia do Ceará como: - formação e delimitação do território, com a gama de conflitos resultantes; - a identificação da natureza e paisagens; - compreensão da cidade de Fortaleza e características peculiares do lugar; - a análise do aspecto de formação do regional, relacionando os estudos históricos e antropológicos com a geografia cearense.

E desse tratamento metodológico, destacamos outros temas presentes nas revistas que foram alocados como textos que abordam: - a formação e dinâmica do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará; - a Instrução pública e privada ao ensino superior; - os naturalistas, tendo Melquíades Pinto Paiva, como principal analista dos estudos produzidos no Ceará.

Buscamos transcrever alguns fragmentos dos artigos que revelam indícios da formação da geografia do Ceará, principalmente ao que se refere às delimitações do Estado. Segue a análise descritiva dos principais aspectos geográficos encontrados nos artigos tematizados nos apêndices da tese:

No quadro 1 foram selecionados títulos que compuseram elementos da produção da *Geografia, Antropologia e História cearense* (quadro 1 - apêndice). Alguns, claramente relacionados à temática em análise, outros foram inseridos nesse recorte, após a leitura do conteúdo. Interessante notar, que nem sempre os títulos dos artigos correspondiam aos conteúdos inseridos no corpo do texto.

Nesse conjunto de textos, encontramos produções de conhecimentos históricos e geográficos complementados com artigos de cunho antropológico, a citar, por exemplo, análises sobre as tribos indígenas, o vocabulário/linguagem, a organização das tribos, além de pesquisas culturais sobre o patrimônio histórico do Ceará.

Nesse primeiro momento, foram selecionados artigos sobre datas históricas que traduzem os principais eventos no Ceará, as epidemias, os presidentes da província, a capitania hereditária, crimes célebres, revoluções, manifestações e assuntos específicos da geografia como a composição populacional, o que denominamos de geografia humana, ao caracterizar o que seria o Ceará holandês.

Nesses artigos evidencia-se a busca dos estudiosos em comprovar os pressupostos que pudessem sustentar, teoricamente, as origens do Ceará colonial. Os autores cultivaram o intento de escrever a história “oficial”, ressaltando os feitos célebres e pessoas ilustres, sem esquecer a constituição da personalidade do cearense, “homem forte e bravo”.

Como exemplos dessa constatação, o artigo do Barão de Studart (1906), “Achegas a Geographia do Ceará”, que descreveu com base em documentos coletados na Biblioteca Nacional, elementos das origens indígenas no Norte do Brasil, dentre elas a província do Ceará.

Outro exemplo, com a preocupação em escrever a história e a geografia cearense, o texto de Paulino Nogueira (1889), “Memória escrita sobre a capitania do Ceará”, em que ao escrever relatou o potencial econômico dos recursos naturais existentes na província. Com objetivo de produzir essa memória, escolheu um método, onde a geografia se destacava:

É necessário ter muito pouco conhecimento do fisico da Capitania do Ceará para duvidar das immensas vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, augmento do seu commercio e prosperidade geral do Estado. [...] Para dirigir-me methodicamente nesta minha empresa, penso dever ter em vista estes três pontos essenciaes: a corographia do paiz, o seu fisico, e o seu político, reservando porem para um mais extenso e circumstanciado tratado o particularisar cada um delles e eis aqui pois o que vae a fazer o objecto de outros tantos artigos do presente discurso [...]. (1889).

Na continuação do texto, Paulino Nogueira apresentou elementos caros à análise geográfica dos lugares ao informar a situação geográfica do Ceará, os limites, os extremos, configuração do terreno (o que atualmente, denomina-se de relevo), além de descrições como a da Serra Grande e as principais montanhas e as características do relevo, vegetação, condições

climáticas, geológicas, minerais e solo. Outro ponto descrito foram os portos e enseadas, elementos importantes no fluxo para pessoas e mercadorias, pois eram atracadores naturais. Destacamos que em 1889 era extremamente importante elaborar inventários sobre as riquezas dos territórios.

Em seguida discorreu sobre aspectos referentes à formação do povo cearense e como este poderia prosperar se utilizasse das riquezas da província. Transpareceu em seu escrito a clara distinção e segregação entre as raças formadoras dos povos do Ceará, revelando que:

Sendo porem esta Capitania tão vasta, é de admirar sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de pessima qualidade; por que uns são índios originaes do paiz, entes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros, ou seja por natureza e sua constituição fizica, ou por falta de educação ou por algum capricho particular etc., outros são provenientes destes com os negros, cuja raça indígena constitue o maior numera della, conhecido com a vil denominação de – cabras - , outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, que faz em diminuta parte da população, verdadeiros mamelucos, porque ha outra raça impropriamente assim chamada, provenientes de mistura de outras, digo, de todas as outras classes entre si; a outra classe enfim a mais diminuta é a dos brancos, oriundos de Portugal. (1889, p. 22)

Além de estabelecer a descrição étnica dos povos do Ceará, fez distinção cultural entre eles, finalizando essa parte do artigo, declarando a incapacidade dos povos mestiços em decorrência de elementos morais:

[...] por isso mesmo ordinario e muito preguiçosos e indolentes os índios, cabras e mamelucos, que são em extrema vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vícios que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ignorancia, donde provem nellas a falta de sentimentos e de virtudes moraes, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade. (idem, ibidem).

Com a leitura do artigo de Paulino Nogueira evidenciamos o olhar de colonizador que tinham as elites intelectuais do Ceará, que viam nos mestiços, negros e índios, povos incapazes de se inserirem no progresso da nação. Percebemos a honrosa distinção feita aos homens brancos, que eram, os

poucos lusitanos, os únicos capazes de cultivar e apropriar-se das potencialidades naturais existentes no Ceará, tornando-as férteis e promissoras. É com essas observações que esclarecemos alguns detalhes de como a história e a geografia cearense passaram a ser escritas.

Anota-se, ademais, que os tipos e formas de fontes eram diversas, compostos por crônicas memorialísticas, cronologias, manuscritos, genealogia, registros, documentos, cartas, ofícios, entre outros. Muitos destes documentos eram oriundos da coleção do Barão de Studart.

Outro ponto foi a produção da história da imprensa cearense, que era uma representação do que foi denominado de difusão do saber construído no Ceará, a exemplo dos artigos produzidos por Perdigão de Oliveira (1897; 1898; 1900; 1907), Eusébio de Souza (1919; 1933), além de listas de jornais publicados na época e textos que associavam o trabalho desenvolvido por Antônio Bezerra e a imprensa (1921).

Dentre os autores dessa temática destacou-se nesse primeiro momento, a presença de Guilherme Studart, com recorrentes estudos direcionados à criação da história e da geografia cearense, sem esquecer sua vultosa coleção de documentos publicados. Outros pesquisadores em destaque são Eusébio de Sousa, Paulino Nogueira, João Brígido, Thomaz Pompeu, Antônio Martins, Perdigão Oliveira, Antônio Bezerra de Menezes, João Mendes e Studart Filho, os últimos se sobressaíram em produções históricas.

Thomaz Pompeu Sobrinho dedicou-se a estudos geográficos, antropológicos e históricos. Outros nomes reconhecidos, dentre eles o de Raimundo Girão que realizou estudos genealógicos e históricos, além de Florival Seraine com texto sobre a toponímia cearense. Interessante lembrar que esse primeiro apanhado de artigos apresentam, em maior ênfase, artigos referentes a criação da história do Ceará.

O quadro 2 (apêndices) versou sobre a *formação das cidades do Ceará*, a partir da inserção de equipamentos de infra-estrutura nas vilas, além da formação das políticas e estratégias comerciais, no período entre 1887 a 1947. A formação do urbano deu-se como uma contínua aglutinação de equipamentos às vilas em formação, além do fortalecimento do comércio, ao

aumento populacional e de demandas por serviços. O artigo produzido por Julio César, enviado ao Instituto do Ceará, abordava a formação do comércio de uma das primeiras vilas do Ceará, Aracati, constituída em 1748:

Depois de edificada a Villa cresceu o comércio de sorte que se constitue hoje a mais populosa de toda comarca do Ceará, não só pelos seus habitantes pela maior parte civis e ricos, que costumavam conduzir para ella bastantes fazendas e outros gêneros de negociação, que orçavam em todos os annos em quatro centos mil crusados. Dentre os commerciantes desta Villa, que para ella commerciam, tanto com fazendas como com a fabrica de carnes seccas, se enumeravam o Capitão-mór João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins, os quaes para a fabrica de carnes tinham bastante escravatura [...]. (1887, p. 80-81).

Nesse artigo de Julio César, a análise da geografia não pode se dissociar do contexto de formação do urbano, crescimento das cidades e da economia. Observamos que nesses textos, havia preocupação dos estudiosos da época em compreender a composição das vilas, pois eram mediadas por articulações políticas, pelo crescimento da economia e do comércio, das vias de comunicação, da constituição histórica, e acabavam por identificar os estabelecimentos que ofereciam serviços para os moradores, dentre outros temas que eram presentes nas revistas. Sobre o comércio, destacamos ainda, na vila de Aracati, pelo texto de Julio Cesar, o seguinte fragmento:

Além de ramo de commercio da fabrica das carnes, haviam outros muitos com que se fazia grandioso negocio, como sejam couros de boi salgados, vaquêtas, couros de cabras e pellicas brancas, que se costumavam fabricar nos sertões e nesta Villa, cujos gêneros orçavam em cada um anno de 25 a 30:00 couros salgados, 50 e 60:00 meios de sola e vaquêtas, 30 a 35:00 couros de cabra, 2 a 3:00 pellicas, e supposto que antes da secca grande já se palantasse algodões, contudo depois da secca perdido o gado, foi tal a plantagem do dito gênero que no presente anno chegará a sua exportação a 19 ou 18:00 arrobas, de sorte que se vai restaurante a perda dos gados e augmentando-se este gênero de commercio cada vez mais, sendo este condusido em sumacas para a praça de Pernambuco. (1887, p. 85)

Além da formação do comércio cearense, destacamos pelo texto supracitado, que desde o final do século XIX, já vinha sendo estabelecidas

relações comerciais entre o Ceará e Pernambuco, compondo a rede de negócios de âmbito regional. Observamos que a economia cearense era atrelada, diretamente, aos recursos naturais provenientes do território, malgrado a seca, o grande flagelo, que alterava todo o circuito da economia do Ceará e da região.

Em outros artigos referentes à formação econômica do espaço cearense é esclarecido o sentido das secas para os estudiosos da época. A exemplo do que suscitou Souza Pinto, por meio da metodologia dialógica, no artigo “Geographia Econômica do Ceará”, explicou:

*Que é uma sêcca?
É um phenomeno de natureza physica com profunda repercussão nos meios econômico e social.
São effeitos seus, o deslocamento das populações, a dizimação dos rebanhos, o aniquilamento da lavoura, com o seguinte cortêjo: fome, morte, viuvez e orphandade; em uma palavra a miséria.
Isto é um facto conhecido, não só por nós cearenses, como por todo o povo nordestino, sujeitos que somos ao flagello de sêccas mais ou menos periódicas.
(1938, p. 17-18).*

Há tempos que os efeitos negativos das secas são conhecidos pelos estudiosos do Ceará. Souza Pinto, ao desenvolver sua análise, apontou os efeitos sociais e econômicos decorrentes das secas nos anos de 1915, 1919 e 1931-1933. Relembrou a importância dos estudos sobre a secas e as conseqüências na saúde do povo, descritas por Rodolfo Teófilo. Denunciou a má vontade dos gestores em acabar, definitivamente, a problemática das secas. Para estes era muito mais fácil mascarar as conseqüências e beneficiar-se, com a denominada “indústria das secas”. Sobre isso, Souza Pinto: “O Ceará precisa é que seus problemas vitaes, entre elles, o das sêccas, sejam resolvidos definitivamente e não como meros palliativos, ou providências que venham affectar o seu desenvolvimento econômico”. (op. cit, p. 22).

É sabido que a temática das secas foi a mais investigada entre os estudiosos, sendo um dos pioneiros o Senador Pompeu, assim como Pompeu Sobrinho. Cabe a ressalva que a preocupação maior referente ao flagelo da

seca, era pelas conseqüências causadas a economia do Ceará que tinha por base o gado e o algodão.

Mesmo com os efeitos das secas assolando o Ceará e apavorando a quem necessitava das águas das chuvas, os moradores das diversas vilas do interior cearense encontraram alternativas para o crescimento e expansão urbana. Ressaltam-se o crescimento comercial e político das vilas de Aracati, Sobral e Icó, e a expansão da cidade de Fortaleza. Afinal, quem mais sofria com os efeitos desastrosos das secas eram os pobres do interior cearense: os mestiços, cabras, negros e indígenas. A maioria dos brancos concentravam-se em áreas urbanas e trilhavam caminhos menos árduos e desesperadores.

A dinâmica da política foi citada como elemento fundamental no processo de formação do espaço urbano do Ceará, porquanto as articulações políticas difundiam-se em todos os ramos e setores urbanos: na busca pela saúde, moradia, lazer, economia entre outros.

Foi importante associar as análises da formação do espaço urbano com a educação e ciência, a partir do contexto da cidade. Urbano que impôs novos modos de pensar e agir. De tal modo, novas demandas populacionais foram surgindo em contextos urbanos, a exemplos dos campos de concentração em alguns municípios do Ceará, resultantes das intensas migrações de fugitivos das secas, como aqueles que foram em direção à cidade de Fortaleza, aspecto que já se referenciou no capítulo anterior.

No quadro 03, a ênfase foi dada ao processo de formação dos *Municípios e Vilas do Ceará*. Em cada município do Ceará foram se formando seus respectivos espaços urbanos, onde as relações comerciais e a oferta de serviços eram mais dinâmicos. Lugares onde se concentraram articulações políticas, comerciais e educacionais, dentre outras. Assim, configuraram-se os espaços de lazer, da religiosidade, das manifestações culturais e cívicas, a despeito da época figurada, entre o final do século XIX a meados do século XX.

As áreas consideradas rurais são espaços caracterizados pela dinamicidade da produção agropecuária, de alimentos e matérias-primas. Ambos os espaços são encontrados no circuito de formação de vilas e cidades do Brasil. Portanto, no quadro 3, foram selecionados aqueles artigos que apresentaram elementos significativos para compreensão da formação inicial

dos municípios do Ceará. Em outras palavras, foram analisados os textos que continham registros, documentos e ou narraram fatos sobre a constituição histórica e geográfica referente ao âmbito municipal.

A riqueza das produções sobre os municípios, o crescimento das cidades interioranas, resultou em artigos sobre diversos lugares. Desse modo, no período analisado, compreendido entre os anos de 1887 a 1947, encontramos artigos que tratavam dos municípios: Barbalha, Pereiro, Quixeramobim, Vila São José, Lavras da Mangabeira, Sobral, Quixadá, Aracati, Cariri-Novos, Russas, Jaguaribe, Boqueirão de Lavras, Canindé, Siupe, Ibiapaba, Curral Grande, Malcosinhado, Crato, Cascavel, Limoeiro, Beberibe, Morada Nova, Sucatinga, Fortim, Granja, Icó, Ipú, Camocim, Itapipoca, Orós, Baturité, Pereiro, Aquiraz e Mombaça.

A maioria dos municípios retratados ainda existe com a mesma nomenclatura, outros mudaram ou mesmo deixaram de existir, possibilitando o surgimento de outras localidades municipais, conforme indicam os registros encontrados nas revistas. Merece destaque o fato de que as análises históricas e descrições físicas foram recorrentes ao município de Sobral, a exemplo do que descreveu o Padre Fortunato Linhares, em seu artigo, “Notas para a História de Sobral”:

A cidade occupa o mesmo terreno, onde outr’ora fora construída a povoação na primitiva fazenda Caiçara, cujo nome tomou.

Graças à sua posição, à amenidade do clima suavizado, durante os ardores do estio, pelos ventos aliseos, à aproximação da serra da Meruoca e Rosario, prolongamento d’aquella, serras uberrimas em produtos agrícolas, e ainda à cordilheira de Ibyapaba, que não lhe fica longe, intermediando-lhe apenas uns 60 kilometros [...], a povoação expande-se rapidamente, cresce, avoluma-se, desenvolve-se, torna-se centro de grande commercio, attrahindo ao seio as populações adventícias de procedências varias, maximé portuguezas e mestiças vindas directamente do Reino ou das Capitánias limitrophes, principalmente de Pernambuco e rio Grande do Norte, que aqui encontravam meios certos e seguros de se enriquecerem dedicando-se á criação de gados mais fácil, productiva e remuneradora da Ribeira do Acaracú do que em qualquer outra parte. (1922, p. 261-262)

Apesar da finalidade primeira de construir a história dos lugares, as crônicas históricas apresentavam embasamento teórico próprio da Geografia,

assim como observamos no fragmento do texto acima. Vemos que foram descritos em minúcias a localização, os tipos de ventos, a proximidade com o relevo serrano. A geografia era apresentada encoberta pelos limites topográficos dos lugares. Notemos que, apesar da concepção da época de geografia ser direcionada às delimitações físicas, tinham interesses em demonstrar as redes de inter-relações entre os municípios do Ceará, com os vizinhos, inclusive com províncias, isto é, estados, notadamente, importantes, do ponto vista comercial e político, como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Ainda sobre os artigos delimitados para o quadro 3, os autores retrataram temas que variaram desde a criação das vilas, do crescimento urbano, de questões religiosas, com do clero, tínhamos na religião, um dos pontos de afirmação da própria identidade. Além de temas políticos, a exaltação de mentes célebres e ilustres, identificação de manifestações e movimentos sociais até mesmo rebeliões, que resultaram na formação do processo histórico e geográfico de Sobral. Dentre os autores que estudaram o município destacam-se: Alberto Amaral (1919), Dr. Frota, José Vicente França Cavalcante (1909), Antônio Bezerra (1918) e Fortunato Alves Linhares (1922, 1941), Vicente Martinz (1941)²⁹.

Em seguida, partimos para conhecer o que foi escrito sobre o *município de Fortaleza*, a capital da província do Ceará, ponto de convergência de decisões políticas e pólo de atração comercial, desde os fins do século XIX. Na ciência geográfica contemporânea, poderíamos compreender a cidade pelo conceito de lugar, onde se estabelecem as relações locais, permeadas pelos sentimentos de afetividade, identidade e reconhecimento. Um espaço vivido, experienciado no cotidiano, assim verificamos em diversos textos do quadro 4.

Os artigos que compuseram a produção geográfica e histórica sobre a cidade de Fortaleza foram selecionados, pois compreendemos que para analisar a história de uma ciência é necessário entendimento da formação geográfica dos lugares onde estiveram presentes os sujeitos produtores dessa história. Dentre os temas sumariados nos índices das RICs foram escolhidos

²⁹ Ver títulos dos artigos dos referidos pesquisadores nos apêndices da tese.

para compor esse quadro aqueles que traduziam relações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais que ocorreram em Fortaleza.

Os processos urbanos foram representados pelos textos que descrevem o crescimento da cidade e de seus equipamentos urbanos, como exemplos de artigos: o porto de Fortaleza (1898), hospitais de Jacarecanga, construção de capelas, doação de terras, de capelas, criação de bairros – a “Mecejana”, monumentos públicos, a estátua do General Tibúrcio (1920), iluminação pública (1939), a construção da catedral (1940), nomes antigos de logradouros, praças e ruas (1942), além do próprio plano de urbanização de Fortaleza (1943).

Sobre as relações sociais e culturais do lugar, observamos que os artigos relacionados a eventos religiosos eram recorrentes, revelando a importância da religião na sociedade fortalezense. Eventos estes retratados pela benção do Cruzeiro de Fortaleza (1898), história da “Capella de N. S. da Conceição do Oiteiro da Prainha em Fortaleza” (1900), documentos sobre a “Capella de S. Bernardo” (1900), dentre outros eventos que revelavam as tradições, cerimônias e hábitos religiosos da época.

Evidenciamos a ocorrência de fatos pitorescos, como de uma “excomunhão” em 1901, relação de donativos para construção da matriz (1905), “assalto dos francezes” à capitania N. S. da Conceição (1906), aldeia de Paupina (1913), Comemoração da Libertação dos escravos (1926), “enterros no Tempo antigo”, retratado por João Nogueira, vale a pena conferir:

Até 1848 aqui na Fortaleza se faziam os enterramentos nas igrejas ou nos seus arredores; e as lapides funerárias, que ainda existem nas paredes do Rosario e da Matriz, bem como as ossadas que se têm encontrado ao lado N. da Sé., são os attestados d’este costume, aliás seguido em todo o Brasil, antigamente.

Mororó, Pessoa Anta, Maximiano e a escrava Bonifacia, executados nesta Capital, foram sepultados na nossa Sé, que ainda servia de cemitério em 1845. (1934, p. 75).

Além de fatos pitorescos retratados pelos cronistas do Ceará, no mesmo sentido, no âmbito da intelectualidade, Fortaleza sempre se destacou como precursora em vários setores, perante eventos nacionais e regionais.

Fato revelador e testemunho desse aspecto tivemos a criação das várias agremiações intelectuais, retratadas no capítulo anterior, dentre elas a importância da Academia Cearense de Letras (1940), e sem dúvidas, do Instituto do Ceará e de sua revista.

Diante desse contexto, confirmamos a importância de se conhecer as peculiaridades do lugar. A forma de agir, de pensar e conduzir a vida depende de como se estabelecem as relações sociais nos lugares de vivência. Os moradores se apropriavam da cidade na construção de suas relações com o lugar, mediada pelas tradições, festejos, pelo trabalho, uso de serviços, pela formação acadêmica e instrução pública, enfim pautadas pelas experiências criadas a cada dia, isto é, cotidianamente.

O tema investigado, no quadro 5, girou em torno de compreender os elementos da *paisagem cearense*, a partir do olhar dos estudiosos do Instituto do Ceará. Nesta mesma direção Oliveira (op. cit., p.91), explicou que os historiadores tiveram um papel importante, que ao investigar as origens do Ceará e historicizar seus aspectos naturais e históricos contribuíram para demarcar as “fronteiras internas” da paisagem cearense, portanto, identificaram elementos pertencentes à Geografia cearense.

As diversas descrições da geografia física, isto é, das formas do relevo e da natureza delimitada no território cearense, com destaque para as elaborações e estudos desenvolvidos por Antônio Bezerra foram integrantes do conhecimento científico local. Muitos artigos demonstram o interesse pela temática das descrições físicas do Ceará. Registradas até, pelo gênero da literatura, a exemplo do texto de Andrade Furtado, que escreveu artigo denominado “Novas canções populares”, onde abordou a temática das secas, por meio de canções, em 1887.

Os artigos apresentam elementos diversos com o delineamento e identificação da natureza do Ceará. Alguns fenômenos naturais acabaram por possibilitar a criação do imaginário social, como o referente ao fenômeno das secas.

Lembrar do Ceará e do Nordeste passou a ser sinônimo de memórias de rios ressecados, de matas retorcidas, do gado morto pela fome e dos espinhos das caatingas do sertão. Além da figura do migrante, que para

não morrer de fome e de sede fugia de seu lugar, abandonando o pouco que tinha na esperança de dias melhores e oportunidade de sobrevivência, aumentando os fluxos e contingentes de retirantes em direção às cidades. Inúmeros foram os livros, crônicas, canções que buscaram retratar essa triste e dolorosa realidade. O Ceará não nem sempre foi lembrado assim, embora o imaginário da miséria pelas secas ainda levaria muito tempo para ser minimizado.

Pensar o flagelo da seca era uma necessidade para compreender as conseqüências e causas desse processo como grande desafio, a exemplo do artigo “Etiologia physiographica das seccas - Summa Meteorica”, por Álvaro Fernandes, em 1937.

As adversidades provenientes do clima sempre foram preocupações do nordestino, além das condições hídricas e sua preservação. Temos observado nos artigos: as evoluções do clima (1888), o Rio Ceará (1888), curso de ravinhas (1889), diminuição das águas (1907), os lagos costeiros (1920), o “Valle do Rio Salgado” (1921).

Estudos sobre a fauna e flora (botânica) fizeram parte das pesquisas de naturalistas famosos e estudiosos locais, além de pesquisas sobre os recursos naturais existentes no território cearense, com destaque para a descoberta e identificação de minérios. A propósito desse tema, podemos citar o artigo “Ouro do Ceará”, de Horace E. Williams, transcrito do “Jornal do comércio”, do Rio de Janeiro, prevendo abundância de ouro e prata:

A geologia do Ceará oferece maior promessa para as pesquisas de prospecção para ouro e prata etc. do que qualquer outra região de igual área que conheço no Brasil – e conheço todos os Estados, menos Rio Grande do Sul e Amazonas. (1933, s/p).

Encontraram ouro ou não? A resposta não foi dada. Mas, a identificação do potencial mineral dava condições para identificar as riquezas do Ceará, com objetivo de ampliar a economia. Nesse sentido, outros temas foram investigados, ressaltamos os textos: plantações frutíferas do Ceará (1901), flora cearense (1901), jazidas auríferas (1905), minas de ouro dos Cariris (1907), plantas do Ceará (1908), Ceará – notas botânicas (1911), relevo

(1912), rearboração do Ceará (1921), o Schisto Betuminoso no Araripe (1924), o titânio no Ceará (1925), ouro no Ceará (1933), estrutura geológica (1941), apresentaram estudos iniciais do que tratamos na atualidade de geografia física e recursos naturais do Ceará.

Outro ponto interessante dos artigos sobre a temática foi a descrição da diversidade paisagística: as praias (1902-1903), descrição da costa (1912), vicissitudes da Costa Cearense (1946), além da composição geológica do relevo, com as serras, o sertão e a costa, as três maiores subdivisões geofísicas do Ceará. Como ilustração do que descreveram sobre as paisagens cearenses, destacamos uma parte do artigo Antônio Bezerra de Menezes, em que relatou, poeticamente, uma breve descrição histórico-geográfica das praias do Mucuripe e a Barra do Pacheco:

D'este lado é um campo aberto a que bordam flores infundibuliformes da salsa (ipomea littoralis) já esparsas alegremente na planície, já matizando o cimo dos arbustos num delicioso capricho de degradação de cores; d'aquella - são largos lençóis de areia muito branca que se distendem pela praia em fora, cuja alvura nos reflexos do sol a modo que reflecte ondulações de prata em fusão; allí uma espécie de túnel na matta de rishopora mangle por onde escondido o João de barro (Furnarius rutilus), valente tracheophone da familia dos tenuirostros, faz retumbar de instante a instante sua voz ruidosa em escala descendente; além, do lado sul, a cinta suavemente azul da montanha de Maranguape, que esmaece a meia luz do horisonte, lá onde os planos pelo afastamento parece que se confundem. (1902, p. 98).

Chegamos a procura pela compreensão das questões regionais que envolviam o Ceará, e os textos elencados foram postos no quadro 6, dos apêndices da tese. Os estudos abrangiam aspectos regionais, importantes para a compreensão de como se configurou a delimitação do Norte, e posteriormente do Nordeste, região onde se insere o Ceará.

Na história brasileira, a região nordeste teve um papel histórico e econômico fundamental. Fisicamente possui localização estratégica relacionada ao continente africano e ao europeu. Nesta perspectiva, procuramos por artigos que respondessem a temática da formação regional. Desse modo, sobre a importância das delimitações regionais e mesmo a

nacional, encontramos um artigo produzido por Capistrano de Abreu, intitulado “Sobre uma História do Ceará”, de 1899, em que buscou revelar as origens da formação do Ceará enquanto província e estado, mas antes explicou que:

Apenas Portugal teve a idéa da topographia de seus domínios americanos, traçou-lhes por limites o Amazonas e o Prata, e na realização deste programma nem um momento desperdiçou durante tres seculos. «Os limites não são linhas ou paredes simples, mas os instrumentos cheios de vidas de um dos mais grandiosos phenomenos vitaes que a terra conhece... São um órgão peripherico do organismo do estado... E da natureza deste corpo, pelo facto de ser organico, romper as bandeiras inogarnicas dos limites políticos, si assim o exige a actividade vital» (1899, p. 24).

Mediante as palavras de Capistrano, apesar de ter caracterizado seu texto como histórico, retiramos de suas palavras a essência do conhecimento geográfico que respaldou a formação das regiões e suas delimitações. Regiões estas, inicialmente, criadas por portugueses em acordos com os espanhóis. Assim, foram adentrando ao interior do continente, delimitando os territórios a partir de seus “descobrimientos” e apropriações. Pelo antigo norte, o Ceará foi um dos últimos territórios apropriados, segundo Capistrano.

Importa destacar ainda desse primeiro escrito do estudioso da história, o conceito de delimitação retirado das teorizações de Friederich Ratzel³⁰, de 1896. Geógrafo alemão, considerado pai da geopolítica, e por certo, da unidade nacional alemã, tendo por conceito-chave o espaço vital. Chamou-nos atenção ao explicar que os limites não são simples “paredes”, mas nessas delimitações criadas estão inseridas cargas ideológicas, extremamente políticas, capazes de cunhar intenções econômicas e territorialistas, por meio da apropriação do solo e de suas riquezas.

Na época em que o texto de Capistrano foi publicado na RIC, 1899, vivíamos o período republicano brasileiro, ápice da formação territorial da nação, assim as ideias de Ratzel caíram como uma “luva” para explicar as

³⁰ O texto em alemão de Ratzel foi citado em pé de página, utilizado por Capistrano de Abreu, foi: “Fr. Ratzel, *Der Staat und sein Boden geographische betrachtet*, 6 26 (Leipzig, 1896).

delimitações³¹ territoriais. No sentido regional, relevou Capistrano de Abreu, com clareza, ao longo de seu artigo, que as atividades econômicas, com participação indiscutível da pecuária, produzida no interior nordestino, foram responsáveis por estabelecer relações capazes de tecerem os limites do que viria a ser o Nordeste.

As relações comerciais estabelecidas no Nordeste foram elementos utilizados na demarcação de limites dos territórios, para além da “predestinação geográfica, consistente na doutrina que sustentava o direito à fronteira natural”, ideologia que sustentava muito mais o expansionismo de países como os Estados Unidos. Mas, conforme explicamos por meio de Demétrio Magnoli que analisou a importância das fronteiras naturais, utilizadas pelas nações ao formar seus territórios, consideraram esse conceito como elemento superior, observemos:

Ocorre que a opção pela “fronteira natural”, considerada superior, traduz não apenas as supostas facilidades práticas de demarcação como, essencialmente, os significados imaginários que elas comportam. O apelo à “natureza” implica a sublimação da história, a abstração da condição de “construções geopolíticas datadas” – ou seja, de “tempos inscritos nos espaços” – que confere conteúdo político às fronteiras e freqüentemente revela a sua precária legitimidade. (1997, p. 21).

A precária legitimidade entre as fronteiras estaduais entre o Ceará e seus vizinhos foi outra temática bastante discutida pelos estudiosos e tema recorrente na RIC, como veremos no quadro referente ao território e seus limites.

Em relação a composição da cultura e história, a região Nordeste detém elementos singulares, além de ter sido precursora em diversos eventos

³¹ Discutindo o conceito de delimitação e fronteira Demétrio Magnoli utilizou as palavras de Foucher para explicar que “a doutrina das fronteiras naturais surgiu na França iluminista, no século XVIII, funcionando como justificativa, a posteriori, dos limites do Estado Nacional e princípio organizador das relações com os países vizinhos. Ainda hoje o direito público internacional distingue a “fronteira natural” da “fronteira artificial”, mesmo sabendo-se que “por definição, todas as fronteiras são artificiais, já que os demarcadores escolheram entre inúmeros rios, inúmeras linhas de cristas possíveis”. (op. cit, p. 21). Esse conceito foi analisado pelo autor, a partir da formação territorial de países como os Estados Unidos da América, além de citar inúmeros outros casos que apresentaram processo histórico semelhante.

que combinavam as artes, letras, literatura, música, poesia. Além de diversas manifestações e movimentos, como a Confederação do Equador (1899), a Revolução de 1824, a libertação dos escravos, o primeiro ciclo econômico, a primeira localização da capital do Brasil, em Salvador-BA, entre outros, tornando os aspectos regionais premissas de riqueza e cultura para serem desvendadas. Alguns desses episódios da história brasileira foram contados pelos artigos do Instituto.

Um mosaico de diversidades de natureza física, histórica, econômica e cultural. Os artigos do Instituto demonstraram essa mistura que resultou no bloco regional chamado Nordeste. As relações e articulações mantidas entre o Ceará e as outras regiões foram refletidas nos textos produzidos pelos estudiosos da temática. Percebeu-se que o estado do Maranhão foi analisado em maior ênfase, em suas articulações políticas, independência, missões jesuíticas (1902-1903), descrição (1905), conquista das terras (1907), entre outros estudos.

Sobre os temas gerais que tratou o Nordeste, citamos a presença indígena no Maranhão e Pernambuco (1913), articulação entre o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (1921), o litígio entre Ceará e Piauí (1921), os Tapuias do Nordeste (1934), o posicionamento do Nordeste brasileiro (1937), feições geográficas (1938), o homem do Nordeste (1937), as famílias nordestinas (1940) e o pastoril do Nordeste (1947). Percebemos que as produções não se restringiam a aspectos físicos, mas se ampliavam pela cultura de caráter sociológico e antropológico.

A formação territorial foi outra temática escolhida. Percebemos que alguns artigos dessa temática poderiam ser vinculados a outros quadros-temas, pois se entrelaçavam, afinal a realidade não se apresenta recortada, porém, preferimos selecionar a partir dos elementos mais enfáticos de cada artigo que relevaram questões referentes à delimitação do Ceará e relações de poder.

Desse modo, buscamos investigar artigos que se relacionaram a questões referentes aos limites territoriais do Ceará, em outras palavras, conflitos políticos, questões de litígio e relações de poder, além de artigos complementares para compreensão dos processos históricos e econômicos

que formaram o território cearense, inserido no regional. Portanto, revelamos os textos que descrevem os limites territoriais, dentre estes, destacamos as disputas territoriais entre o Ceará e Rio Grande do Norte, a Barra do rio Mossoró (1893), terras de Jaguaribe (1899), Delitos (1902), Questão Grossos (1902), herdeiros de terras (1927), crime de latrocínio (1937), dentre outras questões.

Vejamos um exemplo do que foi escrito na época, por Perdigão de Oliveira, ao retratar os “Limites do Ceará e a questão do Rio Grande do Norte – a barra do Rio Mossoró”, explicou que “de tempos em tempos renova-se a importantíssima questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, na parte relativa à barra do Rio Mossoró.” (1893, p. 5).

A questão dos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte rendeu o desenvolvimento de inúmeros artigos e reflexões sucessivas (1896, 1897, 1902 e 1937), publicados nas Revistas do Instituto, pois os dois estados em formação não definiam com clareza os limites entre as áreas. Cada qual tentavam defender e justificar a posse da terra. De acordo com os artigos que explicam o litígio, o fato é que ambos não queriam perder as terras da barra do Mossoró, pois esta região detinha uma das principais riquezas do sertão – a água. Para tanto, declaram-se nos artigos que o Rio Grande do Norte tentava, insistentemente, alargar suas fronteiras, apropriando-se de terras do Ceará. Pois bem! Criou-se uma grande querela entre os vizinhos que ainda persistiu por muito tempo.

Desse modo, buscara a intelectualidade cearense comprovações que demonstrassem a legitimidade das terras como pertencentes ao Ceará. Assim, apontou em seu texto, Perdigão de Oliveira, a importância dos documentos para comprovar essa causa, defendendo ter sido ao Ceará concedidas as terras, por seu capitão-mor, desde 1705, e lá ter sido criado o município de Areas. A origem colonial era uma das argumentações para criar o discurso identitário do território cearense e os mapas criados na época davam a tônica para criação dos limites estaduais.

Todavia, para além de documentos e registros, sempre estiveram presentes na delimitação territorial os denominados acidentes geográficos como balizas naturais de grande valia, em outras palavras, formas de revelo

mais expressivas para defesa da causa do território, as denominadas fronteiras naturais. Nesta perspectiva, retiramos o seguinte fragmento do texto de Perdigão Oliveira, ao retratar as palavras do naturalista Feijó, sobre os limites do Ceará:

O naturalista Feijó, que chegara a esta capital em Outubro de 1799, residira nesta Província muitos anos, sempre a serviço do Governo, escreveu em suas Memoria.

«Situação Topográfica. O Ceará é uma das extensas capitâneas do Continente do Brazil, situada a O N O do cabo de S. Roque entre as Capitâneas do Maranhão, Piauí e Rio Grande do norte entre 2° 1/2 e 50° 1/3 pouco mais ou menos de latitude meridional, e as longitudes 336° 50' e 334° 50' pelo meridiano do Ferro.

«Limites. Serve de limites ao NO uma dilatada costa do mar de 146 legoas, que decorre na direcção absoluta de E S E para O N O, desde a foz do rio Monseró até a do Iguarassú, um dos braços [...]. (1893, p. 47).

Para além desse fragmento, interessante destacar o que Perdigão Oliveira relevou em seu artigo. Afirmou que na época em análise criaram o Ministério do Império, responsável por coligir todos os documentos que serviriam de fonte para consulta ao determinar as alterações de limites de províncias³² (op. cit, p. 111-112).

Após compreensão rápida do valor e mérito da formação territorial, partimos para composição do quadro 8, referente a temas que abordam a dinâmica do Instituto do Ceará. Foram inseridos artigos como: atas, sessões ordinárias, discursos, correspondências, jornais publicados, efemérides, subdivisão da revista onde foram registrados os principais eventos que ocorreram durante os respectivos anos, biografias, além de registros diversos com aspecto historiográfico ou jornalísticos da época, que não se encaixaram nos quadros das temáticas anteriores.

Outros temas que compuseram assuntos específicos da Revista do Instituto do Ceará foram incluídos em tópicos como publicações anuais do Instituto, lista dos mortos do Instituto, atualizada anualmente, as atas das

³² Para clarear a importância da formação do território no Estado-nacional, novamente, nos remetemos às explicações de Magnoli, que explicou que a “configuração do território implica a produção das fronteiras políticas que o delimitam. Embora a noção de fronteira política – como separação espacial em relação ao Outro – seja, genericamente, muito antiga, o estabelecimento das fronteiras consistiu em processo histórico recente, que acompanhou a formação do Estado contemporâneo”. (op. cit, p. 31).

sessões realizadas, contendo os principais fatos da reunião, e muitas outras contribuições que poderão ser utilizadas na composição dos capítulos subseqüentes. Demos ênfase à análise de algumas atas, datas históricas, estatutos e lista de sócios para encontrar os elos da construção da história. Além de artigos teóricos que contribuíram para a compreensão do contexto histórico e geográfico da época.

O quadro 9, o destaque foi para as contribuições dos *naturalistas*³³ que tiveram seus textos incorporados à Revista do Instituto – RIC. Algumas colaborações de pesquisadores estrangeiros, outros locais e os nacionais, pois no processo de formação da geografia do Ceará, não foi descartada as contribuições de estrangeiros que por aqui aportaram, sejam pela expedições científicas, viagens particulares ou por interesse particular. Constatamos que os artigos não se limitaram a descrição da paisagem, da flora, mas também colaboram com o desenvolvimento de teorias geográficas.

Produziram ainda, estudos onde levantaram a presença de estrangeiros pela província do Ceará, como o caso em que escreveu Guilherme Studart, por volta de 1888, em artigo da RIC, tomo II, assim como veremos no próximo capítulo da tese.

Não pode ser olvidada a presença marcante da Comissão Científica pelos estados do Nordeste, principalmente pelo Ceará, Maranhão, Piauí e Pernambuco. Essa delegação expedicionária, também, denominada “Comissão das Borboletas³⁴”, nome irreverente que intitularam a comissão.

Não se entendia o silêncio dos estudiosos em não retratar as particularidades dessa Comissão Científica³⁵, explicou Domingues, pelas palavras de Braga. A primeira comissão realizada no Brasil imperial, exclusivamente, por brasileiros, tendo o Ceará como a primeira província a ser explorada. Contribuições únicas podem ser retiradas dos relatórios produzidos

³³ Mais detalhes sobre as colaborações produzidas pelos Naturalistas sobre a geografia do Ceará teremos a oportunidade de conhecer no próximo capítulo.

³⁴ Sobre as contribuições da Comissão Científica, dos naturalistas e de alguns estudiosos da geografia do Ceará, ler os textos do capítulo III – Protagonistas e Sujeitos dessa História: uma breve digressão.

³⁵ A *Comissão Científica de Exploração*, tema recorrente nos artigos da RIC, também escrita sua história, por Renato Braga em 1962. Livro analisado por Octávio Domingues em 1963, momento da comemoração do centenário da comissão científica, foi um tema inserido no quadro 9, sobre os naturalista.

pelos pesquisadores e atualmente, o caso do Diário de Freire Alemão (2006) como pode ver mais detalhes no próximo capítulo.

Outro tema de contribuição à geografia do Ceará, segundo o artigo de F. S. Nascimento (1964), foi a produção de dicionários, dentre esses: o primeiro produzido por Tomaz Pompeu, Dicionário Topográfico e Estatístico da Província (1861); por Alvaro Gurgel de Alencar, o Dicionário Geográfico e Descritivo do Estado do Ceará (1903) e segunda edição em (1939) e o Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba (1939), pelo Dr. Pedro Ferreira, e por fim o Dicionário Geográfico e Histórico, produzido por Renato Braga³⁶.

A possibilidade de compreender o espaço geográfico, elaborar descrições de paisagens, inventariar a flora nordestina, foram elementos que colaboraram no desenvolvimento da geografia cearense. E para tanto, os estudiosos faziam viagens de exploração como as que foram realizadas por Adolpho Ducke (1910), Alfredo Carvalho (1910 e 1912), Alberto Loefgrant (1911), Sylvio Froés (1919 e 1926), Francisco Dias da Rocha (1963), além de George Gardner (1993).

Os artigos produzidos por naturalistas na RIC descrevem a procura por recursos minerais pelo Ceará, a exemplo do artigo “lenda do ouro”, analisada por Alberto Loefgren em 1910. Incluem descrição da geografia física e cartográfica, e alguns por serem textos históricos acrescentam memórias e discursos de naturalistas que passaram pelo Ceará. Apresenta-se ainda listagem de documentos, estudos antropológicos e eventos da Geografia que aconteceram no Brasil.

Além de estudos de geografia física, foram desenvolvidas pesquisas na área de geografia humana, por Thomás Pompeu Sobrinho (1940) e a História da Comissão Científica, por Octávio Domingues (1963). Mas, o grande destaque entre os autores que escreveram sobre os naturalistas foi de Melquíades Pinto Paiva. Os textos foram produzidos por este autor no período que se estendeu de 1998 a 2005. Neste caso, foi necessária a ampliação do período de análise das revistas que finalizaria em 1947, pois diversas

³⁶ Segundo Nascimento (1964, p. 273), o dicionário de Renato Braga, década 1960, apresenta valiosa contribuição “ao estudo das origens de nossas cidades e das suas comunidades”. Afirmou ainda que a obra do professor devia ser incorporada ao patrimônio cultural cearense, que deve ser lido por aqueles que se dedicam aos estudos da geografia histórica.

colaborações das pesquisas sobre o tema naturalistas foram realizadas a *posteriori*, como poderemos visualizar no próximo capítulo da tese.

No quadro 10 foram selecionados todos os artigos que se reportam a temática da instrução no Ceará, bem como algum texto que retratava informações sobre *os professores de geografia*.

Dentre os artigos selecionados, destacamos aqueles que abordaram análises sobre o Liceu do Ceará, um dos principais colégios que ofereciam instrução pública, no ensino secundário. Textos e análises sobre a história do ensino primário, secundário, a educação e cultura cearense. Além da presença de filhos ilustres da Terra. Outro destaque são os artigos sobre a escola normal e o ensino militar.

Sobre os professores e ensino de geografia, o único texto encontrado foi o de João Brígido, com a temática “Homens da Terra”, falando de Eduardo Francisco Nogueira (1909), professor da área. E outros artigos, como o Discurso, de Alba Valdez, ao retratar a atuação de uma professora de Geografia, na Escola Normal, em 1936.

Nos artigos relacionados à educação cearense foram analisados os currículos escolares de algumas instituições investigadas, baseada, sobretudo, nos textos de Plácido Aderaldo, Raimundo Girão, Martins Filho, além do texto “Descrição da Cidade de Fortaleza”, no quadro 04, onde se reportou a formação do espaço geográfico da cidade de Fortaleza, por Antônio Bezerra de Menezes (1895).

Para complementar os segmentos da pesquisa, relacionado à investigação do ensino superior no Ceará, elencamos outros artigos que se encontram na RIC. A periodização, em que os artigos foram analisados, sofreu ampliação estendendo-se até 2005, com objetivo de encontrar maior quantidade de rastros e vestígios sobre a instrução pública e privada cearense, a despeito do saber geográfico escolar.

No ensino superior, o último tema a ser investigado, identificamos, principalmente, textos que relatam a criação da Faculdade de Direito, Odontologia e Enfermagem do Ceará, e ainda, foram selecionados textos que revelam como ocorreu a constituição do ensino superior em nosso Estado. Lançamos mão daqueles artigos que deram pistas sobre a caracterização do

ensino superior em Fortaleza, além da criação da Faculdade Católica do Ceará, onde se localizou a implantação do primeiro curso superior de geografia no Ceará, conforme se observa no quadro 11.

A partir dos escritos pudemos compreender o processo inicial de formação do saber geográfico cearense atrelado aos saberes históricos e antropológicos. Os fatos relatados atribuíram significado a cada evento histórico, sem falar que as próprias revistas especializadas, a cada época, podem ser consideradas fatos e testemunhos que comprovam a formação da classe de intelectuais que iniciaram o processo de criação do saber geográfico, apresentando os discursos dos estudiosos do Ceará, no período em análise.

Enfim, para compreender a pluralidade dos estudos produzidos e registrados em formato de artigos na RIC, tivemos que adentrar no universo da leitura e da interpretação, e que, por sinal, apresentou-se como tarefa árdua, se considerarmos o português antigo, cujos textos foram produzidos e a qualidade das digitalizações atuais, porém, foi um exercício de profunda aprendizagem.

Os conteúdos registrados nas revistas servem, sobretudo, de comparativos para estudos atuais ao retratar a origem dos processos de natureza física e aos processos de formação sócio-territorial.

O próximo passo será ampliar a compreensão dos estudos iniciais sobre a geografia do Ceará, tendo na existência da Comissão Científica de Exploração, evento inicial da formação de conhecimentos sobre o Ceará, e em seguida a presença dos naturalistas, vestígios de uma profissão em desenvolvimento – o geógrafo, como sujeitos pertencentes ao quadro dos fundadores dos estudos da Geografia do Ceará.

Procuraremos apontar na próxima investigação, alguns elementos da trajetória desses destacados estudiosos que refletiram na formação da história da geografia cearense, seja a científica ou a escolar.

Assim, teremos como principal análise pormenorizar a atuação de alguns intelectuais cearenses, protagonistas e sujeitos fundamentais para a formação da geografia do Ceará.

Produzir registros que se encontram escritos tanto nas crônicas publicadas na Revista do Instituto do Ceará, quanto por terem desenvolvido em suas trajetórias profissionais, livros que apresentam conexões entre os saberes

geográficos considerados científicos e os saberes escolares. Além de suas atuações como professores em diversificadas instituições públicas e privadas da cidade de Fortaleza.

3. PROTAGONISTAS E SUJEITOS DESSA HISTÓRIA: UMA BREVE DIGRESSÃO

Os condicionamentos geográficos, etnográficos e econômicos conduziram nossa história sociopolítica por uma trilha marcada pelo Sertão e as secas, o criatório e o gado, pela coragem, força e violência, pelo crime e o sangue, pelo sacrifício e o misticismo. Foi a ousadia de nossos antepassados, enfrentando brutalmente a resistência feroz dos seus primevos ocupantes, que caldeou uma nova cultura nesse espaço inóspito e desafiante. (Diatahy Menezes, 2002, p.292).

No capítulo anterior, caracterizamos algumas singularidades do Instituto do Ceará que o tornaram uma das principais instituições na história da geografia cearense a partir do que foi discutido, produzido e publicado em suas revistas. Foi neste lugar que o conhecimento acerca da realidade geográfica passou a ser sistematizado, enquanto um conhecimento importante na constituição da identidade e território cearense.

Como vimos, para além dos primeiros sócios fundadores, outras personalidades e eventos foram fundamentais nessa história. Daí porque construímos uma breve digressão sobre alguns eventos que colaboraram para a formação da Geografia do Ceará. Dentre estes, elencamos a Comissão Científica de Exploração, a primeira expedição de caráter científico e feita, exclusivamente, por estudiosos brasileiros.

Comissão não foi a única realizada pelas terras cearenses e do Brasil, ao considerar o projeto científico e cultural do IHGB, criado desde o período monárquico brasileiro, com as expressivas intenções exploratórias do reinado de Dom Pedro II, conforme Porto Alegre (2003) e Domingues (1963). Por sua singularidade citamo-la como exemplo de expedição científica e exploratória das riquezas naturais do Ceará.

Na mesma linha, ressaltamos a presença dos naturalistas e seus estudos sobre a natureza, dentre estes muitos foram sócios do Instituto do Ceará e de outras agremiações científicas e literárias, realizando estudos com caráter interdisciplinar.

Por fim, lembramos trajetórias de intelectuais cearenses pertencentes ao Instituto do Ceará, foram imprescindíveis para construção da

geografia local, tanto a científica quanto a escolar, com destaque para os sucessores da Família Pompeu e a distinta presença do Barão de Studart.

Realizar pesquisa no século XXI é, aparentemente, um ofício mais simples, tendo em vista a amplitude de fontes e registros que podem ser consultados. Em face dessa condição do presente, a diversidade de informações torna-se uma problemática no exercício da seleção de conceitos, fontes e documentos.

Estudar a realidade cearense nos séculos XIX a meados do século XX foi uma tarefa com níveis elevados de dificuldade. Além dos condicionantes físicos da natureza sertaneja, os problemas sociais foram seletivos na formação de poucos ilustrados que tiveram acesso ao ensino superior, assim como pudemos constatar desde o primeiro capítulo da tese.

Os filhos distintos foram os protagonistas nos estudos históricos, geográficos e antropológicos do Ceará, que apesar do contexto da época, ofertaram amplo repertório de conhecimento. Talvez, outras figuras obscurecidas, no mundo das ideias, possam ter desenvolvido estudos e pesquisas sobre o tema em análise, mas por não terem recebido apoio institucional, acabaram por não documentar seus resultados, e certamente, perderam-se ou caíram na perigosa pátina do tempo.

Importante fazer a ressalva que, apesar de utilizarmos aqui, de relatos biográficos ao longo do texto, a biografia não foi a opção metodológica escolhida. Reconhecemos que ao revelar trajetórias acadêmicas, acabamos por contribuir a formação da História Social da Geografia cearense, demonstrando a dinâmica do pensamento dos intelectuais, suas opções metodológicas, teóricas e filosóficas¹.

Sendo assim, o relato biográfico serviu-nos de apoio analítico à produção da investigação da história da Geografia no Ceará que é baseada, sobretudo, pelo levantamento de registros documentais e bibliográficos.

No que tange às tendências filosóficas que influenciaram os intelectuais cearenses, no final do século XIX, estas foram diversas, desde o

¹ A despeito do uso da biografia como opção metodológica em estudos sobre a História Social da Geografia tivemos o exemplo das pesquisas realizadas por Escolar (1996); Souza Neto (1997); Correia (2006); Unwin (1995); Pessanha Mary (2010) entre outros estudiosos do tema.

eclétismo filosófico² assentando-se no positivismo, com caráter marcadamente descritivo das observações diretas, de relatos memorialistas, do pragmatismo que levou a criação de banco de dados e fontes com a produção de arquivos e museus naturais.

A exemplo da coleta de espécimes da fauna e flora local, criação de coleções com objetos exóticos de populações indígenas, tivemos no Ceará, especificamente na cidade de Fortaleza, o Museu Dias da Rocha, além da existência de arquivos particulares como os do Barão de Studart. Assim fizeram os geógrafos, historiadores, antropólogos, médicos, advogados e naturalistas, como veremos mais a frente.

As tendências filosóficas e metodológicas de então evidenciavam as características próprias do ideário cientificista da modernidade que se instaurou no Ceará, pelas agremiações científicas e literárias, tendo Fortaleza como a porta de entrada. Assim sendo, identificamos variadas contribuições recebidas por diversos personagens, para a constituição da Geografia do que se configurou como território do Ceará.

3.1 Contribuições da Comissão Científica para geografia cearense: apontamentos gerais

A história da Comissão Científica de Exploração não foi um episódio isolado. Em meados do século XIX, estava em curso, no Brasil, um projeto científico e cultural alicerçado em torno do regime monárquico, ansioso por fortalecer-se internamente e projetar, além-fronteiras, a imagem de um país promissor.

Os principais expoentes da nossa cultura letrada empenhava-se na busca das origens

²Segundo Antonio Paim (1981), a princípio no Brasil os intelectuais foram influenciados pelo espiritualismo eclético, tendo como importante representação local, o Senador Pompeu, influenciando seus continuadores. Já no final do século XIX o positivismo é que deu a tônica do pensamento cientificista na época, influenciando os saberes produzidos na conjuntura da sociedade moderna. Nesse mesmo sentido, ao compreender as especificidades da produção do Senador Pompeu, interessa ler a dissertação de Manoel Fernandes de Sousa Neto, que demonstrou a trajetória e as influências científicas difundidas por Pompeu. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil.** 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1997.

da brasilidade, no autoconhecimento da história e do território, enquanto a ciência ocupava-se em descrever, catalogar e classificar os recursos da natureza, as riquezas do solo e do subsolo, as populações, o desenvolvimento moral e material. O progresso estava na ordem do dia. Porto Alegre (2003, p. 7).

Assim como percebemos na epígrafe retirada do texto de Porto Alegre (2003), a Comissão Científica de Exploração fez parte do elenco de eventos relacionados à busca das origens do povo brasileiro.

Realizou-se em meados do século XIX, datação anterior ao período da análise da pesquisa. Consideramos que na história da formação da Geografia do Ceará, relatar a existência da primeira experiência científica realizada somente por brasileiros, passando pelo Ceará foi um fato relevante.

A Comissão Científica inseriu-se no contexto inicial da formação dos estudos geográficos, produzidos pelos pioneiros e estudiosos desbravadores do interior das províncias do Brasil.

A primeira grande fase de formação da Geografia cearense pôde ser definida a partir do século XIX, perdurando até o ano de 1887, data da criação do Instituto do Ceará. Não existia distinção clara entre geografia e história, como já foi visto. Era uma simbiose entre as duas ciências em construção, fato este revelado nos primeiros artigos publicados pela Revista do Instituto do Ceará que, claramente, apresentam a preocupação em investigar e criar uma identidade para a delimitação do território cearense.

O primeiro momento dessa periodização foi similar ao que ocorreu na construção da historiografia local, conforme retratou Diatahy Menezes (2002, p. 293), ao explicar que “o Ceará nasceu para a elaboração de sua História, sobretudo na década de 1850 a 1860”. E por que não dizer, iniciou a produção de sua geografia que já se encontrava difusa pelas crônicas históricas elaboradas pelos intelectuais do Ceará, mas ainda não tinha identidade definida?

Assim como a geografia, em âmbito mundial, a geografia local foi sendo constituída a partir da formação de banco de dados sobre o quadro físico-territorial. Para esse propósito, tivemos a imprescindível colaboração tanto de naturalistas quanto dos resultados de pesquisas produzidas pela

Comissão Científica que por aqui passou. A Comissão foi dividida em sete seções: a geológica, zoológica, botânica, astronômica e geográfica, etnográfica e a de descrição de viagem, chefiada pelo naturalista Dr. Francisco Freire Allemão Cysneiro. (ABREU, 1919, p. 199). No início trabalharam juntos, mas em alguns momentos, preferiram criar grupos para otimizar o trabalho.

Mais uma prova da existência dessas pesquisas e suas contribuições para o conhecimento local foi a elaboração do livro “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, publicado nos anos de 1863 e 1864, produzido por Thomás Pompeu de Souza Brasil que teve acesso aos pesquisadores e aos resultados dos trabalhos de campo realizados pela Comissão³.

Portanto, confirmamos a tese que as Comissões Científicas foram eventos primordiais na produção das primeiras informações sobre o conhecimento local, sistematizadas por intelectuais que aliaram a informação ao poder político, a despeito do que foi produzido pelo Senador Pompeu. Vejamos com atenção o que disse Souza Neto sobre a relação estabelecida entre este intelectual e os resultados produzidos pelos pesquisadores da comissão:

Em outras palavras, aquele que escreveu sobre o *Ensaio*, informou e teve acesso às informações levantadas pelos homens da comissão científica. É evidente, conseguiu mais de uns que de outros, mas presumimos que foi por intermédio deles que obteve a possibilidade de fazer o que não conseguiria sozinho – coletar as informações de que necessitava, só possíveis com pesquisa feita *in loco*. Desprovido de interlocutores com os quais pudesse discutir suas ideias, foi os homens da comissão que encontrou seus melhores pares. E a interlocução é uma das características da

³ Para confirmação deste fato temos a análise de Souza Neto que afirmou só ter sido possível a finalização do livro “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” após a finalização dos trabalhos da Comissão Científica de Exploração, apelidada de “expedições das borboletas”, tendo em vista as inúmeras citações e fontes referentes aos membros da comissão: “Capanema, Coutinho e Macedo, na seção de geologia; Freire Alemão, na parte de botânica; Manuel Lagos, na seção de zoologia; Gabaglia e Gonçalves Dias, em vários outros momentos da obra, como por exemplo na que falou da Gruta de Ubajara”. (1997, p.69). Outra comprovação apontada pelo pesquisador foram as cinquenta e duas correspondências realizadas entre Tomaz Pompeu e os membros da Comissão, e quando da chegada destes no Ceará foram recebidos na residência de Pompeu em 1859, conforme Braga (1982, p.8) e Souza Neto (*idem, ibidem*).

escrita de Pompeu, posto que ele cita suas fontes e discute com elas. (1997, p. 71).

Apesar das contribuições deixadas aos intelectuais das provinciais estudadas, em sua maioria, as informações colhidas convergiram para o Museu Nacional, situado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Essas contribuições colaboraram no processo rumo à institucionalização dos saberes geográficos retratados por Paiva (2002, p.75) em sua obra, destacando a escolha do Ceará como a primeira província a ser explorada:

A idéia da criação da Comissão Científica de Exploração nasceu na sociedade *Palestra Científica* e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; de imediato, ela mereceu o apoio do Imperador. A lei nº 884, de 01 de outubro de 1857, fixando despesa e orçando a receita para o exercício financeiro de 1857-1858, em seu §1º do Artigo 17 autorizou o Governo a nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas para explorar o interior de algumas províncias. O Ceará foi escolhido para abrigar os trabalhos iniciais da Comissão Científica de Exploração, presidida por Francisco Freire Alemão, que foi nomeado pelo Imperador em 07 de março de 1857.

A escolha do Ceará como ponto inicial da rota realizada pela Comissão Científica não foi feita de forma aleatória. Conforme Sylvio Fróes Abreu, em seu artigo, na Revista do Instituto do Ceará, 1919. Explicou que a escolha pelo Ceará não ocorreu somente por suas riquezas naturais, mas pelas curiosidades que se encerram em suas montanhas e flora. Lembrou ainda, que não foi a toa que naturalistas como George Gardner (George) e Agassiz (João Luiz Rodolpho) já tivera visitado a província do Ceará.

Não foi intenção dessa pesquisa detalhar todas as contribuições produzidas pela Comissão, mas deixar evidente, a importância desse primeiro evento direcionado para formação de conhecimentos sobre o território do Brasil, inclusa a província do Ceará, que na época estava em formação de seus limites. Dentre as contribuições, destacamos as resultantes da presença de vários Naturalistas participantes da Comissão Científica, também conhecida

como “comissão das Borboletas”⁴. Levou três anos para ser preparada. Iniciou em 1859, presidida por Francisco Freire Alemão que conforme Porto Alegre (2003, p.8) foi a

[...] primeira expedição científica formada unicamente por brasileiros, iniciava seus trabalhos de campo, partindo do Rio de Janeiro para percorrer o Ceará e os limites das províncias vizinhas. Os “científicos”, como eram chamados por onde passavam, esquadrinharam a província de norte a sul, litoral, serra e sertão. Caminharam em várias direções, ora em conjunto, ora dividindo-se em pequenos grupos, durante dois anos e cinco meses.

O principal objetivo foi “conhecer o território e suas riquezas, coletar material para o Museu Nacional e promover pesquisa científica no país”, assim relatou Braga (1962) e Porto Alegre (2003). Afirmaram seus analistas que a expedição foi alvo de críticas, divergências políticas, desentendimentos entre os membros e conflitos com os grupos locais, em decorrência de vários fatores.

Dentre estes fatores citaram os exagerados objetivos da Comissão que não foram atingidos: a falta de infra-estrutura, recursos e equipamentos que tiveram de ser trazidos da Europa; a falta de experiência de seus componentes, com exceção de Freire Alemão, experiente naturalista botânico; o sofrimento passado em meio a situações adversas no sertão cearense e outras paragens vizinhas, além de doenças adquiridas. Ainda, contam os pesquisadores do tema, a falta de sagacidade e curiosidade científica necessária para tal missão, acabando por atrair inúmeras distrações e passatempos dos participantes da Comissão que os desencaminharam de seus propósitos científicos.

Os críticos alegavam que a Comissão era desperdício de recursos públicos. Outros problemas ocorridos foram decorrentes das expectativas geradas em torno da Comissão. Os moradores da região queriam que descobrissem ouro, prata e minas de pedras preciosas. Estes não entenderam que a Comissão era muito mais científica e de exploração do quadro natural do que a descoberta de metais preciosos. Além do mais, a falta de recursos para

⁴ “Comissão das borboletas ou comissão deflorada foram os apelidos recebidos pela expedição científica, alvo de anedotário e chacotas”, explicou Porto Alegre (*op. cit.*, p14).

desenvolver tarefa de tal monta prejudicou o andamento das investigações, assim relataram Renato Braga (1962) e Octávio Domingues (1963).

O copioso material colhido pelos científicos sobre a flora e fauna, com exceção da geologia, pois o material foi perdido em naufrágio, resultou em vastas colaborações guardadas, na maior parte, no Museu Nacional brasileiro. Significou assim, um momento fundamental na formação da ciência nacional e de diversas áreas específicas do saber, dentre elas a Geografia. Outro ponto em destaque foi, a medida que coletavam amostras das espécimes, criaram metodologias de pesquisa com instruções referentes à realidade brasileira e sertaneja, informações dos relatórios dos científicos presentes no livro de Renato Braga (1962).

Nos diários escritos por Francisco Freire Alemão, o naturalista detalha todos os momentos vividos e impressões retiradas dos lugares por onde passou. A primeira viagem ocorreu em 1859, no percurso da vila de Fortaleza à vila do Crato, no sul do Ceará. Passando por Aracati e Icó. Longa rota realizada a cavalo, com poucos recursos e muita coragem. Lembram que o caminho era feito sobre areais e terras de barro batido. O sol forte e a escassez de água, além dos perigos do relevo dificultavam a dinâmica da Comissão. Silva Filho (2006, p.09), responsável pelo prefácio e esclarecimentos sobre os diários de Freire Alemão em seus dois volumes, detalhou, na advertência do segundo livro, as rotas seguidas pelo naturalista:

Francisco Freire Alemão (1797-1874), médico e naturalista fluminense, é considerado o maior botânico brasileiro do século XIX. Convidado para presidir a Comissão Científica de Exploração (criada pelo governo imperial em 1856) e chefiar sua seção botânica, ele percorreu terras do Ceará em duas ocasiões: a primeira, entre março de 1859 e junho de 1860, incluiu no longo itinerário Pacatuba, Aquiraz, Aracati, os vales do Jaguaribe e do Salgado, Icó, Crato e demais localidades do Cariri, o sertão central e o retorno a Fortaleza; a segunda, entre setembro de 1860 e julho de 1861, demandou a porção setentrional da província, notadamente a serra da Ibiapaba, passando por diversas vilas e cidades como Ipu, São Benedito, Viçosa, Sobral, Canindé, entre outras.

Estes foram os caminhos por onde passou a expedição científica, que ao lermos o diário de Freire Alemão, percebemos a descrição das minúcias

que ele observou. Nelas estão contidas características da geografia física, da paisagem, da flora e fauna, com relatos sobre o comportamento e dizeres do povo, da forma de tratamento, da hospitalidade⁵ do povo do Ceará, sobretudo, da zona rural. Além das crenças, gastronomia, produção agrícola, rotina diária das refeições e do trabalho. A higiene e o aparecimento de doenças que não se conhecia, e ainda a carência da vida no sertão. Outras observações, feitas por Freire Alemão tratam das particularidades da organização do espaço e peculiaridades da vida familiar. Assim, Freire Alemão descreveu o seu contato com uma das famílias que recebeu a Comitiva (2006, p.52-53):

O sítio está sobre um terreno raso a perder de vista. Há ao lado da ribeira alguns pés de buriti, palmeiras que pela primeira vez vi, e foi isso o que me levou lá, digo, aos canaviais. O homem planta também mandioca, mas só para o gasto; e somente vende o excedente, e isto nas areias secas, e nada mais. Deu-nos [para] almoço fritada de carne seca, farofa, paçoca, isto é, carne socada com farinha, café, digo, água suja de café, e grude e beijus de massa. O almoço nos mandou pôr dentro na casa no jantar, mas ninguém da família apareceu. (Nós tínhamos visto várias senhoras e meninas andarem lá dentro, deitadas na rede na saleta de fora; elas andavam pela sala de dentro e passavam pelo corredor, olhando sempre curiosas para fora.)

Também ele nunca se sentou à mesa, nem à ceia, nem agora ao almoço; estava em pé em roda, servindo, mandando e conversando.

Mas, logo que prontos nos fomos despedir dele, se apresentaram as senhoras, a saber: a mulher e outra, que talvez era sogra, e uma menina, e nos despedimos delas.

Eram tantos detalhes para observar, mas seu olhar atento e sua crítica acurada, nada deixou escapar. Um dos pontos que mais incomodava a Comitiva, sobretudo a Freire Alemão, dizia respeito à falta de água limpa para beber e banhar-se. O forte calor sempre acompanhava a Comissão, e nem sempre a água era abundante para satisfazer a higiene e a sede.

⁵ Sobre a hospitalidade do cearense, Silva Filho (2006, p.29) explica que “[...] o exercício da hospitalidade constituía menos demonstração de afabilidade que necessidade cotidiana a que se viam obrigados todos os habitantes da área rural. Daí a assiduidade de alpendres tanto para fornecer à habitação uma zona de sombra que amainasse o calor tropical quanto para receber hóspedes e transeuntes ocasionais, malgrado a rusticidade das acomodações”.

Em diversos trechos do diário, chamou atenção para a má qualidade da água que os sertanejos eram obrigados a beber e, por certo, a única a oferecer. Daí ter denominado o café oferecido, de “água suja de café”, não se sabe pela água ou pela qualidade do pó de café. O fato é que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, por onde passaram foram recebidos, por alguns desconfiados e por outros que se ofereciam. Dos caminhos da vila de Cascavel, assim descreveu (2006, p.54):

O caminho a seguirmos logo tirado a linha, bordado de matos dos dois lados e arenoso, é bonito; antes das seis horas chegamos ao rio Choró, por uma suave descida chegamos ao vale do rio que, pelo lado por onde entramos, apresentava uma campina rara com moitas de carnaúbas e de cactos de uma forma elegante, de sorte a fazer-nos parar para contemplar o lindo panorama que se nos oferecia: o rio corria embaixo murmurando sobre um leito pedregoso, ou formando uma greda dura, era largo de algumas braças e de fundo desigual, mas não excedendo os joelhos dos cavalos.

O diário de Freire Alemão permaneceu inédito até ser publicado pelo Museu do Ceará, a cargo dos pesquisadores Darcy Damasceno e Waldir da Cunha, conforme Silva Filho, responsável pela realização dos prefácios da obra, produzida em dois volumes.

A importância dos escritos do naturalista em seu diário foi oferecer um conjunto apreciável de informações sobre a geografia do Ceará oitocentista, com os aspectos físicos, a flora, a fauna já retratados, bem como da descrição da vida social do povo cearense no século XIX. Vestígios de um Ceará em formação que podem servir de comparativo com dados mais atuais ou elementos para compreensão do presente por meio do passado.

O Ceará foi uma das províncias visitadas e esquadrihadas por muitos naturalistas, além da presença da Comissão Científica de Exploração, tanto cearenses quanto estrangeiros que por aqui aportaram ou, simplesmente, passaram. Pelas características das atividades desenvolvidas pelos naturalistas e as missões que deveriam cumprir foi possível identificar algumas das contribuições produzidas para formação da Geografia do Ceará.

3.2 Os Naturalistas e seus estudos sobre o Ceará

Repete-se a miudo e com carradas de razão que o Barão de Humboldt mereceu pela vastidão de seus conhecimentos, variedade e profundidade de investigações e erudição, que se revele a cada passo em suas produções litterarias, ser equiparado aos grandes genios da pensadora Allemanha; poucos sabem, porem, que o auctor do Cosmos andou pelo Brazil em pesquisas scientificas e menos ainda que elle escapou de ser encarcerado... Barão de Studart (1888, p. 81).

Desde tempos que naturalistas aportavam nas terras brasileiras, comprovando nos artigos das Revistas do Instituto do Ceará. Barão de Studart, em 1888, descreveu detalhes da expedição científica de Humboldt⁶ pelo Brasil.

Fato pitoresco e original ocorrera, exatamente, em sua passagem pelo Norte do país, próximo ao Maranhão e imediações do Ceará: passou a ser procurado pelas autoridades locais, cuja alegação vinha de um documento expedido pela Coroa Portuguesa, em que afirmava serem os objetivos de Humboldt não científicos. Esse fato foi descrito no artigo do Barão de Studart (1888, p. 82), por meio de relato no livro “Ensaio Estatístico” do Senador Thomaz Pompeu (1864, 2º volume, p.280), onde registrou dessa forma:

Officio Circular do Governador Bernardo Vasconcellos às Camaras e mais autoridades da Capitania remetendo por copia uma carta regia reclamando com especial empenho a prisão de um tal barão de Humboldt, súbdito prussiano, como homem perigoso, que viajava percorrendo o interior da America e do Maranhão, sob o auspecioso pretexto de fazer observações geographicas, topographicas e scientificas, mas com o fim real de surprehender e tentar por meio de novas ideas e capciosos princípios os animos dos fieis vassalos, sendo essas viagens pelo territorio de S. M. sumamente prejudiciaes aos interesses da coroa.

⁶ Alexandre de Humboldt e Karl Ritter foram considerados os fundadores da geografia moderna, ligados às classes dominantes de sua época, segundo René Clozier (1950, p.81-82) e Manuel Correia de Andrade (2006, p. 80-81). A obra mais conhecida de Humboldt foi o *Cosmos*, livro recordado pelo Barão de Studart. Essa obra foi incompleta, escrita em quatro volumes entre os anos de 1845 e 1858. Outra obra importante foi o *Atlas Físico de Berghaus*. Humboldt era considerado uma enciclopédia ambulante e apesar de naturalista, sobretudo da botânica, tinha grande curiosidade pela compreensão do papel do Homem e sua organização social e política, achando ele que esta relação era íntima com as condições naturais, conforme os pesquisadores supracitados.

O artigo de Studart e outros registros não relatam a prisão do nobre naturalista e pesquisador alemão⁷ da geografia no Brasil. O fato é que as expedições científicas dos naturalistas nem sempre foram realizadas a contento da coroa portuguesa, que se sentiu invadida e temerosa com a presença do naturalista prussiano.

Há que se destacar que, o final do século XIX foi um tempo de expansão dos territórios europeus, criação das sociedades científicas, unificação do território alemão e sistematização da Geografia científica. O Brasil ainda continuava na lista dos territórios a serem explorados. Para tanto, a coroa portuguesa lançou decreto, informando que somente seria permitida expedição científica no Brasil, após autorização expressa de Ordens Régias ou com as licenças dos Governadores das respectivas Capitânicas. Do contrário, seria visto como invasão.

Assim verificamos peculiaridades das relações estabelecidas pelos pesquisadores estrangeiros no Brasil. Os naturalistas nem sempre tão bem vistos, mas foram responsáveis pela formação do banco de dados do que viria a se constituir como saber geográfico. Afinal, esses naturalistas podem ser considerados geógrafos ou somente amantes da natureza?

A princípio, interessante lembrar o que se considerava ser o geógrafo para termos parâmetros de comparação. Conforme explicação de Pessanha Mary (2010, p. 16), por todo o século XIX e parte do século seguinte, a geografia seria a narração dos progressos e das técnicas cartográficas. Lembrou que até aos anos dos setecentos a profissão de geógrafo estava atrelada a figura do rei, “os geógrafos do rei”, “incluindo nesse rol, os engenheiros cartógrafos, encarregados de levantamentos topográficos, especialistas na confecção de globos e cartas, cabendo aos mesmos desenhar, traçar e comentar mapas”.

⁷ Conforme Andrade, ao contextualizar as ações de Humboldt, afirmou que “como era naturalista, procurava conhecer a natureza física, a fim de chegar à explicação da evolução da sociedade, não se preocupando porém com as relações sócias em si, destinadas pelos seus contemporâneos a outra ciência também em formação, a Sociologia”. (2006, p. 82).

Capel (1981) explicou que no início da geografia, esta ciência estava diretamente vinculada às ciências exatas e matemáticas, portanto, a cartografia fazia parte desse contexto. Outro lado da profissão do geógrafo, explicitada por Pessanha Mary (*op. cit.*), era a da geografia atada à descrição da Terra. Definição comumente difundida entre os saberes, inclusive os escolares, pela própria sociedade. Assim sendo, “o geógrafo era aquele que “sabia ver” e, portanto, “descrever o mundo”.

Dentre o rol de profissões já formalmente existentes, tem-se a presença dos engenheiros⁸ e militares, que geralmente desenvolviam a cartografia dos lugares. Confirmando esse fato, tiveram a presença de alguns militares entre os associados do Instituto do Ceará, além de padres teólogos e/ou filósofos que assumiam as cátedras de geografia e história, assim como os advogados, médicos ou pessoas ligadas à área da saúde, que se aventuravam no labor de naturalista.

É fato afirmar que no século XIX a meados do século XX, as oportunidades para a formação superior eram poucas, somente, para os abastados que o nível superior era uma realidade mais acessível, desse modo, assumiam as mais variadas funções liberais.

A partir dessa última afirmativa, questionamos: até que ponto, os naturalistas, que por aqui aportaram, não poderiam ter dado início ao exercício da profissão de geógrafo, tendo em vista as similaridades do resultado dos trabalhos desenvolvidos? Descreviam a natureza que observavam. Neste

⁸ A confirmação da ausência de profissionais ligados à geografia dá-se pelos documentos, em formato de ofício, existentes na coleção do Barão de Studart, presente nos arquivos do Instituto do Ceará, que em 2011 foram digitalizados e disponibilizados ao público acadêmico em geral. “Ofício enviado pelo Governador Sampaio ao Conde das Galveas (31 de janeiro de 1814), informando que na Capitania do Ceará, só existem dois engenheiros, ele próprio e Silva Paulet, que este concluiu a Carta Marítima da costa do Ceará e que está a levantar o mapa geográfico da parte próxima à costa. Por fim, diz que a agricultura e o comércio dos arredores da capital estão em crise”. (INSTITUTO..., 2011). Assim se sucederam inúmeras correspondências, ofícios e documentos que expressam a relação estreita entre o governador Sampaio e a formação da cartografia do Ceará, como mapas portuários, mapas da costa, além de mapas do espaço da vila de Fortaleza. Outros documentos que registram a presença dos militares no Instituto do Ceará são as listas de sócios efetivos, além dos artigos publicados na RIC produzidos por militares.

sentido, compreendamos algumas peculiaridades sobre os naturalistas que pesquisaram sobre o Ceará.

Os naturalistas, em sua maioria, não eram geógrafos por formação, mas assumiam o legado de estudo descritivo da natureza, contribuindo para a formação das ciências naturais em nosso País. Dentre os naturalistas mais representativos e proeminentes para compreensão das bases da geografia do Ceará estão Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Rodolfo Marcos Teófilo, Francisco Dias da Rocha, Tomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho, Antônio Bezerra de Menezes, entre outros.

Além de vários naturalistas estrangeiros que contribuíram com pesquisas e expedições científicas pelo Ceará, citamos George Gardner, Albert Löfgren, Emilie Snethlage. Estes e outros são analisados por Paiva, autor de referência na pesquisa bibliográfica dessa temática. A partir da compreensão de Paiva (2002, p.23), consideram-se como naturalistas:

[...] aqueles que se dedicam às ciências da natureza, com maior ou menor grau de especialização, mas sempre com uma visão global e integrada dos fenômenos naturais. Isto exige conhecimento mais diversificado e de amplitude compatível com as dificuldades inerentes à solução de problemas com marcada interdisciplinaridade.

Os naturalistas eram estudiosos da natureza, possuíam formações diversas, daí a explicação do autor supracitado ao enfatizar a marcada interdisciplinaridade desses pesquisadores que realizaram estudos referentes à natureza do Brasil e do Ceará, tornando-se parte da base de conhecimentos que se difundiriam em saberes escolares e científicos.

Perseguindo a ideologia do cientificismo positivista, os estudiosos se ocuparam no desenvolvimento de diversos temas de análises e com campo de atuação diverso. Estes estudos tinham por propósito esquadrihar os lugares a busca de recursos naturais que se tornariam matérias-primas para a sociedade industrial que emergia, além do conhecimento dos limites territoriais e suas potencialidades. Nesta perspectiva, ratifica Lencione (2003, p.74):

O conhecimento dos lugares não se constituía, assim, em motivação apenas para viajantes, exploradores e

cientistas. Era de interesse prioritário para o poder político e econômico do Estado-nação. Os interesses hegemônicos deveriam estar garantidos não apenas pelo domínio dos povos subjugados, mas também, no âmbito interno das nações dominantes, pela construção ideológica de que aqueles interesses seriam de proveito de todos. Foi nesse contexto que a cátedra de Geografia foi instituída nas escolas, com o objetivo da construção e afirmação da nacionalidade.

Aqui se trata de um conhecimento produzido com propósitos definidos com o interesse econômico do Estado-Nação, o que contribuía para a geografia entrar em cena, passar a ser investigada e produzida pelos seus protagonistas.

Neste mesmo sentido, Teles e Borges-Nojosa (2009, p.16-17), além de Porto Alegre (2003), enfatizaram as reais intenções da coroa portuguesa em conhecer o território brasileiro para fortalecer-se, mostrando-se como possuidora de terras promissoras. Outro ponto interessante que lembraram os pesquisadores foi sobre a profissão de naturalista. Explicaram ainda que “foi durante o século XIX, já no primeiro quarto de século, na então colônia portuguesa, que os mais diversos naturalistas começaram a chegar através das expedições, dando maior notoriedade para a profissão”.

Muitos estudiosos associam os naturalistas tão somente aos pesquisadores da fauna e flora, sendo de interesse precípua seus estudos aos biólogos. Contudo, percebemos pelas contribuições dos naturalistas que passaram pelo Ceará, que os estudos eram muito mais abrangentes, daí porque a inquietação em compreender até que ponto naturalistas e geógrafos se assemelham.

No quadro a seguir pudemos observar informações pesquisadas na obra “Os Naturalistas e o Ceará”⁹, produzida por Melquíades Pinto Paiva¹⁰ (2002). Uma obra com densidade de detalhes biográficos, resultado de dez

⁹ Obra publicada pelo Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

¹⁰ Paiva é natural de Lavras da Mangabeira-CE. Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia do Ceará, Universidade Federal do Ceará-UFC (1930). Doutor em Ciências pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (1972). Cientista ativo, participante de diversas sociedades científicas. Sócio-efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), desenvolve pesquisas pelo CNPq, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002).

anos de pesquisa. Sendo assim, foi possível sintetizar as principais contribuições de alguns naturalistas brasileiros, dentre eles vários cearenses, e estrangeiros que por aqui passaram, deixando resultados de suas pesquisas, no período que compreendeu o final do século XIX a meados do século XX.

Atentamos que a ordem estabelecida no quadro foi a mesma seguida na obra do autor. Analisamos a origem, formação acadêmica e contribuições para o estudo do Ceará, destacamos aqueles pesquisadores que tiveram significativa atuação pelas terras cearenses:

QUADRO 3

OS NATURALISTAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O SABER GEOGRÁFICO		
Naturalista/período	Formação acadêmica	Contribuição aos estudos do Ceará
João da Silva Feijó Natural do Rio de Janeiro (1760-1824)	Bacharel – engenheiro-Universidade de Coimbra, convidado ao Ceará pelo governador da capitania.	“[...] inventário dos recursos naturais, mapeamento geológico, a coleta dos primeiros fósseis de peixes e avaliação de sua importância, a remessa de plantas e animais cearenses para museus da Europa, a elaboração de um catálogo da flora, a montagem do primeiro laboratório de pesquisa e a descrição geral da capitania – incluindo aspectos econômicos, sociais e políticos” (Paiva, 2002, p.45).
George Gardner¹¹ Natural de Glasgow (Escócia) (1812-1849)	Doutor em medicina, mas realizava estudos botânicos. Em suas viagens pelo Brasil coletou espécies para composição de herbário.	Descrição de espécies da fauna e flora brasileira desconhecidas até então, compondo estudos da biogeografia. No Ceará, estudou <i>in loco</i> , os depósitos de peixes fósseis encontrados no sopé da vertente cearense da chapada do Araripe, destacando aspectos geológicos, além de estudos descritivos sobre as plantas, vegetação e das espécies da fauna dos carnaubais, das caatingas e vazantes. Participante da Comissão Científica de Exploração no Norte e Nordeste do Brasil, conhecida como “Comissão das Borboletas”.
	Doutor em Medicina – Faculdade de	Realizou pesquisas e coletas de espécies da flora, fauna; produziu considerações gerais

¹¹ O relato detalhado das pesquisas de George Gardner encontra-se em sua obra “Viagem ao interior do Brasil”, 1812-1849. Uma descrição densa distribuída em quinze capítulos. O Ceará foi apresentado nos capítulos V e VI.

<p>Francisco Freire Alemão</p> <p>Natural de Campo Grande – Rio de Janeiro</p> <p>(1797-1874)</p>	<p>Medicina de Paris.</p> <p>Realizava estudos de botânica.</p>	<p>sobre as atividades agrícolas no Ceará, nas serras, chapadas e faixa litorânea, resultado das expedições da Comissão Científica de Exploração, onde foi nomeado o presidente, como já vimos anteriormente.</p>
<p>Thomaz Pompeu de Sousa Brasil</p> <p>Natural de Santa Quitéria – Sobral/CE</p> <p>(1818-1877)</p>	<p>Recebeu ordens sacras no Seminário de Olinda, em 1841;</p> <p>Em 1843 obteve grau de Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda.</p>	<p>Elaborou diversos estudos estatísticos e demográficos do Brasil e Ceará, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional; elaborou livros didáticos e científicos sobre o Ceará; pesquisou sobre as secas, fez coletas de dados meteorológicos, e ainda pesquisou sobre a devastação das matas e conservação da natureza cearense. Além de ser Diretor do Liceu do Ceará, atuando como professor de geografia e História.</p>
<p>Rodolfo Marcos Teófilo</p> <p>Natural de Salvador – BA, vindo na infância para o Ceará.</p> <p>(1853-1923)</p>	<p>Graduado em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1875.</p>	<p>Foi um dos maiores estudiosos do fenômeno das secas no Ceará, causas e efeitos. Pesquisou sobre a flora regional e na educação de jovens produziu obras didáticas. Sanitarista combatente fabricou a vacina contra varíola, consagrando-o como varão benemérito do povo cearense, além de ser abolicionista. Fez uma monografia sobre a mucunã, denominando-a como o “pão dos famintos” no período das secas.</p>
<p>Albert Löfgren</p> <p>Natural de Estocolmo - Suécia</p> <p>(1854 – 1918)</p>	<p>Graduado em Filosofia e Ciências Naturais pela Universidade de Upsala.</p>	<p>Foi chefe da Secção de Botânica da Inspeção de Obras Contra as Secas, onde realizou estudos das condições do solo e da flora do espaço do semi-árido nordestino, além da flora brasileira. No Ceará realizou coletas e anotações sobre as plantas e vegetação típica. Realizou estudos sobre as possibilidades de reflorestamento e fixação de dunas.</p>
<p>Francisco Dias da Rocha</p> <p>Natural de Fortaleza-CE</p>	<p>Graduado pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 1918.</p>	<p>Professor e cientista. Criador do Museu Rocha com coleções de minerais e rochas, fósseis, vegetais e animais (extinto). Realizou pesquisa sobre a flora e plantas medicinais, além de estudos geológicos, dos fósseis com ossadas gigantes em escavação na Lagoa do Ipu.</p>

(1869-1960)		
Adolpho Ducke Natural de Trieste – Itália (1876-1959)	Botânico e zoólogo.	Era um pesquisador de campo, iniciou seus estudos sobre as abelhas e vespas no Brasil. Em viagens para o Ceará realizou explorações botânicas e entomológicas, considerou que a vegetação cearense compreende três regiões distintas: flora do litoral, do sertão e flora das vertentes setentrionais e orientais das serras.
Philipp Von Luetzelburg Natural de Landsber - Alemanha (1880-1948)	Graduado em Farmácia pela Universidade de Munich.	Produziu dois mapas de interesse aos estudos do Ceará. Mapas fitogeográficos, um sobre o Sul do Ceará e outro da serra do Araripe, além de estudos botânicos da vegetação do Nordeste e Ceará.
Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho (Neto do Senador Pompeu) Natural de Fortaleza-CE (1880-1967)	Engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1903.	Funcionário público no Ceará na Inspetoria de Obras Contra as Secas. Um dos maiores conhecedores da Geografia do Ceará e de seus problemas de açudagem. Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Produziu vasta obra sobre o Ceará com temas que variavam da fisiografia, o problema das secas, açudagem, indústria pastoril, história do Ceará e antropologia.
José Guimarães Duque Natural de Sumidouro, distrito de Lima Duarte, Minas Gerais. (1903-1978)	Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (MG), em 1928.	Foi professor do curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará e funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Elaborou pesquisas sobre a importância dos solos, das lavouras xerófilas e estabeleceu parâmetros e métodos para os cultivos irrigados, antes desconhecidos. Pesquisador e professor de renome.
Raimundo Renato de Almeida Braga Natural de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. (1905-1968)	Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia do Ceará, em 1927.	Foi professor de Zootecnia Geral da Escola de Agronomia do Ceará, desenvolveu pesquisas sobre as plantas do nordeste brasileiro, principalmente do Ceará, escreveu sobre a Geografia e História do Ceará, além de revelar as atividades e resultados da Comissão Científica de Exploração (1962), que percorreu as terras cearenses no período de 1859-1861.

<p>Antônio Bezerra de Menezes</p> <p>Natural de Quixeramobim, CE.</p> <p>(1841-1921)</p>	<p>Autodidata, abolicionista de convicção e apresentava postura conservacionista da natureza.</p>	<p>Foi funcionário público provincial e um dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1887. Dentre suas obras, ressalta-se “Província do Ceará: Notas de Viagem”. Uma obra que conta o relato de viagem à região norte do Ceará, iniciada em setembro de 1884, durando seis meses, de caráter oficial, financiada pelos cofres provinciais. Passou por Camocim, percorrendo áreas do Sertão, das praias e pela Chapada da Ibiapaba, em suas vertentes orientais. Realizou o levantamento dos recursos naturais, da presença de jazidas minerais, descreveu os tipos de vegetação e registrou os tipos de animais nativos.</p>
<p>Emilie Snethlage</p> <p>Natural de Kraatz, província de Brandenburg – Alemanha.</p> <p>(1868-1929)</p>	<p>Ornitologista, doutora pela Universidade de Freiburg (1904). Chegou em Bélem-Brasil em 1905.</p>	<p>Foi uma incansável naturalista viajante do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Percorreu o território brasileiro. Esteve no Ceará em 1910, coletando aves nas cercanias de Camocim, Ipu e na chapada da Ibiapaba. Descreveu a avifauna das caatingas e florestas do Ceará. Interessava-se pelo estudo da zoogeografia e ecologia. Foi pioneira na pesquisa de campo de aves do Brasil.</p>

Fonte: Mendes (2010), adaptado de Paiva (2002).

George Gardner, assim como o Barão de Humboldt, foi um dos ilustres representantes estrangeiros, que por aqui passou. O médico inglês elaborou diversas descrições, segundo seu livro “Notas de Viagem”, realizado entre 1812-1849. Escreveu extenso relato dos aspectos físicos da natureza das províncias que conheceu, sobre a caatinga, a geologia, arqueologia e fósseis encontrados. Além das características das atividades econômicas produzidas na época, com destaque para produção de rapaduras e açúcar mascavo no Ceará. Os relatos demonstram as dificuldades passadas pelas rotas no sertão do Ceará. Para época, não esqueceu de observar as peculiaridades do fenômeno das secas, tão alardeado por todos que por aqui aportaram.

Além de características físicas, nomenclaturas da fauna e flora, George Gardner atentou em registrar características da vida do povo cearense, suas festas religiosas, doenças, comportamento e nível moral, a economia

baseada na carne seca, couro e algodão, inseridas em descrições das cidades como a exemplo de Aracati:

A cidade de Aracati ergue-se na margem leste do rio e consiste quase só de uma rua longa e larga. Tem quatro belas igrejas e suas casas são geralmente de dois andares. A população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima na maioria. Grande quantidade de carne seca se preparava aqui, em tempos idos, para exportação a outras partes do Brasil, mas este comércio tem declinado grandemente, sendo atualmente o algodão e couros os principais artigos de exportação. De algodão exportam-se anualmente cerca de mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil. (1975, p.81).

Os estudos dos naturalistas, como vimos no quadro e pelos relatos de George Gardner, detalhavam a caracterização física do território e as peculiaridades do espaço urbano e formação. Por outro lado, revelavam a origem dos povos do Ceará, com a identificação e caracterização de indígenas.

Além de estudos físicos, os pesquisadores produziam relatos antropológicos do modo de vida do indígena, explicitando os conflitos entre as diferentes tribos que se prolongaram por muitos anos na história local. Isso está registrado nos artigos da Revista do Instituto do Ceará, na tematização sobre os naturalistas e nos textos elaborados por Pompeu Sobrinho e Carlos Studart, expostos seus títulos nos quadros presentes nos apêndices da tese.

As metodologias de estudo eram constituídas, sobretudo, durante as expedições e viagens de campo. As pesquisas formavam relatórios com exaustivos inventários descritivos¹², feitos a partir da percepção do meio, em outras palavras pela apreensão dos sentidos. “O século XIX está marcado, em nossa história, por inúmeras visitas mais ou menos prolongadas, que ao nosso País fizeram ilustres personalidades, dentre os quais numerosos eminentes naturalistas”, como retratou Mário Guimarães Ferri, em 1975, na apresentação do livro sobre as viagens de George Gardner ao interior do Brasil.

¹²A exemplo dos inventários descritivos criados durante as expedições no século XIX, tem-se os relatórios de George Gardner em suas viagens ao interior do Brasil que se transformou em livro, com tradução de Milton Amado e apresentação de Mário Guimarães Ferri, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975. As viagens ocorreram principalmente pelas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.

O uso de cadernetas e diários de campo eram instrumentos usuais, tornaram-se registros e fontes documentais para as atuais pesquisas. Caracterizava o desenvolvimento de uma geografia pautada no modelo clássico, com práticas metodológicas voltados para descrição, catalogação e classificação. Desse modo, colaboraram para que a Geografia fosse vista como um saber puramente descritivo, retratado inclusive nas escolas como descrição e memorização.

Carece lembrar que a primeira fase de produção de uma ciência, como a geografia, depende do conhecimento sobre a Terra e tudo que existe nela importa compreender que talvez os estudiosos não conseguissem fazer diferente.

As pesquisas botânicas e mineralógicas utilizavam-se da coleta e da catalogação de espécies da fauna e flora, como vimos ao contextualizar a existência da Comissão Científica no Ceará. Além dessa coleta a Comissão registrou observações dos costumes e tradições do povo cearense.

Em confirmação desse aspecto temos a coleção Dias da Rocha, atualmente, encontrada no Museu do Ceará. O estudioso e professor¹³ da Faculdade de Agronomia do Ceará, exímio naturalista ligado ao desenvolvimento de pesquisas referentes à botânica, arqueologia, mineralogia e zoologia. Este pesquisador mantinha seu acervo com próprios recursos, instalado em sua casa, assim como um jardim com mudas vivas. Na época foi considerado o quarto museu no Brasil em importância, conforme análise dos estudiosos Telles e Borges-Nojosa (2009).

Outros naturalistas, sobretudo estrangeiros, que passaram pelo Ceará, elencados por Paiva (2002) foram: Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), John Casper Branner (1850-1922), Jacques Huber (1867-1914), Roderic Crandall (1855 - ?), Horatio L. Small, Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar Von Ihering (1883-1939), Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1872-1932), Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873).

Alguns estrangeiros, outros brasileiros, filhos de pais com outras nacionalidades acabaram permanecendo no Brasil. Todos deixaram valiosas

¹³ Um dos principais seguidores de Dias da Rocha foi o professor Dr. Francisco Abreu Matos, recentemente falecido.

contribuições aos estudos do Ceará. Ressaltou Paiva (2002) que a maioria dos naturalistas já tinham formação superior, embora não especificamente em geografia.

Outro fator a ser ressaltado, foi a estreita relação mantida entre alguns estudiosos cearenses com a produção da geografia do Ceará, a exemplo da de Thomaz Pompeu e Antônio Bezerra de Menezes¹⁴. A diversidade da natureza¹⁵ os levou a esquadrihar serras, sertões, florestas e litorais. Dentre as diversas origens dos naturalistas que passaram pelo Ceará podem ser agrupados em:

Naturalistas a serviço do governo, vinculados a instituições portuguesas/brasileiras; naturalistas estrangeiros conduzindo expedições científicas, a serviço de instituições e/ou governos do seus respectivos países; professores/pesquisadores oriundos da academia – Faculdade da Phármacia e Odontologia do Ceará e Escola de Agronomia do Ceará. (PAIVA, 2002, p.344).

Como se observa pelas vinculações institucionais, percebemos o quanto o saber geográfico era difuso pelas ciências de um modo geral, “marcado pela dispersão e pela falta de identidade disciplinar”, assim lembrou Moraes (2002). Os propósitos para o desenvolvimento das pesquisas referentes à natureza eram diversos, mas com objetivos bem definidos, ligados ao Estado, economia e política.

Não era apenas curiosidade em compreender o novo, ou puro diletantismo em observar a natureza, pelo contrário, os agrupamentos de naturalistas enviados a serviço do governo imperial e de países estrangeiros

¹⁴ Antônio Bezerra de Menezes figurou no cenário intelectual da vida cearense, como personalidade marcante no contexto de desenvolvimento da geografia, fez parte do grupo de fundadores do Instituto do Ceará. Nasceu em Quixeramobim a 21 de Fevereiro de 1841, filho do Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra e da Sra. Maria Thereza de Albuquerque Bezerra. Faleceu em 1921, no dia 30 de agosto, aos oitenta anos, na cidade de Fortaleza.

¹⁵ Além ter sido considerado um dos naturalistas que desenvolveram estudos sobre o Ceará, Antônio Bezerra trabalhou como funcionário público e desenvolveu pesquisas pioneiras sobre as aves do Ceará. Dentre os artigos publicados na RIC e obras que produziu, destacamos: *O Reservatório de Lavras* (1918); *Descrição da Cidade de Fortaleza* (1895); *Porangaba* (1901); *As praias - Mucuripe,- Barra do Pêcheco* (1902); *Maranguape – Nota de viagem* (1885); *Províncias do Ceará, Notas de Viagem, parte Norte* (1889); *A origem do nome Ceará e O Ceará e os Cearenses* (1906); dentre outros.

ratificam essa proposição, assim como explicado acima por Lencione (2002). A busca por riquezas era a principal meta por trás de intuítos, puramente, científicos.

Apesar das finalidades, afirmamos que as contribuições dos naturalistas para formação do saber geográfico do Ceará foram densas e imprescindíveis. Variam desde informações sobre aspectos de natureza física (geologia, geomorfologia, mineralogia), a fitogeografia, com os estudos botânicos, sobre a fauna e flora (espécies endêmicas, vegetação típica e plantas medicinais), além de pesquisas de caráter sócio-econômico e antropológico.

Ressalta-se que o “fenômeno das secas” foi uma das temáticas estudadas com mais ênfase, tanto no Instituto do Ceará, quanto por aqueles que foram funcionários do Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS, a exemplo de Thomaz Pompeu Sobrinho, como veremos mais a frente, e de outros naturalistas cearenses, como Antonio Bezerra, até meados do século XX.

O primeiro grande momento da instalação no Nordeste dessa instituição foi denominada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, “sob a direção de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Foi o suporte institucional que possibilitou o desenvolvimento das ciências naturais, nas décadas iniciais do século XX, em toda a área das secas nordestinas”, conforme Paiva (op. cit, p.341).

Somente após a instalação do IFOCS, o Ceará passou a ter maior evidência no cenário nacional. Os condicionantes climáticos, as conseqüências das periódicas secas, falta de estrutura e aparente baixa biodiversidade da caatinga, no semi-árido, levou a maior parte dos estudiosos aportarem em outras regiões e províncias do Brasil. Explicou Paiva (op. cit, p.338) que “até o final do período colonial, apenas João da Silva Feijó estudou seriamente a natureza cearense, em trabalho pioneiro”.

O trabalho realizado pelos naturalistas, numa perspectiva mais crítica e menos romântica ao deslumbramento pelo novo, tratavam-se de pesquisadores que se arriscaram ao encarar o desconhecido, pois estavam ligados à Corte e, posteriormente, aos Estados nacionais, que os enviava em

missões oficiais para desvendar e elencar as riquezas naturais dos lugares. O conhecimento das riquezas do mundo era uma premissa para a manutenção do poderio dos grandes impérios e para a expansão do sistema capitalista que se irradiava pelo mundo, assim retratamos pela reflexão de Lencione (2003), Moraes (2002) e Pessanha Mary (2010).

Algumas figuras da terra, tiveram destaque entre os naturalistas: Thomaz Pompeu, Bezerra de Menezes, Thomaz Pompeu Sobrinho e Rodolfo Teófilo¹⁶. Este último, além de naturalista por analisar as causas e efeitos das secas, trabalhava na produção de vacinas para combater as epidemias que acometiam os retirantes das secas. Ao serem concentrados em áreas interioranas, ou nas periferias de Fortaleza, na denominada Fortaleza das “areias ou descalça”. Esses retirantes ficavam mais vulneráveis a doenças estacionais e da conseqüente falta de saneamento público e higiene coletiva, como varíola, sarampo, cólera, leptospirose e tuberculoses.

Dirigia a Pharmácia Theóphilo, no centro da cidade de Fortaleza. A partir deste comércio foi possível realizar suas ações de filantropia e ajuda às vítimas das secas acometidas por epidemias como a varíola, dentre outras calamidades, que resultaram na morte de centenas de cearenses, migrantes e mesmos os cidadãos de Fortaleza. Sobre esse período, conta-se que:

A seca de 1877-1879 despertou o seu espírito de caridade e luta em favor dos miseráveis batidos pela trágica ocorrência, levando-o a se tornar um dos mais importantes estudiosos do flagelo climático que periodicamente assola o Ceará, com o costumeiro abandono dos pobres, quase sempre vítimas da inoperância governamental – as conseqüências econômicas e sociais das secas nordestinas, ainda agora, no início do século XXI, bem atestam o descaso das nossas elites dirigentes em relação às populações que ocupam o espaço do chamado Polígono das Secas. (PAIVA, op. cit. p. 126-127)

¹⁶ *Rodolpho Theóphilo* era filho do médico Marcos José Theóphilo, cearense, e de Antônia Josefina Sarmiento Theóphilo, de origem baiana, mas com parentes no Ceará. Nasceu em 6 de maio de 1853, na cidade de Salvador, e em seguida veio para Fortaleza – CE, onde foi batizado na Igreja do Rosário, em outubro do mesmo ano, de acordo com os seus relatos biográficos. Nutriu grande amor pela Terra onde cresceu, realizando seus estudos e atuações no Ceará. Faleceu em 02 de julho de 1932, mas suas contribuições foram diversas e sua atuação social foi significativa.

Além da miséria causada pelas secas no Nordeste, pelas epidemias de varíola que dizimaram milhares de retirantes, considerada um grande flagelo, tínhamos um quadro político de contradições e conflitos que contribuía para o descaso com a população carente.

Desse modo, em apoio aos pobres combatidos, assumiu Rodolfo Teófilo a missão de fabricar a vacina contra a doença e aplicar nas adjacências da cidade de Fortaleza. Foi uma atitude solitária, por conta própria assumiu todos os riscos. Na figura 13, observamos a atuação de Rodolfo Teófilo na aplicação de vacinas anti-varíola, no Morro do Moinho entre as areias da praia, na cidade de Fortaleza.

A epidemia foi erradicada, mas este feito resultou em extremadas hostilidades por parte do Governo ao autor da ação. No entanto, foi considerado um dos sanitaristas pioneiro no combate às epidemias que assolaram os cearenses, recebendo o título único de Varão Benemérito da Pátria e do povo cearense, reconhecido pelo Congresso Nacional.

Igualmente, como Bezerra de Menezes, também lutou pela causa da libertação dos escravos. Foi um dos fundadores da Sociedade Cearense Libertadora¹⁷ (1880), vista no primeiro capítulo da tese. Segundo Paiva “o espírito humanista de Rodolpho Theóphilo o encaminhou para a luta pela abolição da escravatura no Ceará, ao lado de tantos outros, com destacada participação na libertação dos negros de Pacatuba, Maranguape e Maracanaú em 1883, declarada pela Sociedade Libertadora Cearense”. (op. cit., p. 127).

Dentre as atuações intelectuais de Rodolfo Teófilo como jornalista escreveu diversos opúsculos e livros, como “O Pão” e “A Quinzena”. Além de naturalista, desenvolveu trabalhos como ensaísta, historiador, geógrafo, romancista, contista, poeta, professor, além de empresário do ramo

¹⁷ Foi sócio do Clube Literário, da Padaria Espiritual (foi padeiro-mor), do Centro Literário, da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico, Geográfico, Antropológico do Ceará, como sócio efetivo, com posse em 1912. Além de sócio do Instituto Alagoano e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e da Sociedade de Geografia de Paris. Assim como Barão de Studart, Rodolfo Teófilo agregou-se a instituições acadêmicas e científicas relacionadas ao desenvolvimento dos saberes geográficos, inclusive de países renomados no desenvolvimento da geografia como Paris, que tinham na escola possibilista de pensamento da geografia, a maior estratégia geopolítica para a expansão dos domínios franceses pelo mundo.

farmacêutico com a produção de vacinas e bebidas não alcoólicas, a exemplo da cajuína.

Produziu vários estudos sobre evolução das secas no Ceará e os efeitos desse fenômeno na vida do povo cearense. Para os geógrafos, as pesquisas sobre os resultados sociais das secas realizadas por Rodolfo Teófilo poderiam ser consideradas precursoras da linha de pesquisa da geografia médica, assim como a clássica obra produzida, posteriormente, pelo médico Josué de Castro¹⁸, o livro “Geografia da Fome (1946)”, considerada pelo geógrafo Ruy Moreira uma obra genuinamente brasileira.

O Livro “A Fome” (1890), fruto de sua participação no Clube Literário, foi um romance escrito a partir de fatos reais das consequências sociais do flagelo das secas, em outras palavras, da fome, conforme se vê na capa do livro, exposto no memorial do Instituto do Ceará.

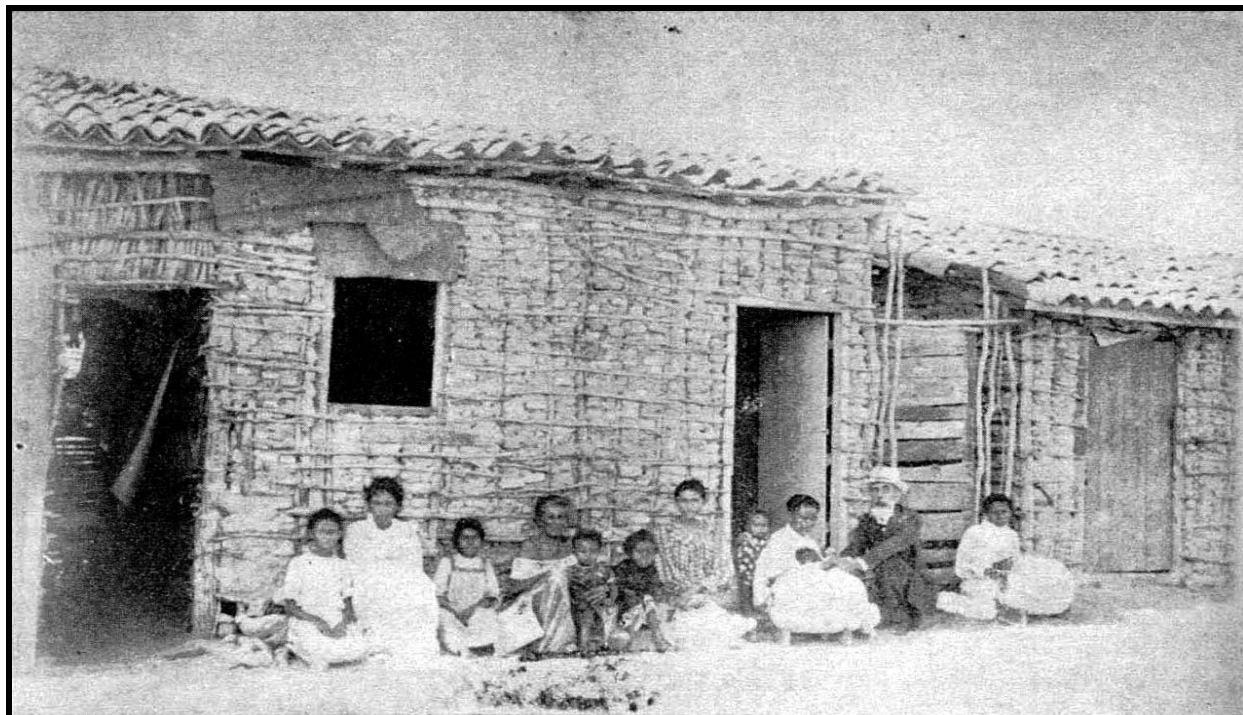
Este livro foi a primeira publicação de Rodolfo Teófilo. Dentre os seus estudos produzidos sobre as secas no Ceará destacamos: *Secas do Ceará - Segunda Metade do Século XIX* (1901); *História da Seca do Ceará - 1877/1880* (1922); *Seca de 1915* (1922); *Seca de 1922*. A intensa proporção de suas análises o levaram, em 1890, a ser sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Ele não participou da criação do Instituto do Ceará, mas como vimos foi sócio efetivo¹⁹ e um colaborador atuante. Suas obras fazem parte do acervo da instituição, alargando o leque de informações, dados e análises sobre a geografia de Fortaleza e do Ceará.

18 “Geografia da fome é um livro de 1946. Mais que uma exceção, é um dos exemplos do esforço de buscar dentro da Geografia integrada de então a teoria geral aplicada que forneça com olhos, vocabulário e linguagem de Geografia uma visão de totalidade do Brasil. Josué de Castro vem da medicina, e é um estudioso que une o saber médico e o saber geográfico ao redor do problema social da alimentação, no Brasil e no mundo”. (MOREIRA, 2010, p. 81-82).

19 A lista de sócios efetivos do Instituto do Ceará de 1912 confirma a presença de Rodolfo Teófilo entre os membros dessa instituição científica. Documento presente na Revista do Instituto do Ceará no mesmo ano.

Figura 13: **Rodolfo Teófilo no Morro do Moinho, vacinação anti-varíola.**



Fonte: Arquivo Nirez, acervo MIS, 2011

Figura 14: **Rodolfo Teófilo**

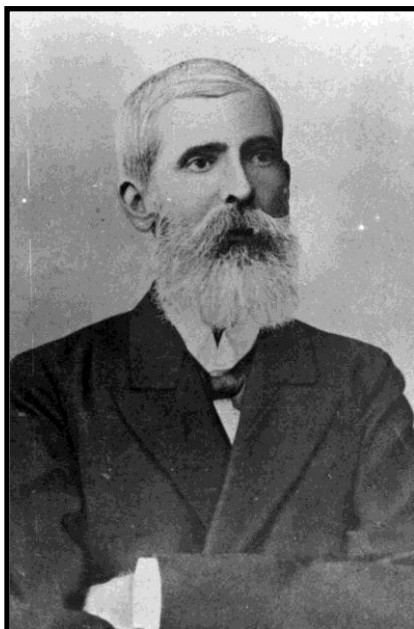


Figura 15: **Livro A Fome**

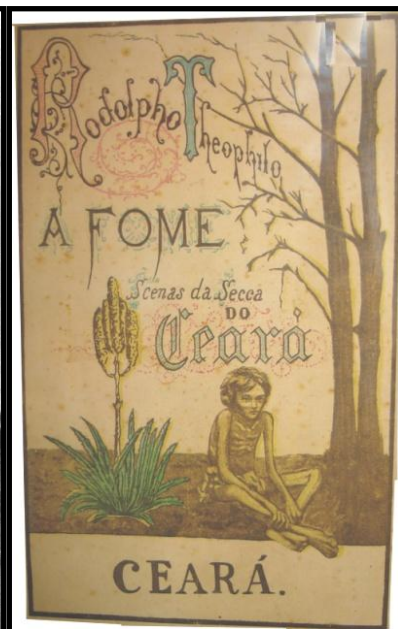
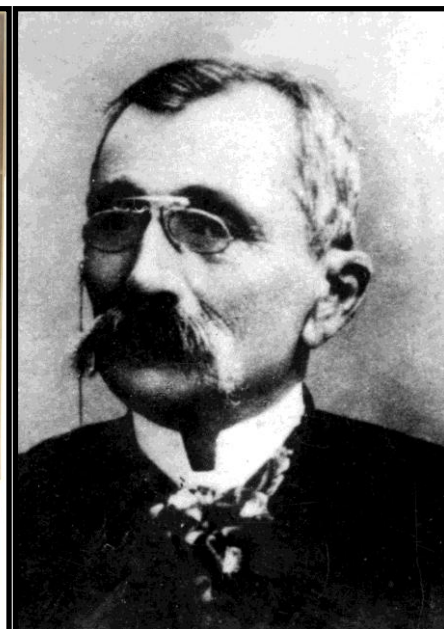


Figura 16: **Antônio Bezerra**



Fontes: Acervo MIS, 2011; Mendes, 2010 / Memorial do Instituto do Ceará.

Na sua trajetória, teve a oportunidade de passar por algumas instituições escolares, dentre elas a do Liceu do Ceará, como professor da cadeira de geografia, que fora extinta em consequência de divergências políticas.

Deste modo, a produção da escrita da Geografia do Ceará foi se construindo por inúmeras mãos e linhas de pensamento, contextos e histórias. Da Comissão Científica foram produzidos os primeiros levantamentos de dados de forma sistematizada, de caráter científico e oficial. Pelos naturalistas embarcaram na missão de descrever as peculiaridades da natureza cearense pelo litoral, serras e sertão, como vimos no quadro já referido e pelos diversificados artigos sobre os naturalistas na Revista do Instituto do Ceará. Avultamos a figura de algumas personalidades locais, consideradas basilares no processo de produção de informações e sistematização da Geografia do Ceará, que na maioria foi participante do Instituto do Ceará, assim como poderemos refletir a seguir.

3.3 Intelectuais do Instituto do Ceará e a geografia em destaque.

Os intelectuais cosmopolitas concebem a vida cultural como uma forma de comunicação acima das particularidades nacionais, regionais ou locais. A fonte de inspiração de qualquer prática intelectual é o aperfeiçoamento do patrimônio geral da cultura da humanidade, e esta sempre se encontra em uma dimensão universal que nada tem a ver com as sociedades concretas em que essa culturas originou. Horácio Gonzalez (1981, p. 70).

Cabe fazer esse breve registro em que ressaltaremos elementos das trajetórias de ilustres intelectuais cearenses que consideramos protagonistas por terem se destacado na produção da geografia e da história local. Colaboraram, significativamente, para criação da identidade territorial cearense.

Estes intelectuais cosmopolitas eram conectados ao que acontecia no mundo e em seu entorno e foram sujeitos atuantes e pesquisadores ativos. Contribuíram para a formação das ciências locais e participaram de diversos ramos do saber e do poder político. Dessa última relação, a política, podemos

ainda considerá-los intelectuais orgânicos²⁰, ligados à esfera da administração e funcionalismo público, tendo no conhecimento geográfico estratégias que os tornaram intelectuais para além de seu tempo.

Advertimos que muitos sujeitos poderiam ser elencados nesse rol de intelectuais, mas demos relevo aqueles que, no decorrer da pesquisa de fontes bibliográficas e documentais destacaram-se por meio de suas produções geográficas sejam de caráter científico ou escolar. Assim, não poderíamos deixar de lembrar a importância dos estudiosos da Família Pompeu.

O primeiro deles, apesar de não ter sido sócio do Instituto do Ceará, por ter falecido anteriormente a data de criação, foi um dos principais motivadores do processo de fundação desse Instituto. Além do mais, se tornou imprescindível realizar esse destaque pelo pioneirismo científico assumido pelo intelectual.

Nos estudos elaborados por Paiva (2002, p.111) sobre Thomaz Pompeu apontou alguns elementos que indicam o pioneirismo desse intelectual no grupo de estudiosos cearenses em meados do século XIX, dentre estes:

“Na educação foi um dos primeiros professores do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador e professor de geografia e história do Liceu do Ceará; e neste sentido, ter sido pioneiro na publicação de livros de didáticos e científicos”.

“Na ciência por ter realizado os primeiros estudos de estatística e demografia no Brasil, abordando aspectos de geopolítica regional e nacional. Foi um dos primeiros cientistas a pesquisar as causas das secas nordestinas, com uso de coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos e pioneiro em estudos sobre a conservação das matas e conservação da natureza cearense, tendo em vista a melhoria do clima e maior defesa contra os efeitos das secas”.

Desta feita, gerou inúmeras contribuições bibliográficas e docentes que repercutiram nos estudos de seus legatários. Implantou nos círculos dos

²⁰ Sobre este tema ler Antônio Gramsci, 1968, na obra “Os Intelectuais e a Organização da Cultura. p.14-16.

intelectuais sua influência política e apego aos estudos geográficos como veremos mais a frente.

Thomaz Pompeu de S. Brasil – Senador, professor e intelectual da geografia

*Thomaz Pompeu de Sousa Brasil*²¹, mais conhecido como Senador Pompeu²². Nasceu em Santa Quitéria em 6 de junho de 1818. Filho de Thomas d'Aquino de Sousa (capitão de milícias no Rio Grande do Norte) e Geracina Isabel de Sousa (filha única do capitão de ordenanças José Luís Pestana em Santa Quitéria)²³. Realizou estudos de Latim e posteriormente, em 1835 mudou-se para Pernambuco para estudar no Seminário de Olinda, onde foi ordenado Presbítero/padre, em 1841. E na Faculdade de Direito, na qual se bacharelou em 1843²⁴.

Após a formatura, em 1840, concorreu a vaga de professor substituto da cadeira de teologia do Seminário da diocese em Olinda, lugar onde havia se graduado. Antes de sua formatura veio à Fortaleza, visitou seus familiares e sob influência política de seu tio (Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos), seu protetor, filiou-se aos “círculos chimangos” (liberais), passando a difundir a idéia da criação de um estabelecimento de ensino para o Ceará que satisfizesse as necessidades de formação da juventude.

²¹ Interessante lembrar a explicação feita por Andrade (1980, p.360) acerca do nome Brasil, que para o pesquisador “o impulso nativista que logo após a Independência irrompeu no sentido de consolidar os sentimentos nacionalistas fez com que muitos mudassem nomes portugueses por nomes nacionais da terra, plantas da flora, animais da fauna, ou apelidos indígenas. Foi assim que o filho de Tomaz de Aquino de Sousa acrescentou ao seu lusitano Sousa os nomes de Pompeu e Brasil, o primeiro, talvez levado por inspiração de leituras clássicas, e o segundo, o de seu país”.

²² Importante não confundir Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, o senador Pompeu (1818-1877), com os outros intelectuais também conhecidos, “Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), filho homônimo do primeiro, bacharel em Direito, professor, deputado geral e vice-presidente da província do Ceará; E o Tomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho (1880 - 1967), neto do primeiro, engenheiro e professor, e ainda também foi sócio efetivo do Instituto do Ceará, além de assumir a presidência da instituição, substituindo o Barão de Studart, no período de 25.09.1938 a 09.11.1967 (Adaptado de Paiva, 2002, p.215).

²³ Paiva (2002, p. 107).

²⁴ Informações obtidas pelas obras de Paiva (1986).

Retornou para o seminário em Olinda, mas sua influência colaborou para que os deputados instituíssem a “Lei nº 304, de 15 de julho de 1844, sancionada pelo presidente brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, criaram o Liceu” (PINTO,1986, p. 126, T. C). Assim feito, Thomaz Pompeu foi convidado para ser o primeiro diretor²⁵ e professor de geografia e história. “Organizou o Liceu de modo a projetar o estabelecimento de ensino para o futuro”, assim relatou Pinto (op. cit., p. 131).

Câmara (1960, p. XII) narrou como ocorreu o convite feito para dirigir o Liceu do Ceará. Para tanto, teve que deixar a cátedra que ministrava no seminário de Olinda:

Deixou a cátedra a fim de atender à solicitação do Presidente da Província do Ceará, Inácio Corrêa de Vasconcelos que o convidava, sem direito a recusas, para a missão de instalar o Liceu do Ceará, criado na administração anterior, pela Lei. N. 304, de 15 de junho de 1844.

Thomaz Pompeu foi um padre que exerceu o sacerdócio, em concomitância às atividades políticas, intelectuais e a docência, e mesmo vivenciou o casamento. Realidade própria das contradições do período histórico em análise, inclusive, que era bastante comum.

Foi um representante de uma elite influente e que se impunha ao círculos de poder. Sua dedicação ao ensino sempre foi comentada pelos seus pares. Nomeado primeiro diretor da instituição escolar e professor da cátedra de Geografia e História e ainda Inspetor da Instrução Pública provincial, direcionando a esses empreendimentos zelo, responsabilidade, esforço e dedicação. Contou Câmara (1960, p.XII) a esse respeito,

O seu preparo intelectual e o seu admirável senso de organização puseram, sem tardar, o Liceu ponto ótimo na estrutura do ensino da Província. Ele mesmo regia²⁶ uma das sete disciplinas do currículo – a de Geografia e História, matéria em que se alteou como grande sabedor e mestre. Cândido Mendes de Almeida reputa-o, então, o primeiro geógrafo brasileiro.

²⁵ Segundo Sousa Neto ter sido diretor do Liceu do Ceará foi a porta de entrada da vida política do Senador Pompeu. (1997, p.21).

²⁶ Sobre as obras escolares de Tomaz Pompeu, ler o último capítulo da tese, onde será apresentada caracterização da geografia escolar cearense entre os séculos XIX e XX.

Além do ofício de professor assumiu outras funções²⁷, dentre estas a de político. Escolhido senador em 1864 assumiu a vaga decorrente do falecimento de Miguel Fernandes Vieira adentrando no seletto clube da elite imperial – o *senado vitalício*²⁸.

“Era, desde moço, trabalhador incansável, noite e dia, ocupado com a leitura e o estudo. Daí a razão por que nunca ofereceu aos amigos a intimidade de casa”. (PINTO,1986, p. 131, T. C). Dessa dedicação intelectual resultaram muitas obras produzidas ao longo de sua vida, segundo Câmara (1960), podemos citar como destaques entre os livros e artigos referentes ao ensino de geografia no Ceará:

- 1850 - Princípios Elementares de Geografia - para uso no Liceu do Ceará;
- 1851 - Elementos I Geografia;
- 1856 - Compêndio de Geografia (adotado nos Liceus, seminários e no Colégio Pedro II – Rio de Janeiro);
- 1859 - Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil;
- 1859 - Memória Sobre a Conservação das Matas e Arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará;
- 1861 - Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará;
- 1877 - Sistema ou Configuração Orográfica do Ceará;
- 1887 - Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará;
- 1895 - Juízo Histórico do Senador Pompeu sobre fatos do Ceará (Rev. do Instituto do Ceará – trabalho publicado após a morte do autor);
- 1863 e 1864 - Ensaio Estatístico da Província do Ceará (em 2 volumes).

²⁷ Foi Membro da Sociedade Literária Onze de Agosto, em Recife, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, da Sociedade de Geografia de Paris, do Instituto Histórico da Bahia, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto dos Advogados do Recife, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dentre outras entidades científicas e culturais importantes pelo país.

²⁸ Conforme retratou Sousa Neto (*op.cit.*, p.22).

O desempenho intelectual do estudioso professor, geógrafo, naturalista, jornalista e político era resultado de uma estreita ligação entre o saber e o poder político a que lhe foi atribuído em sua carreira profissional. Dessa ligação resultaram produções bibliográficas tanto de interesse da geografia quanto da história do Ceará em meados do século XIX. Já havia falado por Sousa Neto (1997) e Pinto Paiva (2002) que o Senador Pompeu foi considerado um dos primeiros geógrafos do império brasileiro. Na província do Ceará foi um dos líderes do Partido Liberal e representante de uma elite ilustrada e dominadora.

Dessa relação de conhecimento e atuação política, o Senador Pompeu foi um dos primeiros a criar uma regionalização para o Ceará, servindo de parâmetro para administração pública. Dividiu o território em: Litoral, Serra e Sertão, baseado em critérios climáticos, vegetacional e orográfico, conforme Sousa Neto (op. cit., p. 73). Daí termos mais uma comprovação de como o intelectual havia criado uma mentalidade estratégica de uso do conhecimento geográfico na administração pública²⁹.

Esse panorama encontra-se no livro “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, uma das mais proeminentes obras escritas pelo Senador. Dos saberes produzidos no livro foram tomadas direções político-administrativas. Um dos primeiros trabalhos com visão pragmática e técnica, direcionado para o planejamento do território cearense, em que se utilizou da estatística, do censo demográfico, coleta de dados em campo, como já referido pela relação que o intelectual teve com a Comissão Científica, além de proposições metodológicas com enfoque científico.

O legado político e intelectual foi assumido pelo filho homônimo do Senador, como veremos mais a frente, contudo, não temos receio em afirmar que todas as obras feitas por esse intelectual do poder são, indiscutivelmente, ricas contribuições na produção de conhecimento geográfico e histórico do processo de delimitação territorial e formação social do Ceará. Momentos de produção realizados entre as dificuldades travadas com o pioneirismo da

²⁹ Sousa Neto explicou que “é por meio da tríade: litoral-serra-sertão, que se farão os melhoramentos materiais, os planos para a instrução pública e o controle da população”. (op. cit., p.74).

pesquisa no século XIX, sendo ainda hoje, obras que podem ser consultadas como fontes para melhor compreender o Ceará de outrora.

Afirmou Honório Rodrigues (2002, p.27-28), que “o nascimento da historiografia cearense se dá nesta década de 1850 a 1860, intervalo de horrorosas secas. Aparecem, então, um geógrafo e três diferentes histórias, escritas em lugares diversos”. O geógrafo aclamado por Honório Rodrigues foi o Senador Pompeu. Em suas palavras, reafirmamos a importância dos estudos elaborados pelo geógrafo do Império na produção da Geografia do Ceará:

O primeiro é Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), advogado, senador do Império e professor de História e Geografia no Liceu provincial. Dedicado especialmente à Geografia e aos estudos de população, o Senador Pompeu escreve obra variada e vizinha da história. A princípio, de caráter didático, mas logo a seguir seus trabalhos demográficos e estatísticos surgem sem cessar. Nas suas análises da população, o Senador Pompeu divulgou não só os dados estatísticos dos movimentos da população, como de suas condições econômicas, sociais e intelectuais. Foi um precursor dos estudos demográficos, ecológicos e estatísticos no Brasil. Se sua obra geográfica, a única da época, nada acrescentou à de Aires do Casal, suas pesquisas sobre a população e sobre o clima e as secas cearenses avultam pela seriedade, segurança e originalidade. (2002, p. 27-28).

Além de estudioso, pesquisador da Geografia e político, também atuou na imprensa local como jornalista. O principal instrumento de difusão das notícias e ideologias político-partidárias. Os jornais da época podem nos servir atualmente como fontes que demonstram os conflitos arrebatadores que existiam entre os diferentes partidos e interesses, assim como um panorama da dinâmica social vivenciada nas cidades.

Como jornalista, a partir de 1846, foi redator do órgão do partido liberal, na cidade de Fortaleza. Escrevia para o Jornal “Cearense” com a participação de Frederico Pamplona e o Conselheiro Tristão Araripe, conforme Câmara (1960, p.XV).

Nas palavras de Paiva (2002, p.119): “muito tem sido escrito sobre a vida e a obra do senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, indormido servidor da sua terra e do seu povo, educador e político sério, com visão holística da problemática cearense”. Sobre sua produção intelectual, complementou (idem,

ibid) “ele nos deixou um acervo cultural de extrema importância, pelo acúmulo de dados e interpretações do espaço geográfico da província onde nasceu”.

Faleceu cedo, aos 59 anos, em 2 de setembro de 1877, na cidade de Fortaleza. Partiu, mas deixou diversas contribuições para os intelectuais da época, diversa produção bibliográfica, tanto para geografia científica quanto para os saberes escolares, além de sua trajetória política seguida pelo genro Nogueira Accioly e pelo filho Thomaz Pompeu.

Pela intensa participação deste intelectual, considerado um dos adeptos ao espiritualismo eclético³⁰, filosofia própria do século XIX, adotado pelos políticos liberais que apoiavam a monarquia brasileira acrítica e progressista³¹, inseriu entre os intelectuais o gosto pela investigação científica. Sendo ele um dos responsáveis por introduzir as raízes filosóficas no cenário de produção científicista da época e inclusive na formatação de um novo currículo para o Liceu do Ceará no período em que foi diretor.

Por meio de sua diversificada produção bibliográfica, inserimos este intelectual na primeira fase da produção da geografia e da história cearense. Percebemos que suas obras são anteriores à criação do Instituto do Ceará, mas neste cenáculo do saber, suas ideias serviram de base para ampliar o conhecimento e sistematizar os saberes, principalmente, pela sequência feita pelo seu filho, que ao seguir os mesmos passos, dera continuidade com inúmeras contribuições para a produção da Geografia do Ceará, como veremos mais a frente.

Com a criação do Instituto do Ceará em 1887, foi inaugurada um segundo momento na formação da geografia cearense. Esta instituição ofereceu os caminhos para respaldar o desenvolvimento do conhecimento científico local, voltado para produção da história, geografia e antropologia cearense como vimos no capítulo anterior.

³⁰ Explicou Sousa Neto que a fonte filosófica do Senador Pompeu foi o espiritualismo eclético, pois esta doutrina permitia o intelectual defender e justificar posições que eram aparentemente indefensáveis. Esclareceu ainda que essa era filosofia da época, de seu tempo e de sua classe social – intelectuais e políticos. (1997, p. 23).

³¹ “O ecletismo correspondia precisamente ao desejo de evitar os excessos dos revolucionários e dos reacionários. Filosofia do Just meio condizia com as idéias do liberalismo burguês” Costa (1993) *apud* Souza Neto (*idem, ibidem*).

A existência do Instituto do Ceará, os saberes geográficos, antes difusos pelas agremiações literárias e pelas obras do intelectuais da época, passaram a ser institucionalizados a partir de 1887, data da criação do Instituto. Lá foram ditadas as normas e regras para seleção de documentos, registros e conteúdos de pesquisas que se apresentariam a princípio no formato de crônicas históricas, publicadas na Revista do Instituto do Ceará – RIC, mas posteriormente passaram a ser identificadas como conhecimento propriamente geográfico, como vimos no capítulo anterior, com a tematização das revistas do Instituto.

As comissões formadas por seus sócios efetivos, como já falado, desenvolviam a tarefa de selecionar artigos e os enviar para publicação nas revistas periódicas. Dando-se assim, teve importância irrefutável o Instituto para formação e registro da ciência local. Num período em que não existia a figura da instituição acadêmica, universitária, foi nesse meio de ilustres personalidades da sociedade cearense que o pensamento científico fora produzido, bem como dotou de conhecimentos científicos inúmeros sujeitos que passaram pela instituição escolar.

Nessa mesma linha, Amaral afirmou, ainda, a importância que teve a participação dos intelectuais no quadro de sócios do Instituto do Ceará, dizendo que proporcionou a “legítima instituição para a produção, a circulação e a difusão de um discurso que se quer científico e imparcial, detentor da verdade e, por isso, fundamental para a construção de uma proposta identitária para a província”. (op. cit., p. 29).

Apesar desse fato, importa ressaltar a advertência de Moraes³², ao explicar que o saber geográfico não pode ser pensado, somente, a partir dos institutos:

Em termos institucionais, a discussão dos temas e das teorias geográficas pode ser encontrada tanto nas faculdades de direito, quanto nas de medicina e de engenharia, e também nos colégios e demais órgãos ligados ao ensino, e ainda em

³² Essa discussão de Moraes está presente no livro. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002

comissões de demarcações e outros organismos destinadas a serviços referidos ao território. Assim, os institutos geográficos existentes não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servindo de ponto de convergência para a comunidade dispersa e não especializada dos pioneiros “geógrafos” brasileiros. (2002. p. 41-42).

No Ceará, tivemos o Liceu criado em 1845. Nessa escola concentravam-se as mentes pensantes da época, assim como no Seminário da Prainha, na Escola Normal e em outras instituições particulares, a exemplo do Colégio da Imaculada Conceição, sem esquecer a Escolar Militar de Fortaleza como veremos no próximo capítulo da tese. Outra instituição importante e pertencente à esfera do ensino superior foi a Faculdade Livre de Direito, onde se congregavam professores, na sua maioria participantes de agremiações, instituições culturais e sociais da capital alencarina.

É interessante advertir que o conhecimento geográfico direcionado para a escola foi anterior ao que veio a ser desenvolvido como saber científico local. Exemplo disso são os compêndios de geografia elaborados pelo Senador Pompeu e família em suas trajetórias docentes. Portanto, no início, existiram dois processos, em movimento, dialógico e dual. Na produção da geografia cearense, um voltado para o conhecimento escolar e outro direcionado para o conhecimento do território, mesmo que o segundo, com o tempo, a partir do seu acúmulo, em especial na primeira metade do século XX, viria a se tornar leitura indispensável para os escritores dos livros da geografia escolar.

Importante sublinhar que neste primeiro momento, tivemos por destaque o conhecimento científico produzido por intelectuais locais, sócios do Instituto do Ceará. A produção bibliográfica no Instituto do Ceará foi considerada científica, pois se pautava em regras metodológicas e normas científicas vigentes pela ciência da época. Deste modo, na construção dos saberes e da ciência local a Geografia passou a receber maior respaldo e direcionamento. Essa instituição foi considerada o embrião do processo de institucionalização dos saberes geográficos, históricos e antropológicos do Ceará, caracterizada pela atuação de seus estudiosos, na maioria sócios efetivos.

Em meio aos intelectuais elencamos, além de historiadores, os estudiosos da geografia e com a listagem de suas principais obras. Temos por evidência a família Pompeu, como já referida. E nela a presença do Senador Pompeu, de seu filho, Thomaz Pompeu e o neto do Senador, Tomaz Pompeu Sobrinho. Fazemos ressalva a figura do Barão de Studart, que apesar de não pertencer a família Pompeu, soube, com maestria produzir conhecimento e, sobretudo, elaborar registros, inclusive geográficos, além de ser considerado um dos sujeitos mais importantes na existência do Instituto do Ceará.

Sobre a importância da família Pompeu no desenvolvimento da Geografia do Ceará, colamos em relevo as palavras de José Parsifal Barroso, ao escrever o artigo na RIC, intitulado: “Pompeu Sobrinho – Doutor Máximo do Ceará”, em homenagem ao primeiro centenário de seu nascimento em 1980:

Sustento, de há muito, a tese de que os insignes Pompeus são os guardiães da Geografia do Ceará, e foi meu Mestre Thomaz Pompeu Sobrinho quem mais e melhor a estudou e pesquisou, conceituando-a sempre como Ciência interdisciplinar, porque o espaço geográfico é de formação sócio-espacial, como expressão fenomênica da formação econômico-social.

Sempre estive a serviço da Geografia, cuja natureza é ativa, nova e libertadora, como o seu ideário o foi. Basta a qualquer um dar-se ao trabalho de joeirar um tesouro de suas obras, para se render à evidência de que prepondera em Pompeu Sobrinho o interesse geográfico, de que é maior e mais convincente exemplo de sua monumental Proto-História Cearense. (1980, p. 362).

Para finalizar nossa compreensão sobre a importância que teve a família Pompeu no desenvolvimento da Geografia do Ceará e outras áreas, utilizamos das palavras de Andrade ao explicar a herança cultural de Pompeu Sobrinho, quando disse:

Em síntese, diremos que o primeiro Pompeu foi o precursor da geopolítica regional. O segundo foi o erudito, mais um pensador ativo. O terceiro, Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho é o cientista, o consolidador dos fundamentos dos estudos da cultura cearense, numa visão antropológica, integradora do Nordeste. Não ingressou na política partidária, mas fez política científica ao nível do seu tempo, a partir dos pressupostos de uma geografia ativa, que ele também, como pioneiro, soube cultivar. Sua obra não foi superada, pois tentou

vigorosos esboços de uma política objetiva, abrangente do passado, em mira do presente, em demanda ao futuro. Legou-nos um substrato ainda vivo para a continuidade histórica dos estudos de desenvolvimento regional. (1980, p. 362).

A ligação da família Pompeu com o desenvolvimento da geografia cearense foi um dos pontos nevrálgicos dessa investigação. Existiu uma herança cultural peculiar. O gosto em conhecer os fenômenos da natureza e a busca em aplicar o saber em prol do desenvolvimento técnico e econômico do Ceará e no Nordeste em formação foi uma das principais contribuições referentes a essa família, de suas trajetórias intelectuais e profissionais.

Os sujeitos em relevo, com exceção do Senador Pompeu, foram presidentes do Instituto. Em ordem cronológica, apresentaremos elementos de suas trajetórias pessoais e intelectuais que os aproximam ao desenvolvimento da Geografia do Ceará.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil – filho do Senador Pompeu

Como sucessor do Senador Pompeu³³ na produção de conhecimento geográfico e da política no Ceará, o seu filho o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, nascido em Fortaleza, em 30 de junho de 1852. A trajetória de Thomaz Pompeu, o filho, foi relatada por vários estudiosos, dentre estes, Farias Brito e Barão de Studart. Este último, em seu dicionário Biobibliográfico Cearense e em artigos da Revista do Instituto do Ceará, descreveu elementos da vida do intelectual, a partir de dados recebidos da própria família, no tempo de seu falecimento.

Houve uma linha sucessória na família dos Thomaz Pompeu, em relação aos estudos e docência em geografia.

Foi advogado, professor no Liceu do Ceará, da Escola Normal sendo fundador desta última, e na primeira Escola Militar do Ceará, além de

³³ Sobre a atuação de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho do Senador Pompeu, teremos mais detalhes no próximo capítulo por julgar que a trajetória acadêmica e intelectual desse estudioso tê-lo levado com mais ênfase para a vida docente do caminho do magistério. Neste sentido, serão atribuídas as devidas ressalvas no próximo segmento da tese.

político como deputado da Assembleia Geral Legislativa (1878-1886). Além dessa funções,

Foi presidente da Academia Cearense e do Instituto do Ceará, sócio correspondente do Instituto Histórico da Bahia, da Sociedade de Agricultura do Rio de Janeiro, lente aposentado do Lyceu do Ceará e Escola Normal do Ceará, lente em disponibilidade da Escola Militar do Ceará, Director lente da Faculdade do Ceará, cujo Regulamento organisou em 1903. (1929,.p. 9).

Em sua formação obteve os primeiros estudos no colégio Ateneu Cearense, a partir de 1865, onde foi contemporâneo de Barão de Studart. Partiu para preparatório no Rio de Janeiro, onde lá conheceu outras importantes personalidades da vida intelectual brasileira, como Silvio Romero, Aarão Reis e Monteiro, segundo Studart (op. cit., p.5).

Formou-se no período de 1867-1872, pela Academia de Recife, na Faculdade de Direito e desde sua entrada, como era de costume, habituou-se a escrever. Advocacia e jornalismo era uma relação comum. Teve participação no Jornal *O Cearense*, publicação de seu pai, o Senador Pompeu. Ao retornar para Fortaleza, fundou, com outros, a associação literária *A Academia* e no ano seguinte, segundo Studart, fundou o Jornal maçônico *A Fraternidade*, que fez frente às intervenções da igreja católica, como pudemos ver, brevemente, no primeiro capítulo da tese, sobre a querela entre católicos e maçons. Essa contenda findara com processo de inserção das liberdades públicas, inclusive com o direito à associação. Por volta de 1873, juntamente com Nogueira Acioly, após o falecimento de seu pai, fundaram o Jornal *Gazeta do Norte*³⁴.

A convite do Instituto do Ceará assumiu cadeira como sócio efetivo em 1888, substituindo José Sombra, após seu falecimento em 1908, assumindo, posteriormente, a presidência do Instituto, no lugar de Paulino Nogueira. Manteve-se na instituição até seu falecimento, mas na presidência

³⁴ Merece registro o fato de que, na época em que viveu Thomaz Pompeu, o jornalismo elaborado era escrito a partir de intenções partidárias, no caso dele a do partido Liberal. Nesta perspectiva, Studart explicou que “em taes condições o jornalista precisava a cada passo alludir e demonstrar os actos de desprendimento, de patriotismo dos seus correligionarios, quando nos cargos governamentaes ou fora delles. A historia, a tradição nacional era quasi a condição primaria do jornalista; razão pela qual não se improvisavam jornalistas”. (STUDART, 1929b, p. 13).

permaneceu por nove anos, como referido anteriormente. Participou, ainda da Academia Cearense de Letras e outras instituições similares.

Apesar da profícua trajetória de Thomaz Pompeu, o que mais nos interessou para formação da história da geografia cearense, foi o fato deste intelectual ter sido o continuador direto do Senador Pompeu, com seu expressivo interesse pelo saber geográfico ao ponto de se candidatar para concurso como professor em cadeiras suplementares de Português, e de geografia e história, no Liceu do Ceará, além de ter produzido livros e reflexões nessa área, assim Studart relatou:

Em 1874 apresentou-se a concorrer às cadeiras de Portuguez e de Geographia e Historia do Lyceu e foi collocado em primeiro lugar, mas só em 1876, depois de novo concurso para a cadeira de Geographia, é que foi nomeado lente desse estabelecimento de ensino. (1929, p. 6).

Conforme dados escritos por Studart, Thomaz Pompeu só pudera assumir o cargo de professor após sair de função administrativa pública, pois o Partido Conservador e Assembléia Provincial suprimiram esse cargo. Adiante, Studart explicou o processo de seleção dos professores do Liceu do Ceará, aos fins do século XIX:

Em 1876, porém, por morte do cathedrático da cadeira de geografia, Dr. Felix José de Souza, novamente apresentou-se elle ao concurso da mesma, tendo por competidor o Dr. Herculano Salles, velho conservador, amigo da situação. O concurso, muito concorrido, deu ganho de causa ao Dr. Th. Pompeu, de modo tão brilhante e decisivo, que forçou o então presidente da província, desembargador Farias Lemos, integro e illustrado magistrado, a nomeal-o. Os concursos não se limitavam a provas escriptas e oraes, sem replicas. Cada candidato podia interrogar o seu competidor por espaço de 50 a 60 minutos. Foi nesta argüição que Th. Pompeu mostrou grande superioridade sobre o seu competidor, retirando-se do concurso sob palmas e vivas dos auditores. (STUDART, 1929b, p. 15-16).

Além da docência, a vida política o incentivou à produção de inúmeros relatórios, inclusive, relacionados a instrução pública. Foi nomeado, em 1889, Diretor da Instrução Pública do Ceará, apresentando em seguida,

extenso relatório da fiscalização do ensino primário, conforme dados de Studart (*idem, ibidem*).

Escreveu vasta obra, destacando-se livros e trabalhos relacionados com o conhecimento geográfico, referidos por Barão de Studart em seu dicionário bio-bibliográfico e revistas da RIC (op. c.t, p. 8-9):

- 1880 – *Regulamento da Instrução Pública* e fundação da Gazeta do Norte, órgão dos Liberais;
- 1885 – *Commercio e Industria no Ceará*;
- 1890 – *População do Ceará*, estudo apresentado ao Instituto do Ceará, como continuidade de estudos demográficos iniciados pelo Senador Pompeu;
- 1889 – *Discurso de Posse*, no Instituto do Ceará, RIC;
- 1889 – Nomeado *Diretor da Instrução Pública* e apresentou o relatório *Fiscalização do ensino primário*;
- 1892 – *Vantagens dos trabalhos de Irrigação no Ceará*;
- 1893 – *Rápida notícia do Ceará* – exposição em Chicago, EUA;
- 1894 – *Vantagens da irrigação por meio da barragem do boqueirão de Lavras*, (texto escrito em resposta a visita de engenheiro estrangeiro ao Ceará, traduzido para o Flamengo e o Inglês ao *South American Journal*);
- 1894 – *Licções de Geographia Geral*;
- 1896 – *Analyse dos Differentes Systemas de Esgotos*;
- 1896 – *Importancia da vida humana como fator de riqueza*, texto da Revista da Academia Cearense de Letras;
- 1896 – *Analyse dos differentes systemas de esgotos*, monografia apresentada na Academia Cearense;
- 1897 – *Os efeitos beneficos das medidas hygienicas e especialmente dos esgotos*. Revista da Academia Cearense;
- 1902 – *Irrigação no Ceará*, Revista da Academia Cearense. Sobre esse artigo, segundo Studart, L. Gallois fez referência à temática em artigo publicado nos *Annales de Geographie* de Vidal de La Blache;
- 1904 – *Memoria sobre a cultura da canna de assucar no Ceará*;

- 1905 – *Prolongamento da estrada de ferro*, apresentado ao Jornal República;
- 1909 – Livro “*O Ceará no começo do século XX*”;
- 1912 – *O Ensino Superior no Brasil e Relatório da Faculdade de Direito do Ceará* de 1911-1912;
- 1917 – *Memoria Historica* – 1914 e 1915; e *Methodo de ensino das Sciencias Juridico-sociais*, ambos apresentados a Faculdade de Direito;
- 1922 e 1923 – *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil* (livro produzido com a colaboração de Pompeu Sobrinho, em dois volumes de 1304 páginas, compendiou tudo que foi possível sobre os aspectos físicos, econômico e administrativo do Ceará até o ano de 1922)³⁵;
- Além de obras inéditas – “*História Política do Ceará (1789-1875)*” e “*História da Instrução Publica do Ceará*” e um “*Diccionario de Pensamentos*”. E relatórios de fiscalização da administração pública.

No meio de tantas reflexões, carece lembrar que naquele contexto havia uma relação muito próxima entre a produção jornalística e a filiação político-partidária, conforme já explicitado pelas palavras de Studart. Assim, os intelectuais utilizavam a imprensa como instrumento de denúncia social e fiscalização da administração pública, como bem expressou Thomaz Pompeu, em seus vários relatórios.

Em decorrência de sua vida pública, engajamento político e por ter assumido a redação do Jornal “O Cearense”, Thomaz Pompeu buscou obter profundo conhecimento de história política de países como França e Inglaterra, além de compreender a história administrativa da província do Ceará.³⁶

“Em 1878, Th. Pompeu era o deputado mais moço da camara, indo desde logo ocupar um dos logares de secretario”, conforme Studart (1929b, p. 17). Eleito deputado da província do Ceará teve que utilizar seus conhecimentos geográficos com o intuito de desenvolver seus discursos para

³⁵ Dados obtidos do artigo de Francisco Alves de Andrade, de 1952, na Revista do Instituto do Ceará.

³⁶ Studart (*idem, ibidem*).

defesa de suprimir as deficiências provenientes da semi-aridez do ambiente sertanejo.

O conhecimento produzido sobre a geografia local não serviu de instrumento de persuasão no cenário político vivenciado por Thomaz Pompeu, pois a situação de miséria da província do Ceará permaneceu quase a mesma, sobretudo ao se reportar às áreas interioranas.

Pompeu, em parceria com seu irmão Antonio Pompeu e Nogueira Accioly, criaram a primeira fábrica de fiação e tecidos do norte do Brasil, que conforme Studart³⁷ foi resultado de profundos dissabores na vida política dos ilustres intelectuais.

Os seus correligionários de partido o impulsionaram a continuar e assumir o cargo da vice-presidência do Partido Liberal, assumindo a administração pública da província do Ceará, mas a interinidade presidencial durou menos de um mês, e como recompensa recebeu do então Ministro da Guerra, Candido de Oliveira³⁸, a nomeação de lente do curso superior da recém criada Escola Militar do Ceará. Cargo este que após a queda da monarquia e do governo provisório foi extinto o curso superior, ficando Pompeu a disponibilidade.

Narrou Studart, em seus artigos, que a mudança do regime monárquico para o republicano causou profunda estranheza em Pompeu. Não aceitara prontamente as mudanças ocorridas, e assim, em conseqüência de tecer duras críticas ao republicanismo, foi praticamente obrigado a viajar para Paris em 1890, encontrando lá outros emigrados políticos. Mas, quando de seu retorno ao Ceará, buscou retomar suas atividades docentes, mas outros

³⁷ (op. cit., p. 20).

³⁸ Interessante notar o registro feito por Studart ao relatar a assiduidade em que os intelectuais políticos da época compareciam às bibliotecas e livrarias: “Depois de 1878, quando se encerravam os trabalhos diários da Camara, Pompeu, Candido de Oliveira e as vezes Ruy Barbosa saíam juntos a percorre-las em busca de novidades litterarias. Em vez de ir para cafés ou flunar na rua do Ouvidor, Th. Pompeu dirigia-se às livrarias onde permanecia horas a fio. Este habito fe-lo assiduo frequentador de taes estabelecimentos, onde quer que se achasse. Assim em Paris, Londres, Berne e outras cidades, a sua primeira visita era a uma livraria. Em Paris, sobretudo, onde esteve por seis mezes, costumava dar um passeio matinal pelo caes da margem esquerda do Sena, sobre cujo parepeito por mais de um kilometro se estendiam as caixas dos vendedores de livros”. (1929b. p. 22).

eventos desagradáveis o relacionaram à Monarquia na Escola Militar que era reduto das ideias republicanas no Ceará:

Por amor à pátria escrupulisava perceber os vencimentos daquele cargo sem trabalhar. Requereu ao governo, na primeira vaga do curso preparatório da Escola, um lugar para prestar seus serviços. Floriano Peixoto atendeu-o prontamente designando-lhe a cadeira de geographia.

Os sentimentos monarchicos de Th. Pompeu collocaram-no por mais de uma vez em situação milindrosa, senão perigosa, no seio daquele Estabelecimento. (STUDART, 1929b, p. 23).

Conforme o relato de Studart, diversas foram as situações de má receptividade à Thomaz Pompeu pelos alunos e oficiais da Escola Militar³⁹, que sentiam profunda rejeição à monarquia e à herança lusitana. Essas posturas acarretaram em sua exoneração pelo ministro da Guerra, que mais tarde tirou-lhe os vencimentos como lente catedrático, atribuindo-lhe o de professor, ou seja, de acordo com o cargo assumido o salário também tinha alteração.

Apesar das trágicas mudanças na trajetória política e profissional de Thomaz Pompeu, em 1902, juntou-se ao Dr. Antonio Augusto de Vasconcelos e criaram a Faculdade de Direito com apoio político de Nogueira Acioly. Em 1903, fundaram a faculdade, tornando-se diretor, até 1912, quando de sua exoneração pelo presidente Fanco Rabello.

Como pudemos perceber, a trajetória intelectual de Thomaz Pompeu foi seguida pela dinâmica e contraditória vida política, pelo anseio ao conhecimento, pela docência da geografia, além das ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Ceará. No entanto, as intervenções imputadas pela

³⁹ Explicam os historiadores Del Priore e Venancio que a República Brasileira foi criada, sobretudo, pela animosidade que existia entre o Exército e os monarquistas. O partido republicano existira desde 1870. A Monarquia brasileira não dava condições para estruturação do exército, tornando-o uma instituição precária e fragilizada. Uma das principais razões era a escravidão. “O sistema escravista impunha pesadas limitações à formação de forças armadas modernas”. A primeira era que o exército dependeria do desarmamento total ou parcial da sociedade, e neste ponto estavam os fazendeiros coronéis e sua tropa de jagunços armados, vigiando, punindo e ordenando a escravidão brasileira. Do contrário, os coronéis ficariam a mercê da violência e rebeldia de seus cativos. Além do mais, a maioria dos homens livres estavam mobilizados nas funções de capitão do mato e feitores. Portanto, o modelo escravista de sociedade era um grande empecilho. Assim, davam-se as razões pelas quais o Exército tinha se tornado um dos principais críticos da monarquia e da sociedade que sustentava esse modelo. Oposição que se fortaleceu a partir da coesão interna entre os integrantes do próprio exército e do fortalecimento dos movimentos abolicionistas com o surgimento dos inúmeros clubes espalhados pelo Brasil, levantando a causa abolicionista. (2010, p. 197-198).

política com as decorrentes exonerações causaram-lhe mal estar, mas não foram capazes de findar sua atuação intelectual e docente nas instituições públicas de ensino.

Sua permanência no Instituto do Ceará manteve-se inabalável desde sua entrada. Lá recebeu apoio e segurança, apesar de conflitos ideológicos também existentes em meio a essa instituição científica. Contou Amaral (op.cit, p. 29) que Thomaz Pompeu, e os outros componentes do Instituto “representavam o espelho de uma elite local, educada nas faculdades de direito e medicina, sequaz na busca de um discurso ilustrado e influenciada pelas teorias européias científicas, positivistas e deterministas”.

Pensamento racionalista do positivismo seguiu as ideias de Pompeu em sua trajetória. Isto é comprovado pelo seu discurso de posse no Instituto do Ceará, em 12 de março de 1889. Esse discurso foi publicado na Revista do Instituto em 1929, em tomo especial:

Bem ou mal, é preciso que a mentalidade humana seja violenta ou ligeiramente suggestionada pelo desejo de saber ou de descobrir alguns dos antecedentes dos phenomenos, que continuam envolvidos em mysteriosa ignorancia. É só a duvida pode movel-a por ser o fanal miraculoso que guia, na noite sombria da intelligencia, os magos da sciencia; é ella, sem contestação, o mais benefico legado deixado ao ser pensante, e por meio do qual tem sido erguidos os mais sublimes momentos do saber. (BRASIL, 1929, p. 82).

Nestas palavras é que percebemos com nitidez o intento de Pompeu em aclarar as ideias de seus pares do Instituto do Ceará, ao discorrer sobre a importância da ciência, da dúvida e da razão, como meios para encontrar as respostas necessárias aos fenômenos que ainda estavam por ser esclarecidos.

No Instituto do Ceará existiam duas vertentes de pensamento, uma direcionada ao desenvolvimento da razão, outra preta de ideologias religiosas e conservadoras. E deste embate, o papel da análise crítica era posto em segundo plano. Foi desse contexto que Pompeu teceu seu verbo com intuito de provocar mudanças no percurso até então assumido pela maioria dos participantes neste cenáculo do saber.

Em sua trajetória biográfica, Pompeu sempre demonstrou profundo conhecimento do saber geográfico, destacando-se, inclusive, em sua vida escolar. A geografia, nessa temporalidade, era um saber que propunha o conhecimento das origens da Terra, inclusive aproximava-se das ciências exatas. A razão e o racionalismo do pensamento eram embasamentos constantes na produção desse saber no período analisado, com a busca da compreensão dos fenômenos da natureza. Posteriormente, é que a vertente da “geografia humana” teve seu desenvolvimento nas ideias de Pompeu expressas em artigos e livros.

Na mesma intenção, apesar de não se considerar republicano, por ter feito parte ativa e doutrinária com a monarquia brasileira, vivenciou a aclamação da república. Junto aos seus contemporâneos, buscou inserir no Ceará as regras e regulamentações que passaram a ser vigentes no país pelo lema: ordem e progresso, sem perder sua dedicação ao monarquismo, até sua morte.

A ordem, no sentido de disciplinar o povo, considerado pelas elites, indisciplinado e cheio de vícios. Para tanto, Pompeu buscou pensar estratégias para o desenvolvimento da educação. Elaborou relatórios e estudos, inclusive sobre o ensino primário e o ensino superior, ao ponto de fundar com outros, a Faculdade de Direito e a Escola Normal. Se a educação não era para todos, mas pelo menos deveria beneficiar a parcela ilustrada da sociedade cearense.

Já o progresso intentou com a inserção de uma mentalidade capital, com o desenvolvimento da industrialização. Como intelectual perspicaz teve em “mãos” conhecimentos e estudos elaborados tanto por ele mesmo, quanto por naturalistas que levantaram e enumeraram as riquezas do Ceará, além das obras desenvolvidas pelo seu pai – o Senador Pompeu. Como já analisamos foi um intelectual a frente de seu tempo, com visão pragmática e estratégica do espaço. Acumulou conhecimentos capazes de lhe render a continuidades das ações do Senador. Na missão de alavancar o Ceará no cenário regional tivemos a continuidade por Pompeu Sobrinho como veremos mais a frente.

Para Studart⁴⁰, com o falecimento de Thomas Pompeu, o Ceará perderia uma de suas figuras mais ilustres: “falleceu em Fortaleza a 6 de abril de 1929, esse notável Cearense, de extraordinária capacidade de trabalho, enriquecido de vasto saber, e cujo nome está ligado a múltiplas manifestações do progresso e desenvolvimento de sua terra”. (1929a, p. 9) Deixou quatro filhos: Drs. José Pompeu, Pompeu Filho, Cesar Rosas e a senhorita Alba Pompeu, além de vários netos e diversos sobrinhos, conforme notícias da imprensa da época.

Pela trajetória profissional desse intelectual, constatamos a existência da relação entre os saberes científico, acadêmico e docente. Era comum aos intelectuais perpassarem pelas várias instâncias do poder e do saber.

Guilherme Chambley Studart – O Barão de Studart

Nessa mesma missão, temos como sujeito fundamental dessa história *Guilherme Chambley Studart*, nascido⁴¹ em 5 de Janeiro de 1856 em Fortaleza. Filho primogênito de John William Studart, negociante e vice-consul Britânico no Ceará e de D. Leonisia de Castro Studart. Nasceu em um período considerado de muitas riquezas para o Ceará. Filho de família bem situada, economicamente, teve diversas oportunidades para o seu desenvolvimento intelectual, inclusive com acesso a viagens à Europa. Todo seu contexto favoreceu para que sua trajetória profissional tramitasse entre o saber e o poder.

⁴⁰ A morte de Pompeu foi um evento intensamente alardeado por todos os setores da sociedade cearense (academias, associações e instituições científicas), sobretudo pelos jornais da época, dentre eles: D’A Razão, Da Gazeta de Notícias, Do Jornal do Commercio, D’O Povo, Do Diário do Ceará, Do Correio do Ceará, Do Nordeste, Do Ceará, Do Imparcial.

⁴¹ O contexto socioeconômico da cidade de Fortaleza e do Ceará, no período de nascimento de Guilherme Studart, segundo Costa (2010, p.09) era: “o Barão de Studart nasceu em um dos momentos mais fecundos da economia cearense. Entre 1845 e 1877, a região viveu uma fase de bons “invernos” e de ampliação das exportações de algodão para a Europa. Aquele foi também um período rico para a cultura cearense. Para José Honório Rodrigues, a historiografia cearense nasceu entre a década de 1850 e a de 1860. Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, dedicado especialmente à geografia e aos estudos de população e os historiadores João Brígido dos Santos (1829-1921) e Pedro Thebérge (1811-1864) publicaram então suas principais obras”.

Trabalhou no Hospital da Caridade de Fortaleza. Desenvolveu diversos trabalhos filantrópicos. Essa atuação resultou no agraciado título de Barão cedido por “Leão XII, figura, decerto, sem maior, na cadeira de São Pedro, na qualidade de Vigário de Cristo, na conciliação entre o humano e o divino, que vem preocupado todos os Pontífices, que lhe hão sucedido através dos últimos tempos da Igreja [...]” (FACÓ, 1927, p. 199).

O título de Barão⁴² foi concedido a Guilherme Studart pela Santa Sé, em decorrência de sua ativa participação tanto na filantropia quanto na religião⁴³. Era católico convicto, levava sua fé e a defendia por onde fosse. Essa característica lhe rendeu muitas críticas daqueles que pregavam ser a ciência neutra e distante de preceitos religiosos, até mesmo o denominaram de “O Barão da Reza”. Pensamento que não era aceito pelo Barão. Alegava e defendia ser a fé ato incondicional para a humanidade. Aqui se trata da estreita ligação entre fé e razão, no desenvolvimento dos saberes entre o século XIX e XX.

Devida a tamanha distinção, tanto como pesquisador e estudioso, quanto cidadão cearense, os discursos sobre o Barão, encontrados nas revistas do Instituto, revelam a intrínseca ligação que tinha com a religiosidade, a exemplo de sua união à Conferência de São Vicente de Paulo, congregação responsável pela criação do primeiro curso superior de enfermagem no Ceará. Sobre ele escreveu o Pe. Dr. Misael Gomes, na condição de representante da Academia Cearense de Letras (1938, p. 28):

⁴² Eduardo Amaral, estudioso da vida e trajetória intelectual de Guilherme Studart, explicou que “na prática, esses títulos eram símbolos de *status* social. Os homens ricos do país cobiçavam esse préstimo que lhes garantiria uma certa proeminência na sociedade, como um ornamento, um destaque necessário para a vida de quem, por possuir alguma fortuna, desejava tornar-se um barão, um conde ou marquês. O governo brasileiro, na figura do imperador, utilizava essa prerrogativa de ceder títulos de nobreza como trunfo no jogo político nacional. Assim, cooptaria dentre os homens mais importantes do país a sua força política baseada no artifício do voto censitário (ou seja, voto atrelado à renda do eleitor). (2008, p.21).

⁴³ A despeito das titulações de nobreza, não eram distribuídas de forma aleatória, nem mesmo, tão somente, em decorrência de ações filantrópicas como ocorreu com o Barão de Studart que recebeu esta insígnia da Igreja Católica. Como vimos nas palavras de Amaral, as titulações eram concedidas, por meio do pagamento ou troca de favores, estratégia política que imperava no contexto socioeconômico do século XIX. E a província do Ceará não estava fora da conjuntura da época, a citar como exemplo o Barão de Aracati e tantos outros nomeados na época

[..] o Barão de Studart procurou seguir o Divino Mestre, que passou por toda vida a fazer o bem. Cinquenta anos a sacrificar-se, o coração diamante a inalterável, o corpo é que envelhece: exausto caiu sobre o montão de palmas e grinaldas que merece. Resolve abnegar a suprema direção das Conferências de São Vicente de Paulo no Ceará.

Com diversificada inserção na vida intelectual, participou de várias agremiações intelectuais, dentre as quais a Sociedade Cearense Libertadora, o Centro Abolicionista. Como sabemos, a principal instituição em que se envolveu, foi o Instituto do Ceará e na Academia Cearense de Letras, além do Centro Literário do Ceará.

Teve participação, ainda, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro IHGB, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - SGRJ, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, além de diversas instituições nacionais. Esteve presente, também, em instituições estrangeiras: a *British Medical Association*, a Sociedade de Geografia de Paris, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade de Geografia do *Havre*, Sociedade Bibliográfica da França, e Academia Nacional de História de Venezuela⁴⁴.

Num período em que não existia formação acadêmica institucional em Geografia e História, a vinculação com as sociedades científicas era a principal chancela para se auto-afirmar em cada profissão, assim como o exercício da escrita ou das práticas de pesquisa vinculadas a cada saber e ciência. Confirma-se essa assertiva em decorrência dos inúmeros documentos e certificados⁴⁵ que apontam a legitimidade da produção geográfica e bibliográfica do Barão. No entanto, cabe as ressalvas, pela intensa produção

⁴⁴ Mais informações sobre o Barão de Studart consultar o Dicionário Biográfico (3 Vol. 1910, 1913 e 1915) e o livro Geografia do Ceará produzido pelo próprio autor em 1924. Leitura sobre biografia de Barão Studart, disponível em <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/Menuverbetes.php?verbete=Bar%E3o+de+Studart>>, Acesso em: 28 de dezembro de 2010.

⁴⁵ Na coleção de documentos do Barão de Studart estão presentes, a exemplo do que foi descrito acima, cartas de agradecimento concedidas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em decorrência do seu trabalho de classificação das “cartas de Brasões de Armas”. Além das diversas correspondências estabelecidas pelo Barão de Studart entre o Instituto do Ceará e os outros institutos provinciais e estrangeiros, já citados, comprovando o câmbio estabelecido entre o Barão e instituições internacionais. (INSTITUTO..., 2011a).

feita pelo caminho da historiografia, sobretudo, do desempenho como arquivista e colecionador.

Deste fato, confirma-se a estreita ligação entre o Barão de Studart e a produção da geografia do Ceará, tanto como pesquisador, estudioso e, ainda, examinador de bancas de concursos, das disciplinas de Geografia e Cosmografia, segundo documento/ofício presente em sua coleção, enviado pelo então Delegado da Instrução Pública no Ceará, o senhor Pergentino de C., em 18 de setembro de 1878.

Fato este que se repetira em 1881, 1882, 1887, 1893, como examinador de seleção em Geografia e Inglês, na própria Delegacia da Instrução Pública, tanto em concursos para professores quanto em outras funções como guarda-mor, além de admissão de sócios para as sociedades de geografia e história de outras províncias do Brasil, como a SGRJ, e a Sociedade Geografia de Lisboa, em Portugal. Seleções que exigiam conhecimentos nas áreas dominadas pelo Barão: geografia, História e Inglês. (INSTITUTO..., 2011a; 2011b). Pelo domínio que tinha em inglês o Barão chegou a ministrar aulas dessa língua em algumas instituições de ensino em Fortaleza.

Apesar de sua atuação intelectual diversificada foi no Instituto do Ceará que dedicou maior atenção e horas de trabalho. Foi eleito Primeiro Presidente Perpétuo do Instituto em 1929, permanecendo até 1938, ano de seu falecimento em 25 de setembro, evento de grande tristeza para todos os seus seguidores e admiradores.

Percebemos que o Barão de Studart sempre esteve ligado a instituições voltadas à produção de conhecimento científico da geografia e história, dentre outros temas. Contudo, o pensamento do Barão foi se revelando em pesquisas que tentavam retratar a identidade cearense, tendo o cuidado de organizá-las em fases, assim constatou Eduardo Amaral, explicando que:

Em primeiro lugar, há a aventura mágica da fundação do Ceará sob os auspícios do capitão Martim Soares Moreno, que floreada com a narrativa de José de Alencar em *Iracema* nos dá o mito de fundação: a fusão de duas raças, o português e o índio. (Studart, 1903) Após, a formação da religiosidade católica, logo de início marcada pelo signo da

tragédia: o trabalho missionário dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto, este último devorado por índios antropófagos. Há as revoluções de 1817 e 1824, lugares da afirmação do caráter do cearense, aquele que se insurge contras as injustiças do mundo. E o círculo se fecha com a abolição da escravatura no Ceará – ponto mais alto da aventura cearense na história da civilização. Contornando tudo isso, temos a natureza e suas intempéries, como a seca, que formarão seu caráter e darão ao cearense a dignidade de quem sabe como é sobreviver num meio agreste, privado de todos os confortos. (2002, p. 41-42).

Face ao que foi exposto na análise de Amaral, chamamos atenção para a importância que Studart atribuía aos estudos da natureza do Ceará, com destaque para compreensão dos efeitos da seca, que para o estudioso oferecia elementos distintivos na formação do povo cearense, conforme vimos anteriormente, na apresentação de algumas crônicas da RIC, além da distinção das características do próprio território do Ceará. Essa concepção de pensamento produzida por Barão de Studart foi explicado por Amaral como um movimento histórico ascendente, resultado das filosofias da história em voga na época, com forte influência do positivismo.

Com um currículo invejável, por sua capacidade, disciplina e inteligência foi capaz de produzir inúmeras obras. Eusébio de Sousa enumera mais de uma centena de trabalhos. Facó (1967) destaca sua obra de cronologia de datas e fatos sobre o Ceará, e mais, recente Costa (2010, p. 10) ao prefaciar o livro “Geografia do Ceará” de Barão de Studart, relatou que:

Quando morreu, em 1938, o Barão de Studart deixou para a posteridade uma vasta obra, com inúmeros livros e artigos, além de notas, efemérides, documentos inéditos, publicados nas revistas do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, fontes indispensáveis a todo pesquisador da história e geografia regional.

Costa, talvez por sua formação em Geografia, ao analisar as obras do Barão de Studart, fez outros destaques fundamentais para explicar sua importância para a sistematização do saber geográfico e histórico do Ceará, destacando as seguintes obras:

“Climatologia, Endemias do Ceará” (1909), influenciado pelo discurso médico higienista europeu, dominante no século XIX,

pode ser considerado um dos primeiros estudos da Geografia Médica do Ceará. Destacam-se também os três volumes do “Dicionário biobibliográfico cearense” (1910-1915), com resumida biografia de personagens da história do Ceará; “Para a História do jornalismo cearense” (1924), base para a história da imprensa; “Notas para a História do Ceará do século XVIII” (1892), e “Datas e fatos para a História do Ceará” (1896), colhidas em pesquisas em arquivos e bibliotecas nacionais e européias; e a “Geografia do Ceará” (1924) que agora ganha nova edição. (2010, p. 10).

Para o entendimento dos estudos iniciais sobre a *Geografia do Ceará*, ressaltamos a obra de Studart, com o mesmo nome, publicada, primeiramente, em 1920. Essa obra foi uma solicitação feita pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para compor um livro que seria editado em comemoração ao 1º Centenário da Independência do Brasil. Em 1924, foi reeditado pela Revista do Instituto do Ceará – RIC e, mais recente, uma nova edição em 2010, em homenagem ao Barão de Studart.

Apresenta-se no livro as tendências metodológicas da Geografia da época⁴⁶, guiadas pelas escolas de pensamento de então, certamente, o Barão de Studart tinha conhecimento das leituras em voga, em decorrência do câmbio que mantinha com diversas instituições e sociedades científicas, com estaque para as de Portugal e de Paris.

Para escrever sobre a geografia cearense Barão de Studart utilizou-se de vasta pesquisa documental, descrita em seu livro, além das descrições de viajantes, botânicos e naturalistas, dentre estes últimos alguns foram relatados no texto anterior, como João da Silva Feijó, George Gardner, Francisco Freire Alemão, Adolpho Ducke, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, José Guimarães Ducke dentre outros, figuras importantes na análise da paisagem física do espaço cearense, bem como sua riqueza de fauna, flora e recursos minerais, assim como já observado pela descrição dos principais naturalistas que passaram pelo Ceará.

⁴⁶ Costa explicou que no livro “a Geografia do Ceará” o Barão de Studart seguiu “o roteiro dos estudos monográficos de Geografia Regional da tradição francesa firmada por Vidal de La Blache (1845-1918). Pela metodologia firmada por essa tradição, que conjuga elementos físicos e humanos, procede-se inicialmente à descrição da paisagem, com seus aspectos físicos (relevo, o clima, a vegetação) e em seguida, apresentam-se: a história, as características demográficas e as atividades econômicas. (op. cit., p.11).

Observemos que o Barão Studart foi uma prova da importância dos estudos elaborados pelos naturalistas e da Comissão Científica, ao se utilizar de dados para elaboração de seu livro “Geografia do Ceará”. Neste sentido, constatamos a acumulação do conhecimento e suas novas feitura.

Anote-se, ademais, outro ponto interessante dessa célebre obra do Barão de Studart foi ter feito referência à instrução pública, relatando uma descrição geral do setor educacional na época. Relatou fatos sobre a imprensa local, do mundo das ciências e das letras, enfim o universo social e econômico que permeava o Ceará no período de análise do livro.

Face ao que foi exposto, compreendemos a relevância da atuação acadêmica e científica do Barão de Studart, bem como sua importância para a sistematização do saber geográfico cearense que se deu com sua presença na fundação do Instituto do Ceará e de seus inúmeros e diversificados registros documentados na Revista do Instituto.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho – O pesquisador do Semi-árido

Com a morte do Barão de Studart em 1938, o cargo de presidência do Instituto do Ceará foi ocupado por outra figura ilustre, entre os estudiosos da época; da mesma família dos Pompeus, o engenheiro, ligado às ciências naturais, *Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho (1880-1967)*⁴⁷. Inaugurou uma nova fase na ampliação do conhecimento científico no Instituto do Ceará⁴⁸, que perdurou até meados do século XX, período de seu falecimento em 9 de novembro de 1967.

⁴⁷ Na realidade, intelectual erudito, mas engenheiro atuante, geógrafo, antropólogo, historiador, Pompeu Sobrinho tornou-se obstinado participante dos problemas do Nordeste em que se integrou desde a juventude. Experienciando o saber contemporâneo, pode ser considerado na divisa deste século como um marco de motivações e esperanças retratou Andrade (1980, p.352).

⁴⁸ Segundo Henrique Gonzalez (1970, p. 173) “Pompeu Sobrinho, como continuador da obra benemérita do Barão de Studart, procurou as raízes do Ceará para mostrar de onde veio esse povo extraordinário, realizador, fecundo, que nunca desanimou diante dos mais tristes flagelos, que é modelo de atividade e progresso, não obstante a luta contra o infortúnio”.

Pompeu Sobrinho era filho de Antônio Pompeu de Sousa Brasil, portanto, neto do Senador Pompeu e sobrinho de T. Pompeu de Sousa Brasil. Não foi ligado às ciências jurídicas como seu avô e tio, seguiu um percurso profissional distinto. Formou-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais. Da terceira geração dos Pompeu ele foi o continuador das pesquisas e produção bibliográfica relacionada à Geografia do Ceará.

Contou Andrade (1980) que Pompeu Sobrinho aos 22 anos, ao retornar da faculdade para o Ceará, ingressou na Administração Pública como Engenheiro ajudante da Comissão do Açude de Quixadá. Com sua entrada no serviço público foi rapidamente promovido até assumir o cargo de Engenheiro-chefe do 1º Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contrás as Secas - IFOCS⁴⁹, posteriormente tornou-se o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Além de engenheiro foi considerado geógrafo⁵⁰, naturalista, historiador e antropólogo. Em sua participação no Instituto do Ceará, desenvolveu diversas pesquisas relacionadas a variados temas regionais e locais, dentre estes sobre as raízes indígenas dos povos cearenses. No entanto, apesar de ser um historiador da antropologia cearense, foi um dos principais estudiosos da natureza sertaneja, investigando e caracterizando a complexidade fisiográfica do relevo.

Nesta perspectiva, chamou atenção Andrade (1980) para os estudos elaborados por pesquisadores brasileiros, a exemplos daqueles desenvolvidos no IFOCS, que tinham uma preocupação mais enfática em compreender os

⁴⁹ A relação de parentesco e as influências políticas da família Pompeu acabaram colaborando para a facilitação do início do desenvolvimento de sua trajetória profissional, com as devidas ressalvas referentes a inteligência e compromisso profissional concernentes a este intelectual em sua entrada no antigo IFOCS. Esta instituição foi criada pelo Decreto 7619, de 21 de outubro de 1909, no período do Ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, que segundo Andrade (op. cit, p. 362) era ligado por afinidades de parentesco às famílias Pompeu-Acióli.

⁵⁰ Segundo Andrade (1980, p. 304), a relação de Pompeu Sobrinho com a Geografia era evidente e ressaltava-se, pois tentava ele compreender os problemas físicos e sociais que ocorriam no Nordeste. Diante dessa preocupação, disse o pesquisador: “Cuido ser de maior realce no pedestal de sua glória, ressaltar-se seu legítimo valor como Geógrafo ativo, atualizado e telúrico, somente preocupado com a problemática do Nordeste, e a valorização do Nordestino”.

problemas da região. Diferentemente de estudos elaborados por empresas estrangeiras que, simplesmente, esvaziavam os cofres públicos sem deixar respostas plausíveis para as dificuldades do sertanejo⁵¹.

Este fato foi interessante por demonstrar que os brasileiros tinham preocupação pelo desenvolvimento do país, que o planejamento pensado não era apenas objetivando servir ao capital estrangeiro. Pelo IFOCS passaram vários estudiosos e cientistas, inclusive os que deixaram ideias baseadas em teorias da geografia clássica, respaldadas pelos estudos ratzelianos e lablachianos. A missão era deixar seguidores no Brasil.

Neste sentido, Pompeu Sobrinho animado em desenvolver suas pesquisas lançou-se pelo sertão, seguindo uma orientação histórico-geográfica, no intuito de encontrar soluções técnicas para o ambiente seco do sertão, estimulando a economia rural nordestina.

Com seu comprometimento, tornou-se um dos principais pesquisadores das secas do Nordeste brasileiro e fez do IFOCS seu principal laboratório de pesquisa⁵², estudando e levantando dados sobre o polígono das secas, mapeando os recursos hídricos e potencialidades econômicas do sertão.

Com a entrada de Pompeu Sobrinho no IFOCS, teve início uma nova fase de estudos científicos direcionados à compreensão científica do fenômeno das secas, em suas causas e consequências, objetivando ao desenvolvimento do Nordeste, em especial, do Ceará.

Foram realizadas diversas obras e intervenções direcionadas à açudagem e irrigação da terra cearense. A exemplo dessa realidade, temos os diversos registros nos artigos produzidos pelo pesquisador, visualizados na Revista do Instituto do Ceará. Para alcançar melhores respostas os pesquisadores realizaram estudos e levantamentos das condições de solo, relevo, estudos geológicos, hidrológicos, botânicos, que segundo Andrade (op. cit, p.363), foram dados que serviram para elaborar os primeiros esboços cartográficos e base do mapeamento do estado do Ceará.

⁵¹ Andrade (idem, ibidem).

⁵² Andrade (op. cit, p. 363).

Pompeu Sobrinho desenvolveu uma tríade de temas de pesquisa entre a Geografia-História-Antropologia⁵³. Estes três saberes foram bem articulados na busca pela compreensão do papel do Nordeste no meio em que vivia. Pelo que constatamos até o momento, podemos considerar que Pompeu Sobrinho foi um dos intelectuais que demonstrou com mais clareza a conjugação e interseção entre as três ciências, em destaque, o fez com maestria.

Sabia o estudioso do Nordeste que para encontrar as raízes dos problemas dessa região de tantas carências, devia compreender a existência do binômio Homem-Terra⁵⁴, assim poderia ele encontrar soluções viáveis e possíveis de adequar as características da natureza semi-árida⁵⁵ à vida do sertanejo cearense, a propósito de sua atuação no IFOCS.

Para além da intenção de compreender as origens dos problemas sociais e ambientais, a gestão pública ocupou a atenção de Pompeu Sobrinho quando participou do IFOCS (posteriormente DNOCS) através de seus intelectuais tinha por prioridade a elaboração de estudos científicos que intervissem nos problemas que dificultavam o crescimento econômico do Brasil, dentre estes os problemas causadores da semi-aridez nordestina (secas).

Os limites criados entre as ciências investigadas pelo intelectual em relevo sempre foram tênues e de difícil distinção. Sobre isso, realizamos alguns

⁵³ Sobre a interdisciplinaridade da ciência geográfica, ressaltamos o que explicou Manuel Correia de Andrade, “no caso da Geografia, a situação é mais grave; estudando as relações entre a sociedade e a natureza, ela tem áreas em comum com os dois grandes grupos científicos, e se o espaço é produzido o reproduzido pela sociedade, a Geografia tem grande aproximação com as mais diversas ciências sociais; se analisa a intervenção desta sociedade na natureza, tem naturalmente a necessidade de manter contatos com muitas ciências ditas naturais.” (2006, p. 23).

⁵⁴ Parsifal Barroso (1980, p 304).

⁵⁵ Nesta mesma perspectiva temos o que revelou Andrade sobre a configuração do Ceará em meio à problemática das secas do Nordeste. “O Ceará, como centro geográfico das secas, que marcaram as preocupações com os estudos tendentes a dar solução ao desafio das contingências físicas do meio-ambiente, parece concentrar maiores fontes do despertar para a política objetiva centrada numa visão sistêmica, no tempo e no espaço, da realidade regional”. (1980, p. 358).

destaques da obra bibliográfica produzida pelo pesquisador, como documentos que demonstram sua colaboração intelectual ao formar a Geografia do Ceará.

No âmbito científico e técnico, colaborou no registro e na cartografia do território, sobretudo, a partir da localização dos povos indígenas e mapeamento dos recursos naturais do Ceará⁵⁶. Dentre os principais artigos de caráter antropológicos ou similares publicados na Revista do Instituto e outros meios, destacamos, em ordem cronológica, os seguintes artigos:

- 1919 - Etymologia de algumas palavras indígenas;
- 1928 - Contribuição para o Estudo das afinidades do Kariri;
- 1934 - Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herkman;
- 1939 - Tapuias do Nordeste;
- 1940 - Dois Topônimos cearenses;
- 1947 - Sistema de parentesco dos índios Cariris;
- 1955 - Pré-história cearense;
- 1955 - As migrações paleolíticas e as inscrições rupestres da América.

Elaborou estudos direcionados ao desenvolvimento social e econômico do homem sertanejo, desde suas origens, a partir dos estudos antropológicos sobre as raízes indígenas da população cearense.

A curiosidade em investigar as origens dos povos do Nordeste e sua profícua produção bibliográfica permitiu e incentivou Pompeu Sobrinho a ser um dos fundadores do Instituto de Antropologia do Ceará. Por sua vez, os estudos direcionados a compreensão da natureza sertaneja o fez um dos principais professores do curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará. Isso comprova, mais uma vez, a relação que existia entre as atividades técnicas, de pesquisa e docência desenvolvidas pelos intelectuais em análise.

Ressaltamos a seguir, dentre os inúmeros artigos da RIC, alguns que demonstram a visão integradora, com a qual o estudioso elaborou seu pensamento para compreender a formação histórico-geográfica e antropológica

⁵⁶ A relação completa das obras de Thomaz Pompeu Sobrinho encontra-se em artigo produzido por Maria Conceição Souza, publicado na Revista do Instituto do Ceará, em 1980, intitulado: "Bibliografia de Thomaz Pompeu Sobrinho".

da região Nordeste. Daí por que a relação estabelecida entre os estudos produzidos no Instituto do Ceará com a formação de uma geografia regional.

Vejamos a seguir:

- 1937 - Povoamento do Nordeste Brasileiro; O Homem do Nordeste;
- 1938 - O Nordeste e as suas feições geográficas;
- 1912 - Açude "Quixeramobim";
- 1927 - A Capacidade irrigatória do Açude Orós
- 1930 - Retrato do Brasil (Pequenos retoques ao livro de Paulo Prado);
- 1933 - O fator moral na construção dos grandes açudes e as grandes barragens cearenses;
- 1953 - História das secas: século XX;
- 1958 - Orientação Científica na Luta Contra as Secas (1).

O conhecimento geográfico e a cartografia produzidas por Pompeu Sobrinho eram meios para materialização espacial de suas pesquisas, centradas na figura do homem⁵⁷, seja o negro, indígena ou o sertanejo. A exemplo, temos em seu texto intitulado "O Homem do Nordeste", publicado na RIC em 1937, Pompeu Sobrinho fez uma análise geohistórica e etnográfica, da divisão e distribuição espacial do povo nordestino. Podemos constatar sua análise telúrica pelo fragmento do artigo em destaque:

Assim, podemos, distinguir, no período colonial, três áreas etnografias no Nordeste do Brasil: a dos vaqueiros, dominada pela caatinga; a dos engenhos, dominando o litoral e os vales húmidos da costa ao ocidente da serra do Mar, e a dos pescadores, dominando as praias baixas, arenosas e bordadas de dunas. Na primeira, predomina o tapuia, com a exclusão quasi absoluta do negro; na segunda predomina o negro, mas também avultam os elementos branco e tupi; na terceira, é ainda o elemento indígena que faz a maioria, sendo os outros elementos em proporções sensivelmente iguais entre si – o branco e o negro. (1937, p. 322-323).

⁵⁷ Em confirmação ao que se tratou sobre a preocupação de Pompeu Sobrinho com os estudos do homem do Nordeste, constatamos essas ideias por intermédio de Parsifal Barroso, ao desenvolver relatos sobre as obras de Pompeu Sobrinho. Explicou que "sua geografia como complementação de sua Antropologia, são centradas no Homem postas a seu serviço, tantas vezes se debruçasse ele sobre os fenômenos físicos biológicos e humanos, em busca das causas de sua distribuição espacial e do seu interrelacionamento sócio-espacial". (op cit., p. 304).

Mais à frente do texto, o intelectual afirmou que apesar de existir uma relação clara, entre as raças e os ambientes, desde o período colonial já havia “pequenas perturbações” registradas, “quebrando o ritmo étnico dentro dessas áreas, sem, contudo modificarem o caráter geral de cada um”. Portanto, mesmo com as “perturbações” o quadro geral se mantinha.

O estudioso comprovou essa afirmação, explicando o importante papel da produção e das atividades econômicas na distribuição populacional do homem nordestino. A produção econômica⁵⁸ era vista pelo pesquisador como agente de modificação das estruturas de distribuição sócio-espacial.

Interessante notar, nesse artigo, que o pesquisador buscava, não somente descrever suas observações de campo. Apesar do que demonstrou no fragmento do texto ao analisar uma relação direta entre raças / etnias e ambientes naturais. O elemento natural era visto por Pompeu Sobrinho como preponderante na distribuição das populações no território, como ele próprio declarou:

As forças orientadoras do meio físico sobre o homem e a sociedade ainda preponderam, imprimindo caracteristicamente a sua marcha indelevel no facies social e histórico, criando conseqüentemente diferenciações flagrantes, armando dissimetrias ricas de elementos, donde resulta a multiplicação de fenômenos de toda a espécie na ordem cultural, social e histórica. (1937, p. 324-325).

Partimos do fato de que a análise da natureza era vista como instrumento fundamental para compreensão da própria sociedade. Características próprias do pensamento clássico, da geografia da época, até meados do século XX, quando os estudos regionais tinham respaldo e visibilidade governamental.

⁵⁸ Neste sentido, lembramos a existência dos levantamentos dos recursos naturais do Ceará e do Nordeste, elaborados pelos naturalistas, que apontavam a localização espacial de onde se situavam os potenciais econômicos da natureza do território cearense. De posse dessas informações, os intelectuais tinham em “mãos” subsídios que facilitariam o entendimento do quadro geral da formação sócio-territorial nordestina.

A Geografia Regional, também foi denominada de Geografia Aplicada e/ou Geografia Ativa. Assim, a geografia aplicada “filha de uma conjuntura de divisão técnica do trabalho, a especialização setorial profissionaliza o geógrafo, mas o desintegra, guetiza e divide”. (MOREIRA, 2009, p. 43).

Explicam os historiadores da geografia que essa fase do conhecimento geográfico aconteceu, com mais ênfase, após a segunda guerra mundial, pós 1945. Nesse período, os países estavam preocupados em se reorganizarem e utilizaram a geografia, a história e outras ciências como instrumentos capazes de direcionar e projetar o crescimento econômico.

No Brasil, a busca pelos benefícios do planejamento regional não foi diferente, haja vista, o país sempre estivera inserido no contexto global. A Geografia passou a ser utilizada como instrumento de veiculação técnica entre o planejamento e as ações políticas no Nordeste que se formava.

Explicou Manuel Correia de Andrade que muitos geógrafos apresentavam-se como os legítimos estudiosos por apontar análises em que havia preocupação tanto com os aspectos naturais quanto sociais, a exemplo do que foi produzido por Pompeu Sobrinho. Afirmou ainda que “sem se aperceberem que nesses estudos havia muito mais uma justaposição do físico ao humano do que a necessária integração” (2006, p.101).

Diversos artigos de Pompeu Sobrinho, encontrados na Revista do Instituto do Ceará, demonstram peculiaridades próprias dessa geografia do início do século XX. Se compararmos com artigos elaborados anterior ao pesquisador, os de Pompeu Sobrinho tinham objetivos mais científicos do que literários.

O conhecimento produzido por Pompeu Sobrinho era embasado em informações coletadas em campo, estatísticas, produção de mapas temáticos, direcionadas ao desenvolvimento regional, seguindo os caminhos trilhados desde as obras do Senador Pompeu. No contexto mais contemporâneo, a geografia passou a ser um saber respaldado pela política nacional de crescimento econômico e pelo IFOCS.

A produção científica de Pompeu Sobrinho se estendeu a meados do século XX. A missão de criar a história nacional e local que alguns

estudiosos do Instituto do Ceará tinham por tarefa principal, a exemplo do que foi produzido por Barão de Studart e seus seguidores, já não foi mais a principal investidora desse pesquisador.

Em sua época de produção bibliográfica, tanto o contexto nacional⁵⁹ quanto o regional já havia mudado. Novas articulações políticas centralizavam os intelectuais na produção de um país, potencialmente, econômico. Sobretudo, aqueles intelectuais participantes de instituições governamentais, como o IFOCS, e posteriormente DNOCS, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, dentre os órgãos responsáveis pelo planejamento econômico do Nordeste e do Ceará.

Além dos estudos referentes às secas e à etnografia, Pompeu Sobrinho desenvolveu inúmeras pesquisas de caráter histórico. Muito do que foi escrito por ele refere-se ao que foi produzido em sua participação no Instituto do Ceará e em seu engajamento na Universidade Federal do Ceará.

Como exemplo de estudos históricos, citamos as monografias publicadas na RIC, como a “Proto-história cearense”, em 1944, que trata das tentativas de colonização do Ceará pelos espanhóis anterior a chegada dos portugueses.

Para sustentar sua tese histórica, Pompeu Sobrinho utilizou-se da geografia e da cartografia⁶⁰, demonstrando os marcos de fixação dos espanhóis no descobrimento das costas cearenses e do Nordeste. Trouxe à tona, temas importantes e de interesse à história nacional⁶¹. A seguir outros assuntos e temas analisados por Pompeu Sobrinho publicados na RIC e em outros meios da imprensa:

- 1922 - Esboço fisiográfico do Ceará;

⁵⁹ O período que se estendeu de 1898 a 1930 correspondeu a organização da República Velha. Nela instaurada a política dos governadores, que buscavam se inserir na primeira fase da industrialização no Brasil. Em relação ao Nordeste tivemos a existência do coronelismo, a formação dos exércitos particulares de jagunços, em contraposição à formação do cangaço, segundo Del Priore e Venancio (2010, p. 243).

⁶⁰ Parsifal Barroso (op. cit, p. 303).

⁶¹ Andrade (1980).

- 1932 - Parenteses Geográfico;
- 1940 - “Alguns aspectos da geografia humana cearense”;
- 1941 - Estrutura geológica do Ceará;
- 1943 - Os dois primeiros capítulos da proto-história cearense;
- 1944 - Proto-história cearense;
- 1946 - Vicissitudes da Costa Cearense;
- 1948 - O mapa de Pero Coelho;
- 1956 – Proto-história cearense.

Os estudos realizados por Pompeu Sobrinho foram além da descrição do território e de seu mapeamento cartográfico. O estudioso preocupou-se em compreender o papel científico das ciências que desenvolvia em suas pesquisas. Na geografia, temos o exemplo do texto “Parentese Geográfico”, de 1932, publicado na RIC e pela “Tipographia Progresso”.

Em quase todos os textos, apresenta interesse pelo desenvolvimento da Geografia cearense, sobretudo, aqueles que tratam de compreender a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza.

Pompeu Sobrinho foi ativo participante em eventos e Congressos de Geografia pelo Brasil, assim como ocorreu com alguns outros intelectuais, a exemplo do Barão de Studart. Em sua época, a participação nos eventos científicos estava atrelada à publicação de obras completas a exemplo do que já nos referimos em Anais de eventos⁶². Neste caso, lembramos da monografia produzida para ser apresentada no 5º Congresso Nacional de Geografia, em 1916, que se realizou em Salvador-BA, na RIC, conforme registra Andrade (1980), foi publicada em 1922.

Em 1962, na RIC, o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Martins Filho publicou a 3ª edição do livro “Esboço Fisiográfico do Ceará”, pela imprensa universitária, considerado uma obra indispensável, inclusive referente ao ensino da Geografia do Ceará. Nesta obra Pompeu Sobrinho elaborou um panorama geral do quadro físico do Ceará, assim nos diz Andrade:

⁶² Para mais detalhes sobre a participação de Pompeu Sobrinho em eventos e a lista das obras bibliográficas produzidas por esse intelectual ler artigo de Maria Conceição Souza, RIC, 1980.

Experienciando a atualidade dos conhecimentos geográficos no território cearense, o autor, tendo percorrido passo a passo sua terra, dá a conhecer o clima, a hidrografia os rios, o relevo do solo e seus detalhes, o esboço geológico, as rochas e finalmente a vida através da fauna e da flora que ele conhecia, não apenas teórica, mas prática e palpavelmente como um deslumbramento da natureza viva do Ceará. (1980, p.363).

O conhecimento da natureza física cearense, abordados por Pompeu Sobrinho, resultou da descrição e análise de dados adquiridos pela pesquisa ao longo de sua trajetória no antigo IFOCS. Materializou as informações com o uso da cartografia, mapeando cada elemento fisiográfico analisado.

Interessa destacar que Pompeu Sobrinho utilizava-se da cartografia e do mapeamento como instrumentos que davam a tônica científica de suas discussões, inclusive por sua formação acadêmica em engenharia. Aliava o conhecimento histórico ao geográfico, inclusive ao analisar cartografias antigas como a quinhentista, valorizando o caráter técnico e documentarista desses registros, a exemplo do artigo publicado na RIC em 1948, intitulado “O mapa de Pero Coelho”.

Merece registro, também, o fato de que Pompeu Sobrinho foi considerado por Parsifal Barroso⁶³, como um dos pioneiros, no Brasil, a desenvolver uma Geografia Nova, Moderna, Dinâmica e Ativa. Confirmou essa afirmação ao apresentar em seu artigo, elementos do último ensaio produzido por Sobrinho, que versava sobre a Hidrografia Cearense, pesquisa que elaborou uma análise sobre as perspectivas de evolução cultural do meio físico.

Assim como Barroso, constatamos que Pompeu Sobrinho, ao desenvolver ao longo de sua vida a geografia do Ceará, tornou-se um intelectual humanista e telúrico, ao ter por preocupação principal compreender a relação homem-natureza.

Apesar das limitações da pesquisa de tese em não apresentar com minúcias cada artigo produzido por Pompeu Sobrinho, percebemos a

⁶³ (*idem, ibidem*).

similaridade de seus escritos com as explicações de Andrade (2006) e Moreira (2009; 2010) acerca da geografia regional originada nos estudos da linha francesa de geografia.

Muitos sujeitos poderiam ser destacados nesses relatos, porém, impossível seria abordar o todo. A escolha pelas figuras acima destacadas, ocorreu a partir do encontro com as fontes bibliográficas e documentais. Finalizamos esses breves relatos biográficos, cujo objetivo foi ressaltar o que se produziu para a formação da geografia local e regional, tanto para o conhecimento científico como o direcionado ao saber escolar.

Em síntese, temos com o Senador Pompeu a produção de uma geografia baseada em preceitos clássicos e tradicionais, com saber descritivo, com expressas ideologias e intenções políticas. Em relação aos escritos da geografia escolar veremos no capítulo a seguir.

Na mesma linha tivemos os escritos do filho do Senador, que apresentou um conhecimento sistematizado com objetivos de aplicação a propósitos políticos ou educacionais. Mais ainda não deixava de ser a descrição e explicação da paisagem, cuja temática das secas continuou como um dos principais objetos de investigação.

Com o Barão de Studart, contemporâneo de Thomaz Pompeu, a geografia foi criada como saber que respaldava o conhecimento histórico, confirmando-se pelos inúmeros documentos coletados pelo pesquisador.

Pompeu Sobrinho recebeu as influências, conhecimento acumulado, produzido por seus antecessores, mas desenvolveu uma geografia mais científica com caráter social, com dados e informações obtidas em trabalho de campo, estatísticas, aprimorando a geografia regional aplicada à compreensão da formação do Nordeste e do Ceará.

Do breve esforço descritivo dos principais artigos produzidos pelos estudiosos do Instituto do Ceará e os analisados por pesquisadores cearenses, confirmamos a hipótese das contribuições produzidas em âmbito local para formação da identidade territorial do Ceará.

As informações retratadas foram base para a formação do saber geográfico sistematizado, no período que compreendeu os fins do século XIX, e mais recente, a meados do século XX.

De fato, houve no Ceará uma tendência a manifestações pioneiras⁶⁴ no desenvolvimento da ciência geográfica, conforme apontam os intelectuais locais. Como comprovação temos o que abordou Thomaz Pompeu Sobrinho, ao relatar a importância dos escritos produzidos durante a vida docente de Thomaz Pompeu, o filho do Senador, sobre o conhecimento geográfico, no artigo, intitulado: “As Licções de Geographia Geral e a evolução do ensino geographico no Brasil”:

Resumindo, temos que do Ceará partiu a racionalização do ensino geographico no Brasil. O pioneiro desse movimento, que accende degrau a degrau a escada da nossa cultura intellectual, foi o ex-presidente do “Instituto”, autor das “Licções de Geographia Geral”, trabalho que, ainda hoje, constitue precioso repertorio de proveitosas consultas e pode servir de excellente modelo a quem, por ventura queira escrever um curso de geographia moderna”. (1929, p.79)

Cabe a ressalva, que enquanto a geografia como saber científico se atrelou às instituições científicas e acadêmicas, a geografia como saber escolar foi se adequando ao cotidiano das sociedades que se organizavam pelas instituições: escolas, entidades, associações, entre outros âmbitos da vida social. Por meio de esforços individuais dos professores, a geografia escolar passou a ser sistematizada em manuais de ensino, como veremos no capítulo a seguir. Pelos Institutos Históricos e Geográficos, começou a ganhar *status* como ciência, produzida pelos intelectuais locais. Na realidade local, foi no Instituto do Ceará que se criou um cenáculo de estudiosos e uma elite intelectual interessada em sistematizar esse conhecimento. Cada qual com sua contribuição e participação ativa. Os estudiosos supracitados fizeram parte do conjunto de intelectuais do Instituto e receberam destaque como protagonistas, pois contribuíram efetivamente no desenvolvimento de estudos acerca da geografia, e outros saberes, seja escolar ou científico.

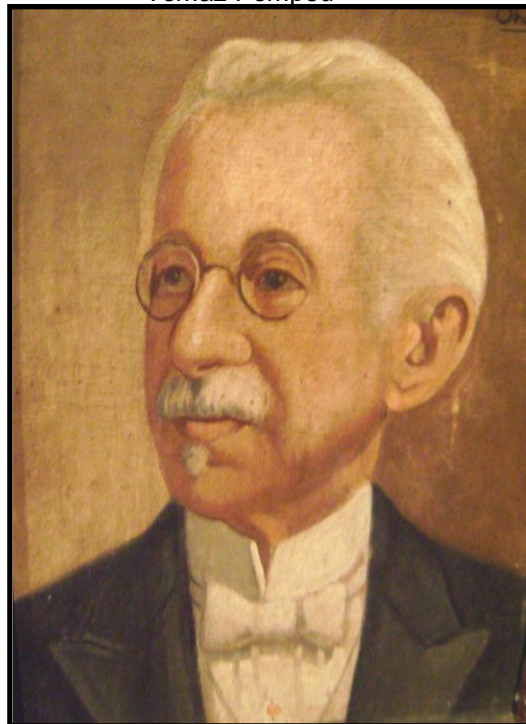
⁶⁴ A exemplo do pioneirismo científico-literário do Ceará temos o que escreveu Dolor Barreira (1943, p. 148), em artigo da Revista do Instituto do Ceará: “a febre das associações e academias tinham, fatalmente, de contagiar, como, de fato contagiou, o Ceará”. Disse ainda, neste artigo que se confirmava o que havia dito “José Veríssimo de que, depois do Rio, o Ceará a terra do Brasil onde é menos apagada a vida literária e maior sua produção”.

Figura 17: **Senador Pompeu** no Rio de Janeiro, 1873 (1818-1877)



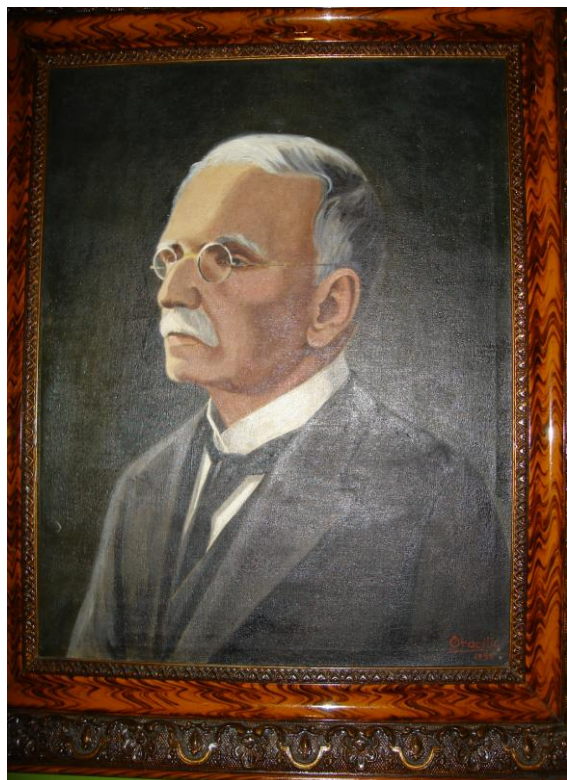
Fonte: Carneiro e Gaspar, acervo MIS, 2011.

Figura 18: **Filho do Senador** (1852-1929)
Tomaz Pompeu



Fonte: Fortaleza em Fotos e Fatos, 2012

Figura 19: **Barão de Studart** (1856-1938)



Fonte: Mendes / Memorial do Instituto do Ceará, 2011

Figura 20: **Pompeu Sobrinho, 1917** (1880-1967)



Fonte: Acervo MIS, 2011

A maior parte atuou como professor dessa disciplina no Liceu do Ceará, na Escola Normal, Colégio Militar e outras instituições particulares como vimos em suas trajetórias. Dessa realidade criaram seus próprios manuais de ensino para a disciplina de Geografia. Notemos que as trajetórias de cada sujeito em destaque levantaram elementos explicativos que denotam como se processava a vida pública permeada pela docência, engajamento político e seus percalços. Ficou claro que havia uma estreita relação entre formação acadêmica, política, cargos públicos, relações familiares e a própria docência.

Compreendemos assim que os saberes geográficos inicialmente, foram produzidos pelos intelectuais, sobretudo, os do Instituto do Ceará. Até que ponto esse conhecimento criado em âmbito científico foi inserido no âmbito escolar? Será que existiu alguma relação na geografia cearense entre o saber científico e o saber escolar? Face ao que foi exposto, compreendemos que as pistas e os rastros históricos sobre a produção da Geografia do Ceará e seus saberes escolar e científico puderam ser visualizados. Ainda há muito o que estudar e encaixar na tessitura dessa história, assim como poderemos analisar no capítulo a seguir.

4 DOCÊNCIA E GEOGRAFIA ESCOLAR NO CEARÁ

No momento actual volem-se para as escolas todos os olhares; de todo os pontos esforçam-se em derramar luz mais sã, mais viva.

A verdadeira causa desse zelo pela diffusão do ensino é que a fonte essencial da prosperidade de um povo, de seu futuro, provém do grão de instrucção e de educação a que pode attingir – que a gloria, a prosperidade de uma nação dependem da sua cultura intellectual e moral – que a escola, hoje mais que nunca, é considerada a garantia necessaria da ordem social e a ignorancia, o eterno inimigo dos povos, é que está hoje o perigo. (CEARÁ, 1898, p. 12).

O discurso da educação como garantia da existência da República atribuiu aos professores e às instituições escolares e científicas a missão de formar a identidade da nação e propagar a luz do saber. Nas mensagens dos presidentes da Província do Ceará essa era a pauta principal, quando se falava de instrução, sobretudo entre o final do século XIX a meados do século XX. Mensagens que exaltavam a importância da instituição escolar e do papel dos professores como intelectuais responsáveis pela difusão do saber e da identidade territorial do Brasil e suas províncias estaduais.

A partir dessa perspectiva de formação da nacionalidade brasileira e identidade regional do Ceará é que a Geografia passou a ser ressaltada como conteúdo importante, não somente nas instituições científicas, como o Instituto do Ceará, mas em instituições escolares por meio dos materiais didáticos ou pelos discursos do professorado, que por vezes, eram os mesmos intelectuais que transitavam em todas as instâncias e instituições a que se apregoavam o saber e o conhecimento geográfico.

A Geografia passou de mero ensino enciclopédico para conhecimento direcionado à compreensão dos elementos da natureza sertaneja e dos fundamentos ideológicos da identidade regional e nacional, mostra desse feito foi o desenvolvimento de inúmeros livros e artigos sobre o tema desemaranhados na tese. Elementos estes identificados neste capítulo por meio da caracterização histórica de importantes escolas no cenário educacional cearense, com a presença de intelectuais, professores de geografia e, em seguida, com a análise descritiva de materiais didáticos.

Interessante lembrar que no capítulo anterior tivemos oportunidade de inventariar diversas contribuições que colaboraram para formação da Geografia Cearense, finalizando com o que denominamos de protagonistas dessa história. Sujeitos, em sua maioria, participantes do Instituto do Ceará, instituição científica, e que por meio das trajetórias dos intelectuais é que compreendemos, brevemente, a constituição do pensamento geográfico local, seja científico ou escolar. Neste capítulo apontamos caminhos pelos quais a docência e a produção da geografia escolar cearense foram sendo tecidas.

Para tanto, buscamos a partir de fragmentos, registros bibliográficos, documentos, mensagens de governadores e obras raras, alguns pesquisados também por outros, acesso a momentos do passado, que sem sombra de dúvidas, facilitaram o trabalho de investigação e compreensão do objeto de análise.

Daremos ênfase aos sujeitos, tanto por suas escolhas profissionais quanto por suas produções bibliográficas que nos serviram de fontes de pesquisa sobre o passado da geografia escolar local. Foram os intelectuais cearenses os responsáveis pela criação das instituições e currículos escolares, além de atribuírem conteúdo e significado para os materiais, isto é, os livros, manuais utilizados como esteios para formação do conhecimento geográfico institucionalizado na escola.

No período em análise tivemos uma História de muitas mudanças. Em suma, observamos que o final do período Imperial foi um momento de efervescência de ideias, introdução de novas filosofias modernas e racionais como o positivismo cientificista. Difusão de ideologias político-partidárias, ascensão das elites, crescimento da população urbana, e para tanto, a educação passou a ser pensada e organizada de maneira mais sistemática, como papel do Estado e de seus governos provinciais.

A princípio, período de transição entre o império¹ para a república, modificações de ministérios, de estruturas políticas e da busca pela criação de um sistema escolar para o território que se delineava. E apesar da necessidade premente de um sistema escolar formal, na realidade, a educação, geralmente,

¹ A educação brasileira no período imperial teve seus primeiros impulsos para constituir-se como educação pública nacional e dever do Estado, conforme Peres (2005) foi o período que se iniciou em 1759, findando com a proclamação da república.

fora colocada em segundo plano, fato verificado pelos inúmeros documentos oficiais da época, a exemplo das mensagens dos governadores da Província do Ceará (1887-1930), que apresentavam discursos apolégicos à educação, mas contraditórios às estatísticas da pobreza e desorganização do sistema escolar, encontrados em livros e artigos escritos por intelectuais da época.

Mesmo assim, tivemos com a República uma busca inflamada em formar uma nação que se pretendia democrática e laica, e para isto, criaram diversas reformas educacionais que estabeleceram múltiplos direcionamentos para a educação e seus profissionais com objetivo de sistematizar a educação no Brasil.

Outros fatores que agravavam o “processo civilizatório” almejado pelos gestores, intelectuais liberais, filhos da elite ilustrada, era a própria origem do povo cearense, que para superar as características de rudeza e falta de conhecimento, deveria ser instruído, alfabetizado nas letras, limpeza e higiene, além da materialização em ações do sentimento de nação, como expôs Madeira (1999, p.69):

[...] o homem que precisava ser “moldado” tinha origem sertaneja. A sua “rudeza” chocava esses jovens, educados nos melhores colégios da Europa ou, até mesmo, nas Faculdades, de Direito no Recife, e Medicina na Bahia. Possuidores de gestos refinados, de corpos limpos, donos de um discurso eloqüente sempre provido de “bons” ensinamentos para o engrandecimento da Pátria, tais jovens sentiam-se obrigados nos seus discursos a incentivar essa gente “rude” a se tornar refinada, civilizada, educada e higiênica.

Mesmo com os esforços de alguns intelectuais da elite, produtores de livros didáticos e professores da instrução pública, o povo, como afirmou Madeira (1999), não estava preocupado com nacionalismo, civilidade, patriotismo, progresso e modernidade. Estas expressões não tinham significado no mundo concreto, de grande sofrimento e dificuldades, em que estavam inseridos.

Mesmo na capital, Fortaleza, os sertanejos oriundos da migração permaneciam num estado de muita miséria e abandono pelo poder público. Nas escolas, a maioria das crianças sertanejas que tinham acesso à matrícula, não se adaptavam com tanta rapidez às normas sociais e regulamentações

como meio de alcançar a ordem e o progresso e acabavam por abandonar a escola, alimentando as estatísticas das elevadas taxas de alunos fora de faixa e desistentes / evasão.

Diante desse quadro, as famílias de posses se conflitavam com o propósito de se manterem no poder político e econômico. A educação no Ceará foi meio para galgar a ascensão e *status* social almejado, fonte de cargos públicos.

Temos que ressaltar que houve, por essas terras, alguns movimentos pioneiros, dentre eles, a criação de agremiações literárias e científicas, bem como a criação de materiais escolares como os desenvolvidos pela família Pompeu e outros. Além do movimento de renovação da educação cearense iniciado por Lourenço Filho, em 1923, a trabalho para Escola Normal, experiência que levou para São Paulo. Mais tarde teríamos a eclosão do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, junto a outras personalidades da educação brasileira.

O período republicano trouxe inúmeras transformações para todos os recantos do Brasil e no Ceará não foi diferente. As cidades cresceram e alteraram suas formas, a exemplo do que vimos com a “Belle époque”, em Fortaleza, intensificada a partir da década de 1920. Foi ainda nesse período que surgiu, em âmbito nacional, a primeira geração de pensadores da educação brasileira, com reflexos para todos os Estados, inclusive no Ceará com a presença de Lourenço Filho e os intelectuais da educação locais.

Os espaços urbanos e rurais foram se definindo, determinando a divisão territorial do trabalho e da produção, fruto do conhecimento acumulado em períodos anteriores. Com a mudança de pensamento e estilo de vida urbano novas demandas sociais foram surgindo, como a educação, em decorrência das exigências do próprio mercado interno e da mínima formação do trabalhador.

Por outro lado, no que se pensava por formação escolar, não era mais compreensível, em meados do século XX, de não termos faculdades para formação superior de professores no Ceará. Os impulsos industrializantes da década de 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931, e não menos importante, a inserção do Ceará no cenário da Divisão Nacional e Internacional do Trabalho, exigia outras formações profissionais.

Assim, foi concebida a criação em Fortaleza-CE, da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará em parceria com a Congregação dos Irmãos Maristas e nela o primeiro curso superior de formação de professores de Geografia e História, além de outras licenciaturas em 1947. Foi nesse movimento de formação superior e acadêmica dos professores de geografia, que finalizamos a escrita de uma trajetória para a Geografia no Ceará como veremos a seguir.

4.1 O alvorecer de um ofício e suas instituições de ensino

A história da profissão docente mantém estreita conexão com o delineamento da escolarização como política educacional. Esse processo colocou a necessidade de normatização do trabalho de ensinar, tarefa assumida pelo aparelho estatal e concretizada por meio de mecanismos diversos. Farias e Bezerra (2011, p. 4426-427)

Ser professor é uma das profissões mais remotas que se conhece. Contudo, nem sempre teve a mesma conotação e contexto. As denominações foram diversas se lembrarmos dos termos preceptores, tutores, mestres e institutores, dentre outras expressões que denominavam a função de professor.

Nas escolas de primeiras letras, criadas no Brasil imperial após 1827, os docentes recebiam denominações diferenciadas, de acordo com o cargo que ocupavam. Muitos eram independentes e ensinavam para os filhos de famílias ricas, ou em grupos escolares mantidos pela Igreja, fazendeiros ou nas sedes das Vilas com maior população.

Os professores eram chamados de institutores aqueles que ensinavam nas escolas de primeiras letras, professores eram aqueles que ministravam aulas no ensino secundário e faculdades livres, conforme revelou Almeida².

² “O termo institutor, do latim instituere (educar), foi usado a partir de 1789. Foi proposto por Condorcet em suas Memórias sobre a instituição para designar o mestre das escolas primárias, em substituição ao termo regente. Monaigne, nos Ensaio, v. 1, cap. XXV, utiliza o termo para tratar da educação das crianças. O termo tornou-se comum e foi utilizado em Portugal e Brasil para designar professores das escolas primárias”. (ALMEIDA, 1989, p. 28).

A função de professor no Brasil remonta ainda a um passado bem distante, com a presença dos jesuítas que se utilizaram do conhecimento para difusão ideológica do cristianismo com os aldeados, entre outros saberes. Posteriormente, no final do século XIX a meados do século XX, não só os jesuítas, mas outras ordens religiosas foram responsáveis pela educação no Brasil, fundando inúmeras escolas, com ênfase no ensino secundário e superior, segundo a aliança entre Igreja e Estado. Mesmo com a quebra do padroado, como vimos no primeiro capítulo, a influência da fé perpassou pelos setores da ciência e da docência no Brasil.

Nesta conjuntura, como refletir sobre o surgimento do professor de geografia? Vimos no capítulo anterior, pelas trajetórias de alguns intelectuais cearenses que em suas escolhas profissionais assumiram a função de professor de geografia, concomitante a outros cargos, sobretudo, os da administração pública e da política. As formações profissionais eram diversas como já foi constatado. Portanto, no Brasil e, conseqüentemente, no Ceará a Geografia foi sendo constituída “[...] em um país sem geógrafos”, assim já havia indagado Sousa Neto (1997), pois não existia formação superior para bacharel ou licenciado em geografia.

Os professores que ensinavam geografia eram considerados autodidatas ou então provenientes de outras formações, especificamente, da área de humanidades, daí justificarmos o alvorecer de uma profissão. A geografia brasileira foi nascendo pelas mentes de intelectuais que se inter-relacionavam com o estudo da natureza e com a formação dos lugares. Na maioria participou da formação de agremiações literárias e científicas, concomitante a criação de instituições escolares.

Garante Pontuschka *et al.* (2007, p.45) que os primeiros licenciados em Geografia formados no Brasil foram frutos da “fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1934, e do Departamento de Geografia, em 1946, que teve papel fundamental no desenvolvimento da ciência geográfica no País e na formação de licenciados para o ensino da disciplina”.

Antes da fundação da USP, quem eram os professores de Geografia? A autora explicou, que “[...] existiam pessoas que, egressas de diferentes faculdades ou até mesmo das escolas normais, lecionavam essa

disciplina, assim como outras. Eram professores de Geografia, principalmente, advogados, engenheiros, médicos e seminaristas”, segundo Pontuschka *et. al.* (*op. cit.*, p. 45). Fato que constatamos pelos estudos de trajetórias de intelectuais da família Pompeu e outros nos capítulos anteriores.

Conta a história da educação cearense demonstrada pelos Regulamentos da Instrução Pública (1833 / 1856) e Privada (1881), além dos Regimentos das Escolas Primárias e Secundárias da Província do Ceará, que até meados do século XIX, para ser professor no ensino primário³ da instrução pública era necessário passar pelo exame de Capacidade Profissional. Era um teste de admissão realizado pelo Liceu do Ceará. Não era necessária formação superior, apenas demonstrar habilidade para o ensino.

Nesse processo os interessados⁴, que na maioria, eram mulheres que propunham sua candidatura no Liceu para assumir alguma cadeira distribuída pelos vários povoados do interior cearense. Realizavam o tirocínio, que “era um estágio obrigatório para obtenção do título de Capacidade Profissional. Assim o professor tinha que assumir uma aula primária pelo período determinado, sob a supervisão do professor da mesma”, conforme relatou Dantas⁵ (*op. cit.*, p. 21).

Outro fato relevante no processo de habilitação dos professores: tinham a obrigação de apresentar um relatório escrito a próprio punho, após a finalização do tirocínio. Eram avaliados sobre as experiências em sala e tinham que escrever quais metodologias seriam utilizadas por eles para implementar uma “nova aula” a partir de teste escrito e oral sobre temas variados, bem como prova de caligrafia. Após o cumprimento de todas as etapas os

³ Conforme Dantas (2010) e Bittencourt (1999) os programas de ensino não eram os mesmos e a quantidade de anos que duravam a formação escolar era variável pelas províncias do Brasil, situação que perdurou até meados do período republicano.

⁴ Interessante ressaltar que no processo de candidatura a professor, o interessado deveria cumprir alguns critérios “provar ser livre de pena e culpa através de folha corrida, maioria legal, moralidade por atestado do pároco ou de alguma pessoa ilustre da localidade e atestado médico provando não possuir nenhuma doença ou problema físico incompatível com o exercício do magistério”. (DANTAS, *op. cit.*, p. 27-28).

⁵ DANTAS, Elza Alves. **As Letras da Lei X As Leis da Letra: Exames de Capacidade Profissional e a Instrução Pública na Província do Ceará (1856 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: UFC, 2010. 140f.

professores eram habilitados a exercerem cargo no magistério público, conforme Dantas (*idem, ibidem*), comprovado em inúmeros documentos sobre a instrução pública cearense no Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC.

Relatou a referida historiadora da educação cearense que na realidade a indagação sobre uma nova aula seria uma forma de imputar aos professores a responsabilidade pela aprendizagem dos alunos, diante de uma situação de grande precariedade no ensino público cearense (falta de estrutura física, ausência de materiais e livros, baixíssimos provimentos entre outras causas). Fato este constatado por Dantas (2010) e Mendes (2012) ao realizar leituras dos relatórios dos candidatos a professores existentes no Arquivo Público do Ceará – APEC. Também foi possível visualizar o panorama de carências da instrução pública cearense por meio das mensagens dos governadores da província do Ceará. Uma clara contradição, por um lado, os governadores criavam um discurso de exaltação da importância da instrução, por outro declaram o estado de precariedade referente a esse setor social.

Tentando minimizar essa problemática, foram criadas e distribuídas algumas cadeiras em municípios interioranos da Província, mas somente para aqueles que mais prosperaram e cresceram em quantidade de população, comércio e serviços. No caso da capital, existiam cadeiras avulsas, além das que já pertenciam ao programa de curso do Liceu do Ceará. Entretanto, as legislações provinciais eram divergentes, conforme se constatou pelo relatório feito por Dias da Rocha, em 1854, no que concerne à forma de contratação de professores que era considerada instável e imprecisa, como veremos mais a frente.

Mesmo com a realização dos exames de capacidade profissional, geralmente, permitiam que sacerdotes ocupassem cargos de professores, pois estes eram ligados à educação e à catequese, bem como os “filhos ilustres” da sociedade local, a exemplo dos intelectuais da Família Pompeu, entre outros. Os governadores criavam e suprimiam cadeiras de acordo com os orçamentos, favorecimento pessoal, divergências políticas ou pelos altos índices de evasão, não sendo interesse mantê-las.

Os professores concursados assumiam as cadeiras, que apesar das divergências administrativas, eram consideradas vitalícias, não podendo ser substituídos. No caso de afastamento por doença, poderiam colocar um

suplente para ocupar o cargo temporariamente, pago pelo próprio professor. As cadeiras eram equivalentes às disciplinas que deveriam ser ministradas na instituição escolar. Mesmo com a garantia de vitaliciedade, a carência de professores era imensa e os fatores que resultavam esse quadro foram explicitados por Castelo (1970, p.53):

A garantia de vitaliciedade não era bastante para atrair a um ofício desestimado, árduo, mal retribuído e sem perspectivas de melhoras em futuro próximo, pelo que, em regra quase sem exceção, o refugavam os homens instruídos e só o pretendiam indivíduos incapazes.

Neste sentido, ao lermos o relatório sobre a Instrução Pública da Província do Ceará de 1876, utilizado por Almeida (1989, p.180), em suas análises sobre esta Província, afirmou que dentre os principais elementos do relatório, podemos destacar o fato da ineficiência dos concursos⁶ para professores, que eram feitos apenas como formalidade, imperando as práticas do patronato e trocas de favores⁷. Outro ponto se referia à ausência de salários de institutores, e este aspecto favorecia o mau desempenho docente e a consequente evasão escolar.

Perante a essas questões, foi proposto pelo Diretor de Instrução Pública da Província do Ceará na época, duas medidas: a primeira que nos exames para professores não ocorresse o patronato e a segunda, aumentar o salário dos professores, visando atrair para o ensino os homens capazes, com conhecimento necessário para realização de tal tarefa. Para tanto, as províncias passariam a criar “Escola Normal destinada a preparar os futuros

⁶ Conforme Farias e Bezerra (2011, p. 427) “[...] as formas de ingresso no magistério são múltiplas e, grosso modo, permaneceram inalteradas ao longo do período de 1930 a 1964, sendo muitas as portas de entrada, no que pese o instituto do concurso público ter sido consagrado na Constituição Federal de 1891 e reafirmado na Revisão Constitucional de 1926, e sido confirmado nas constituições federais de 1934 e 1946, bem como nas estaduais de 1935 e 1947. Nenhuma delas, porém, interditou categoricamente outras formas de ingresso”, a exemplo do professor suplementar, Liceu do Ceará, e os professores extranumerários, aqueles contratados com a dispensa de concurso público.

⁷ Nesta mesma perspectiva, explicou Farias e Bezerra (2011, p. 431), que a situação de “beneficiamento de uns em detrimento de outros” foi uma prática respaldada pela Constituição Federal de 1934 e no Ceará perpetuou-se pela Carta de 1947 (Art. 152) que vigorou por todo o período de redemocratização do País. Situação esta que favoreceu a inserção de professores leigos na instrução pública, servindo como cabide eleitoral.

institutores chamados a dirigir a educação da juventude” (ALMEIDA, op. cit., p.180) elemento fundamental. E assim, a Escola Normal em Fortaleza foi criada em 1872, mas pelo descaso com a educação cearense, somente fora inaugurada em 1884.

Além das condições que não eram favoráveis ao magistério, a falta de incentivos por parte das famílias, aguçava a situação de precariedade do processo de formação escolar básica, da sociedade à época. Castelo (op.cit., p.53) explicou ainda que “debalde novas providências foram suscitadas, dada a falta de elementos para o magistério e a mentalidade, ainda não trabalhada, dos pais, que em geral, não cooperavam com os que desejavam engrandecer a Nação, educando-lhes os filhos”.

Outro fato importante a ser lembrado é que, no caso da educação rural, nos municípios interioranos, os problemas se aprofundavam, pois não era interesse das elites agrárias ter um povo instruído, assim afirmou Madeira (1999). A falta de estrutura e de professores era muito maior. A primeira escola normal rural no Ceará é datada de 1938, com a criação da Escola Normal Rural em Juazeiro do Norte. Ao analisar essa temática, Lopes (1949, p.67) explicou que “a educação rural é mais complexa”, pois depende além da instrução básica, formação prática voltada para as atividades no campo. Sem esquecer o respeito com o calendário de produção que acaba por confrontar com o calendário letivo. No meio rural, a educação deveria estar aliada às especificidades do campo.

Mesmo assim, apesar dos problemas oriundos do seio da estrutura familiar e da sociedade cearense, com o passar do tempo, algumas escolas foram tomando lugar de destaque, enfrentando os desânimos e desalentos da profissão do magistério. Dentre estas, consideradas de grande admiração e respeito, estavam o Liceu do Ceará, além de algumas instituições do setor privado, como veremos mais a frente. Nestas escolas foi renovado o currículo escolar, demandando a existência de mais professores capacitados e habilitados para ensinar as disciplinas, como a de geografia e história.

Com a leitura de regulamentos e regimentos da Instrução na Província do Ceará (1833-1881) foi possível compreender que existiam subdivisões das séries escolares em ensino primário e secundário, exigindo dois tipos específicos de professores. Para o ensino secundário, de modo

geral, era necessária formação superior. Entretanto, foi a partir da visualização do currículo escolar das instituições, elencadas mais a frente, é que podemos verificar a inserção da geografia como disciplina desde meados do século XIX, com a implantação do Liceu do Ceará em 1845.

A criação dos currículos e disciplinas era tarefa que poderia ser feita pelo Governador da Província, mas com aprovação da assembleia. A geografia era presente com mais frequência nas séries referentes ao que denominamos de segundo grau. Como a Geografia e a História eram consideradas disciplinas de conhecimento extenso também eram ensinadas nas últimas classes de ensino primário, substituídos pelo ensino de prendas domésticas em relação ao ensino feminino⁸. Contexto que foi se modificando com o passar dos anos, em decorrência da ampliação do número de escolas e de mais acesso ao ensino pelas mulheres e pela formação de professores no Ceará.

O cenário da educação cearense nos parece emblemático. Ao que podemos compreender existiam realidades diferentes ao que se aludia ao processo de seleção e habilitação de professores para o ensino primário e secundário. No que se referia ao ensino secundário, para facilitar a compreensão iremos relacioná-los com uma breve contextualização de instituições de ensino que foram destaques no cenário cearense.

Percebemos que o saber docente sempre esteve ligado às instituições escolares, assim como o saber científico foi se materializando a partir da existência das instituições acadêmicas e científicas. Importa compreender o papel de algumas instituições públicas e privadas que possibilitaram a existência do cargo de professor de geografia e da institucionalização da disciplina como saber escolar, a partir das mais variadas metodologias e objetivos de ensino:

⁸ “Nos regulamentos de 1833 a 1856 o ensino para as meninas se restringia a ler, escrever, contar e à formação do espírito (princípios morais e religiosos). Em detrimento do ensino da História e da Geografia era oferecido às meninas o trabalho com as agulhas. Este saber era entendido como próprio do sexo feminino. Esta diferenciação no programa escolar feminino pode ser compreendida a partir do papel social desempenhado pela maioria das mulheres no século XIX. A mulher era educada para o casamento, para ser uma boa esposa e mãe”. (DANTAS, op. cit., p. 13).

O ensino secundário e a geografia clássica e mnemônica do Liceu do Ceará

Não temos como falar do alvorecer dos professores de geografia sem lembrar das respectivas instituições em que atuaram ou obtiveram suas formações docentes. Portanto, foi imprescindível lembrar da existência do Liceu do Ceará considerado uma das escolas mais importantes de toda Província no período em análise.

A realidade do ensino secundário no Ceará teve por porta de acesso às cadeiras difusas pelas Vilas do interior e pela implantação do Liceu do Ceará criado em 1845. Com a participação no projeto político de educação cearense, Thomaz Pompeu de Souza Brasil foi considerado o primeiro professor da cadeira de Geografia e História. Essas disciplinas estavam presentes no currículo dessa escola desde a fundação, além de ter desenvolvido compêndios para o ensino da Geografia escolar, como veremos mais a frente.

Criado para implantação do ensino secundário, reorganizado conforme o regulamento de 21 de março de 1894, as aulas inaugurais iniciaram no dia 15 do mês seguinte, no mesmo ano da reestruturação. O currículo era composto por 30 disciplinas em média, com duração de 7 anos, correspondente ao do Ginásio Nacional. De acordo com Menezes (1895, p. 158), as disciplinas que formavam o currículo em 1894, eram:

O curso do estudo é equivalente ao do Gymnásio Nacional e compreende Aritmética, Algebra, Geometria, Trigonometria, Mecanica, Astronomia, Physica, Chimica, Meteorologia, Mineralogia, Geologia, Zoologia, Botanica, Biologia, Geographia, Historia Universal, Sociologia e Moral, as letras e artes, língua portugueza, franceza, ingleza, alleman, latina, grega, litteratura nacional, desenho, musica, gymnastica, evoluções militares e esgrima.

Foi equiparado ao Ginásio Nacional pelo Decreto n.º 1394 de 20 de novembro de 1894. Considerado o terceiro⁹ colégio mais antigo e o segundo mais importante estabelecimento de ensino do País, segundo Boanerges

⁹ Vitor Hugo (1945) o considerou como o quarto mais antigo colégio secundário do Brasil. Informação auferida do seu livro "O Liceu do Ceará em cem anos".

Sabóia (1995). Este também foi um dos professores de geografia da instituição. Ingressou como professor em 1935. Neste período já começou a perceber as mudanças que distanciavam a instituição do período de glória de outrora.

O colégio era afamado como centro cultural do Ceará. Formador de muitas lideranças que se destacaram na política e em diversas profissões. Sabóia (1995, p.21), contou que o Liceu foi “equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, fundado em 1837, era o terceiro estabelecimento de ensino mais antigo do País, o que empolgava os que nele estudavam e aos que, como eu, aspiravam ingressar como professor”.

Criado nos moldes do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como vimos, o Liceu do Ceará era uma das principais instituições de ensino secundário da Província. Nesta escola lecionaram várias personalidades da vida intelectual e da elite cearense. Instituição responsável pela inspeção da instrução pública no Estado e por habilitar os professores para o ensino primário, tendo em vista a Escola Normal ter sido implantada somente em 1884, como vimos em relação aos Exames de Capacidade Profissional.

Para cargo efetivo nesta instituição secundária, o professor era sujeito a participar de concurso público, com várias fases, dentre estas: concurso de títulos, aula didática, prova escrita, currículo, experiência docente. As bancas das provas didáticas eram compostas, na maioria, por professores de outros estados, consideradas verdadeiras defesas de teses, que por vezes, demoravam horas no processo de arguição da banca e defesa dos certames pelos candidatos, assim revelou Sabóia (1995, p. 38-39). Conforme o mesmo pesquisador, “até a Constituição de 1946, os catedráticos do Liceu eram inamovíveis e seus vencimentos irredutíveis, em virtude de princípio constitucional” (op. cit., p.39). O último concurso nesses moldes ocorreu em 1958 para a cadeira de química.

A princípio, o Liceu contava com um corpo docente de 12 professores efetivos vitalícios, mas para atender a crescente demanda de alunos, os gestores decidiram por contratar professores, suprimindo as aulas denominadas de suplementares, aquelas que não eram aceitas pelos efetivos. Os professores passaram por seleção, porém sem concurso público, eram professores extranumerários, como o caso do prof. Boanerges Sabóia, em 1935 que assumiu cadeira suplementar.

A Geografia era uma disciplina curricular que sempre esteve presente no currículo do Liceu. Portanto, foi desmembrada da cadeira de História, tornando-se cadeiras distintas. Separação sancionada por André Augusto de Pádua Fleury, baseado na Lei n.1908, de 6 de setembro de 1880, dizendo assim: “separado o ensino de História do de Geografia, constituindo cada uma dessas disciplinas uma cadeira especial”, fato retratado por Castelo (CASTELO, op. cit., p.131).

Dentre os intelectuais da época, que assumiram cadeiras no início da formação do Liceu na disciplina de Geografia, bem como suas congêneres como Cosmografia, Corografia e Astronomia, destacamos a marcante presença do Senador Pompeu, o filho do Senador, Thomaz Pompeu, Rodolfo Teófilo, Antonio Teodorico da Costa e Antônio Augusto de Vasconcelos. Intelectuais pertencentes ao Instituto do Ceará, alguns deles foram produtores de material didático e pouco se conhece sobre suas obras na história do pensamento da geografia no Brasil e principalmente no Ceará.

Rodolfo Marcos Teófilo, além de farmacêutico e sanitarista, foi um dos professores do Liceu, na cadeira de Meteorologia, Mineralogia e Geologia, ligada à área de Ciências Naturais, segundo Vitor Hugor (1945). E ainda, foi um grande estudioso do “flagelo das secas” de suas causas e consequências para o povo e para a Terra, assim já constatado no capítulo anterior. Afirmou Paiva (2002, p.127), que Rodolfo Teófilo em sua atuação como professor, além do Liceu integrou:

[...] o corpo docente da Escola Normal do Ceará em 1889, ensinando Ciências Naturais. A partir de 1890 vinculou-se ao Liceu do Ceará, como professor interino de Biologia e Ciências Naturais, antes de se tornar catedrático de Mineralogia, Geografia e Meteorologia (1894), cadeira extinta por ato do presidente do estado (1905), sendo ele, então, designado para a cadeira de Lógica. Com a negativa de assumir o ensino desta disciplina, foi demitido do cargo vitalício que ocupava, desmedida violência praticada pelo comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, seu desafeto político.

Este evento não fora exclusividade de Rodolfo Teófilo, o favorecimento político comandava os ditames da educação e de todos os outros setores sociais. O beneficiamento de uns, com a política da troca de favores, em contraposição do desfavorecimento de muitos, por atitudes arbitrárias e despóticas do governador, ocorriam com frequência, resultando

em acirramentos entre posturas políticas assumidas por professores, sujeitos participantes do quadro dos funcionários públicos e gestores¹⁰. Essa realidade na formação do funcionalismo público cearense se estendera ainda por muito tempo, inclusive respaldado por brechas nas legislações estaduais, como veremos mais adiante.

Os protestos não ficaram somente na esfera das nomeações arbitrárias, mas se ampliaram para as mudanças abruptas nos programas curriculares. Isto foi descrito por Castelo (1970, p. 146) ao revelar as palavras de protesto de Antônio Teodorico da Costa, professor de Geografia¹¹, Corografia e Cosmografia, acerca das reformas realizadas no ensino secundário nos anos de 1901, 1907, 1911, sobretudo da Lei n. 1042, de 9 de agosto de 1911, onde “foi autorizado a reformar, no prazo de um ano, o Liceu e a Faculdade Livre de Direito do Ceará”. Portanto, o referido professor fez declarações, asseverando como deveria ser conduzida a disciplina de geografia no currículo escolar secundarista. Texto presente ainda, em seu artigo sobre o ensino secundário, na Revista do Instituto do Ceará, Costa afirmou que:

O estudo de Geografia Geral é feito em um só ano, quando sabem todos que semelhante matéria não pode ser dada em tão pouco tempo. Lutam os estudantes com as maiores dificuldades para vencer o programa, contendo oitenta Lições. Antes da reforma aludida, essa disciplina estava distribuída em dois anos, e a Corografia do Brasil em um outro ano. É uma matéria extensa, considerada hoje em dia como a ciência *mater* da cultura social e econômica dos povos modernos, resumindo e condensando o saber humano, pintando e descrevendo o quadro geral da Natureza, da Humanidade e de seus trabalhos. Assim, seria o estudo feito com maior vantagem, tendo em vista a sua alta importância no conjunto dos conhecimentos humanos (1927, p.225).

¹⁰ A explicação sobre o evento de arbitrariedade que ocorreu contra o Prof. Rodolfo Teófilo encontra-se em seu livro denominado “Violência – Lyceu do Ceará”, de autoria do próprio professor. Ed. Fac-similar. Fortaleza: s.n., 1905. Disponível no Museu do Ceará.

¹¹ Os registros com aspectos biográficos de Antonio Teodorico da Costa apresentam divergências ao informar sua formação acadêmica. No livro de Castelo sobre a Instrução Pública cearense (1970, p. 146), informa ter sido engenheiro civil, já no artigo de Cruz Abreu (1928, p.131), da Revista do Instituto do Ceará, ao retratar a primeira turma do Liceu e quais profissões escolheram os que se formaram na turma, afirma ter sido a profissão de farmacêutico. No entanto, sabe-se que enveredou na carreira docente como professor de Geografia, dentre as instituições que trabalhou estava o próprio Liceu do Ceará.

Compreendemos, pelas palavras desse professor, as características da geografia nas escolas no início do século XX. Era uma disciplina com programa extenso, cobrada em processos avaliativos por meio da memorização. Características próprias do ensino da geografia clássica e tradicional. Entretanto, interessante notar, que mesmo, no início do século XX, já existiam alguns docentes que compreendiam que ensinar e aprender geografia deveria ser um caminho processual. A compreensão dessa ciência de forma processual conforme Moraes (2005, p. 34) é resultado de ser a geografia “por excelência, uma disciplina de contato entre as ciências naturais e as humanas, ou sociais”. Daí a dificuldade de desenvolver um trabalho pedagógico tão sintético.

A seriação do conteúdo no tempo de ensino e de faixas etárias facilitava a melhor compreensão de conceitos, ideias e conhecimentos práticos locais. Em virtude das particularidades da geografia e das outras disciplinas, bem como das intenções curriculares da Nação, por vezes os programas de ensino das instituições secundaristas foram modificados em meio a regulamentos da instrução de ensino em nosso país e Estado.

No Liceu do Ceará, os saberes referentes a essa disciplina receberam diversas denominações e, por um bom tempo, foi atrelada ao ensino de História: no primeiro momento era a disciplina de Geografia, História e Corografia, posteriormente Geografia e *Corografia*¹² e Elementos de Corografia, segundo Vitor Hugo (1945). Vejamos a conceituação de corografia que José Pompeu de A. Cavalanti escreveu em seu livro “O Ceará em 1887: Corographia da Província do Ceará”, nas noções preliminares, explicou que:

Por corographia entende-se a descrição de uma parte limitada da terra, como um Estado, uma província etc.

¹² Mesmo partindo-se do contexto clássico, já existia outra dimensão do conhecimento geográfico que se denominava *corografia*. E a partir dessa vertente, a geografia aproximava-se em sua feitura com o conhecimento histórico. Por ser a corografia, segundo a compreensão de Capel (1981; 1989), um informe descritivo resultante da observação e da investigação. Outra informação interessante, extraída do referido estudioso, é que a partir do *Panepistemon de Poliziano* (1491) foram realizadas as primeiras classificações das ciências e permitiram que a geografia fosse classificada em mais de um grupo. Daí, Hobbes (1651) ter a considerado como uma ciência da razão e da matemática, já Bacon (1623) a incluiu entre as ciências da memória, no grupo das ciências históricas, inclusive da história natural e da história civil.

Quando a descrição se restringe ainda mais como à uma cidade, uma villa, etc., designa-se com o nome de topographia.

A corographia se divide em physica e política.

Corographia physica trata das divisões naturaes do territorio, que descreve, da sua configuração, da accidentação da superfície, das suas producções, dos phenomenos metereológicos que se dão na atmosphera, do seu clima, etc.

A corographia política estuda a sua classificação como Estado ou província, as suas divisões legaes ou convencionaes, a sua população, condições Moraes de seus habitantes, costumes, lingua, religião, agricultura, industria, comercio, riqueza, vias de communicação, instituições, legislações, historia, etc. (1887, p. vij-viii).

A conceituação de Cavalcanti esclareceu a compreensão que se tinha sobre os saberes geográficos. A divisão em corografia física e política foi seguida por muitos dos pesquisadores da época, ao lembrar do que vimos nos capítulos anteriores. Na atualidade, poderíamos comparar essa divisão de conteúdos com o que vem se desenvolvendo sobre a geografia física/da natureza e a geografia humana/social. Portanto, percebemos que o conhecimento geográfico foi sendo organizado e sistematizado em livros, compêndios, manuais e dicionários entre outras obras produzidas no período em análise a partir dessas primeiras concepções e subdivisões curriculares.

Outra forma de apresentação da geografia nas escolas, sobretudo, as secundárias, foi o ensino da *Cosmografia*¹³, um estudo relacionado à compreensão da astronomia, com a descrição matemática da Terra, assim como veremos no livro de geografia escolar de Menezes Pimentel Júnior (1935). Percebemos, ainda, que ao aproximar a geografia da descrição matemática e física da Terra, estes condicionantes lhe deram caráter mais exato, tornando-se assim as primeiras referências quando se pensava nesse saber até meados do século XIX. Resquícios desse pensamento estiveram presentes até tempos recentes a despeito do que tratava a *cosmografia* e a

¹³ A história da Geografia apresenta as vertentes pelas quais esta ciência foi sendo constituída. A princípio, no que se considera como contexto clássico, foi sendo formada a partir das ciências matemáticas, da física e da astronomia. Horacio Capel explicou que a “geografia era uma parte da cosmografia que se dedicava ao estudo matemático da Terra e da investigação de sua estrutura física. Na linha da tradição de Eratóstenes, de Hiparco e de Ptolomeu” (s/d, p.9, tradução nossa). Horacio Capel é pesquisador espanhol referência na produção de estudos voltados para a História da Geografia. Em seu texto “Geografia Humana y Ciencias Sociales; un perspectiva histórica”, Montesinos, s/d.

corografia, inclusive como disciplina escolar no Ceará. Esses vestígios serão apresentados no próximo segmento.

Lembremos que ao pensar sobre geografia escolar ou não, nossa memória nos remetia à descrição e localização pontual dos lugares, as famosas latitude e longitude, a citar como exemplo. Era dessa forma que esse saber inicialmente foi utilizado, inclusive, na produção de textos históricos que, na maioria, iniciavam com argumentos referentes à localização espacial, nos artigos dos intelectuais do Instituto do Ceará. Sobre o conceito de corografia compreendemos que o conhecimento “humano” e histórico na geografia foi sendo desenvolvido por essa vertente do saber.

O saber corográfico era formado pela descrição física dos lugares, incluindo saberes sobre os povos, assim como retratado pelo livro de Cavalcanti (1888), supracitado. E desta última proposição, o conhecimento sobre o homem e sua cultura, deu-se pela relação da geografia com a antropologia¹⁴, em outras palavras, a busca do conhecimento sobre a cultura, das atividades produtivas e o próprio modo de viver dos povos em seus lugares. Assim explicitou Horacio Capel (*op. cit*, p. 10):

Este carácter descriptivo, o “histórico”, de la geografía se afirma a lo largo del siglo XVIII y primera mitad del XIX, período durante el cual la geografía se fue identificando de forma creciente con la descripción enciclopédica de países, a la vez que disminuía su relación con la matemáticas. El desarrollo de ciencias especializadas de la tierra (geodesia, geología, etc.) explican este creciente divorcio entre la geografía y las disciplinas fisico-matemáticas, que desde luego, no llegó a ser nunca total.

Portanto, temos aqui uma clara explicação que os saberes científicos e escolares, desde o final do século XIX, já começavam a se imbricar. Não existia uma dissociação abrupta, a exemplo das descrições enciclopédicas de países produzidas em meio a Institutos e Sociedades

¹⁴ Assim como a Geografia, a Antropologia passava por indefinições de seu objeto e metodologias de campo. Portanto, quando ainda não se tinha a sistematização da antropologia diversos profissionais como médicos, filósofos e geógrafos desenvolveram estudos antropológicos em seus três níveis (etnologia, etnografia e antropologia). Afirma Capel (*op. cit*, p.23-24), que nenhuma outra ciência teve mais problemas em comum com a Geografia quanto a Antropologia. Numerosos trabalhos foram desenvolvidos entre as duas ciências desde o início do processo de sistematização de ambas.

Geográficas, como vimos em capítulos anteriores. Tornou-se um momento marcante na trajetória da geografia mundial e nacional, influenciando, inclusive, o ensino da geografia nas escolas, com a criação de manuais de ensino, ponto este que será visto em detalhamento mais a frente.

Neste sentido, ficou para os professores a responsabilidade de ensinar os inúmeros conteúdos catalográficos para os alunos. E por esse magistério passaram vários docentes. Contava o Liceu, além de professores como principal recurso para o ensino, com a existência de materiais didáticos, que apesar da escassez, utilizavam nas aulas manuais e compêndios, instrumentos de desenho, globos, mapas entre outros, e ainda a utilização de sala especial de apoio às aulas, conforme conta a historiografia da instituição.

Fato que comprovou a existência desses materiais desde o século XIX foi termos encontrado no Arquivo Público do Estado do Ceará, um manuscrito, onde registrava a solicitação de Thomaz Pompeu, no período em que foi professor de Geografia e História, ao Diretor do Liceu do Ceará, em que escreveu “[...] *ha falta absoluta de globos e cartas geographicas, por onde possa tornar o ensino proveitoso*”, conforme demonstra o documento a seguir:

Compreendia o professor que para o efetivo ensino da geografia era necessária a utilização de material de apoio, neste sentido ele justificou o pedido e fez sugestões dos materiais que necessitava para melhor ministrar suas aulas.

Continuando na análise do documento, o professor acrescentou: “*No intuito de concorrer terminação ou minoração deste estado de cousas, tomo a liberdade de indicar os authores mais conceituados e as obras geralmente adaptadas nos estabelecimentos de ensino, análogos ao Liceu, cuja necessidade é imprescindível*”. Assim, o professor Thomaz Pompeu elencou uma lista com os materiais didáticos utilizados na época nas escolas similares ao Liceu do Ceará com intuito de minorar a total escassez de material didático, dentre estes, citou:

Figura 21: Solicitação ao Diretor do Liceu do Ceará feita por Thomaz Pompeu, lente de Geografia e História em 1881.

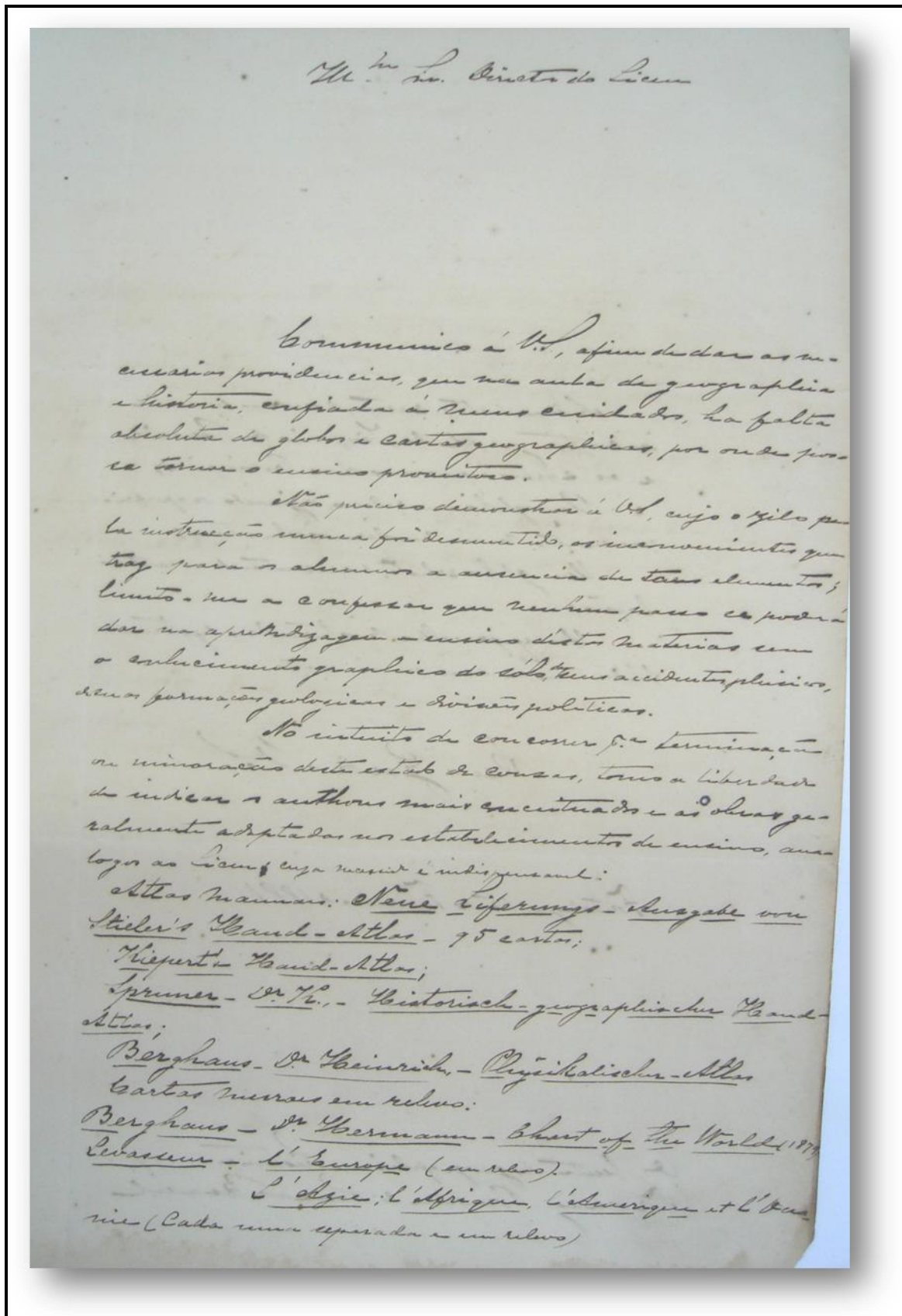
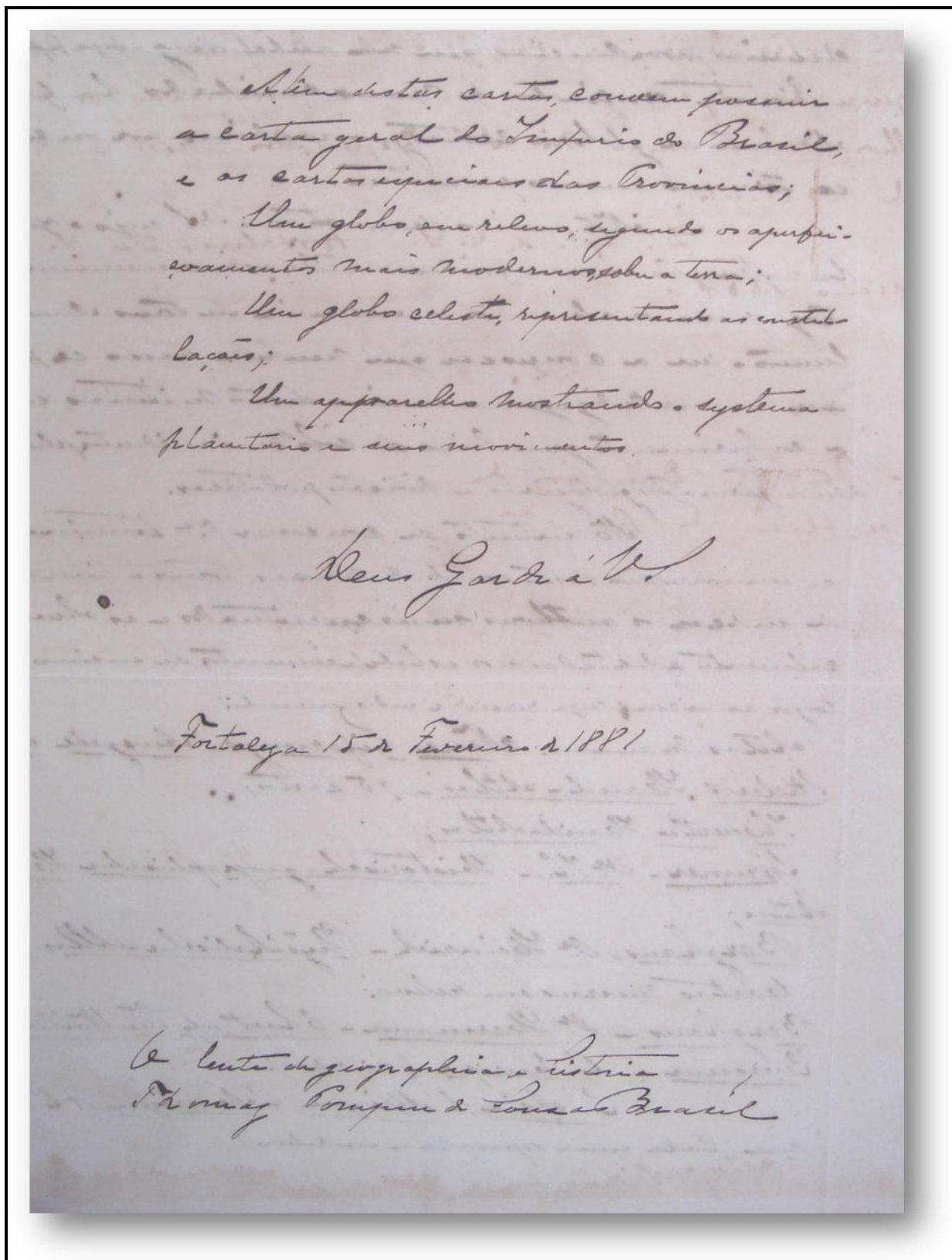


Figura 22: Verso da solicitação de Thomaz Pompeu em 1881.



- *Atlas manuais: Nene Liferange – Ausgabe vou;*
- *Itieler´s Hand – Atlhas – 95 cartas;*
- *Kiepert´s – Hand – Atlas;*
- *Ipruner – Dr. Th. – Historisch – geographischer – Hand – Atlhas;*
- *Berghaus – Dr. Heinrich – Pysikalischur – Atlas;*
- *Cartas Minerais em relevo:*
- Berghaus – Dr. Hermam – heart of the world (1879);*
- *Levasseur – l´Europe (em relevo);*
- *L´Azie, l´Afrique, l´Amerique et l´oceanie (cada uma separada e em relevo);*

Percebemos que, a princípio, os materiais solicitados eram de origem francesa e alemã, em decorrência, certamente, de ainda não existir reprodução imagética no Brasil. Outro ponto que se verificou pela análise do documento é a confirmação que esses países eram os centros produtores da geografia mundial, científica e escolar, influenciando diretamente os intelectuais brasileiros, dentre estes os do Ceará.

Foi possível, ainda, constatar no verso do documento (figura 22) que, ao completar a solicitação de materiais para o ensino de Geografia e História no Liceu do Ceará, pediu *cartas gerais do Império do Brasil e as cartas especiais das Províncias*. Assim, mais um argumento para confirmarmos a tese que, apesar das ciências no Brasil estarem em formação, já havia um processo de concepção, mesmo que incipiente, da geografia brasileira, feita por brasileiros. Outro aspecto interessante sobre o currículo de geografia no ensino clássico, tradicional, foi a existência dos conteúdos de cosmografia no Liceu, motivo pelo qual o professor inseriu na solicitação o pedido de globos em relevo, inclusive com globo celeste, representando as constelações e um planetário com movimentos (verso do documento). A geografia escolar clássica foi baseada nesses saberes levada para o ensino secundário a exemplo do que se ensinava no Liceu do Ceará.

Nesta perspectiva, a figura do professor era fundamental, cuja função principal era transmitir o conhecimento formal e sistematizado pelos intelectuais da época, ficando como tarefa para os alunos memorizá-los. A relação aluno-professor resultava num processo caracterizado por um “aluno

passivo e obediente, que memoriza o conteúdo para a avaliação, numa estrutura rígida de funcionamento do processo de ensino-aprendizagem”¹⁵.

Essa metodologia caracterizada pela “preleção docente, memorização, avaliação, emulação e castigo característicos do modelo jesuítico”, conforme Pimenta e Anastasiou (*op. cit.*, p. 148) perdurou por muito tempo, utilizada, sobretudo no ensino de matérias como Geografia e História, introduzidas no currículo escolar desde a presença dos jesuítas na educação brasileira, em 1832, como uma disciplina complementar, segundo Pessoa (2007, p. 33).

No entanto, o ensino de geografia foi, gradativamente, passando de um ensino exclusivamente mnemônico (memorização de informações) para um conhecimento mais prático e usual, adaptando-se as novas relações sociais, históricas e econômicas. Sem esquecermos do surgimento de tecnologias, até mesmo de impressão, que facilitaram a ampliação dos saberes registrados em livros para uso escolar, com a inserção de imagens e mapas nos livros de geografia do Ceará, como veremos mais a frente.

O Liceu do Ceará, assim como as outras escolas congêneres espalhadas pelo território brasileiro, foi uma instituição preocupada, basicamente, em preparar as elites para o ensino superior, com raras exceções, sendo a Geografia uma das disciplinas presentes nessa formação.

Em decorrência do contexto de pobreza da maioria dos cearenses e por serem cobradas taxas para manutenção dos alunos no Liceu, não eram todos os jovens que tinham acesso à escola. Poucas eram as vagas reservadas para quem não tinha recursos, muitos foram apadrinhados por políticos ou parentes de posses que pagavam as taxas da escola e a manutenção na cidade de Fortaleza, se fossem originários de outros lugares do interior do Ceará.

Essa realidade foi sendo modificada com o passar do tempo, e a instituição escolar passou por diferentes fases, que eram direcionadas pelas diversas gestões políticas. A cada governo novas mudanças. Um dos fatos mais interessantes da história do Liceu que influenciou diretamente na vida de seus professores, ocorreu em 1962, na gestão do Governo Parsifal Barroso,

¹⁵ Pimenta e Anastasiou (2002, p.147).

ex-aluno e ex-professor do Liceu. Este equiparou os salários dos professores quase no mesmo patamar do vencimento dos desembargadores, lembrado por Sabóia (op. cit, p.33), em suas memórias, no “Liceu que viveu”.

Tempos após, foi ocorrendo a gradativa desvalorização da instituição de ensino, acompanhando o decaimento da educação pública brasileira e cearense. Dentre os motivos alegados para decadência do Liceu, Lóssio e Sabóia (1995), apontam: a expansão sem planejamento, desvalorização dos salários dos professores, sobretudo, a partir da década de 1980; a criação das universidades federal, estadual e a UNIFOR, atraindo os melhores professores; desatualização do acervo da biblioteca e dos laboratórios, constante expansão da rede de ensino, em especial, a privada, gerando concorrência e atraindo os alunos mais estudiosos; além da falta de concursos para novos professores com altos níveis.

Com a expansão das instituições privadas, afirmou Boanerges Facó, o Liceu foi gradativamente perdendo seu posto de escola modelo das elites. Por outro lado, o ensino dessa instituição teve que se adequar aos novos padrões republicanos com uma escola pública, gratuita, laica e comprometida com a formação escolar, mesmo que esta formação não tivesse mais a mesma qualidade de outrora.

A Escola Normal e a formação de professores: noções de geografia para o ensino de primeiras letras.

Após contextualizarmos o Liceu do Ceará, escola de referência nesse processo dialético e contraditório da educação cearense, temos que lembrar do principal centro formador de professores, ocorrido com a instalação da Escola Normal Pedro II, localizada em Fortaleza. Criada¹⁶ em 1872, mas inaugurada somente em 22 de março de 1884, em decorrência da precariedade das finanças da Província. Quando de sua implantação foi

¹⁶ A criação das escolas normais no Brasil ocorreu a partir do Ato Adicional de 1834, onde as províncias ficaram responsáveis pelo provimento da instrução elementar e formação de professores para suprimento da instrução pública. No caso da província Fluminense, por meio da Lei de 10 de Abril de 1835, criada a primeira escola com objetivo de formar professores de primeiras letras, seguindo o modelo francês, segundo Peres (2005). No caso do Ceará a Escola Normal teve uma reforma realizada por Lourenço Filho em 1922.

construído prédio para abrigá-la, de arquitetura imponente, demonstrando as distinções próprias da época entre os universos das letras e do saber, em relação o espaço ao seu redor, assim como podemos observar nas figuras 25 e 26.

O principal objetivo de sua criação, conforme Menezes (op. cit, p. 194), foi a formação de professores para o ensino primário nas escolas do Estado, tamanha fora a ausência de professores para suprir as demandas que se ampliavam. Um externato comum a ambos os sexos, mas gradativamente foi se tornando uma escola exclusiva para mulheres, em virtude da ausência de homens no processo de formação de professores para o ensino primário. A partir de 1898, segundo o relatório do governador da Província (1898, p. 17), passaram a ser admitidas legalmente mulheres para o ensino de cadeiras masculinas no Ceará.

Apesar de ter sido um curso voltado para formação de professores, tinha um programa curricular propedêutico, voltado para o conhecimento dos saberes universais, dividido em duas fases. A primeira um curso preparatório com duração de um ano e a segunda o curso normal com duração de três anos, compreendendo as seguintes disciplinas:

No 1º curso ensina-se portuguez, francez, arithmética e sistema métrico, calligraphia e desenho linear, musica vocal e prendas domésticas. No segundo ensina-se pedagogia, portuguez, francez, arithmética, álgebra elementar, geometria, geografia geral e corographia do Brazil, sciencias physicas e naturaes, calligraphia e desenho, musica vocal e prendas domésticas.

Conforme observamos no currículo da Escola Normal em Fortaleza, já estavam inseridas na criação da estrutura interna as disciplinas de Geografia, Música, Geometria, além da disciplina de Pedagogia que direcionava as práticas docentes dos Professores primários, dando salto de qualidade na instrução elementar da Província se comprada de outras pelo Brasil.

A Escola Normal Pedro II foi responsável pela formação de professores de primeiras letras, acrescentando além de formação básica, a formação pedagógica para ocupação do cargo de professor. Fato interessante que destacamos sobre a formação de professores foi retirada da mensagem

dos Presidentes da Província (governo de Dr. Enéas de Araújo Torreão), relatório de 1886, no tópico Educação Primária, em que escreveu sobre a concessão de licença para formação na Escola Normal de alguns professores da Província, vejamos:

Por acto de 18 e 22 de Fevereiro ultimo concedi um anno de licença, com ordenado, para complementarem o curso da escola normal, deixando substitutos em suas cadeiras, às professoras D. Anna Eponímia de Lima Sobreira, da povoação de Guayuba e D. Maria Jeronyma de Sousa da cidade de Ipú; e de igual tempo ao professor avulso José Aprígio Nogueira da Silva para matricular-se na mesma escola. (1886, p.21)

Neste trecho do relatório, constatamos que, com a criação da Escola Normal, foi possível realizar formação pedagógica especializada, inclusive com a ampliação de conteúdos a exemplo do ensino de geografia para os alunos e das disciplinas pedagógicas complementares. Outro ponto que realçamos foi a presença masculina no curso de formação de professores no Ceará para o ensino primário, que a princípio não era tarefa exclusivamente feminina.

Dentre os professores de geografia da Escola Normal, destacamos a presença do Padre Carlos Antônio Barreto e Júlia de Vasconcelos. Foi um estabelecimento de grande importância na composição do quadro de professores, servindo de modelo para vários educandários particulares, que buscaram equiparação à Escola Normal, a exemplo do Colégio Imaculada Conceição.

Em Fortaleza, só fora criada faculdade para formação de licenciados em geografia no século XX, em meados dos anos quarenta, como verificaremos adiante. As Escolas Normais eram responsáveis pela formação de professores de primeiras letras, pertencentes ao quadro da instrução pública e privada.

Interessante destacar, a presença de uma professora de geografia que lecionou na Escola Normal do Ceará. Esta informação está vinculada ao discurso de Alba Valdez, proferido no ano de 1936, no ato de sua entrada como sócia efetiva do Instituto do Ceará, externou admiração por sua

antecessora a professora Julia Carneiro Leão de Vasconcelos¹⁷, a primeira mulher a ser sócia efetiva do Instituto do Ceará, assumindo a cadeira deixada por seu pai.

Julia Leão Carneiro de Vasconcelos foi professora de Geografia na Escola Normal Pedro II, fato que chamou atenção, por ser esta disciplina ministrada, sobretudo, por homens. Além da docência era uma estudiosa dos temas geográficos e seus trabalhos foram publicados no Ceará e no Rio de Janeiro, de acordo com Alba Valdez (1936, p.199).

Na breve investigação realizada por Alba Valdez sobre sua antecessora, descobriu pelas palavras das antigas alunas e das colegas de magistério que chamou de “livros vivos”, a caracterização de uma profissional competente, sólida nos conteúdos, disciplinada com horários e cumpridora de deveres, que honrou a classe de professores, em mais de 30 anos de duro trabalho e relevantes serviços. De acordo com autora supracitada (op. cit, p. 200), ao descrever Júlia de Vasconcelos disse que:

A Escola Normal foi sempre seu campo de ação, entrando para lá, mediante a nomeação de professora interina de Geografia. Isso aconteceu em 1900, quando contava com apenas 19 anos de idade, pois é de 7 de setembro de 1880.

A interinidade alcançou em 1902 exercida ininterruptamente pela jovem professora, que se identificara desde o primeiro instante com a sua difícil tarefa. Tanto lecionava como estudava. [...] Continuou destarte Julia de Vasconcelos na regência da cadeira, sendo nomeada efetivamente para a mesma em 1903.

Após demonstrar a solidez da atuação de Julia, Alba Valdez exaltou a importância que o Instituto do Ceará estava concedendo a participação das mulheres naquela instituição de produção de saberes. Em suas palavras afirmou que “com essa atitude o Instituto criou para nós, mulheres que escrevemos, uma situação de positivo destaque”. (op.cit., p.199). Assim, iniciou a presença da mulher no corpo de estudiosos do Instituto do Ceará, ambiente criado e promovido pela classe masculina de intelectuais cearenses. Júlia Vasconcelos foi a primeira mulher a adentrar ao recinto do Instituto do Ceará,

¹⁷ “Filha de um professor ilustre, o dr. Antonio Augusto de Vasconcelos, antigo lente, da extinta Escola Militar deste Estado, do Liceu e da Faculdade de Direito, herdou-lhe as tendências para os estudos sérios e profundos. Não se contentou com que já sabia”. (VALDEZ, 1936, p. 201).

que na época não foi aceita facilmente, por todos. Era filha de Antônio Augusto de Vasconcelos, também professor de geografia no Ceará, assim, seguiu os passos do pai.

Outro fato importante na formação dos professores do Ceará, na Escola Normal foi que no período de 1922 a 1923, foi convidado pelo governo do Estado do Ceará, Manuel Bergström Lourenço Filho¹⁸, natural do Rio de Janeiro, atuando como docente da cadeira de Psicologia, Pedagogia. Bastos e Cavalcante (2010) apresentam os detalhes da pedagogia do educador na escola de Fortaleza.

Para a produção de Reformas Educacionais no Estado do Ceará e solidificação das metodologias de ensino na Escola Normal de Fortaleza foi feito convite ao educador Lourenço Filho. Juraci Cavalcante (2000) contou em detalhes todo o processo de transição da reforma educacional em 1922, além do burburinho entre João Hypólito de Azevedo e Sá, diretor da instituição e professor da cadeira de Metodologia de Higiene, com Lourenço Filho, na criação dessa reforma.

Com o devido funcionamento da Escola Normal no processo de formação de professores e com a estruturação pública da educação cearense, o papel de habilitar os professores para o ensino primário passou a ser exercido por essa instituição¹⁹. Inclusive realizando a habilitação de professores que se matriculavam na Escola Normal para realizar curso de aplicação, ou seja, aprimoramento pedagógico (CEARÁ, 1903). No caso das escolas privadas, tivemos como maior exemplo o Colégio Imaculada Conceição²⁰ que recebia sua equiparação à Escola Normal do Ceará.

¹⁸ Lourenço Filho, ao retornar para o Rio de Janeiro foi convidado para lecionar no Instituto de Educação dessa cidade. E ainda, foi um dos responsáveis pela elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

¹⁹ Órgãos responsáveis pela inspeção, fiscalização e legalização da instrução no Ceará: o Conselho Superior de Instrução Pública (1887), Inspeção Geral da Instrução Pública do Ceará, que na década de 1970, tornou-se a antiga Delegacia do MEC, extinta em 1999, funções que passaram a ser exercidas pela Secretaria Estadual da Educação – SEDUC.

²⁰ Neste caso, em Fortaleza foi criado o “Colégio das Orphans”, denominado Colégio da Imaculada Conceição, de acordo com Menezes (op. cit, p. 194) foi instalado em 15 de agosto de 1863. Porém na obra de Plácido Aderaldo Castelo (1970, p.246), “a Lei n. 759, de 5 de agosto de 1856, criou em nossa capital a primeira casa de educação e recolhimento de meninas órfãs e desvalidas da Província e um ano depois, a 10 de março, inaugurou-se com dez alunos”. Castelo afirmou ainda, que após dez anos de funcionamento da casa, a Lei

O ensino das disciplinas do currículo da Escola Normal a princípio fora trabalhado de forma tradicional e mnemônica, mas segundo Pereira e Silva (2008), após o regulamento de 3 de setembro de 1896, não era mais admissível o ensino por meio da memorização, mas a partir da introdução de um ensino, se possível, intuitivo, das coisas, devendo ser feito por meio de lições orais, seguidos de interrogações e exercícios práticos. Caracterização esta que podemos visualizar nas mensagens dos governadores da Província do Ceará.

Neste sentido, inseriu-se o ensino da Geografia como disciplina escolar. O objetivo dos professores na Escola Normal seria ensinar noções de geografia para os alunos que eram preparados para o ensino primário, com algumas variações ensinavam geografia geral e corografia do Brasil.

Fato constatado pela pesquisa realizada por Cavalcante (2006) quando apresentou a caracterização do Livro “João Pergunta (ou Brasil Sêcco)”, de Newton Craveiro, utilizado como material didático nas escolas primárias do Ceará e também como material de ensino para formação de professores da Escola Normal na década de 1930, por indicação do Professor Lourenço Filho. Segundo este educador, o livro inseria-se dentro do quadro da nova cultura pedagógica perseguida para formação da Nação brasileira e dos padrões de discurso da modernidade de então.

Nos conteúdos, observados pelo sumário da obra, estava clara a intenção de criar uma política regional dirigida à formação do Nordeste no Brasil. Para tanto, disciplinas como a Geografia e a História do Brasil e do Ceará e outras fizeram parte desse contexto. As disciplinas eram ensinadas no livro por meio de histórias simples e narrativas feitas entre personagens, sendo o principal o “João”. E ficou clara a problemática das secas, como principal característica das especificidades climáticas e geomorfológicas do Ceará em sua dimensão regional.

Outro elemento marcante na condução dos conteúdos do livro utilizado na Escola Normal foi o esquema das narrativas, que seguiu a mesma

n.1202 a extinguiu, passando a direção da instituição para as Irmãs de São Vicente de Paulo, com nova denominação de Colégio da Imaculada Conceição em 1865. A princípio tinha por objetivo a caridade, mas ampliou seu campo de ação e clientela.

ordem de pensamento dos pesquisadores do Instituto do Ceará: compreensão da origem histórica do Brasil/Ceará, a formação de uma identidade racial, com o caboclo cearense, considerado a verdadeira raça de brasileiro; e por fim, os estudos da natureza da terra, a problemática das secas e a necessidade do cearense de se manter forte diante às adversidades e tornar-se um vencedor/herói do sertão.

Interessante como as relações da intelectualidade na formatação do pensar estavam sempre conectadas, por meio da ligação entre a produção de conhecimento = difusão do saber = escolas (formação do cidadão brasileiro/cearense). Na Escola Normal não poderia ser diferente, sobretudo, por ter sido o centro de formação de professores, responsável por cultivar agentes para a reprodução das ideologias difundidas na época.

A Geografia Sacra do Seminário da Prainha: outro centro formador de professores no Ceará

Do Seminário Episcopal de Fortaleza saíram diversos professores para o ensino secundário, escolas particulares e mesmo formação superior, nas faculdades existentes. Fato que será confirmado na criação da Faculdade Católica do Ceará, em 1947, onde vários padres e ex-seminaristas compuseram o quadro docente e discente da instituição. O Seminário atuou diretamente no setor da educação e da formação religiosa da sociedade (FILHO; VASCONCELOS, 2011).

Anterior à Escola Normal, foi criado o Seminário Episcopal de Fortaleza, em 1860. O seminário foi instalado para ser estabelecida uma diocese, além da formação dos seminaristas e padres. O currículo do seminário era dividido em dois, conforme explicou Menezes (1895, p. 203):

No curso theologico: theologia moral, theologia dogmática, direito canonico, historia eclesiástica, liturgia, canto chão, eloqüência curso teológico e o de preparatório. No primeiro as disciplinas tinham caráter religioso e no segundo, as disciplinas eram de formação instrutiva, destaca-se também que a geografia era estudada, como pode ser observado na citação sagrada e escriptura sagrada.

No curso de preparatórios: philosophia, physica, rethorica, mathematicas, historia geral e do Brazil, geographia, francez,

latim dividido e nos três anos grammatica portugueza, arithmetica, cathecismo, historia sagrada, civilidade e musica vocal.

O professor de geografia do Seminário da Prainha repassava aos seus alunos um saber geográfico sacro. Era uma geografia preocupada em ensinar a formação da religião cristã pelo mundo. Estudavam por meio das escrituras bíblicas, com a disciplina de geografia fazendo parte dos currículos, era “uma geografia sagrada e eclesiástica – e a civil e profana são tão unidas, que o aluno, que estudar a primeira, ficará com bastantes noções da segunda” (CASTELO, 1970).

A geografia sacra era ensinada para os alunos no Seminário Episcopal, por meio do conhecimento religioso, mas dava subsídios para os futuros padres ensinarem em diversas instituições, inclusive no Liceu do Ceará. A educação no Ceará foi viabilizada pela instalação do seminário e da vinda de várias ordens religiosas que se difundiram atuando em instituições de caridade (orfanatos), casas de saúde, asilos e escolas.

A figura 27 apresenta o Seminário da Prainha, na década de 1910. No início do século XX, as ruas de Fortaleza ainda não eram todas pavimentadas, sobretudo, as que ficavam mais próximas à praia. Um belo prédio que se destacava, por ter sido construído no alto de uma colina, próximo ao mar. E da beira-mar avista-se o Seminário da Prainha, como foi denominado, localizado no bairro do Outeiro da Prainha. Ratificou Castelo (1970, p.157), ao dizer que “[...] a seriedade pedagógica e o zelo pela formação moral e intelectual dos que freqüentaram o Seminário permitiram a formação de uma elite e a tal ponto que se tornara credencial, mesmo para o egresso da Prainha, o dizer que ali estudara”.

Escolas de ensino profissional, a Escola Militar do Ceará e o ensino da geografia

O ensino em Fortaleza e no Ceará se expandia, alçando novos ares, foi criado o ensino profissional no Ceará, com destaque para a Escola de Aprendizes Artífices, instalada em 1910, tornando-se posteriormente no Liceu de Artes e Ofícios, por intermédio do Decreto Federal n.7566, de 23 de

setembro de 1909, segundo Castelo (op. cit, p.187). Assim afirmou sobre a importância do ensino técnico-profissional:

De fato, o preparo técnico e profissional há sido sempre, em todas as épocas o fator de toda a evolução social e, como o disse provector educacionista patricio, é tão essencial quanto o ensino primário, porque, se saber ler é indispensável a um povo, saber trabalhar não é o menos. (CASTELO, op. cit, p.190).

Assim o Liceu profissionalizante, menos acadêmico, direcionou diversos jovens para o trabalho técnico. Baseado na formação industrializante e técnica de outros países da Europa, o Governo Federal decidiu aprimorar a formação técnica no Brasil, criando as Escolas Técnicas Federais. O governo do Ceará, por meio do Decreto n. 548, de 4 de maio de 1939, autorizou doação de terreno da União, situado à rua 13 de Maio, para edificação das instalações do Liceu de Artes e Ofícios²¹ que posteriormente se tornara a Escola Técnica Federal do Ceará – ETFCE, com ensino secundário técnico-profissionalizante. Por ser uma escola que oferece formação de nível secundário e técnico, a disciplina de geografia sempre esteve presente no currículo escolar, mas não foi possível identificar os docentes. Em relação aos cursos técnicos como Edificações, Estradas e Turismo.

O ensino da Geografia era direcionado para cada área, a exemplo da topografia, cartografia como estudos básicos para formação do profissional de Estradas. No caso da área de Turismo ensinavam-se conhecimentos e informações gerais, sobre a Geografia do Brasil, do Ceará, noções gerais de fusos horários e geografia mundial. A geografia era direcionada para o exercício de cada profissão, além de estudos curriculares ligados ao ensino secundário. A metodologia de ensino continuava a mesma, baseada em métodos mnemônicos e enciclopedistas, com exceção dos trabalhos práticos de campo.

²¹ A preocupação com a criação de cursos práticos voltados para formação de profissionais técnicos só teve ênfase no Ceará, no início do século XX, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará. Período este explicado por Maria das Graças de Loiola Madeira, (1999).

O ensino profissional do Ceará se complementou com a criação da Escola de Aprendizes de Marinheiro, cujo professor de geografia foi Vicente Godofredo Macaíba. Além da afamada Escola Militar do Ceará, que existiu entre 1889 a 1898, que segundo Marques (2011), teve por um dos professores de geografia Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o filho²² do Senador Pompeu, assim como já retratado no capítulo anterior. Como sequência do ensino militar em Fortaleza tivemos a criação do Colégio Militar do Ceará no início do século XX, fundado em 1919, extinto em 1938, retornando em 1942.

Nesse aspecto pudemos perceber a importância que a Escola Militar do Ceará assumiu na formação da juventude cearense, sobretudo, a de Fortaleza, juntamente com outras escolas militares como a de Aprendizes de Marinho e a Escola da Polícia Militar, ambas em seus currículos estava presente a disciplina de geografia.

No período da Escola Militar a origem dos alunos, em sua maioria, era de procedência humilde, necessitando de seus vencimentos para manter-se na instituição. Caso diferente dos alunos do Colégio Militar que eram filhos das famílias abastadas e de profissionais do exército que tiveram a oportunidade de receber a formação escolar nesse estabelecimento tradicional. Desde o início a escola foi aclamada como excelente centro de formação escolar, tendo por principal resultado o sucesso profissional e intelectual daqueles que passaram por seus bancos.

Outra lembrança vívida da efervescência no pensamento da juventude cearense influenciado pelos alunos da primeira Escola Militar foi retratada por Marques (2011, p. 12) ao explicar que os alunos, “por exemplo criaram jornais, revistas literárias, grupos de teatro; participaram de revoltas; envolveram-se em polêmicas na cidade”, e ainda “[...] tiveram atuação decisiva na derrubada do antiflorianista e presidente (do Estado) Clarindo de Queiroz, em 1892”. Portanto, as instituições de ensino não estavam a par dos movimentos científicos e literários da época, pelo contrário se imbricavam. Portanto, ciência e educação são pares que andam conjugados.

²² No capítulo anterior tivemos a oportunidade de contar um pouco da trajetória do filho do Senador Pompeu como docente da Escola Militar, com ênfase para o momento de transição entre Império e República e as complicações sofridas por Tomás Pompeu por ter se declarado monarquistas.

Toda a ebulição de ideias e participação em movimentos e agremiações literárias e intelectuais, além de revoltas sociais podem ter acarretado na extinção da primeira Escolar Militar, segundo seus historiadores. Mas não há dúvidas do papel das escolas militares no Brasil para a inserção do pensamento cientificista, positivista, evolucionista, racionalista voltado para a instalação da modernidade e da república brasileira no meio escolar.

O pensamento republicano difuso entre alunos e professores resultou em diversas manifestações de repúdio à Monarquia. Aqueles que se declaravam a favor deste regime sofreram consequências, profundamente constrangedoras. A exemplo do que sofreu Tomás Pompeu, o filho do Senador, no período em que trabalhou como docente nessa instituição de ensino, na cadeira de Geografia, como já foi explicitado no capítulo anterior.

Completando o ensino militar, foi criada a Escola Policial Militar para formação e aperfeiçoamento de militares. Posteriormente, a escola inseriu formação escolar regular em 1940, promoveu concurso para magistério, abrindo suas portas para a comunidade civil, segundo Castelo (1970).

A geografia no ensino militar, inicialmente, seguiu um currículo clássico. Era ensinada de forma tradicional e mnemônica, assim como em outras instituições de ensino secundário da época. Isso porque, segundo Marques (2011), no final do século XIX havia discordâncias em relação ao tipo de saber que deveria ser construído e ensinado: se seria o científico ou o militar. Era necessário para formação e inserção dos preceitos de progresso da República e do espírito de nação que os alunos tivessem uma formação mais científica do que a formação militar.

Posteriormente, já no século XX, após diversas reformas curriculares nas escolas militares do Brasil o ensino das disciplinas recebeu uma equiparação entre o conhecimento científico/teórico e o conhecimento militar/bélico. Assim a Geografia, considerada uma disciplina estratégica nas forças armadas por oferecer conhecimento do território seja urbano ou rural, passou a ser ensinada de forma mais estratégica e menos enciclopédica.

Na formação de oficiais estuda-se a geopolítica como instrumento de defesa territorial, segundo Castelo (1970). Dentre os materiais didáticos utilizados para o ensino da geografia na Escola Militar lembramos o livro

“Licções de Geografia Geral”, criado por Tomás Pompeu, no período de sua trajetória docente na escola e no Liceu do Ceará.

Escolas privadas, professores de geografia e a expansão do ensino: o Instituto de Humanidades e o Colégio Marista

A expansão do ensino privado foi uma consequência do Ato Adicional de 1834, que permitiu, primeiramente, a reunião de cadeiras avulsas, daí surgiram os Liceus e, em seguida, a possibilidade de criação de escolas particulares²³, inclusive para o ensino secundário em todo Império brasileiro expandindo-se ainda mais a partir da República.

Este fato foi constatado pelas mensagens de presidentes da Província do ano de 1891, no segmento sobre a educação cearense (1891, p. 9-11), ao demonstrar a quantidade de alunos matriculados nas 15 escolas públicas da Capital (1050 alunos) e a quantidade superior de alunos matriculados nos externatos e internatos particulares (1924), e a maioria no Colégio da Imaculada Conceição, com internato de 150 alunas e externato gratuito com 600 alunas.

Neste sentido, como vimos, foi criado o Liceu do Ceará em 1844, instituição escolar responsável pela habilitação de professores e fiscalização de escolas, missão esta que tempos após passou a ser da Escola Normal. No processo de expansão do ensino particular, cabe fazer ressalva às escolas confessionais, pela dinâmica atuação nos mais diversos segmentos católicos, com a presença de escolas Lazaristas, Jesuítas, Salesianas de D. Bosco, Maristas, Irmãs Vicentinas entre outros. No panorama geral do surgimento de instituições privadas, destacamos o Instituto de Humanidades e o Colégio Marista.

O Instituto de Humanidades foi um educandário de renome e referência que oportunizou a criação de vagas de trabalho de professor de

²³ “O ensino secundário particular, no Brasil, atingiu seu apogeu nos anos de 1860 e 1890, multiplicando-se pelo país escolas privadas elementares, profissionais e, sobretudo, secundárias. Além dos estabelecimentos com fins comerciais muitas foram as iniciativas de associações beneficentes ou de entidades e cidadãos desinteressados que, gratuitamente, ofereciam ensino primário e secundário”. (PERES, 2005, p.18-19).

geografia. Escola criada e dirigida pelo professor Joaquim da Costa Nogueira. Segundo Espínola (1991, p. 93), ele “dominava bem o Português, a Geografia, a História, o Desenho e a matemática. Didata às completas usava métodos próprios. Gozava elevado conceito na área do ensino escolar”.

Além de professor com elevada capacidade didática e intelectual, Joaquim Nogueira laureou sua escola com a criação e direção da Revista Escolar e do Livro Ano Escolar. “A primeira publicação circulou durante mais de doze anos, com excelentes trabalhos. O livro foi prefaciado pelo eminente jurista Clóvis Beviláqua”, conforme Espínola (idem, ibidem).

A Revista Escolar foi criada pelo Instituto de Humanidades em 14 de julho de 1904. Segundo Bindá, essa data não foi escolhida ao acaso, simbolizava o “ganho de liberdade do povo francês, devido a Queda da Bastilha, deveria despertar no alunado o compromisso com a obtenção do saber, das práticas das virtudes cívicas para com a pátria e a família” (2008, p.109-110).

Com publicações mensais, o intuito do prof. Joaquim Nogueira com a revista era divulgar as inovações das práticas pedagógicas da escola criada pelo corpo docente e discente. Teve circulação de 1904 a 1914, nessa década de existência foram editados 114 números da revista, conforme Bindá (2008). Observamos, na figura 26, a imagem da apresentação da Revista Escolar pelos alunos do Instituto de Humanidades, com destaque para aluna no centro, vestida com os símbolos da República que se instaurava.

A disciplina de Geografia esteve presente desde o primeiro programa de ensino. Após mudanças decorrentes da Reforma Rivadávia Correia²⁴, o ensino de Geografia foi introduzido desde a primeira série de ensino, segundo Bindá (2008). Outro destaque deu-se pela introdução do ensino especial de escrituração comercial, que objetivava capacitar a juventude

²⁴ Segundo Rocha (2010, p. 655-656) “a Primeira República foi pródiga na produção de reformas educacionais. Ao todo, do período correspondente à implantação do regime republicano até à Revolução de 30, nada menos do que cinco reformas educacionais foram implementadas no Brasil: Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), e a Reforma Luiz Alves / Rocha Vaz (1925)”. Sendo esta última, considerada a mais importante, para legitimação da geografia dos professores, com base na geografia moderna, conforme Rocha.

para o trabalho, respondendo as necessidades de mudanças socioeconômicas da cidade de Fortaleza.

Nas figuras 29 e 30, observamos alguns momentos da escola do Instituto de Humanidades, onde os professores ministravam as aulas de Geografia. Observamos alguns instrumentos didáticos, recursos para compreensão dos conteúdos que se assentavam, sobretudo, no ensino da geografia física. Dentre os recursos constavam: globos, mapas, quadro e giz, além de desenhos representativos produzidos pelo professor. No Instituto de Humanidades do Ceará era ofertado ensino primário, médio e secundário. A estruturação do currículo escolar e da própria instituição, segundo Bindá (2008, p.73) seguia alguns parâmetros:

[...] caminhou no espaço educacional cearense, adotando para o programa de ensino do curso primário, o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Ceará; já o curso secundário, seguiu os programas de ensino do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, antigo Colégio Pedro II.

Apesar de todo esforço do ilustre professor, conta-se nos textos que proclamam sua biografia que, Joaquim Nogueira sofreu a perda do único filho, assassinado a tiros, na cidade de Fortaleza, no ano de 1914. Este fato causou profundo abalo em suas condições psíquicas, o acometendo em profunda depressão.

Após alguns anos, buscando uma nova tentativa de inserir-se no magistério, funda o Colégio Nogueira, cujo corpo docente participaram “Paulo Sarasate e Plácido Aderaldo, ex-Governadores do Ceará; Djacir Menezes, do Instituto do Ceará e Filósofo; José Evandro Luz, Bacharel em Direito; e Perboyre e Silva, Jornalista e Professor Universitário”. (ESPÍNOLA, op. cit, p. 94). Mas, que acabara sendo fechado no período de seu falecimento a 21 de julho de 1935, na cidade de Fortaleza, assim contou Itamar Espínola.

Neste rol de escolas particulares, importante lembrar a criação do Colégio do Sagrado Coração Marista Cearense, em 1917, por ser nesta instituição particular, o local onde foi criado e alocado o primeiro curso superior de formação de professores, isto é, onde se pode destacar a licenciatura em Geografia e História, inaugurando a licenciatura para formação específica de docentes.

Isso ocorrera anos após a criação da escola, somente em 1947, com a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Desta maneira, interessa conhecer a origem da instituição. Assim, segundo Girão (1955, p. 71) afirmou que a escola foi criada e instalada pelos Padres Climério Chaves, Misael Gomes e José Quinderé, com externato e internato. Girão informou ainda que:

O Padre Climério era encarregado dos negócios externos do instituto. Ao padre Climério cabia a direção didática e a Quinderé a administração interna, no que era auxiliado por sua irmã Ana Quinderé. Como prefeito de disciplinas, trabalhou algum tempo o Padre Otávio de Castro. Todos eram professores. As aulas de Português e Francês estavam confiadas ao Prof. Raimundo de Arruda. Três anos depois o Colégio passou à propriedade e orientação da Ordem dos Maristas, que ainda hoje o mantém grandemente ampliado e portador das mais sólidas tradições. (1995, p.17).

No Brasil, de acordo com as informações do site oficial da rede escolar²⁵, a Ordem dos Irmãos Maristas chegou no ano de 1897. A organização religiosa foi fundada por São Marcelino de *Champagnat* na França. Nos lugares por onde se difundiu tinha por objetivo “dar continuidade ao projeto de formar bons cristãos e virtuosos cidadãos, por meio da educação integral, da pedagogia da presença, do espírito de família e do amor ao trabalho” (GINÁSIO, 2011).

A rede de escolas e instituições da Ordem dos Irmãos Maristas se difundiu pelo Brasil, em vários municípios e estados, como o do Rio Grande do Sul, Brasília, Amazonas, Ceará entre outros. A missão principal da ordem é “evangelizar e educar”. Para tanto, foram criadas várias associações administrativas para gerir os empreendimentos da ordem religiosa, denominada de União Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC), que em 2005 passou a ser a União Marista do Brasil (UMBRASIL). No mundo, além do Brasil, estão espalhados pela Europa, Estados Unidos, Pacífico e Ásia.

No Ceará, chegaram por volta de 1913 e efetivaram a compra e reestruturação do Colégio Marista em 1915. Esta escola era considerada uma das instituições mais tradicionais no rol das escolas particulares da época. A fama da pedagogia da presença e da boa administração dos Irmãos Maristas

²⁵ Informações auferidas de um dos sites das instituições da Ordem, disponível em <<http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista>>. Acesso em Jan./ 2011.

fez com que a ordem fosse convidada a ampliar sua atuação em outros municípios cearenses, como o de Aracati, Iguatu e Maranguape. Em Fortaleza, além da sede da Avenida Duque de Caxias no Centro, foi criada filial no bairro Mondubim. Além das instituições de ensino, possuem projetos sociais na casa de acolhida da Abreulândia.

A expansão dos estabelecimentos de ensino particulares e o desaparecimento de áreas residenciais no centro da cidade de Fortaleza, próximas ao Colégio Marista, resultou na diminuição crescente do número de alunos na escola. Estes motivos acarretaram no fechamento da escola em 31 de dezembro de 2007, passando a manter cursos de nível superior, na Faculdade Católica do Ceará²⁶. Esta uma nova versão de faculdade, diferente daquela criada na década de 1947 que será o último foco de nossa investigação.

No alvorecer do ofício de professor, diversos foram aqueles ligados a Geografia no Ceará entre os séculos XIX e meados do século XX. Alguns discorreram sobre a Instrução Pública, outros permaneceram somente no magistério.

Nas imagens abaixo, visualizamos algumas das principais instituições de ensino da cidade de Fortaleza que influenciaram diretamente na formação intelectual e da geografia escolar local. Percebemos mudanças, inclusive, da estrutura física dos estabelecimentos, como Liceu e Escola Normal, resultado da dinâmica populacional da cidade e ampliação dos serviços públicos. Como pode ser visto pelas imagens da arquitetura dos prédios, conforme Santiago (2010) demonstravam a mudança de padrões sociais que cada período histórico ensejava, a exemplo claro do prédio da Escola Normal Pedro II, na segunda sede oficial foi criada para ser um “templo do saber”, demonstrando imponência estética em meio às edificações em seus arredores. Não há dúvidas que era uma “ilha do saber em meio ao mar de analfabetos”. Assim, como o prédio do Seminário da Prainha, que em 1910, estava margeado pelo areal da praia e da simplicidade dos pescadores.

²⁶ Nota no jornal O POVO (2007) e informações de Nobre (2011), disponível em <<http://fortalezanobre.blogspot.com/2010/03/colégio-marista-cearense.html>>, acesso em 05 de maio de 2011.

Figura 23: **Prédio do Liceu do Ceará na praça dos voluntários.**



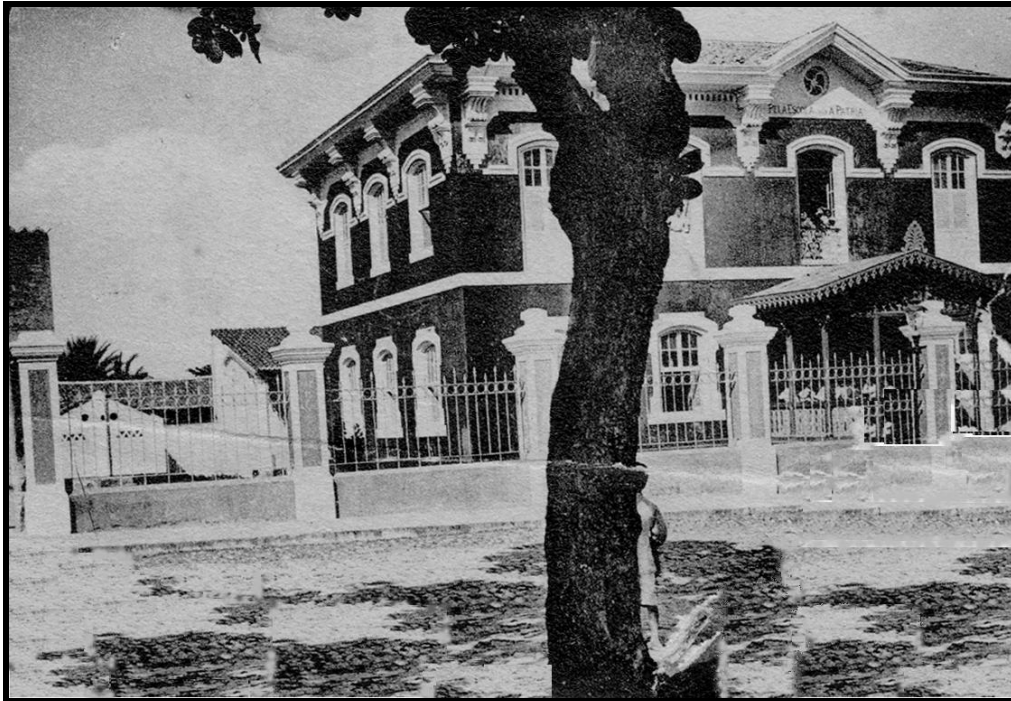
Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2011

Figura 24: **Sede Oficial do Liceu do Ceará – bairro Jacarecanga, inaugurada em 1922.**



Fonte: Fortaleza Nobre, 2012

Figura 25: Antiga Escola Normal, na Praça do Marquês de Herval em 1910 – estilo eclético, formato de chalé do século XIX.



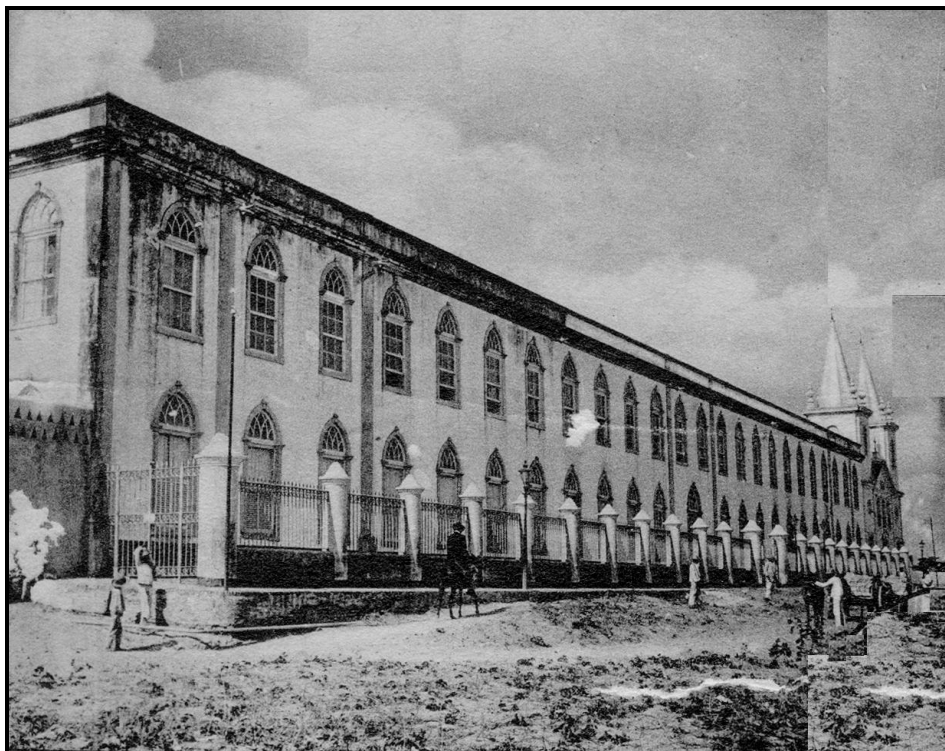
Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2011.

Figura 26: Segunda sede oficial da Escola Normal Pedro II, 1923. Posterior Escola Justiniano de Serpa – estilo flamengo moderno.



Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2011.

Figura 27: **Seminário Episcopal da Prainha, 1910.**



Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2010.

Figura 28: **Revista Nova Escola do Instituto de Humanidades, 1906**



Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2010.

Figura 29: Instituto de Humanidades, aula de geografia, Prof. Theodorico em 1892.



Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2011.

Figura 30: Instituto de Humanidades, aula de geografia em 1892 – uso de mapas



Fonte: Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu da Imagem e do Som, 2011.

Na imagem da Revista Escolar (figura 28), do Colégio Instituto de Humanidades, percebemos com mais atenção aluna no centro da fotografia, representada com vestes, simbolizando a República brasileira que se instaurava, momento típico da época, a introdução do civismo na escola.

Nas imagens de aulas de geografia da mesma instituição, foi possível observar elementos dos conteúdos ministrados, baseados em conteúdos da cosmografia e da utilização de mapa para ensino da Geografia do Brasil. Salas de aula, exclusivamente, masculinas.

Diante dessa caracterização das instituições escolares e do papel de seus professores de geografia, pudemos encontrar alguns livros escritos por intelectuais, alguns utilizados na instrução pública, outros lançados como material de pesquisa produzidos no período em análise, como princípios norteadores do pensamento geográfico a época transposto na tese como registros e fontes bibliográficas.

Dentre os tópicos que atentamos ao realizar a leitura do material de pesquisa, observamos a organização e disposição de conteúdos da geografia, as metodologias de ensino sugeridas pela disposição, o momento em que as imagens foram inseridas como apoio ao conhecimento geográfico e a investigação da geografia disciplina escolar como responsável em difundir a importância da identidade nacional entre os alunos.

Esclarecemos que no estudo da história da educação e da história de uma ciência, todos os materiais que os envolvem tornam-se importantes instrumentos e fontes de análise, portanto, escolhemos algumas obras raras de geografia escolar que pudessem representar de maneira fidedigna, como se deu o desenvolvimento do ensino da geografia nas escolas cearenses. Estas obras representam o pensamento científico da época desenvolvido pelos intelectuais do Instituto do Ceará. Afinal, existiu alguma relação entre a geografia produzida no âmbito acadêmico-científico com o que foi produzido e levado para as escolas pelos intelectuais, professores?

4.2 A geografia escolar cearense do período em análise

MESTRE. *O que é um corpo?*

DISCIPULO. É tudo, que tem extensão, largura, e grossura, ou profundidade; quando o corpo é perfeitamente redondo, chama-se-lhe *bola, globo, ou esfera*.

Que é superfície?

É o eu termina o corpo. A superfície tem duas dimensões, a da largura, e da extensão.

Que é linha?

Brazil (1856, s/p.).

Na busca de compreender a relação entre a geografia científica e a geografia escolar²⁷ cearense apresentamos no prefácio acima um fragmento do Compêndio de Geografia, produzido por Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, em sua edição de 1856. Interessante destacar no texto de Pompeu, a marcação expressiva do papel desempenhado pela figura do Mestre e do discípulo. Neste caso, o mestre ocupava a posição de um sábio que questionava seu discípulo sobre o significado dos conceitos geográficos. Essa forma de aprendizagem foi conhecida como método dialogístico ou de catequese. (BRAZIL, 1856; SOUSA NETO, 1997; ALBUQUERQUE, 2010), característica da geografia escolar clássica e tradicional.

Assim como na formação da geografia cearense científica, o Senador Pompeu, em sua condição de educador, desenvolveu vasta produção bibliográfica, com significativa difusão no País. O Compêndio “Elementos de Geografia”, de acordo com Sousa Neto (1997) foi ampliado e transformado em obra escolar, em outras edições. Em 1856, publicada em Fortaleza, nos anos posteriores 1859, 1864 e 1869, reeditadas no Rio de Janeiro. Por longo tempo, os livros de Thomaz Pompeu foram utilizados nas escolas brasileiras,

²⁷ No Brasil, a geografia criou estatuto de disciplina autônoma com a instalação do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado escola modelo no ensino do país, no entanto, “o que acabou acontecendo foi que o colégio criado, a bem da verdade, tornou-se meramente um padrão ideal” (ROCHA, 2010, p.635). Outros fatores que colaboraram na valorização da Geografia nos currículos escolares do Império foram a inserção da matéria, nos exames de seleção para ingresso nos cursos jurídicos, desde 1831, segundo Pessoa (2007, p. 34). Acrescentamos, na mesma perspectiva, auferido de Del Priore e Venancio (2010, p.200), o esclarecimento de que no exame de seleção do curso preparatório para a “Escola Central, que em 1858 sucedeu a Academia Real Militar, de 1810”, exigia sólido conhecimento do candidato, dentre as várias disciplinas, a de geografia e história. Por esses e outros motivos a geografia como saber escolar foi adquirindo importância dentre os saberes escolares.

considerados referências para escritos posteriores. A última edição foi atualizada e ampliada, formou o “Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil”, publicada no Rio de Janeiro, pela editora Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª Ed. 680p.

O método dialógístico presente nas obras de Pompeu consistia na escrita dos conceitos, em formato de diálogos entre discípulos e mestre. Porém, na edição de 1859, o método dialogístico foi retirado da obra e, de acordo com o pesquisador supracitado, o Compêndio foi uma continuidade daquilo que já existia na época, não havia muitas novidades, persistia a ausência de imagens.

Conforme Sobrinho (1929, p.11), apesar de Thomaz Pompeu já conhecer as principais obras de Humboldt, baseou os seus trabalhos no sistema teórico universalmente utilizado nos escritos de sua época. Este fato segundo Albuquerque (2011), foi ainda em decorrência da falta de mapas sobre o Brasil, pois os que existiam não tinham precisão cartográfica. Ainda, segundo a referida autora, “as primeiras imagens a compor os livros didáticos de Geografia publicados no Brasil foram desenhos e gravuras, encontrados especialmente nos livros publicados a partir de 1870, especialmente aqueles destinados ao ensino de cosmografia, portanto, eram gravuras da esfera terrestre [...]” (op. cit, p.74).

O compêndio de Thomaz Pompeu era uma compilação²⁸ de informações distribuídas no livro em formato de dicionário, conceitos e significados, retirados dos relatórios dos presidentes das províncias. Seguiu algumas características da obra de Aires de Casal, porém teve atenção de corrigir pequenos erros deste autor. Chamou atenção Sousa Neto (1997) que um livro com toda importância que teve, não pode ser desconsiderado em sua missão, em contribuir para a formação de uma identidade nacional.

²⁸ Sousa Neto (op. cit., p. 47-48), explicou ainda que “a compilação era, portanto, uma conduta universal, que transformava em documentos os dados fornecidos pelos viajantes, capitães-mores, presidentes de província ou membros das sociedades geográficas”, assim como observamos no capítulo anterior com as contribuições dos estudiosos, naturalistas, sobre a composição da geografia cearense. Neste sentido, não é possível fazer anacronismos, criando críticas tão severas ao que foi produzido no passado remoto, ao lembrar-se das ínfimas condições e poucas possibilidades que existiam para realizar a publicação de um livro.

No final do século XIX, a geografia ensinada no Brasil ainda era considerada apolítica, descritiva, catalográfica ou enciclopédica, como resultado da formação de banco de dados sobre a descrição da Terra, assim como fora realizado nas instituições científicas e de exploração. Era um conhecimento baseado nos moldes europeus, sobretudo, de origem francesa, em que a memorização de conceitos e informações era o principal objetivo do ensino, devidamente cobrados no processo de avaliação, a exemplo do método de Lancaster.

Declarou Rocha (2010, p.661) que as características da geografia tradicional não eram por acaso, existiam intenções subjacentes a seleção de conteúdos, portanto “o rigor no controle dos conteúdos e compêndios buscava evitar que nas salas de aulas fossem transmitidos conhecimentos, visões de mundo, posturas político-ideológicas etc., que entrassem em choque com os interesses dos grupos que controlavam o poder de Estado”. Nesse período os livros escritos direcionados às escolas ainda não eram considerados materiais didáticos²⁹, não continham exercícios de fixação nem ilustrações, posteriormente é que foram inseridos os mapas, no sentido da explicação, sobretudo da Cosmografia. Na realidade, eram materiais de apoio aos professores e alunos. A expressão livro didático foi criada no século XX para denominar os materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sobretudo da educação básica, conforme Monteiro (2009) e Silva (2011).

Muitos compêndios e manuais de ensino foram criados pelos próprios professores das disciplinas, a exemplo do Compêndio que estamos visualizando, produzido pelo Senador Pompeu, quando desempenhou suas atividades docentes no Liceu do Ceará. Esse legado foi repassado para seus descendentes, como já referido no capítulo anterior. Segue caracterização do que eram os manuais e compêndios de ensino, produzida por Silva (op. cit., p.295):

²⁹ “O livro didático é um objeto recente no contexto escolar, assim como são os projetos político-pedagógicos, os currículos, dentre outros constructos surgidos no último século com o objetivo claro de ampliar a qualidade da educação ofertada – especialmente nas redes públicas de ensino – e atender a ampliação do atendimento escolar”. (SILVA, 2011, p.295).

Antes do século XX – o tempo do progresso e da civilização – tinha-se os manuais e os compêndios escolares que eram livros sintetizadores dos conhecimentos científicos de uma determinada área de saber, nos quais não havia os exercícios (a elaboração destes era tarefa exclusiva do professor), a linguagem pouco diferia daquela utilizada nos espaços acadêmicos e um mesmo manual podia ser utilizado por mais de uma década sem nenhum constrangimento pelos professores de então.

Num momento em que a dificuldade para impressão e publicação³⁰ de um livro era imensa, a repetição de conteúdos e ausência de livros para alunos era compreensível. Na maioria das vezes, os livros eram impressos no Rio de Janeiro, capital do Brasil. No caso do ensino de Geografia no Ceará ficou claro, por meio da análise de diversas obras, principalmente aquelas produzidas pelos descendentes do Senador Pompeu (filho, sobrinho e neto), a repetição de dados e informações. E assim, a geografia escolar cearense permaneceu por longos anos com as mesmas características.

Outro destaque interessante que devemos atentar era a apreensão desse conteúdo geográfico pelos alunos, assim como elucidado por Silva (2011). Não havia muita distinção entre os conteúdos ensinados na academia e os que eram levados para escola. Não havia transposição didática, sendo papel do professor atualizar, ampliar ou facilitar o ensino dos conteúdos. Daí o porquê da origem da memorização como principal recurso para aprendizagem. Não se aprende o que não se compreende, o que restava era o processo da memorização, similar o que ainda temos nos tempos de hoje quando não há compreensão. Exemplar dessa aprendizagem, a mnemônica, foi o que constatamos com os escritos no caderno de geografia de Raquel de Queiroz³¹, quando aluna do Colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza.

³⁰ Albuquerque (2010, p.71) informa ainda que “os livros didáticos de Geografia no século XIX começam a ser publicados efetivamente no Brasil a partir da década de 1870, aqueles anteriores a esta data são raros, tendo em vista que não havia nem um número significativo de editoras e nem um mercado consumidor para tais publicações”. Somente com a instalação da instalação da Imprensa Régia que os livros iniciaram processo maior de edição, perdurando até 1822, data da Independência do Brasil, conforme a autora.

³¹ Conta a biografia dessa escritora, que seu pai foi professor de geografia, chegando a ensinar como professor temporário no Liceu do Ceará, instituição de renome. Asseveram seus biógrafos que a escritora, desde a juventude, sempre teve boa relação com o estudo da geografia do Ceará e do mundo. Excelente observadora da natureza, sobretudo em suas idas para fazenda da família, denominada “Não-me-deixes”. Peculiaridades identificadas em seus

Nesse caderno observamos, com clareza, um ensino de geografia enciclopédico, cuja disposição dos conteúdos era similar ao método dialogístico, isto é, perguntas e respostas, assim como visualizado na figura 32, onde lemos a descrição do conceito e subdivisões da geografia científica, pela concepção da época.

Era dessa forma que se buscava aprender conceitos e explicações sobre o mundo e seus lugares na geografia em formação. A importância maior do ensino de geografia só ocorrera na República, utilizada como instrumento ideológico para formar, mesmo de forma incipiente³², o sentimento de nação que faltava ao povo brasileiro, regenerando-o da ignorância e indolência. Mas, a aclamada educação não foi para todos, apenas os grupos seletos da sociedade da época.

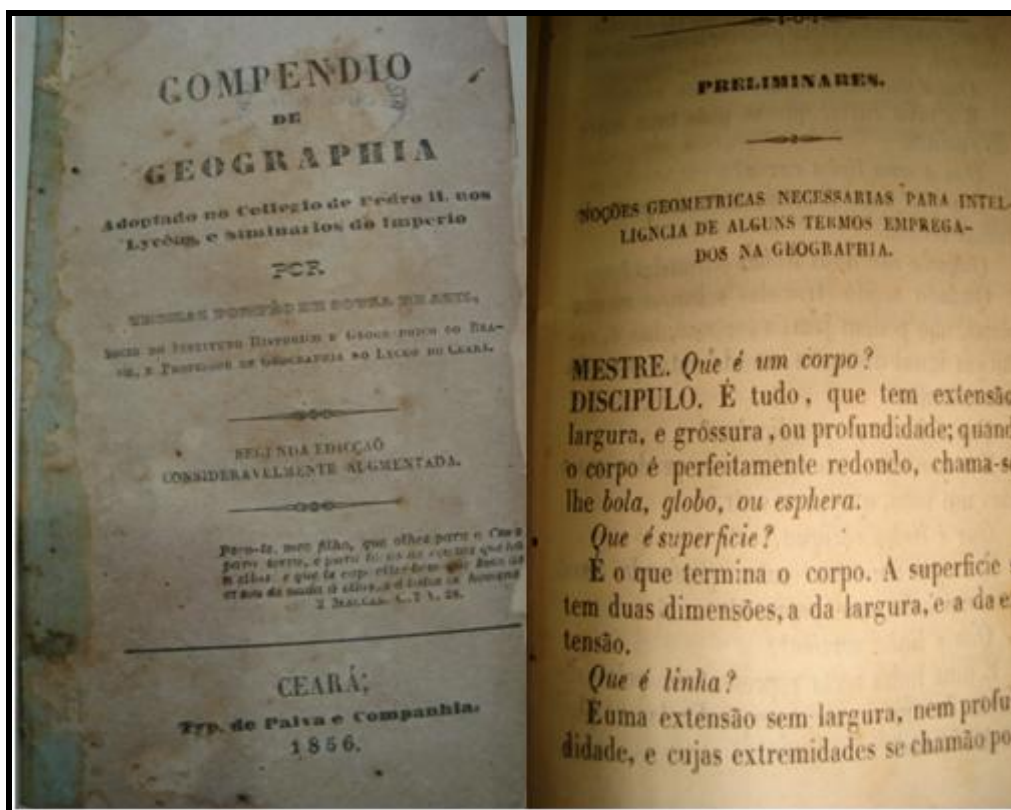
No período republicano brasileiro, explicou Santos (2005), em sua dissertação de mestrado, a importância que teve a disciplina de geografia para formação do território brasileiro, contextualizando o momento histórico vivenciado, com a difusão do modelo republicano e as propostas de redenção³³. Santos explicitou, ainda, que os intelectuais da época “acreditavam que o programa de geografia nas escolas normal e primária poderia fazer cumprir o que tanto esperavam: a transmissão dos valores patrióticos e nacionalistas para formar o povo brasileiro.” (2005, p. 12).

inúmeros livros, contos, poesias em que apresentava as peculiaridades do sertão nordestino e da vida sofrida do sertanejo, principalmente em tempos de seca.

³² Esta intenção já existia desde o império, em formar um ideário nacionalista, com sentimento patriótico brasileiro, observa Sousa Neto (op. cit., p. 53) sobre o acesso às escolas por crianças e jovens, questionando “[...] que a maioria, não chegava aos bancos escolares no Império, como poderia ser a escola responsável pela criação desta pretendida unidade nacional?”. O fato é que foi instaurada uma estrutura de ensino e quadro docente deficitário, acompanhando o Brasil e o Ceará desde então. O ideário nacionalista fora transmitido aos poucos beneficiados que tiveram acesso aos bancos escolares e não a todos como era alardeado nos discursos políticos.

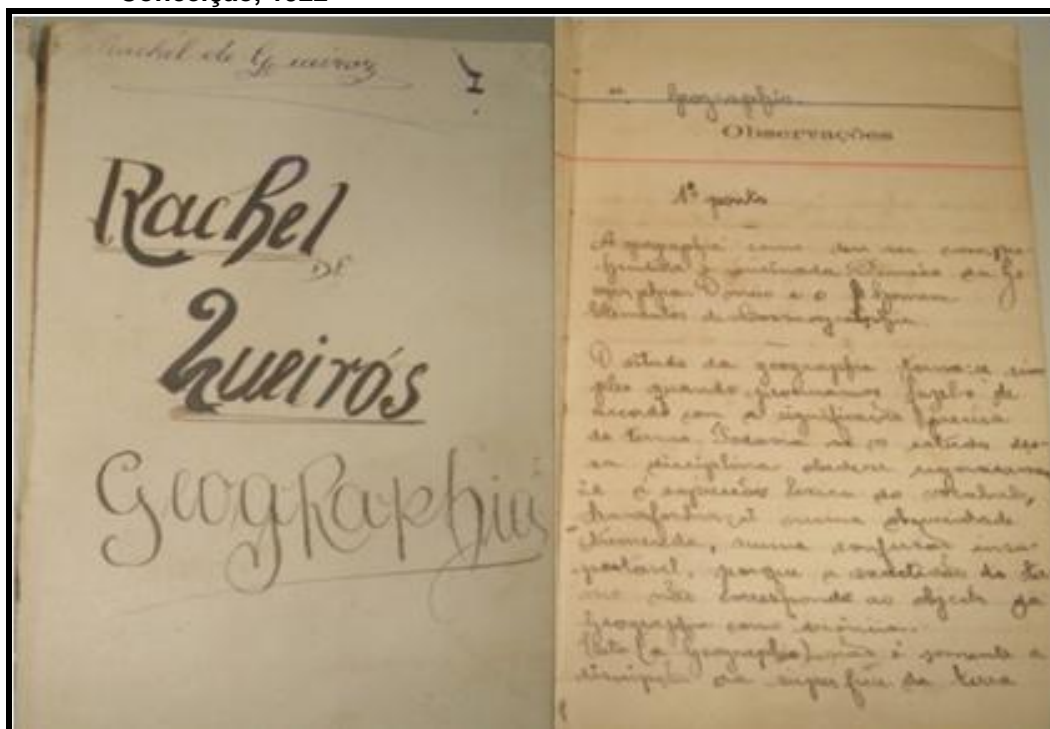
³³ A educação era vista como uma das principais alternativas para formação do espírito de Nação do povo brasileiro, resgatando-o de longos anos de obscurantismo intelectual pela ausência de instrução pública. Assim, Del Priore e Venancio (2010, p.172) afirmaram que desde o período imperial que “os intelectuais vinculados a esse projeto investiram, por sua vez, no combate aos movimentos separatistas, mostrando que os brasileiros constituíam uma nacionalidade com características próprias. Em outras palavras, para ser viável, o Império deveria não só se impor através da força, como também por meio de boas instituições e de uma identidade coletiva que justificasse a razão de ser da nação que estava se formando”. Porém esse projeto só tivera impulso na República, sobretudo a partir da década de 1930, que favoreceu a criação da instrução pública, gratuita e laica, além da reformulação dos currículos escolares.

Figura 31: Livro do Senador Pompeo, 1856



Fonte: Mendes, 2011/Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Figura 32: Caderno de Geografia da Raquel de Queiroz, aluna do Colégio Imaculada Conceição, 1922



Fonte: Mendes, 2011 / Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Para exemplificar essa realidade, com mais lucidez, encontramos entre os livros escolares utilizados no Ceará, uma obra produzida por Virgílio Cardoso de Oliveira, em 1908, início da República brasileira. Destacou o autor, por meio das palavras do livro “A Educação Nacional” de José Veríssimo, em 1890, a importância da educação nacional e a difusão do sentimento patriótico, inclusive com a produção de livros em que ressaltassem o conhecimento geográfico sobre o Brasil, feito exclusivamente, por brasileiros:

“N’este levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais importantes reformas é a do livro de leitura. Cumpre que elle seja brasileiro, não só feito por brasileiros, que não é o mais importante, mas brasileiro, pelos assumptos, pelo espírito, pelos auctores trasladados, pelos poetas reproduzidos, pelo sentimento nacional que os anime”.

Procurando dar corpo a estas verdades, escrevemos o presente livro, sob um plano chorographico que oferecesse oportuno e proveitoso ensejo para o desdobrar de acontecimentos de nossa História. (1908, p. VI).

O plano corográfico, abordado por Oliveira (1908), expressou a relação entre o conhecimento geográfico do Brasil e sua história. Esse livro foi produzido em Belém do Pará, impresso em Paris, adotado em vários estados do Brasil, inclusive no Ceará. A primeira publicação ocorreu em 1903, reeditado em 1905 e 1908.

A princípio foi denominado de “A Pátria Brasileira”, sendo modificado, no sentido de incluir mais propriedade e ênfase para “Nossa Pátria”, conforme figuras 33 e 34 a seguir em que apresentam a capa do livro e a primeira lição, onde abordou a temática “Pátria, Família e Escola”. Há vinculação entre os três eixos aclamados na República, chamando a responsabilidade do Estado/Pátria como provedor da educação e a família como parceira deste processo, sendo a escola a responsável pela difusão dos saberes e das luzes do progresso.

Interessante notar que o autor chamou atenção dos alunos para que compreendessem que a Pátria não era apenas o território, com sua natureza e beleza, mas tentou, pela disposição dos conteúdos, para criar e difundir um sentimento de pertença do povo brasileiro ao Brasil, aludindo a importância que

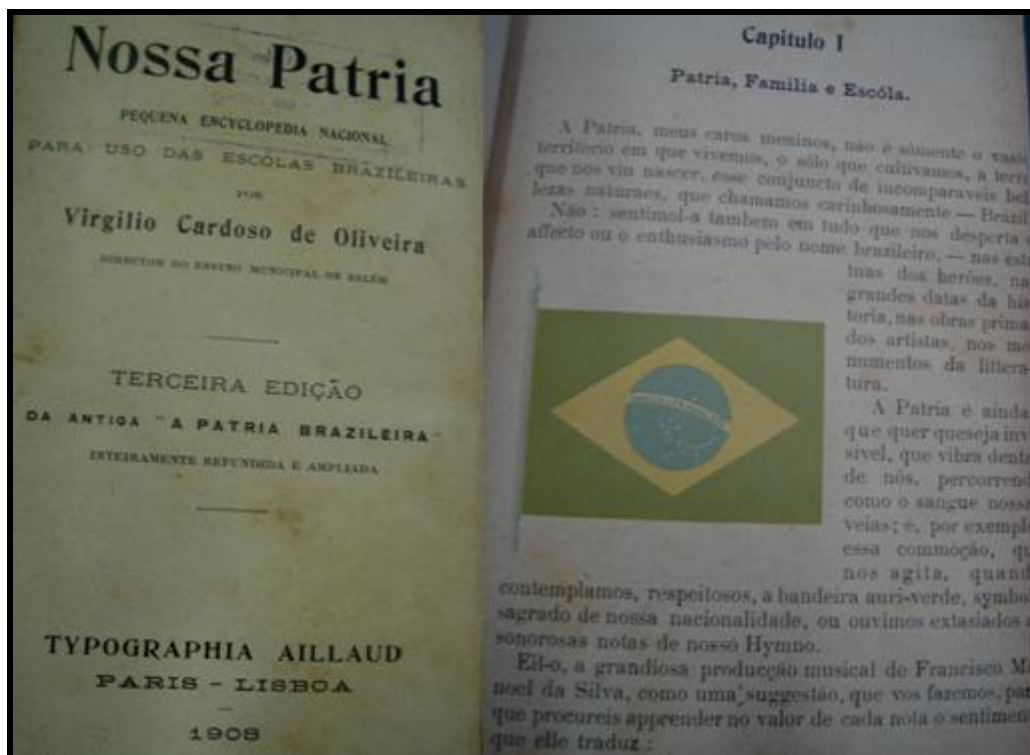
deveriam atribuir aos monumentos, às estátuas de heróis, às datas históricas, às obras primas dos artistas e aos monumentos da literatura.

Em seguida, apresentamos seu respectivo sumário, com a disposição dos capítulos com objetivo de compreendermos a linha de pensamento do autor para o ensino da geografia. Como vimos, Oliveira (1908) propôs a mocidade brasileira um livro de Geografia do Brasil, utilizado no Ceará. Os autores locais não foram diferentes, seguiram linhas similares ao expor as características do território, aspectos demográficos, as atividades produtivas, a infraestrutura, dentre outros assuntos semelhantes, como veremos mais a frente.

Neste momento, atentamos para compreender a relação do que se produziu nos Institutos e Sociedades, com o que foi levado para as escolas pelos livros de geografia, claramente, expressos no sumário desse livro raro. Parece-nos haver uma mesma linha de pensamento ao descrever os conteúdos, abordando primeiramente, os limites territoriais, com propósito de difundir uma identidade nacional.

Em seguida, aspectos referentes à exaltação da natureza, a produção das atividades econômicas, a formação do povo brasileiro, buscando nos elementos demográficos uma identidade de raça originária ao Brasil, semelhante ao que vimos e constatamos com análise dos artigos da Revista do Instituto do Ceará. Nesse livro, especificamente, o autor acrescentou elementos culturais como religião e sua catequese e, por fim, após exposição geral do que seria a Nação brasileira, explicou a importância da defesa nacional. Esses tipos de livros demonstravam a preocupação de formar por meio da Geografia e da História, uma consciência patriótica de defesa nacional. A associação dos saberes geográficos à história, vice-versa, era contexto próprio da época, em que a Geografia e a História começavam a ser sistematizadas pelos intelectuais, estudiosos e pesquisadores do Brasil e do Ceará.

Figura 33: Livro Nossa Pátria, 1908



Fonte: Mendes, 2011 / Biblioteca da Academia Cearense de Letras.

Figura 34: Sumário do livro "Nossa Pátria", 1908

INDICE	
Explicando.....	5
CAPITULO I. — Pátria, Família e Escola.....	1
CAPITULO II. — Território e população.....	13
CAPITULO III. — Limites e fronteiras.....	17
CAPITULO IV. — Nacionalidade brasileira.....	25
CAPITULO V. — O Estado e a Federação Brasileira.....	32
CAPITULO VI. — Rios.....	49
CAPITULO VII. — Lagos, portos e baías.....	126
CAPITULO VIII. — Cabos, pontas e ilhas.....	157
CAPITULO IX. — Planícies e montanhas.....	159
CAPITULO X. — Clima e salubridade.....	170
CAPITULO XI. — Produções e riquezas naturais.....	179
CAPITULO XII. — Vias de comunicação, fluviais, marítimas e terrestres.....	221
CAPITULO XIII. — Agricultura, Indústria e Artes.....	237
CAPITULO XIV. — Comércio, Rendas públicas, Exposições nacionais e internacionais.....	259
CAPITULO XV. — Instrução pública e particular; suas instituições. Educação nacional. — Assistência pública e particular.....	300
CAPITULO XVI. — Religião e suas relações com a cidade brasileira. Catechese dos indígenas.....	
CAPITULO XVII. — Raça: sua constituição, seus caracteres moraes e intellectuaes; suas aptidões.....	
CAPITULO XVIII. — Defesa Nacional: Exército e Armada.....	
CAPITULO XIX. — O despertar do Brazil.....	
CONCLUSÃO.....	

Fonte: Mendes, 2011 / Biblioteca da Academia Cearense de Letras.

Assim, merece ressalva a importância atribuída ao conhecimento histórico, como disciplina mais próxima da geografia e por vezes imbricada para compreendermos a relação entre esses dois saberes na formação do povo brasileiro.

Nos livros escolares ficou para a História a responsabilidade de apresentar conteúdos, como os “grandes eventos”, fatos e acontecimentos históricos em estrutura linear e cronológica. A história ensinada dessa forma não permitia ao aluno perceber mudanças, descontinuidades, muito menos, rupturas, conforme Souza e Araújo (2009). Nesta história positivista, os processos sociais eram desvalorizados na dinâmica da construção da história oficial, só existindo os grandes vultos lembrados por “efemérides”³⁴, datas cívicas e religiosas. As autoras (2009, p.13), assim revelaram a crítica a esses livros didáticos:

A narrativa da História é explicada pelas ações governamentais (reis, monarcas, presidente, generais), sem levar em conta outros sujeitos sociais, que estavam presentes na cena política, e que nesta construção histórica foram silenciados pelos livros didáticos, currículos e práticas pedagógicas da escola.

A crítica apresentada por Souza e Araújo (2009) demonstra um ensino pautado na repetição e memorização de datas e figuras ilustres da chamada história oficial, baseada tão somente em documentos oficiais. Esse processo de ensino caracteriza o paradigma tradicional, onde os conteúdos são priorizados em relação à aprendizagem dos fatos.

Essa mesma realidade, do paradigma tradicional, foi transposta para o ensino de geografia, pautado na descrição de aspectos físicos, como relevo, com nomes de rios, países, continentes, entre outros, sem contextualização, não permitindo compreensão crítica sobre a formação da sociedade. Como era comum nos livros didáticos até meados do século XX, onde as informações priorizadas se referiam aos aspectos físicos do planeta. Assim, as duas disciplinas são compreendidas meramente como decorativas, reafirmam Souza e Araújo:

³⁴ As efemérides são datas de eventos importantes. No caso da Revista do Instituto do Ceará – RIC eram descritos eventos que se passavam na sociedade cearense, sobretudo na cidade de Fortaleza, anotado por diversos autores, sendo um dos principais colaboradores o Barão de Studart.

A história concebida, essencialmente, enquanto narrativa dos acontecimentos, fundamenta o paradigma tradicional, que nos oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes homens, estadistas, generais ou eclesiásticos. Toda essa visão se molda na concepção de um tempo cuja dimensão é o passado. Esse tempo histórico tradicional se coaduna com um modelo de história factual, buscada nos documentos, fontes primordialmente escritas e que se constituíam provas incontestáveis à explicação da “verdade” dos fatos históricos (2009, p.14).

Para o ensino de história, o conceito-chave era a narrativa do passado, já para a geografia o conceito era o espaço, em outras palavras, no paradigma tradicional de ensino, a descrição exaustiva do espaço, traduzida pela descrição da paisagem, caracterizando uma geografia descritiva.

O conceito de paisagem no início da produção da geografia, tanto como disciplina quanto ciência, foi utilizado como principal objeto de estudos com a descrição de formas, alturas, extensão, fauna, flora, rios, recursos naturais, entre outros elementos da natureza, claramente identificados nos inúmeros artigos da Revista do Instituto do Ceará, principal *locus* de produção do saber geográfico da época. Os resultados dessas descrições também foram utilizados para a produção de manuais de ensino, aplicados nas escolas.

Ao contrário dos compêndios do século XIX, os livros produzidos no século XX no Ceará, demonstravam resultados de pesquisas desenvolvidas ao longo do século. Exibiam imagens, mapas desenhados e com a clara ampliação de conteúdos, não apenas o enciclopedismo de conceitos, mas a caracterização física do Ceará, com a busca pela produção de um conhecimento original e endógeno. Nesta perspectiva, podemos citar o livro produzido por Thomaz Pompeu Sobrinho, “Esboço Physiographico do Ceará”, de 1922, enviado para o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade S. Salvador, ocorrido em 1916, assunto abordado nas páginas 196 a 209.

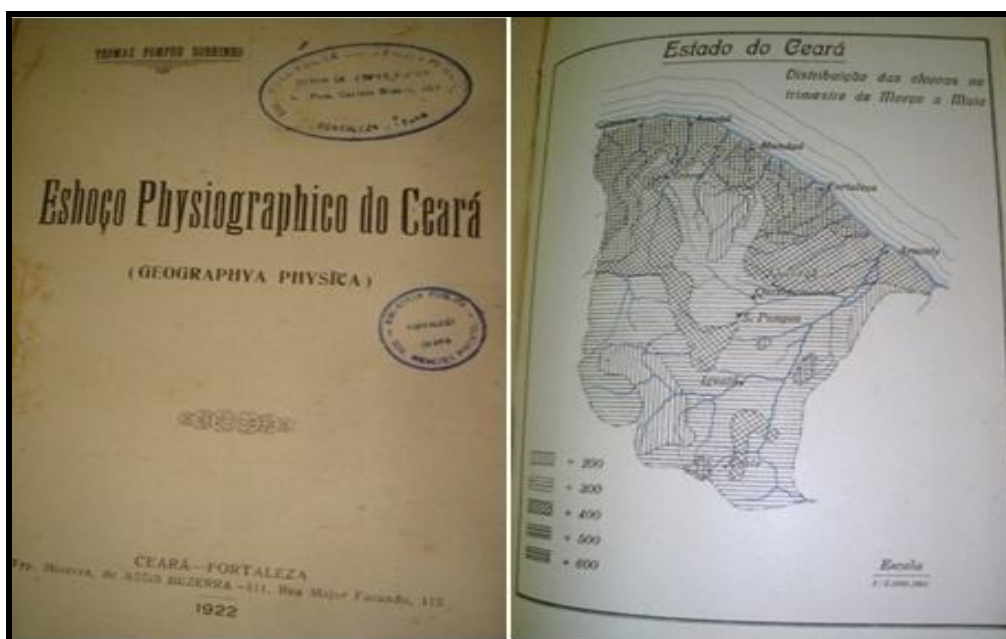
Tempos após, essa obra foi reeditada e citada pela imprensa universitária como um livro de extrema importância para o conhecimento do Ceará no capítulo anterior. Compreender a paisagem sertaneja foi um dos principais objetivos perseguidos pelo intelectual do semiárido.

Thomaz Pompeu Sobrinho foi considerado um dos principais intelectuais no desenvolvimento da geografia cearense, em decorrência de sua

formação em engenharia, ligada às ciências naturais e por ter recebido a herança intelectual do Senador Pompeu, um dos primeiros estudiosos do Ceará, além da trajetória profissional ligada ao estudo e aplicação de alternativas de convivência com as secas nordestinas.

Em seu livro, de 1922, em que a temática principal foi conhecer as peculiaridades da natureza do Ceará, tanto que escreveu como subtítulo, “geographia física”, abordando aspectos sobre o clima, hidrografia, solo, relevo entre outros temas pertinentes ao interesse do pesquisador.

Figura 35: Livro de Thomaz Pompeu Sobrinho, 1922



Fonte: Mendes, 2012 / Biblioteca da Academia Cearense de Letras.

A partir do encontro com essas obras raras começamos a compreender que no desenvolvimento de materiais escolares, sobretudo para instrução pública, no período republicano a partir da década de 1920, muitas foram as modificações que ocorreram na perspectiva pedagógica da educação brasileira, com o movimento de renovação que teve início desde o começo do século XX, tomando como referência a obra de Virgílio Cardoso em 1908.

Neste mesmo sentido, salientou Rocha que “a década de vinte representou para a geografia um momento de profundas transformações. Em oposição ao modelo de geografia tradicionalmente ensinado, emerge de forma paradigmática uma nova proposta de ensino para esta disciplina” (op. cit,

p.668). Por trás da produção de novos materiais didáticos, considerados modernos e renovados, estava a tentativa de mudar o pensamento dos professores para adotarem os fundamentos teórico-metodológicos, pautados no ideário da Escola Nova. “Assim, as coleções pedagógicas passaram a substituir os manuais, com a intenção de construir uma nova cultura pedagógica” (SANTOS, 2005, p.14). Chamamos atenção para outro aspecto investigado por Santos:

Nesse contexto é que a geografia foi alçada à disciplina de formação da nacionalidade, pois necessitava conformar o futuro cidadão segundo os novos princípios republicanos, o que ainda não se tinha conseguido alcançar, mesmo após algumas décadas da instauração da República. Assim, a geografia passou a ser vista como uma das principais disciplinas, como a melhor que contribuiria para disseminar os valores patrióticos e nacionalistas (2005, p.15).

Ante a essa abordagem, é evidente que não podemos afirmar que todos os educadores assumiram novas posturas pedagógicas, baseadas na Escola Nova e se introduziram em suas práticas pedagógicas a exaltação à República e aos valores patrióticos. Pautados nas análises de obras da época e pela pesquisa bibliográfica, diversas mudanças foram adotadas nas obras didáticas, conforme já explicado por Albuquerque (2010) e Mendes (2011). Nestas mesmas circunstâncias, ainda utilizando da compreensão de Albuquerque, compreendemos a contextualização da educação brasileira e a publicação dos livros didáticos a partir da década de 1930, que, segundo a referida autora, foi o momento em que se popularizou a fotografia, sendo incorporada nos livros didáticos.

A década de 1930 foi um marco na formação e organização do sistema nacional de ensino, correspondendo a “Era Vargas”, com a ampliação da rede de editoras nacionais, responsáveis pela publicação de livros didáticos adotados na instrução pública. Não existiam programas governamentais para distribuição de livros nas escolas, mas os Estados passaram a ter mais estrutura para dotação do livro didático. Outro fator que facilitou a publicação de livros nas escolas foi a criação de novas tecnologias de impressão, que possibilitaram a inclusão de imagens nos livros.

De qualquer forma, é preciso atentarmos para o fato de que as mudanças ficaram no âmbito da estética³⁵ do livro, pois assim como os livros de caráter nacional, os livros cearenses também mantiveram padrão de exposição de conteúdos, que iniciavam pela cosmografia, demonstravam elementos da natureza física do Ceará, finalizando com aspectos demográficos e econômicos, de forma acrítica, despolitizada e mnemônica.

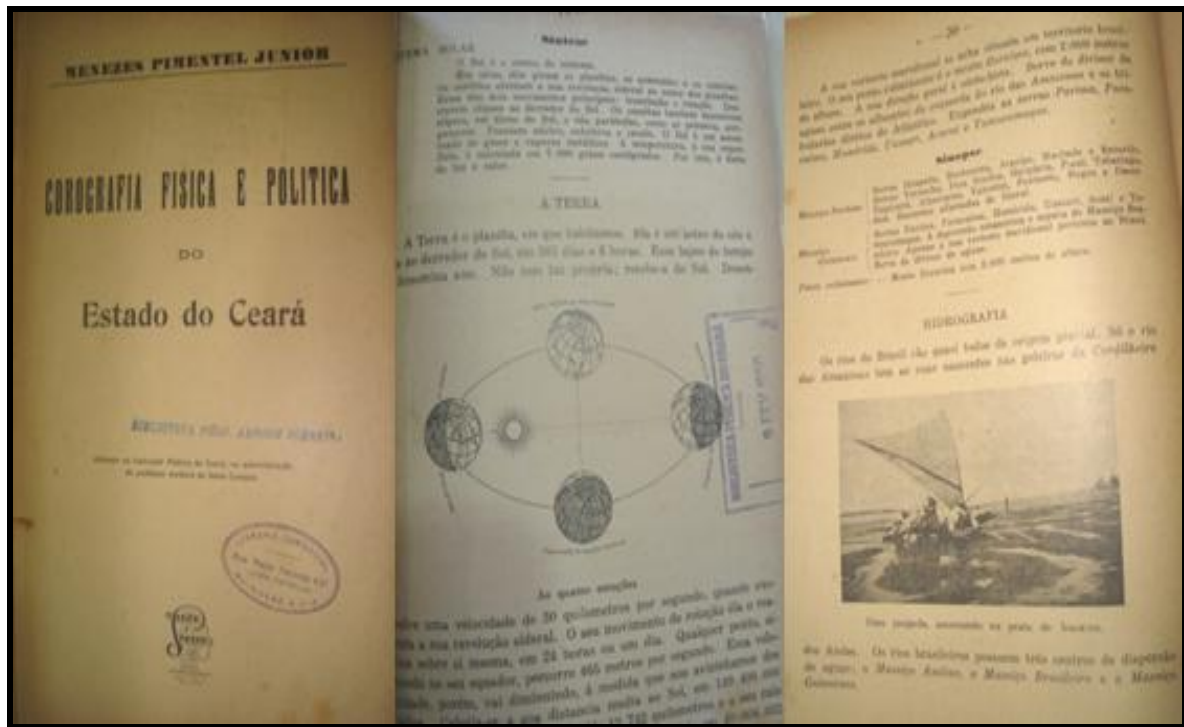
Para exemplificar esse contexto na história da geografia escolar cearense, encontramos o livro de Menezes Pimentel Júnior, denominado “Corografia Física e Política do Estado do Ceará”, de 1935. Livro adotado no ensino primário, no período da administração do governador Professor Antônio de Sales Campos. Nesse livro, percebemos a adoção de imagens diversas do Ceará, apresentando um panorama geral das características físicas do território, acrescentando elementos demográficos, conforme as figuras 36 e 37. Neste sentido, interessante destacar no livro de Pimentel (1935), é que o autor criou uma ferramenta denominada de sinopse. Acreditamos que seria mais uma estratégia para melhor apreensão dos conteúdos pelos alunos, realçando o atributo principal dos livros didáticos de outrora que era a memorização do conhecimento geográfico.

Na realidade, desde o início da construção do saber escolar, o ensino foi sendo pautado em conteúdos considerados formais, resultado do saber produzido pelos estudiosos.

No processo de formação do saber geográfico escolar, a história dessa disciplina revelou que a princípio foi feita a transplantação para as escolas brasileiras de uma geografia, sobretudo, francesa, assim como as primeiras legislações da educação (ROCHA, 2010). Este pesquisador do ensino de geografia no Brasil questiona: até que ponto a geografia “inserida no currículo escolar brasileiro, teve como principal objetivo a veiculação de uma ideologia baseada no estímulo ao amor à pátria?”.

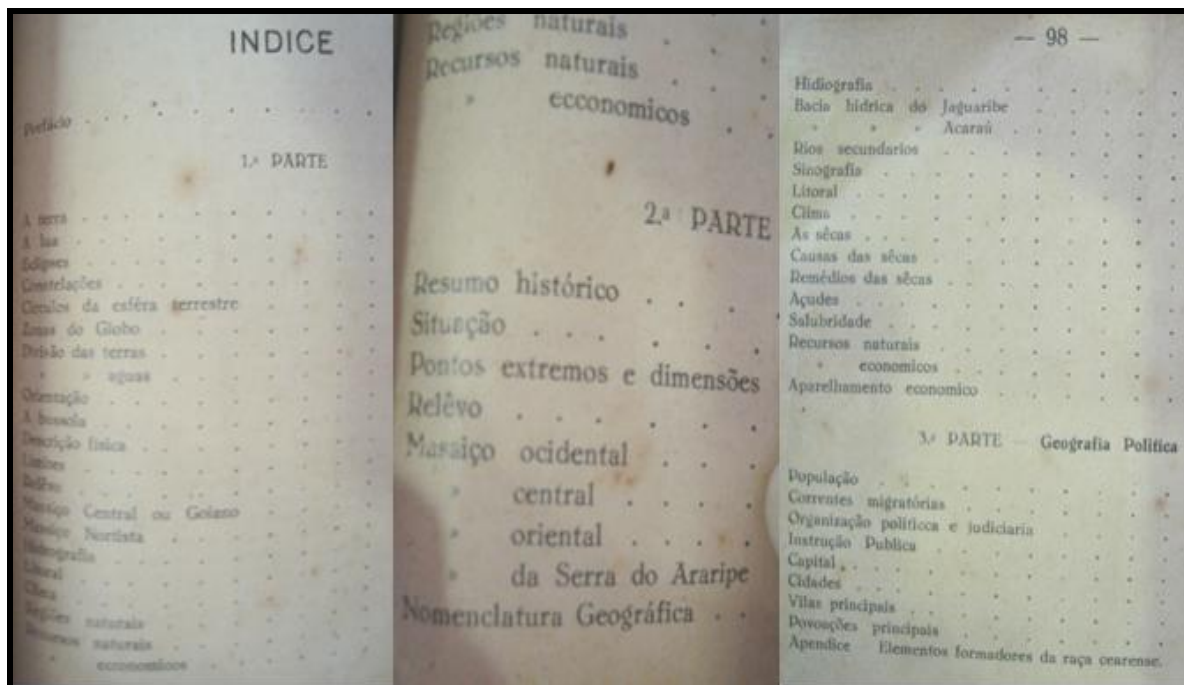
³⁵ Albuquerque (idem, ibidem).

Figura 36: Livro de Geografia adotado na Instrução Pública do Ceará, 1935



Fonte: Mendes, 2012 / Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Figura 37: Índice do livro Corografia Física e Política do Estado do Ceará, 1935.



Fonte: Mendes, 2012 / Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Lembremos que na caracterização dos primórdios da geografia escolar do século XIX, tínhamos, de fato, uma geografia puramente descritiva, enumerativa, conceitual, livresca e mnemônica que fornecia “informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão”, conforme Rocha (op. cit, p.636). Os livros da época revelavam estes aspectos com clareza, permanecendo quase inalterados, perdurando por todo período imperial e início do próximo século.

Sobre as características da geografia escolar cearense dessa época, intelectuais que se preocupavam com a educação e o ensino de Geografia, a exemplo de Pompeu Sobrinho, que revelava ao explicar já existir tendências de renovação para aquele tipo de ensino que denominou como “*antiquados methodos de ensinar geographia*”. Acrescentou, em artigo, que o ensino de geografia na época era “*um conjuncto fastidioso e monótono, esteril e muitas vezes incerto de nomenclaturas, em que a phantasia dos autores se podia expandir livremente.*” Sobre a metodologia da escrita da geografia escolar, explicou Sobrinho que “*não havia a preocupação pela causalidade dos phenomenos ou das suas influencias sobre outros phenomenos da mesma ou de outras ciências*”. (1929, p.12).

Neste contexto, como alternativa ao ensino tradicional, Pompeu Sobrinho citou o livro “*Lições de Geografia Geral*”, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, mencionando como um dos pioneiros da renovação do ensino de geografia no Ceará. Segundo o pesquisador, esse livro didático foi escrito como uma tentativa de *substituir o enfadonho sistema de nomenclaturas por descrições fiéis das regiões estudadas*, cujo objetivo seria contribuir para aprendizagem geográfica dos alunos, tornando-os observadores dos elementos geográficos que, por meio da utilização de materiais de apoio como mapas, cartas regionais, gráficos, diagramas, poderiam complementar as deficiências do ensino da sala de aula e assim compreenderiam a verdadeira razão da existência da geografia como disciplina escolar.

Registrou Sobrinho (1929), em seu artigo, que o processo de renovação sofria resistência, mas não deveria ser considerado uma utopia, citando como exemplos da renovação da Geografia em países como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. Países que, diretamente, influenciaram o desenvolvimento da geografia brasileira, tanto a científica como a escolar.

No Brasil, o nome citado para renovação dessa ciência foi o de Delgado de Carvalho, responsável por promover amplas modificações nos métodos de ensino da geografia nacional, tendências transmitidas durante o século XX. Toda essa onda de modernização e renovação das ciências era ainda resultado do período histórico vivenciado no Ceará, ao lembrarmos das consequências da “Belle Epoque” fortalezense, como visto no primeiro capítulo. Cada fase interconecta-se quando buscamos compreender a trajetória de uma ciência.

A partir desse século, a disciplina de geografia passou a receber renovações, pois o contexto histórico brasileiro, também começava a mudar, assim, juntamente com a disciplina de história, reteve a missão de difundir a nacionalidade brasileira. Mais uma vez, reafirmamos que nos próprios livros cearenses esse intuito foi amplamente difundido, com as reformas educacionais e os parâmetros que deveriam conduzir a educação no Brasil e em seus estados federados.

A geografia, até meados do século XX, ainda não era crítica, tendo na descrição o fundamento metodológico principal. Mas os elementos da comparação e causalidade começavam, discretamente, a serem inseridos na produção geográfica, a exemplo do que conhecemos com os livros mais recentes.

Outro marco foi a produção de uma geografia endógena, isto é, geografia do Brasil, influenciada pelas teorias externas, mas que tinha como enfoque as questões territoriais, auxiliando na expansão e hegemonia do território brasileiro, por meio da materialização de identidades regionais. Exemplos foram os livros de Geografia do Ceará, adotados nas escolas públicas e dos inúmeros artigos da Revista do Instituto do Ceará, além de outros livros sobre o tema produzidos pelos intelectuais da época.

Interessante lembrar que a geografia escolar constituída no Ceará seguiu passos similares ao contexto nacional. Algumas peculiaridades foram criadas pelos interstícios da História política, econômica e cultural local, pois cada lugar apresenta singularidades em meio ao quadro geral da história. Nesse embate, se deu a tônica da construção da geografia escolar cearense, resultado da criação da própria ciência em âmbito local.

No sentido de suprir a carência na demanda por professores formados e habilitados para o ensino de geografia, especialmente para o ensino secundário, na década de 1940 foi organizado pelos intelectuais, a criação de uma faculdade para formação superior de licenciados no Ceará como veremos a seguir.

4.3 Professores de Geografia e o curso superior da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1947.

A Geografia deixou de ser uma obra de erudição ao serviço da História; deixou de ser, à maneira antiga, um conjunto de conhecimentos práticos, uma enumeração mais ou menos ordenada de montanhas, de rios ou de cidades. Já não é um agregado de nomes e de números, assim como a História já não é um amontoado de datas. Vivificada pelo contacto das ciências, animada pelas relações dos explorados, estimulada pelos progressos da Geologia, a Geografia colocou-se ao lado da investigação científica e a ela compete, não só descrever e inventariar, mas raciocinar e explicar. René Clozier (1950, p. 78).

A Geografia no Ceará passou de um ensino, meramente descritivo e catalográfico, para uma ciência capaz de racionalizar o conhecimento sobre as potencialidades da natureza e das mudanças sociais. Professores que, a princípio, não tiveram formação superior em Geografia, foram responsáveis pela produção dos saberes sistematizados sobre o Ceará e boa parte do que se escreveu sobre a geografia escolar cearense. Uma maneira de participar da formação de uma Geografia em ascensão científica, eles eram estudiosos engajados em pesquisas em várias instituições da época, com o Instituto do Ceará.

Antes de realizarmos a caracterização histórica do primeiro curso superior de Geografia fizemos questão de apresentar elementos históricos que contextualizaram a formação dos professores de geografia no Ceará. As trajetórias de muitos foram escritas em artigos na Revista do Instituto do Ceará e em obras da época que abordavam a instrução cearense, como a de Castelo (1970).

No quadro abaixo foi possível identificar as múltiplas instituições por onde passaram esses professores, com destaque para participação no Instituto do Ceará, no Liceu do Ceará, Escola Militar, Escola Normal e Faculdade Livre de Direito, instituições, reconhecidas pelo *status* de conhecimento e saber, que possibilitaram distinção e prestígio social aos professores:

QUADRO 4
Professores de geografia entre os séculos XIX e XX

Professores de geografia	Instituições	Período
Thomaz Pompeu (Senador)	Liceu do Ceará / Instituto do Ceará	1845
João Araújo Costa Mendes	Ateneu Cearense	1863
Rodolfo Teófilo	Escola Normal Liceu do Ceará Instituto do Ceará	1889 1894
Antônio Teodorico da Costa	Liceu do Ceará	
Antônio Augusto de Vasconcelos	Escola Militar do Ceará Liceu do Ceará Faculdade de Livre Direito Instituto do Ceará	1899
Júlia Vasconcelos	Escola Normal Instituto do Ceará	1903
Padre Carlos Antônio Barreto	Escola Normal	
Tomaz Pompeu de S. Brasil (filho)	Escola Militar do Ceará Liceu do Ceará Faculdade de Livre Direito Instituto do Ceará	1876 1903
Boanerges Sabóia	Liceu do Ceará	1935
Martins Filho	Faculdade de Direito Instituto do Ceará Habilitado para professor de geografia	1943
Caio Lóssio Botelho	Liceu do Ceará Formado em geografia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará – FAFICE (1956) Instituto do Ceará Universidade Estadual do Ceará	1968
Rubens de Azevedo	Formado pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará – FAFICE (1953) Criador da Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia – SBAA e em 1948 Instituto do Ceará Universidade Estadual do Ceará	1970

Fonte: Mendes 2012, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará (1887-1950).

Destacamos, pelo visto antes, que em múltiplas instituições de produção do saber local, contribuíram para o desenvolvimento do que denominamos de geografia do Ceará, científica e escolar. Outro ponto que ressaltamos é que os núcleos da elite letrada eram formados, praticamente,

pelos mesmos representantes, não havendo muitas distinções na produção do saber, bem visualizadas desde o primeiro capítulo.

Além dos professores identificados no quadro acima, foram inúmeros aqueles que ensinaram Geografia no Liceu do Ceará, segundo Sabóia (1995), no período entre 1946 e 1962, com destaque para os seguintes: Boanerges Cisne de Farias Sabóia, Caio Lóssio Botelho, Domingos Braga Barroso, Fernando Alves Milanez, Hélder Veríssimo Lima, João Alfredo Montenegro, José Cabral de Menezes, José Cândido Cavalcante da Nóbrega, Osmírio de Oliveira Barreto, Paulo Maria Óthon Sidou, Raimunda Amélia de Sá Furtado.

Na época, ter sido professor no ensino secundário do Liceu do Ceará era um sinal de *status* social. Esse cargo foi uma prioridade quase que, absolutamente, masculina, ocupado por professores que na maioria eram advogados, ex-seminaristas e alguns formados em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará em 1956.

Outra personalidade da história da geografia escolar cearense, que se candidatou a ser professor do Liceu foi Martins Filho (1983, p.17). Assim pronunciou em seu livro autobiográfico, dizendo: - “no início desse ano (1943) fui preterido em minha esperada nomeação para professor de Geografia do Liceu do Ceará, matéria que me achava registrado no Ministério da Educação e Saúde”. A solicitação de Martins Filho foi indeferida pelo interventor Federal do Ceará, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, que lhe ofereceu outra oportunidade. Apesar de estar legalmente habilitado a exercer a docência em geografia, convidou-lhe a assumir cadeira como professor da Faculdade de Direito. Assim realizou concurso para assumir a cadeira, no ensino superior.

Fato interessante, Martins Filho era formado em Direito, contudo, realizou registro no Ministério da Educação, para assumir a cátedra de geografia. Para adquirir uma vaga no Liceu era necessário submeter-se a concurso público para alcançar o registro/habilitação para professor.

Existia na cidade de Fortaleza uma espécie de Inspetoria da Instrução Pública, responsável pela fiscalização e habilitação de professores, que a partir da década de 1930 ficou ligada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criada no Governo Vargas, período este responsável pela primeira

estruturação oficial da educação brasileira. Conforme Farias e Bezerra (2011, p. 421) neste período, o governo

instituiu o ensino primário gratuito e obrigatório, a progressiva gratuidade do ensino secundário e superior, a obrigação do Estado para com a educação, e definiu, como tarefa privativa da União, a adoção de um Plano Nacional de Educação (PNE).

Em relação ao magistério, os candidatos a professores ficavam obrigados a prestarem seleção/concurso para serem habilitados em áreas específicas e provimento de cargos do magistério. Prova deste fato foram as diversas bancas de concurso em que o Barão de Studart participou na seleção para professores e outros cargos, registradas em suas coleções de documentos, como visto no capítulo anterior.

Alguns relatos demonstraram que para além da habilitação dos candidatos a professores era necessária a devida nomeação do Governador. Neste sentido, é que os concursos não eram considerados tão idôneos. Muitos professores tiveram que deixar suas cátedras ou cadeiras, em virtude de divergências políticas. Exemplos mais clássicos de conflitos políticos foram os do Senador Pompeu, em seguida seu filho Thomaz Pompeu, Rodolfo Teófilo dentre vários que encontramos na historiografia da educação cearense.

A nomeação pelo Estado era uma premissa para assumir cargo na função de professor, para além do processo de habilitação. As mensagens dos presidentes da Província do Ceará (1887-1905) apresentam diversas listas de professores nomeados, com destaque para aqueles formados pela Escola Normal, instituição considerada como a mais importante na formação dos professores do Ceará anterior à criação dos cursos superiores de licenciaturas.

Realizando leitura das mensagens dos presidentes da província, observamos que foi preocupação dos gestores a mudança de concepção de ensino de disciplinas como geografia e outras, estabelecia de uma perspectiva somente teórica para a praticidade e formação para o trabalho, sobretudo nas áreas rurais, com o ensino agrícola e das artes mecânicas. Desde 1904, já havia um pensamento voltado para o alinhamento entre o ensino da Escola Normal, o Liceu e a Faculdade Livre de Direito, presente nos discursos da época, vejamos:

Com esse notável melhoramento a introduzir no ensino público, teríamos rematado o edifício da instrução, servida já por escolas primárias, que devem ser bem dotadas, bem distribuídas e devidamente fiscalizadas, pela Escola Normal, - laboratório do professorado, pelo Lyceu, onde se faz excelente curso de humanidades e, finalmente, pela Faculdade de Direito, irradiando seu foco luminoso nessa ingente obra de progresso e civilização. (CEARÁ, 1904, p.15).

No discurso, percebemos que havia uma trajetória bem definida para formação dos professores e da própria educação cearense. Esse discurso da civilização e de modernidade não caminhou *pari passu* ao desenvolvimento do sistema educacional e o ensino dos conteúdos, como vimos no texto anterior ao apresentar o desenvolvimento do ensino de geografia.

A contradição estava posta, diante do quadro de precariedade da educação cearense, proferiam os governantes que, com o desenvolvimento de uma educação primária eficaz, seria possível obter crescimento econômico e moral (CEARÁ, 1905, p. 18). Mas, as principais mudanças na história da educação brasileira e cearense só tiveram alterações significativas após a década de 1930.

Apesar de alguns avanços, a educação e a formação de professores caminhou coligada ao retrocesso das ações governamentais, a exemplo da instauração das Leis Orgânicas do Ensino entre 1942 e 1946, atribuída a Reforma do ministro Capanema, que retirou a obrigatoriedade do Estado com a educação, favorecendo a ampliação das instituições privadas em detrimento da estruturação do ensino público. Para mitigar a situação, o Estado financiava bolsas de estudos em escolas particulares para alunos declarados pobres, possibilitando a expansão do ensino privado e a demanda por professores.

Mesmo assim, apesar da falta de incentivos e da instrução pública existir muito mais no discurso que na prática, o Estado buscava, por meio da educação, a inserção dos princípios patrióticos que foram observados no meio escolar e seus materiais didáticos, com mais ênfase, a partir da década de 1930. Resultado ainda do processo de redemocratização do Estado brasileiro, a partir da década de 1945, sentido em âmbito local pela criação da

Constituição Estadual de 1947³⁶, que segundo Farias e Bezerra (op. cit., p. 429), movimento este, também sentido pela profissionalização dos servidores públicos e do magistério, em particular.

No intuito de profissionalização dos professores de geografia no Ceará, podemos compreender a principal causa para a criação de curso superior da Faculdade Católica do Ceará, em parceria com os Irmãos Maristas, fato de realce na trajetória de construção da historiografia da geografia cearense.

Atentamos que o ensino superior no Ceará deu-se, primeiramente pela criação de cursos e faculdades livres, como a citada Faculdade Livre de Direito, além da Faculdade de Enfermagem, de Serviço Social, Veterinária e outras. Essas instituições acadêmicas isoladas contribuíram para a formação das universidades federal e estadual no Ceará.

Importante nesse contexto foi a Reforma Francisco Campos. Dentre os vários decretos, destacamos aqueles referentes à Educação como a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto Nº 19.850 – de 11 de abril de 1931), referente ao ensino superior (Decreto Nº. 19.851 – de 11 de abril de 1931) e ao ensino secundário (Decreto Nº. 19.890 – de 18 de abril de 1931).

Essas reformas possibilitaram a organização e criação das universidades no Brasil, pois anterior a essa reforma só existiam faculdades livres. Mesmo assim, a Universidade no Ceará foi uma instituição consolidada décadas após a criação dessa reforma. Até esse momento foram surgindo novas faculdades livres como exemplo da Faculdade Católica com seus cursos de licenciatura.

Na História da educação, baseada nas leituras de Romanelli (1978), percebemos que a existência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que ocorreu em 1932, foi outro importante momento que impulsionou o processo de profissionalização dos funcionários do magistério. Isto porque os pioneiros exigiam que o Brasil adequasse o ensino ao desenvolvimento capitalista industrial, por meio de novos métodos educacionais, renovados, se

³⁶ “A Constituição Estadual de 1947 enquadrando definitivamente o professor na condição de funcionário Estado, nomeado pela autoridade competente, para cargo criado por lei, após concurso de provas (Constituição Estadual, 1947, Disposições Transitórias, Art. 15)”, conforme Farias e Bezerra (op. cit., p.433).

contrapondo à escola tradicional. Os renovadores apresentaram Plano de Reconstrução Nacional – com o Manifesto, fruto de movimento por reformas educacionais tendo à frente Fernando de Azevedo e outros vinte e seis educadores que apontaram ideias pedagógicas oriundas dos Estados Unidos da América e Europa que deveriam ser introduzidas no cenário brasileiro.

Para estes intelectuais o papel da formação superior deveria tender à formação profissional e técnica, assim como à formação de pesquisadores em todos os ramos de conhecimento humano. Deveria contribuir para o aperfeiçoamento constante do saber humano. Deveria ter tríplice função: I - elaboradora ou criadora da ciência (investigação); II - docente ou transmissora de conhecimento (ciência feita); III - vulgarizadora ou popularizadora das ciências e das artes. Esse panorama revelava o real papel que deveria assumir a educação superior. No destaque do Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) a seguir, algumas questões foram focadas ao ensino superior e o papel da universidade foi analisado, assim escreveram:

A universidade se encontra no ápice de todas as instituições educativas – formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores; elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dando bastante força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar a consciência social. Dessa elite deve fazer parte todo professorado do Brasil. A preparação dos professores é descuidada como se para tal, não fosse preciso preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, deverão ter a preparação em escolas secundárias e formar seu espírito pedagógico, conjuntamente em cursos universitários. A formação universitária é o único meio de elevar o professor em verticalidade e cultura (MANIFESTO, 2010, s/p.).

O Manifesto dos Pioneiros conclamava a inserção dos professores no grupo das elites pensantes. No quadro geral da educação no Ceará tínhamos dois grupos de professores: por um lado, professores elitizados como os que identificamos no quadro 04 e uma maioria de professores sem formação superior, além daqueles quase leigos, sobretudo, no contexto da educação nos municípios do interior do Ceará. O que ocorreu de fato foi a realização da Reforma de Francisco Campos e no seu desenrolar apenas solidificou as estruturas de uma sociedade onde o modelo de ensino vigente era elitista.

Seguindo no mesmo sentido, acima explicado, as influências de uma educação elitista difundiu-se para o Ceará. Os intelectuais cearenses a partir do Centro de Ciências e Filosofia do Ceará que dirigiam os caminhos da educação implantaram e criaram o primeiro curso superior de geografia, mas um curso particular. Os integrantes desse Centro eram os educadores Ari de Sá Cavalcante, Edmilson Souza Lima, Luiz Alberto dos Santos Brasil, Manuel Mateus Ventura, Newton Teófilo Gonçalves e Aluísio Pinheiro.

Na busca de informações sobre a Faculdade Católica do Ceará tivemos acesso a duas fontes primordiais para a caracterização histórica da implantação do curso superior de Geografia no Ceará. A primeira foi o trabalho produzido por Vasconcelos (1997), ex-professor do curso de História da FAFIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, integrada a Universidade Estadual do Ceará, que ao procurar desvendar as origens do curso de História, acabou por colaborar na constituição da história da geografia cearense.

A outra fonte foi a pesquisadora Timbó que desenvolveu dissertação, intitulada “Memórias do Ensino de História – Experiências de vida na Licenciatura da FAFICE/UECE (1966 a 1982): mitos, rótulos e contradições” (2004). Nessa pesquisa, a autora focalizou o processo de formação docente no curso de história, no período da ditadura militar (anos de 1960 a 1980). Timbó ao pesquisar sobre a FAFICE, com auxílio do livro produzido de Vasconcelos (1997), afirmou:

[...] na busca de material empírico para análise histórica específica sobre a FAFICE/UECE, deparei-me com o livro produzido pelo prof. Elmo Vasconcelos, que me foi muito útil, embora fatorial (pois não traz uma análise profunda dos fatos/datas apresentados), pelas informações que traz de 50 (cinquenta) anos do Curso de História (1947 a 1997). (TIMBÓ, 2004, p. 50)

Apesar da factualidade desse material, foi considerado pela autora supracitada, uma fonte fundamental para o desenvolvimento de sua pesquisa, tendo em vista a carência de fontes sobre a temática, assim como foi uma leitura imprescindível para nortear o desenvolvimento dessa tese. Os dois trabalhos citados fazem parte da base teórica da produção desse capítulo por

serem material bibliográfico e fontes que testemunham a existência do curso de geografia e suas origens históricas.

A Faculdade Católica do Ceará foi criada em parceria com a Ordem dos Irmãos Maristas³⁷, “que dirigiam duas faculdades de filosofia no Brasil, uma no Paraná e outra no Rio Grande do Sul. Assim foram procurados pelo professor Francisco Aluizio Pinheiro e após perceberem o interesse de uma parcela considerável das camadas médias da população cearense, aceitaram fundar a faculdade”, segundo relatos de Timbó (2004, p. 79). A União Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC) dos Irmãos Maristas fora aceita como mantenedora da instituição de ensino superior.

Os Maristas criaram a faculdade, seguindo a mesma estruturação administrativa e pedagógica que já mantinham nas faculdades do eixo sul. Interessante compreender os fatos que levaram a criação desses cursos, segundo Vasconcelos Júnior (2007, p. 235):

No Estado, a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1947, foi o resultado de uma campanha onde a elite intelectual estava determinada em criar um cenário formador de professores, onde se pudesse fornecer uma formação pedagógica e didática moderna, indispensável ao exercício do 2º grau.

A criação do Instituto do Ceará e a formação da intelectualidade cearense favoreceram a criação de um movimento pró-geografia que impulsionou a criação do curso superior investigado, que primeiramente, fora ligado ao curso de história.

A partir de informações obtidas com o desenvolvimento da pesquisa e da coleta de fontes foi possível comprovar a existência e origem do curso superior em Geografia no Ceará e dos intelectuais que encamparam esse movimento, por meio do Decreto de nº 22.974, de vinte e dois de abril de 1947,

37 A Ordem dos Irmãos Maristas solicitou ao Ministério da Educação – MEC autorização para funcionamento de sua atual Faculdade, em 2003. Instituição de caráter privado, com funcionamento dos cursos de Educação Física, Bacharelado e Licenciatura, Designer de Moda, Publicidade e Propaganda, além de *Marketing*. “Em 2006, a partir de um reposicionamento institucional e para dar conta de seu projeto pedagógico coerente com a missão educacional católica no Brasil, a Faculdade Marista Fortaleza passou a denominar-se Faculdade Católica do Ceará”. O mesmo nome da antiga faculdade fundada pela mesma ordem. (Disponível em: <<http://www.catolicaceara.edu.br>>, acesso em 25 de janeiro de 2011.

documento que se refere à criação e autorização de funcionamento da Faculdade Católica, reconhecida pelo Governo Federal através de Decreto Nº 34.640, de 17 de novembro de 1953, presente no anexo I. Mas, a instituição só foi instalada oficialmente, a 8 de junho de 1947, em sessão solene realizada no auditório do Colégio Cearense.

Confirmamos a existência do evento de inauguração da faculdade pelo acesso a ofício de agradecimento feito pelo Delegado do SENAC no Ceará enviado ao Diretor Superior da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, o Irmão Zeferino Deydier, em agradecimento pelo convite da solenidade. Outro ponto relevante do ofício se referia às congratulações e desejos que a faculdade fosse uma instituição que alavancasse ainda mais o nível cultural do Ceará, conforme cópia do documento em anexo II.

A instituição agrupou alguns cursos das humanidades, dentre eles o de Geografia e História³⁸. E no ano de 1947 foram feitas as primeiras seleções de admissão. Na época foram selecionados em média 62 alunos. Os cursos funcionavam no período noturno. “Em pouco tempo, a Faculdade tornou-se um respeitável centro de estudos humanísticos. Renovou o quadro do Magistério cearense e introduziu novas técnicas pedagógicas e didáticas”. (VASCONCELOS, 1997, p. 08).

“As faculdades católicas criadas no século XX no Estado do Ceará foram reflexo do ensino superior privado no país e de sua história que remonta ao início do período republicano”, segundo Vasconcelos Júnior (2007, p.234). Este fato foi uma expressão da falta de ações direcionadas ao desenvolvimento do ensino superior público, gerando uma demanda que buscou soluções na iniciativa privada, como o caso da Faculdade Católica.

Aspecto pitoresco da organização interna dos discentes foi retratado pelo historiador Vasconcelos (1997, p. 08), ao afirmar que “os homens tinham suas aulas no Colégio Cearense e as moças, no Colégio da Imaculada

³⁸ “De acordo com o decreto oficial da Presidência da República, artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei nº 412, de 11 de maio de 1938, e cujo teor concedida autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História, Matemática, constituindo todas a Faculdade de Filosofia do Ceará, que seria mantida pela União Norte Brasileira de Educação e Cultura”. (BRAGA, 1972, p.4).

Conceição”. Mesmo sendo um curso de nível superior, o caráter religioso sempre estava presente, na manutenção de princípios morais e religiosos.

A faculdade em 1955 foi agregada à Universidade Federal do Ceará, mas conta sua história que a partir de 1965, a instituição entrou numa fase de dificuldades, em decorrência de crises financeiras da entidade mantenedora, agravando os problemas da Ordem dos Maristas, dentre eles: o abandono do hábito por vários irmãos que retornaram à vida secular, incitando o desinteresse da Ordem pela manutenção da faculdade. Segundo Vasconcelos outros momentos da crise da faculdade ocorreram da seguinte forma:

O edifício que estava sendo construído com ajuda de verbas federais para abrigar a Faculdade ficou paralisado. Deixou de haver vestibulares e a Faculdade correu o risco de ser extinta. Surgiu então um movimento para salvar a Faculdade liderado pelos professores Evaristo Linhares, Tarcísio Mota, Paulo Frota, Moacir Aguiar e Parcifal Barroso. Apoiado pelos alunos, liderados pelo Centro Acadêmico Santo Tomáz de Aquino, este movimento conseguiu mobilizar a opinião pública e sensibilizar as autoridades, especialmente o Dr. Liberato Moacir Aguiar, Secretário de Administração, o deputado Aquiles Peres Mota, terminando por conseguir do governador Virgílio Távora a encampação da Faculdade (Lei Nº 8.423 de 9 de março de 1966). (VASCONCELOS, 2002, p.9).

O movimento de intelectuais da época manifestou o desejo de não deixar a faculdade se extinguir. Com a visualização da importância dessa instituição acadêmica para formação de professores foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará e, desde então, denominada Faculdade de Filosofia do Ceará, pela Lei Nº 8.423, de 03 de fevereiro de 1966³⁹, ver documento em anexo III. Posteriormente, foi transformada em autarquia pela lei Nº 8.737, de 25 de janeiro de 1967. A partir de 1975, a FAFICE foi reunida ao conjunto de faculdades que formaram a Universidade Estadual do Ceará, conforme documento no anexo I. Sobre a encampação da faculdade pelo Estado, Timbó (op. cit, p. 80-81) comentou que:

³⁹ Documento do Arquivo Público do Estado do Ceará, pesquisado em 09 de abril de 2006, arquivo pessoal do Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (professor titular da Universidade Estadual do Ceará). Documento com a Lei Nº 8.423, de 3 de fevereiro de 1966, onde a Faculdade Católica do Ceará foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará, recebendo a denominação de Faculdade de Filosofia do Ceará. (Diário Oficial do Estado do Ceará, 1966)

[...] ao ser encampada pelo Governo, a então Faculdade não teria mais nenhuma ligação oficial com a Igreja Católica, portanto deixou de ter na sua denominação o aspecto religioso, como tinha quando era subordinada à Ordem dos Irmãos Maristas. Enfim tornou-se laica, pelo menos na nomenclatura.

A análise de Timbó seguiu, ao afirmar que na época só houve mudança administrativa da faculdade, pois os professores e alunos eram sua maioria, provenientes do Seminário da Prainha ou do Colégio Cearense. Permanecendo com a mesma condução pedagógica de conteúdos e assimilação de saberes.

A Geografia acadêmica cearense nasceu nos mesmos moldes da geografia europeia que influenciou o pensamento geográfico do Brasil entre os séculos XIX a precípuos do XX. A geografia produzida no Instituto do Ceará não apresentava ligação com o ensino superior, relação que ocorrerá com alguns cursos, a exemplo do curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, pela presença de Pompeu Sobrinho, que apesar de compor o quadro docente desse curso, desenvolveu inúmeros trabalhos geográficos como já verificado. Já no curso superior de geografia, a maioria dos conteúdos ensinados, era a reprodução das obras de franceses e alemães (AZEVEDO, 1993).

Após ter se tornado uma autarquia do Estado do Ceará, recebeu significativas melhorias, como estabilidade financeira e estrutura funcional, transferida para a Avenida Luciano Carneiro, onde posteriormente, tornou-se o Centro de Humanidades da UECE⁴⁰. Este prédio passou por reformas, resultando em ampliação da estrutura, com a criação de salas amplas e com melhores condições de funcionamento, mais adequadas às atividades docentes. O curso superior de geografia foi organizado e estruturado, o corpo docente e discente agregado ao curso de História⁴¹, formando e habilitando o

40 "O Decreto Federal Nº 79.172, de 26 de janeiro de 1977, concedia reconhecimento da Universidade Estadual. Na mesma época, implantou-se o sistema departamental, através da criação de Centros. A Faculdade de Filosofia transformou-se em Centro de Humanidades". (VASCONCELOS, 1997, p. 9)

41 "Criado quando da fundação da Faculdade Católica de Filosofia, em 1947, o Curso de História estava ligado ao de Geografia. Reconhecido pelo decreto de nº 28.370 de 12 de julho de 1950, só em 1957, houve a separação dos dois cursos". (VASCONCELOS, op. cit, p. 11)

aluno, em um mesmo curso, em duas licenciaturas. Os cursos só foram desmembrados em 1957, pois os próprios professores reconheceram as especificidades e características curriculares de cada graduação, segundo Vasconcelos (1997) e Timbó (2004).

Na década de 1950, a geografia mundial já iniciara um movimento de “renovação”, denominado revolução teórico-quantitativa, baseada no positivismo lógico, onde adotaram como unidade epistemológica as bases das ciências naturais e de modelos hipotéticos dedutivos como os matemáticos. Nesse período, a geografia teve vinculação direta ao sistema de planejamento público e privado, conforme Corrêa (2003, p.20). Provavelmente, o processo de renovação da ciência geográfica atribuiu-lhe mais *status* no meio acadêmico, agregado ao apoio governamental pela esfera do planejamento.

Nesse contexto a geografia brasileira passou a ser vista como uma ciência de importância e significado na organização da sociedade, inclusive da Cearense, como vimos no capítulo anterior ao analisarmos as vinculações teóricas de Pompeu Sobrinho que desenvolveu uma geografia regional, também pautada em estatísticas e dados quantitativos, direcionada ao planejamento do Nordeste e do Ceará. Em contexto acadêmico, a relevância da Geografia como ciência, acabou por colaborar na desvinculação do curso superior de Geografia da História, passando a formar profissionais específicos em cada área.

Observamos o programa curricular⁴² abaixo, no período em que as duas ciências ainda eram vinculadas. Apresenta na composição do curso de geografia e história em 1949, uma disposição de disciplinas referentes às duas ciências. O curso iniciava com conteúdos relativos à formação em história, seguida pela formação em geografia, finalizando com disciplinas voltadas para formação de professores, isto é, a licenciatura, como por exemplo, a disciplina de didática.

⁴² Mais uma vez, utilizamos as informações de Vasconcelos (op. cit, p. 11) que explicou como era a estrutura curricular do curso, “as cadeiras eram anuais e não semestrais como atualmente. O aluno saía licenciado em Geografia e História”.

QUADRO 5

Professores do curso superior de Geografia em 1949	
Disciplinas	Professores
História da América	Jorge Moreira da Rocha
História Antiga	Irmão Valério (José Sarques)
História Moderna e Contemporânea	Teixeira de Freitas
História Medieval	Pe. João José Cavalcante
Antropologia	Jerson Vieira
Geografia Humana	Denizard Macedo
Geografia Física	José Waldo Ribeiro Ramos
Geografia Geral	Domingos Barroso
Didática	Lireda Facó – Figueiras Lima

Fonte: Mendes (2010), adaptado de Vasconcelos (1997).

Observamos com clareza que no programa curricular do curso em análise não era ensinada geografia do Ceará. Nos institutos científicos locais essa era a missão principal, escrever a História e a Geografia local como forma de criar a própria identidade. Pelo que foi possível compreender, a formação superior em geografia era baseada em teorias gerais, com forte influência das correntes de pensamento francesas e Alemanha.

Percebemos ainda na composição do corpo docente a presença de professores padres e irmãos da Ordem dos Maristas. Além disso, é bom pensar que, até meados dos anos 1950, o saber acadêmico era uma realidade mais concreta para os seminaristas e a pequena parcela da elite da sociedade cearense. A formação dos professores era diversa, provenientes da Escola de Agronomia, Escola Preparatória de Fortaleza (atual Colégio Militar), Faculdade de Direito, Seminário da Prainha e do próprio Liceu do Ceará. Os professores ministravam disciplinas divididas entre geografia humana e física.

No ano de 1947, Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, enviou ofício solicitando à direção da faculdade, uma lista com os nomes e dados dos professores para realizar cadastro dos técnicos e professores da área no referido Conselho, conforme demonstra o fragmento do ofício, em anexo III:

Interessado em manter contacto com o corpo docente de geografia do país, o Conselho Nacional de Geografia deseja possuir um registro completo dos professores da matéria, a fim de poder comunicar-se diretamente com eles, supri-los de dados e, eventualmente, de publicações, revistas e mapas,

fornecer-lhes informações sobre a geografia e seu ensino, assim como pôr-se à disposição deles para fins relacionados com a sua profissão, como sejam excursões, visitas e cursos (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1947).

Conforme documentos de Christovam Leite de Castro, na década de quarenta já iniciara no Brasil uma organização da geografia nacional, inclusive, referente à institucionalização dos professores e suas metodologias de ensino, com necessidade de realizar aulas de campo, visitas e excursões, prática inerente a formação dos profissionais da geografia, sejam pesquisadores ou professores. Essa ação demonstra a expansão e difusão do conhecimento geográfico no país, inserido no processo de produção de conhecimento.

Em seguida, acessamos outro vestígio que denotou a importância do saber docente, conforme o que foi relatado por Rubens de Azevedo ao escrever um breve artigo⁴³, sobre a faculdade de sua época. Azevedo foi aluno da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, no curso de Geografia e História, formando-se em 1953.

Entre 1951 a 1953, freqüentei a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, funcionava no Colégio Cearense do Sagrado Coração, dos Maristas. Era um ambiente de alto nível, onde se reuniam a mocidade estudiosa (verdade!), professores, intelectuais, todos à busca de complementar seus conhecimentos depois de um ginásio mais ou menos sacrificado – mas infinitamente melhor do que os de hoje...

Além do grau de superioridade do ensino ginasial, cursar a faculdade demonstrava grande passo na formação profissional, em meados dos anos de 1950. Azevedo escreveu esse artigo para o jornal em 1986, e pôde fazer uma comparação crítica entre o nível da educação de sua época para o ano em que escreveu sua reflexão. Podemos até pensar – que elementos diferenciavam a educação de outrora para os dos dias atuais? E sobre o ambiente acadêmico, importante entender os elementos que motivavam o desejo pelo conhecimento, pelo saber buscado na faculdade. “A mocidade era estudiosa de verdade”. E já os professores dessa juventude eram descritos pela habilidade e inteligência:

⁴³ Este artigo foi auferido pelo ex-professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Dr. Luiz Cruz Lima, guardado em seu acervo pessoal de documentos e registro sobre as origens da UECE e de seu curso superior em Geografia.

Nossos professores eram, por assim dizer, caçados a laço, uma que havia Faculdade de Filosofia e, portanto, professores especializados. Assim, nosso professor de matemática era um padre, bem como os de Geografia Humana e História.

Rubens de Azevedo detalhou, em minúcias, o discurso do professor de geografia física, para além do conhecimento transmitido nas aulas, descreveu características da personalidade, caráter e relação de amizade que existia entre professor e alunos na formação do profissional da geografia na década de 1950:

Havia mestre de comprovada autoridade como José Waldo Ribeiro Ramos, nosso lente de Geografia Física. Dedicado, amável, simpático, era um amor de professor: emprestava-nos livros, discutia conosco problemas geográficos, solicitava opiniões. Tinha, é claro, aquele ar doutoral dos antigos catedráticos e suas aulas eram solenes. Mas completas e, sobretudo, democráticas. Escarafunchava os assuntos até às suas últimas conseqüências e lembro-me de que nos deu, durante quase um semestre, aulas sobre a erupção do Krakatoa. Aliás, a cada semestre, ele tinha um apelido: De Martonne, Chokalsky, Ratzel, Montessus de Bellare ... Defensor da Escola Possibilista francesa, inoculou em todos nós a ojeriza ao determinismo geográfico de Friedrich Ratzel e outros mestres da Escola Alemã.

Amizade e respeito eram elementos que envolviam a dimensão do ensino aprendizagem e, certamente, esses sentimentos pairavam na atmosfera da Faculdade Católica de Filosofia. Admiração dos discentes pelos professores queridos foi perceptiva nas palavras do autor. O conhecimento geográfico era cunhado com ares científicos e doutorais. A curiosidade científica pelo saber era parte integrante dos alunos e professores. Esse sentimento foi descrito em outro fragmento do texto, vejamos:

Era um tempo bom e feliz. Descobríamos novos caminhos, tendo ao nosso lado mestre dedicados e cultos, bondosos e capazes. A busca do saber era o alvo principal de todos nós. Não se falava em greve, direitos estudantis e outras coisas que conflitam aos tempos atuais. Mesmo porque os professores e alunos comungavam do mesmo interesse e não havia lutas de classe: éramos todos irmãos, numa espécie de comunidade fraterna, na busca de algo maior.

Percebemos que o programa curricular do curso já havia se modificado com a inserção de estudos básicos como o de matemática. A seguir, apresentamos imagem com a turma de Rubens de Azevedo, nas escadarias do Colégio Marista. Na primeira fila presentes os Irmãos Maristas e o diretor da faculdade, além da presença feminina marcante, em seguida a presença dos rapazes estudiosos da “mocidade estudiosa” da época.

Figura 38: **Formatura de Rubens de Azevedo na FAFICE, 1953**



Fonte: Acervo Nirez, 2011

Os artigos de Rubens de Azevedo⁴⁴ demonstraram a sensação de nostalgia que a velha FAFICE provocava em seus ex-alunos. A importância dos docentes na formação dos discentes, além da presença dos padres e a

⁴⁴ Rubens de Azevedo nasceu em 30 de outubro de 1921, faleceu em 2008. Filho do pintor Otacílio de Azevedo e da poetisa Teresa Almeida de Azevedo. Casou-se com a escritora Jandira Carvalho. Irmão mais novo do famoso Jornalista e memorialista de Fortaleza - Nirez, cujas imagens do seu acervo, tem marcante presença neste trabalho.

inserção da religiosidade no cotidiano acadêmico. Ponto interessante foi a lembrança de como os professores expressavam suas ideias, as teorias e a empolgação no desenvolvimento do trabalho docente que encantava os alunos, inclusive Azevedo.

Nessa trajetória, Rubens de Azevedo sempre teve proximidade aos estudos da astronomia, ao ponto de, em 1947, fundar em Fortaleza, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia – SBAA e em 1948, além de instalar o primeiro observatório popular brasileiro Flamarion, na casa de seu pai Otacílio de Azevedo, na Rua Jaime Benévolo.

Relatou Nirez, em junho de 2011, que Rubens de Azevedo se interessou pelos astros ao ter contato com as poesias escritas pelo poeta “Serra Azul”. Em seus escritos poéticos inseria a contemplação à beleza astronômica, como a grandiosidade do sol, da lua, do brilho das estrelas, à complexidade dos planetas, a infinidade do espaço sideral.

Posteriormente, assumiu o cargo de fiscal de ensino, professor de história e geografia, compôs o quadro de professores da Universidade Estadual do Ceará lecionando a disciplina de Geografia Astronômica. Foi Membro do Instituto do Ceará, onde contribuiu com artigos sobre astronomia na Revista do Instituto do Ceará - RIC. Além de artigos, Rubens de Azevedo colaborou na criação de algumas obras geográficas, dentre elas: *Atlas Geográfico Melhoramentos*, *Pequeno Atlas Geográfico Melhoramentos*, *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos*.

As primeiras turmas formadas em Geografia e História foram fundamentais para compor um conjunto de profissionais capacitados de professores, técnicos, pesquisadores, inclusive aqueles que se especializaram e tornaram-se professores universitários, a exemplo de Rubens de Azevedo e Caio Lóssio Botelho, inseridos na criação de outros centros acadêmicos em geografia, sobretudo, nas Universidades Federal e Estadual do Ceará.

Preparar os profissionais da educação era questão prioritária no plano de reconstrução da educação brasileira. A educação já não podia mais ser conduzida com maioria de professores leigos ou por aqueles que não tinham formação pedagógica, apenas oriundos de cursos das humanidades. Era necessária e urgente a criação de faculdades e cursos superiores que fomentassem essa demanda.

A geografia escolar assumiu funções de acordo com a realidade histórica do país. Foi levada às instituições escolares por meio de livros e pelos discursos dos professores. Era um saber transposto do mundo da ciência para a escola, apesar da contingente popularização dos saberes científicos e dos materiais didáticos, até meados dos anos cinquenta.

Os professores formados nesse período continuaram reproduzindo nas instituições escolares os princípios de uma educação tradicional e clássica. As mudanças só ocorreram no cenário do ensino muitos anos após a formação específica dos primeiros professores e intelectuais, influenciada pelas renovações da própria ciência geográfica que só ocorreram por volta da década de 1970 e 80, movimento da democratização e renovação da geografia, baseado na crítica da geografia tradicional e neopositivista, tanto na pesquisa quanto na escola.

Contudo, sendo o fenômeno escolar, extremamente complexo, compreendemos com o desenvolvimento da pesquisa que para nos aproximarmos da realidade escolar foi necessário relacionar as inúmeras interfaces da História do conhecimento, seja pelo saber científico, acadêmico e escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de uma ciência, de um conhecimento, seja escolar ou científico, entremeia as mais diversas trilhas do saber. A preocupação maior desta pesquisa foi compreender, mesmo que contextualmente, a história da educação brasileira, a partir da investigação dos caminhos por onde percorreu a História da Geografia do Ceará. Por esse percurso a Geografia cearense foi sendo descoberta.

É bom lembrar que existem várias formas de contar a mesma história, portanto, tentamos pela investigação bibliográfica e documental construir um emaranhado narrativo que fosse, minimamente, compreensível ao leitor, tendo em vista as diversas teias que perpassam a formação de uma ciência e de seu tratamento didático-pedagógico.

Os achados da pesquisa foram revelando que não existia a possibilidade de encontrar o conhecimento múltiplo sobre a Geografia do Ceará, se a pesquisa tivesse sido encerrada/limitada somente em único caminho.

A amplitude das informações não permitiu que essa história fosse contada apenas por uma única versão/linha, mas por várias versões que se entrecruzavam em registros documentais, discursos e crônicas históricas escritas em formatos de artigos, livros raros, além dos próprios registros bibliográficos e imagéticos que apresentaram as formas do pensar e da organização da sociedade de outrora.

A pesquisa historiográfica permitiu criar uma nova relação com os eventos do passado. O século XIX e o início do século XX já não parecem mais estar tão distantes. A leitura dos artigos da Revista do Instituto do Ceará consentiu esse novo olhar. A própria linguagem, a expressão das ideias, a grandeza dos adjetivos, a singeleza das abordagens e o detalhamento metódico das descrições, nos apresentaram um mundo científico em formação, onde quem estudava a natureza e o passado não tinha pressa em descobrir, mas compreender. Todavia, os estudiosos presentes no período da pesquisa buscavam por meio da leitura, da coleta de documentos, da investigação em

campo e da escrita, registrar descobertas, potencialidades, riquezas naturais e o processo histórico de formação da sociedade cearense e brasileira.

No contexto nacional, foi fundamental compreender que a produção dos saberes geográficos, históricos e antropológicos como elementos constituintes da História da nação brasileira foi o principal objetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 1832. Este projeto que colocou de certa forma a “geografia em moda no país” foi reproduzido no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Instituto do Ceará, a partir da sua criação em 1887, com suas pesquisas no âmbito do espaço territorial cearense.

Neste sentido, após a ebulição das ideias configuradas pelas agremiações e associações científicas e literárias fundadas na cidade de Fortaleza, maior evidência foi atribuída ao Instituto do Ceará, por consentir a sistematização das pesquisas, que outrora, já eram realizadas pela classe de intelectuais e professores cearenses.

Com acesso aos inúmeros artigos, considerados elementos valiosos, tentamos dar feição ao passado da Geografia Histórica e da História da Geografia cearense. A configuração dos artigos do Instituto do Ceará, por tematizações geográficas, ofereceu amplo leque de pesquisa, não somente para geógrafos, mas na área da educação, história e antropologia.

Interessante lembrar que o Instituto do Ceará nasceu articulado à necessidade de criar a História e a Geografia oficial do Ceará. E por mais que parecesse homogênea, a classe formada pela elite ilustrada do Instituto do Ceará, apresentava discordâncias em relação às linhas de pensamento. Pelos registros encontrados, percebermos que nessa agremiação científica existiam dois grupos. Um grupo marcado pelo tradicionalismo e conservadorismo, liderado por Barão de Studart, onde persistia a busca pela neutralidade científica baseada em princípios religiosos cristãos.

Para alguns críticos, historiadores dessa seara, havia uma abordagem neutra dos documentos que era quase ritualizada. Fato que ocorria por temerem o julgamento e análise dos fatos, neutralizando-o de possíveis críticas. E nessa linha persistiram muitos seguidores.

Por outro lado, existiu um grupo de intelectuais que tentavam criar uma vertente de pesquisa direcionada para o cientificismo racionalista e pragmático. Dominava, nesse grupo, o interesse pela busca da compreensão do social, sobretudo pela abordagem da problemática das secas e suas conseqüências na vida do povo nordestino, como testemunhamos com o trabalho de Rodolfo Teófilo e a família Pompeu, a princípio com o Senador Pompeu, seguido de Tomaz Pompeu e Pompeu Sobrinho. Consideramos pioneiros e protagonistas no estudo e formação da Geografia do Ceará, tanto científica quanto escolar.

Dos inúmeros artigos da Revista do Instituto do Ceará produzidos pelos intelectuais dessa agremiação, quase todos os temas puderam ser tematizados por apresentaram o resultado das pesquisas realizadas pelos protagonistas da Geografia do Ceará. Longe de termos uma visão romântica dos pioneiros da geografia e desbravadores do sertão, interessamos compreender que os naturalistas e os estudiosos da natureza física, dos eventos econômicos, culturais e sociais do Ceará, estavam associados à criação de uma geografia embasada por uma ideologia nacional, composta pelas identidades regionais.

Muitas das pesquisas desses pioneiros foram apoiadas pelo Estado, em expedições ao desconhecido, outras amparadas por instituições de pesquisa científicas, a exemplo do IHGB e do Instituto do Ceará. Nessa relação, a questão da nacionalidade foi o impulso formador das ideias geográficas.

Os estudos iniciais da natureza cearense (fauna e flora) foram resultantes de novos saberes adquiridos em viagens de exploração dos naturalistas, que em sua maioria não eram geógrafos por formação, mas assumiam o legado do estudo descritivo da natureza e acabaram por contribuir na formação das ciências naturais em nosso País, dentre elas a Geografia do Ceará.

Outro aspecto constatado e verificado é que no início da construção da geografia brasileira e, em especial, da cearense, não havia distinção clara entre os escritos que, atualmente, denominamos de geografia humana e geografia física.

Neste sentido, a geografia formada no império, no século XIX, foi criada pelos intelectuais que se aproximavam dos estudos da flora, a exemplo da coleta de espécimes dos ecossistemas locais para formação de herbários, do substrato geológico, da variação morfológica, dos recursos hídricos ou das ações do homem, resultando no banco de dados e informações que influenciaram o desenvolvimento da Geografia local durante o século seguinte.

Anotamos, que na geografia embrionária, esse saber era utilizado como conhecimento complementar na formação da História oficial, fato constatado pela leitura e análise de diversas crônicas históricas criadas pelos intelectuais do Instituto do Ceará. Somente com o desenvolvimento científico da Geografia brasileira, após receber influências de países como Alemanha e França, é que a Geografia nacional passou a ser desenvolvida de maneira mais endógena, pela busca das origens da formação do território nacional a exemplo das monografias regionais. Neste ponto, identificamos Pompeu Sobrinho como o intelectual proeminente da formação da Geografia Cearense e Nordestina.

Outro ponto a identificar foi que a princípio não haver distinção clara entre os limites do que era propriamente histórico e o que era formação dos estudos geográficos, daí porque muitos estudiosos terem sido considerados geógrafos e historiadores. A formação dos intelectuais era diversa e eles assumiam múltiplas funções, pois eram raros os graduados, sendo os bacharéis, parte integrante da elite ilustrada cearense até meados do século XX.

Tecer a trajetória da geografia foi um momento de redescoberta desta ciência e de sua importância acadêmica no Ceará. Como disciplina escolar foi um momento exemplar em descobrir sua função social, ao buscar compreender quais foram as contribuições dos intelectuais, sobretudo os do Instituto do Ceará, para a educação cearense.

Na análise dos currículos escolares dos cursos, das principais escolas públicas e privadas do Ceará, especialmente, as de Fortaleza revelamos como notável o fato da presença constante da disciplina de Geografia, denotando a existência do saber escolar anterior ao processo de sistematização da geografia como ciência, além da formação de professores

nessa área, seguindo a mesma tendência nacional, tanto na estrutura quanto nos aspectos ideológicos do saber.

Examinamos que a geografia escolar cearense passou por algumas fases dentre estas, como primeira, tivemos o que foi denominada de geografia tradicional clássica. Um ensino caracterizado como mnemônico e enciclopedista, próprio da época dos manuais produzidos pelo Senador Pompeu, geógrafo do Império, criou livros de geografia direcionados à mocidade estudiosa dos Liceus do Brasil.

Nesse período a Geografia veio a ser incluída nos currículos escolares, após meados do século XIX, por meio da reestruturação dos currículos e da abertura de novos estabelecimentos de ensino. Anterior a essa data, era apenas um saber complementar nos currículos clássicos ou ensinada nos seminários como uma geografia sacra.

E apesar de não existir uma simbiose entre o saber científico e o escolar propriamente dita, o saber escolar foi influenciado pela mesma linha de pensamento que foi construída ao longo do desenvolvimento dos saberes científicos produzidos nos institutos de pesquisa, a exemplo do Instituto do Ceará, isto é, buscavam analisar as origens históricas, a população com busca pela identificação das raças e culturas, seguido de saberes referentes a potencialidade da natureza do território. Fato verificado pela análise comparativa das obras didáticas da época. Momento que produziu uma Geografia escolar tradicional, mas com conteúdos endógenos, contemplando a inserção do regionalismo, com o estudo da paisagem e da formação da identidade territorial do Ceará.

Mesmo assim, percebemos que a geografia escolar era distinta da geografia científica. Estava presente nos livros apenas parte da geografia que deveria ser de interesse para a formação do cidadão brasileiro, sendo esse conhecimento vulgarizado em formato de livro didático, que já contavam com a inserção de imagens e mapas, mas com a ausência de exercícios, no início do século XX. Já o saber específico sobre a formação do território, riquezas e potencialidades era direcionado ao Estado, isto por que esse conhecimento era produzido por instituições governamentais.

A questão da nacionalidade e do civismo foi elemento constatado nas obras didáticas de Geografia do Ceará, sobretudo no século XX, com ênfase a partir dos anos de 1930. Nesse sentido, o conhecimento de geografia e da história foi se tornando prioritário, pois foram ciências que contribuíram para formação dos cidadãos com sentimento nacionalista, por meio da formação escolar fornecida pela rede pública e privada de ensino.

Período esse em que a Geografia científica foi se ampliando e teve no Instituto do Ceará e nas Associações científicas, pontos de referências para sua sistematização e valorização como conhecimento científico. Atualmente, o saber geográfico não assume mais o mesmo papel que teve nos séculos anteriores, mas detém grande valor histórico, revelado na presença marcante das instituições científicas desde então.

Dessa feita, averiguamos que o desenvolvimento do ensino da Geografia cearense seguiu passos similares aos da renovação e modernização da ciência em âmbito nacional. No entanto, em âmbito local a geografia escolar, teve seu ponto alto com o desenvolvimento de estudos, produção de materiais didáticos, no período áureo do Liceu do Ceará, que antes da criação da universidade pública no Estado, era considerada a instituição de referência.

Nesta instituição secundária todas as atenções estavam focadas para a produção de um ensino de qualidade, e se lembrarmos, atendia, na maioria, aos filhos da elite de Fortaleza e do Ceará. Com a saída dos professores pesquisadores da escola, atraídos pelo ensino universitário, a geografia entra em outro período de produção, não somente a escolar, mas no patamar acadêmico, além do que foi produzido no Instituto do Ceará.

Assim como ciência, a formação da Geografia científica não foi tão rápida, por vezes mínima, mas, as trilhas desse conhecimento foram sendo criadas a partir da constituição de um projeto político nacional, com objetivos bem delimitados e direcionados a inserção do Brasil no sistema capitalista, e não somente por interesses vocacionais e competências individuais.

Talvez, por estes e outros motivos, os primeiros cursos de licenciatura na área só foram criados a partir de 1930, em São Paulo, e no caso em estudo, o Ceará, a partir da década de 1947, com a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará que recebeu as influências teóricas da geografia

francesa e alemã. Sendo os profissionais saídos dessa instituição de ensino direcionados para diversos setores da sociedade interligados a geografia, às instituições de pesquisa e instituições de ensino básico e superior, a exemplo de Caio Lóssio Botelho e Rubens de Azevedo como verificamos na pesquisa.

Apesar das mudanças na educação e no processo de formação de professores, o sistema de ensino cearense sempre foi acompanhado por uma história de dificuldades. Assim como em outros setores básicos, como vimos, a educação foi sendo utilizada como disputa eleitoral, entre políticos representantes das elites agrárias e das elites urbanas industriais. Resultando assim, em poucas conquistas alcançadas pelas pressões das demandas sociais e da necessidade do próprio mercado local, a exemplo da demanda em formar professores para o ensino secundário. Desse contexto de ampliação da rede de ensino, surgiu a expansão e a profissionalização do professor, e em especial, o de geografia.

E na busca de compreender a formação dos professores de geografia, verificamos a existência de iniciativas referentes ao processo de habilitação de professores para instrução pública e privada no Ceará. O primeiro relacionado aos exames de capacidade profissional para o ensino primário e o outro na seleção de professores para o ensino secundário, a exemplo do Liceu do Ceará. Contudo, esses processos não eram harmônicos também tinham problemas diversos. Numa época em que a quantidade de trabalho formal era mínima, conseguir um cargo público tornava-se uma alternativa viável de sobrevivência.

Em relação à geografia acadêmica no Ceará, apesar do lento processo de implantação, fincou suas raízes no solo sertanejo, além de formar profissionais, contribuiu para a produção de um saber mais crítico da realidade social que foi historicamente construída.

Do solo sertanejo, não nasceu apenas mandacaru, poeira e dor devido às adversidades climáticas, mas dessa Terra, nasceram filhos que estiveram e estão na vanguarda dos acontecimentos nacionais. Pensemos que a implantação dos cursos superiores e de pesquisa acadêmica no Ceará foi um fenômeno tardio, mas, com todas as dificuldades e conflitos de interesses vivenciados, talvez não pudesse ter sido de outra forma.

A realização foi demorada, mas, o pensamento já estava povoado de vontade desde muito tempo. Fato este observado nas biografias das figuras históricas, agentes produtores da geografia escolar, científica e acadêmica. O Ceará assim se inscreveu na vanguarda de vários acontecimentos, e vem desde o início do século XX, construindo o ensino superior e sua instituição universitária.

Investigar sobre a educação local foi uma forma de construir um pensamento sistematizado para a História da Geografia no Ceará e como saber acadêmico, buscamos compreender as tendências principiadas no percurso de sua construção.

O intuito em discorrer sobre o desenvolvimento do saber geográfico e sobre a formação dos professores de Geografia no Ceará, mesmo que de forma genérica e panorâmica, foi uma tentativa de preencher e atrair para o tema novas pesquisas, pois há uma carência de sistematizações escritas sobre este processo tão profícuo. E como constatamos, as fontes existem, cabe aos pesquisadores desenvolver uma análise crítica e histórico-geográfica desse conhecimento.

Almejamos que futuras pesquisas possam preencher este espaço tão importante para a história e memória da educação, como também, para o entendimento das políticas educacionais no Ceará e para própria história da geografia cearense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**: História e Legislação. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC, Brasília-DF: INEP/MEC, 1989. 365p.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. As Imagens nos Livros Didáticos de Geografia: uma perspectiva histórica. In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (Orgs.) **Tempo, Espaço e Memória da Educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 67-87.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire de Alemão**. Fortaleza-CE: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. 236p. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3).

_____, **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**: Crato-Rio de Janeiro, 1859-1860. V. 2. Fortaleza-CE: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007. 144p. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4).

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002. 128p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Geografia**: Ciência da Sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 246p.

ANDRADE, Francisco Ari de. **Luzes e sombras na educação**: o Aciolismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912). Fortaleza: INESP, 2008. 252p.

AZEVEDO, Rubens de. **Os 40 da Casa do Barão**. (I Centenário do Instituto do Ceará). Brasília: Poder Legislativo Senado Federal: Centro Gráfico, 1993. 293p.

AZEVEDO, Sânzio. Grêmios Literários do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza- CE: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p.185-197.

AZEVEDO, Érica. **Homenagens no enterro de Rubens de Azevedo**, O povo jornal, 19/01/2008. In: ENCICLOPEDIA Nordeste. Disponível em: < <http://fotolog.terra.com.br/filosofiadofutebol:936>>. Acesso: 24/Jun./2011.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 222p.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 236p.

BARROSO, Gustavo. **Memórias** – Liceu do Ceará. Fortaleza: Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 2000. 196p. (Coleção Alagadiço Novo).

BASTOS, Maria Helena Camara; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Orgs.) **O curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará.** Campinas-SP: Alínea editora, 2010, 364p.

BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez editora, 2007. 429p.

BENEVIDES, Artur Eduardo. As Academias. In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de Corpo e Alma:** um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a Terra da Luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002, p. 314-317.

BINDÁ, Thirza Maria Bezerra. **Instituto de Humanidades:** História de um Educandário Cearense na Belle Époque (1904-1914). Dissertação de Mestrado de Educação (Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará). Fortaleza-CE: UFC, 2008, 152 p.

BITTENCOURT, C. M. As Humanidades no Ensino. In: **Revista Educação e Pesquisa.** Vol.25 N. 2 São Paulo July/Dec. 1999. ISSN 1517-9702. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo.php> > . Acesso em: 12 de março de 2011.

_____. **O Saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRAGA, José Nascimento. **25 anos – Faculdade de Filosofia do Ceará.** Fortaleza – Ceará, 1972.

BURKER, Peter. **Uma história social do conhecimento.** De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial:** rural e urbana. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea:** una introducción a la Geografía. Barcelona: Temas Universitarios, Barcanova, 1981.

_____. Historia de la Ciencia e Historia de las Disciplinas científicas. **Revista Geocrítica,** Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Barcelona: Universidade de Barcelona, año XII, Nº 84, Diciembre de 1989.

_____. **Geografia Humana y Ciencias Sociales**: uma perspectiva histórica. Espanha: Montesinos. S/d, 137p.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual**: biscoito fino e travoso. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 96 p. (Coleções Outras Histórias, 8).

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 459p.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ensino no Ceará**. Monografia N. 22. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial. 1970, p.339. Coleção Instituto do Ceará.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 5a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 352p.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hipólito de Azevedo e Sá**: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000.

_____.(Org.). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____. O Livro de Leitura para as Crianças do Nordeste Brasileiro da Nova Escola Primária do Ceará: o caso do João Pergunta (ou Brasil Sêcco) de Newton Craveiro. In: Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**: História e Educação. N. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. P. 101-116.

_____; et. al. (Orgs.). **História da Educação** – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 540-559.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalhos Pedagógicos).

CAXILE, Carlos Rafael Vieira. Olhar quem enxerga além das efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará (1871- 1884). In: **Anais do XVII Encontro Regional de História** – O lugar da História. ANPUH – SP, UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, 8p. Cd-rom.

CHARLES, Christophe e VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

CHAUI, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héglio. (Org). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999. p. 211- 223.

CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de Corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002. 381p.

CHERVEL, André and COMPERE, Marie-Madeleine. **Apresentação Revista Educação e Pesquisa**. [online]. 1999, vol.25, n.2, pp. 147-148. ISSN 1517-9702. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1517-97021999000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em:

_____. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. V. 2. Teoria & Educação, Porto Alegre: Panorâmica, 1990. p. 177-229.

CHEVALLARD, Y. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1985.

COLARES, Otacílio. Á guisa de apresentação. In: ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 1974.

COLÉGIO da Imaculada Conceição. **Do Gênese ao Apocalipse**. Fortaleza: Tipogresso, 1999. 458p.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide ...[et al]. **Uma nova história do Ceará**. 2a.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.135-161.

CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias de Castro (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 352p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Revista Mercator**. Universidade Federal do Ceará. Ano 1, N. 2, 2002. p. 61- 69.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzachiello da; ...[et al]. (Orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 51-100.

_____. Prefácio. **Geografia do Ceará**. Barão de Studart – 1856-1938. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. p. 9-13.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade Temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade reformada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988. 332p.

_____. **A universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988. 332p.

CUNHA, Cecília; FIGUEREDO, Madalena. Memória Encadernada. In: **Revista Letra**. Fortaleza: Jornal O Povo, 2011.

D'ALGE, Carlos. O Ceará e as suas Universidades. In: **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo**. CHAVES, Gilmar (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002. p. 155-164.

DANTAS, Elza Alves. **As Letras da Lei X As Leis da Letra**: Exames de Capacidade Profissional e a Instrução Pública na Província do Ceará (1856 – 1888). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: UFC, 2010. 140f.

DRAGÃO DO MAR. **Histórico de Rubens de Azevedo** – Planetário Rubens de Azevedo. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br/planetario/rubens.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. 319 p.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio Científico e Educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 120p. (Biblioteca de educação. Série 1. Escola: v.14).

DESLANDES, S. F. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Ma. C. de. S (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1994. p. 9-19. (Coleção Temas Sociais).

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; BEZERRA, José Eudes Baima. A Profissão Docente no Discurso Governamental Cearense (1930-1964). In: VASCONCELOS JÚNIOR *et al.* (ORGS). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011. p. 417- 440. (Coleção Diálogos Intempestivos).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e Poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45**. 2. ed. Brasília: Editora Plano, 2000.

FILHO, João Batista Andrade; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. Seminário da Prainha: Projeto de Educação compreendido entre reação e progresso. In: **Muitas Histórias, muitos olhares: relatos de pesquisas na história da educação**. VASCONCELOS et. al. (Orgs). Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011. p.110-122.

GINÁSIO Irmãos Maristas. **História da escola**. Disponível em <<http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista>>. Acesso em Já./ 2011.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 3a. ed. Vol. 5. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971. (Biblioteca de Cultura. Revista Série A – Documentário).

----- **Fortaleza e a crônica histórica**. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, programa editorial, 1997. 93p.

GONZALEZ, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo: editora Brasiliense, 1981.130p.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora: Civilização Brasileira, 1968, p.14-16.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Revista Estudos Históricos, v. 1, nº 1, Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 5-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil: 1902-1982**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 220p.

HONÓRIO RODRIGUES, José; RODRIGUES, Lêda Boechat. **Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará – do Tomo I ao LXVIII**. Fortaleza: ABC Editora, 2002. 600p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do IBGE**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2012.

INSTITUTO Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. **Histórico do Instituto do Ceará**. Disponível em: < www.institutohistoricodoceara.org.br >. Acesso em 2009.

INSTITUTO Histórico Geográfico Brasileiro – **IHGB**. Disponível em <<http://www.ihgb.org.br/ihgb.php>>, acesso em: 09 de outubro de 2010.

JÚNIOR, César Augusto Doriguello. **Os Indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)**. Dissertação (Mestrado em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis). São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008. 131f.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et. al. 5. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003. 525p.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003. 214p. (Acadêmica; 25).

LIMA, Zilda Maria Menezes. **Uma Enfermidade à Flor da Pele: a lepra em Fortaleza (1920-1937)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Ceará-SECULT, 2009. 243p.

LIMA, Lauro de Oliveira. **A Escola Secundária moderna: organização, métodos e processos - 1921**. Prefácio de Anísio Teixeira. 11. ed. Rio de Janeiro: Gorense Universitária, 1976. 670p.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básico da Educação e Ensino).

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Recompondo Memórias da Educação: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: Gráfica do CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 1999. 233 p.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. São Paulo: UNESP; Editora Moderna. 1997.

MANIFESTO dos **Pioneiros da Educação Nova 1932**. Segunda República no Brasil. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em 20/Dez./2010.

MARQUES, Janote Pires. A Escola Militar do Ceará: primórdios da educação militar no Ceará (1889-1898). In: **Educare** – Revista Científica do Colégio Militar de Fortaleza. Fortaleza-CE. V. 4, n. 4. Set. 2011, p. 11-24. (publicação semestral)

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em Revistas**. São Paulo: EDUSP, 2001.

MARTINS FILHO, Antônio. **O Outro Lado da História**. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 1983, 422p.

_____. **Três anos de FUNEDUCE**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1979, 157p.

MARTINS, José Murilo. **Poetas da Academia Cearense de Letras, 1894-2009**: antologia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. 252p.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Teorias, Fontes e Períodos na Pesquisa histórica. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et al. **História da Educação** – Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza, Edições UFC, 2008, pp. 435-454.

_____. História, Fontes e Caminhos da Educação e da Cultura. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; et al. **Escolas e Culturas**: políticas, tempos e territórios de ações educacionais. Fortaleza, Edições UFC, 2009, p. 422-441.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias pátrias: Brasil e Portugal -1875-1889**. Niterói- RJ: Editora da UFF, 2010. 192p. (Coleção Brasil da UFF, 2004).

_____, **A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o Sonho de um Novo Império Africano**. Tese (Doutorado em História Social). 2006. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006, 274f.

MENDES, Eluziane Gonzaga. A Etnografia como Trilha Metodológica. In: VASCONCELOS, José Gerado *et al.* (Orgs.). **História da Educação**: nas trilhas da pesquisa. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2010a. p. 192-205.

_____. Os Naturalistas e a Origem do saber geográfico no Ceará. In: Encontro Cearense de Historiadores da Educação IX e Encontro Cearense de Geografia da Educação II. **Livro de Resumo**: tempo, espaço e memora da educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. VASCONCELOS, José Gerardo et. al. (Orgs.). Fortaleza-CE: IMPRECE, 2010. p.71.

_____. Os Naturalistas e a Formação do Saber Geográfico no Ceará: Ciência, Educação e Ofício. In: VASCONCELOS, José Gerardo; et. al. (Orgs). **Muitas Histórias, muitos olhares**: relatos de pesquisas na história da educação. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011a. p. 303-316.

_____. Uma Breve História da Geografia Escolar Cearense. In: VASCONCELOS JÚNIOR *et al.* (ORGS). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011b. p. 605-621. (Coleção Diálogos Intempestivos).

_____. Intelectuais da Educação no Instituto do Ceará: a geografia em destaque. In: VASCONCELOS, José Gerardo; et. al. (Orgs). **História da Educação**: real e virtual em debate. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2012. p. 143-157.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. N. 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000. p. 131-150

MENEZES, Antonio Bezerra. **Descrição da Cidade de Fortaleza. Introdução e notas de Raimundo Girão**. Fortaleza-CE: UFC, Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992. (Casa de José de Alencar - Programa Editorial).

_____. **Biografia de Antônio Bezerra de Menezes**. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AntnBzra.html>>. Acesso em 09 de Janeiro de 2011.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Os Historiadores do Ceará. In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de Corpo e alma**: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002. 381p.

MESQUITA. **Nota do Editor – Morre Rubens de Azevedo – O Caçador de Estrelas**. Disponível em: <<http://mesquita.blog.br/nota-do-editor-rubens-de-azevedo-o-cacador-de-estrelas>>, 19 de janeiro de 2008. Acesso em 24 de junho de 2011.

MONTEIRO, Ana Furtado. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Apecida Bastos; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Orgs.). **A História na escola**: autores, livros e lituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 175-193.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza-CE: UFC, Imprensa Universitária, 2003. 330p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia – Pequena História Crítica**. 20a ed. São Paulo: Annablume, 2005. 152p.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002. 198p. (Geografia: Teoria e Realidade: 48. Série “Linha de Frente”).

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.196p.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2008. 190p.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. Vol. 2. São Paulo: Contexto, 2009. 172p.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. Vol. 3. São Paulo: Contexto, 2010. 168p.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O Processo de Pesquisa: iniciação**. V. II. Brasília: Plano Editora, 2002. 109p. (Série Pesquisa em Educação).

NUNES, Antonieta d'Aguiar. Trabalhando com arquivos em História da Educação. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et al. **História da Educação – Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza, Edições UFC, 2008, pp. 455-475.

OLINDA, Ercília Maria Braga. **Tinta, papel e palmatória: a escola no Ceará do século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará /Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. 112p. (Coleção Outras História, 24).

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social**. Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo: 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; BRABANT, Jean-Michel [et. al] (Orgs.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades**. V. 2, n 1, 2009. p. 1-32. [online].

_____. **Tempo Moderno conforme narrativa e memória, a crônica, a história, o cotidiano: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2010. 224f.

O POVO. **Colégio Marista**. Reportagem de Nobre, 2007. Disponível em < <http://fortalezanobre.blogspot.com/2010/03/colégio-marista-cearense.html>>, acesso em 05 de maio de 2011.

O LIBERTADOR. **Jornal da Sociedade Cearense Libertadora**, 1881. Disponível em < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AntnBzra.html>>, Acesso em 09 de Janeiro de 2011.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijaldo: Edusp, 1974.

_____. (Org.). **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado: antologia**. Brasília: ed. da UNB/Câmara dos Deputados, 1981.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Os Naturalistas e o Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. 354p.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

PAIXÃO, Carlos Jorge. O Positivismo Ilustrado no Brasil. **Revista Trilhas**, V. 1, Nº 2, Novembro/ 2000, p. 56-65.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes de Amaral. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna**. 3. ed. Revisada. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 138p.

PEREIRA, Sergio Nunes. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência – SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, p. 112-124, jul./ dez. 2005.

PEREIRA E SILVA, Maria Gorreti Lopes. Escola Normal do Ceará: impasses da criação e a tônica reformista. In: **IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: O Oral, o Escrito e o Digital na História da Educação**, 2 a 5 de Abril de 2008. Porto Alegre-RS: Editora UNISINOS. ISBN: 85-7431-103-0. Disponível em < <http://www.slideshare.net/RValdemir/escola-normal-do-cear-18841922>>. Acesso em 06 de julho de 2012.

PERES, Tirsia Regazinni. Educação Brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação – História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora, 2005. p. 29-47.

PERLATO, Fernando. **História e Geografia: um diálogo necessário**. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. (Curso de História). [200-]. Disponível em < www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a3.pdf >. Acesso em 12 out./2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 8, n. 10, jul/dez 2004, p. 63.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado)–Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/rodrigo_pessoa.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido Pimenta; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. Volume I. São Paulo: Cortez, 2002. 279p. (Coleção Docência em Formação – Ensino Superior).

PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. n: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide ...[et al]. **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 162-191.

_____. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001. 208p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 383p. (Coleção Docência em Formação – ensino fundamental).

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas**: a ciência do Império entre o Ceará e a corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

RECLUS, Elisée. **El hombre y la tierra**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1905-1908 (6 volumes).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira** – a organização escolar. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1978. 139p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Ensino de Geografia e o Livro didático no Brasil: da Chorographia Brasílica de Aires de Casal a Geografia Moderna de Delgado de Carvalho. In: VASCONCELOS, J. Gerardo et al [Orgs.]. **Tempo, Espaço e Memória da Educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 626-703.

_____. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. s/nf. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1996.

_____. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil**. S/d Disponível em <http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre/Rocha.html>. Acesso em: 04 de Abr. de 2011.

ROMANELLI, Otaíza de. **História da Educação no Brasil**. 15 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1978. 267p.

SABÓIA, Boanerges. **O Liceu que conheci**. Fortaleza: Tipografia Minerva. 1995, 141p.

SAMPAIO, Filgueira. **História do Ceará**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil S. A., 1933. 126p.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. Espaços Escolares, Contextos e Mudanças. In: VASCONCELOS, J. G. *et al.* (Orgs). **Tempo, Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2010. p. 556-572.

SANTOS, Fátima Aparecida dos. **A Escola Nova e as Prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da Escola Primária em São Paulo no início do Século XX**. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação - História, Política e Sociedade), Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed: HUCITEC, São Paulo: 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384p. (Coleção Milton Santos).

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 158.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, Vergonha e Decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. 204p.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Os meus livros de História: memórias e reflexões de uma professora sobre o livro didático de História. In: VASCONCELOS JÚNIOR *et al.* (ORGS). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011. p. 287-299. (Coleção Diálogos Intempestivos).

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire de Alemão**. Fortaleza-CE: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 7-39. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3).

_____. Advertência. In: ALEMÃO, Francisco Freire, **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859-1860**. V. 2. Fortaleza-CE: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007. p. 9-10. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1970, 131p.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. 1997, 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1997.

SOUSA, Maria Salete. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; ...[et al]. (Orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 13-32.

SOUZA, Simone de Souza. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1994. 416p.

SOUZA, Simone de Souza; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **O Ensino de História**. In: ROCHA, Vinícius de Souza; FICK, Vera Maria Soares (Orgs.) Curso Epistemologias para o Ensino das Ciências Humanas e Sociais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2009. 39p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. 319p. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 30-45, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STUDART, Guilherme Ghambley. **Biografia** de Barão Studart, disponível em <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/Menuverbetes.php?verbete=Bar%E3o+de+Studart>>, Acesso em: 28 de dezembro de 2010.

TELLES, Felipe Bottona da Silva; BORJA-NOJOSA, Diva Maria. **A Coleção Dias da Rocha no Museu do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2009. 96p. (Coleção Outras Histórias, 60).

TEIXEIRA, Anísio. Valores Proclamados e Valores Reais nas Instituições Escolares Brasileiras. In: **Educação no Brasil**. Textos selecionados. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1976. p. 7-27.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. **Memórias do ensino de História** – experiências vividas na licenciatura da FAFICE/UECE (1966-1982): mitos, rótulos e contradições. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza-CE: UFC, 2004.

UECE – Universidade Estadual do Ceará. **História da UECE**. Disponível em: <www.uece.br>, Acesso em 28 de Nov. de 2009.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **História da UFC**. Disponível em: <www.ufc.br>, Acesso em 28 de Nov. de 2009.

UNWIN, Tim. **El lugar de la geografía**. Madri: Ediciones Cátedra, Geografía Menor, 1995, 342p.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História**: Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 163p.

VASCONCELOS, Raimundo Elmo de Paula. **Memória do Curso de História da UECE**: no seu cinqüentenário, 1947-1997. Fortaleza: Gráfica Lux, 1997.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. O Espaço Geográfico nas pesquisas educacionais. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et al (Orgs). **História da Educação – Vitrais da Memória**: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza, Edições UFC, 2008, p. 400-417.

_____. Espaço e Educação: as faculdades católicas no Ceará. In: VASCONCELOS, José Gerardo et al (Orgs.). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2007. p. 234-250.

_____. O Mundo do Barão de Studart: 1856-1938. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, José Gerardo; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Barão e o Prisioneiro**: biografias e história de vida em debate. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 76p.

VASCONCELOS, José Gerardo; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula et al.(Orgs). **Interfaces metodológicas na história da educação**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2007.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988, 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1988.

_____. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José Willian (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 187- 218.

VIDAL, Diana Gonçalves. O Campo da História da Educação no Brasil. In: VASCONCELOS, José Gerardo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **História da Educação no Nordeste Brasileiro** (Orgs.). Fortaleza-CE: Edições UFC, 2006. pp. 15-28.

VIEIRA, Sofia Lerche; MENEGHEL, Stela Maria; ROBL, Fabiane. Educação Superior no Ceará 1991-2004. In: INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. v. 28. Brasília: INEP, 2006. p. 22-79.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otávio. **Entre o Futuro e o Passado**. Aspectos Urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. 96p. (Coleção Outras Histórias).

FONTES DE PESQUISA

Fontes digitalizadas:

INSTITUTO DO CEARÁ. **Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887- 1949)**, volume 1. CD-ROM, Fortaleza-CE: Ministério da Cultura/Instituto do Ceará. 2010.

_____. **Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1950-2004)**, volume 2. CD-ROM, Fortaleza-CE: Ministério da Cultura/Instituto do Ceará. 2010.

_____. **Arquivos do Barão de Studart: Correspondências e Miscelâneas**. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 2011a. DVD interativo.

_____. **Arquivos do Barão de Studart: Documentos**. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 2011b. DVD interativo.

Mensagens dos Presidentes da Província do Ceará:

CEARÁ, **Mensagens dos Presidentes da Província, 1887**. Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará na segunda sessão da 26.a legislatura pelo presidente da provincia, dr. Enéas de Araujo Torreão. Fortaleza, Typ. Economica, 1887. Segmento: Educação. 1887, p.35-37. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 01/jul./2012.

CEARÁ, Mensagens dos Presidentes da Província, **Relatório 1895**. Segmento: Educação. 1895, p.12-13. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 01/jul./2012.

CEARÁ, Mensagens dos Presidentes da Província, **Relatório 1898**. Segmento: Educação. 1895, p.. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 01/jul./2012.

CEARÁ, Mensagens dos Presidentes da Província, **Mensagem 1901**. Segmento: Educação. 1901, p. 61-66. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 02/jul./2012.

CEARÁ, Mensagens dos Presidentes da Província, **Mensagem 1903**. Segmento: Educação. 1903, p. 15-24. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 03/jul./2012.

CEARÁ, Mensagens dos Presidentes da Província, **Mensagem 1905**. Segmento: Educação. 1905, p. 15-20. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u230/>>. Acesso em 03/jul./2012.

Jornais

AZEVEDO, Rubens de. **A velha FAFICE (I)**. Fortaleza: Jornal JD Stylos Comunicações LTDA, 3 de setembro de 1986.

AZEVEDO, Rubens de. **A velha FAFICE (II)**. Fortaleza: Jornal JD Stylos Comunicações LTDA, 4 de setembro de 1986.

Revistas do Instituto do Ceará – RIC:

ABREU, Capistrano. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo XIII, 1899, p. 22-33.

ABREU, Sylvio Fróes. A Comissão Científica de 1859. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo XXXIII, 1919, p. 198-207.

ADERALDO, Mozart Soriano. O Liceu do meu Tempo. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, T. XCI, 1977, p. 98 -117.

ANDRADE, F. Alves de. Abrangência e atualidade de Tomás Pompeu Sobrinho. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, T. XCIV, 1980, p. 350-381.

BARREIRA, Dolor. Associações Literárias e científicas no Brasil, e particularmente no Ceará – Oiteiros. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo LVII, 1943. p.148-166.

BARROSO, José Parsifal. Pompeu Sobrinho – Doutor Máximo do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo XCIV, 1980. p. 302- 312.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Discurso proferido por occasiao de sua posse de sócio effectivo – 12 de março de 1889. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo Especial, 1929. p.80-86.

BRÍGIDO, João. Homens da terra – Eduardo Francisco Nogueira Angelim. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza - CE. Tomo XXIII, p. 267-279, 1909.

CESAR, Julio. Registro de Memória dos Primeiros Estabelecimentos. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. Tomo I, 1887. p. 80-86.

CORREIO DO CEARÁ. O Falecimento de Antonio Bezerra e a Imprensa Cearense. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**. T. XXXV. 29 de agosto de 1921. p. 354-367.

COSTA, Antonio Theodorico da. O lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar de Fernandes Vieira. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo XXXVIII, p.196-204, 1924.

_____. O Ensino Secundário. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo XLI, p.225, 1927.

CRUZ, Abreu. Aspiration Mallograda. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará. T. XLII, p. 123-131,1928.

DOMINGUES, Octávio. História da Comissão Científica de Exploração de Renato Braga. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo LXXVII, p. 365-367, 1963.

DUCKE, Aldolpho. Explorações Botânicas e Entomológicas no Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza- CE. Tomo XXIV, p. 3-61, 1910.

ESPÍNOLA, Itamar. Professor às completas. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo CV, p. 91-94, 1991.

FACÓ, Boanerges. Os Fundadores do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Tomo LXXXI, 1967. 198-206p.

FIGUEIREDO FILHO, J. D. História do Ensino no Ceará. Jornal Unitário de 29 de novembro de 1970. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. T. LXXXIV, p. 236-239, 1970.

FURTADO, Andrade. Efeméride Memorável. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. T. LXXXI, p. 286-288, 1967.

GIRÃO, Raimundo. Educandários de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, T. LXIX. 1955, p. 50-71.

GOMES, Misael Pe. Anjo da Caridade II. In: Discursos. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, Tomo especial Falecimento do Barão. 1938, p. 20-30.

GONZALEZ, Henrique. Os mortos do Instituto - Pompeu Sobrinho e Dolor Barreira. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**, Tomo LXXXIV. 1970, p. 172-174.

HUBER, J. Plantas do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo XXII, p. 164-192, 1908.

INSTITUTO DO CEARÁ. Ephemérides do Ceará Republicano. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1905, p. 320-321.

LINHARES, Fortunato. Notas para a História de Sobral. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Tomo XXXVI, 1922.

MARTINS FILHO, Antônio. Três Fases da Educação no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. XCIX. 1985, p. 7-14.

MENEZES, Antonio Bezerra. Descrição da Cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. IX. 1895, p. 153-221.

_____. As Praias. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. XVI, 1902.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Os historiadores do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. CXV, 2001. p.71-100.

MONTENEGRO, João Alfredo. Homenagem do Instituto do Ceará à Faculdade de Direito da UFC. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. 2003.

_____. A crise dos Institutos Históricos. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. CXII. p. 185-194, 1998.

NASCIMENTO, J. S. Historiador da Comissão Científica escreve uma enciclopédia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC, T. LXXVIII. p. 271-273, 1964.

NASCIMENTO, F. S. Historiador da Comissão Científica escreve uma enciclopédia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. LXXVIII, 1964, p. 271-273.

NOGUEIRA, Paulino. Fortaleza do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. T. II, 1888. p. 121-135.

_____. Memória escrita sobre a Capitania do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. III, 1889. p. 3-27.

NOGUEIRA, João. Enterros no tempo antigo. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XLVIII, 1934, p. 75-81.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. Limites do Ceará. Questão do Rio Grande do Norte – A barra do Rio Mossoró. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. VII, 1893.

_____. Palavras. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. T. XXII, 1908. p. 207-235.

PINTO, José Marcelo de Alcântara. Tomás Pompeu de Souza Brasil: Um senador do Império – esboço biográfico. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, T. C, 1986. p. 126-136.

RIC – **Revista do Instituto do Ceará**. T.s I – LXI. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 1887-1947.

RIBEIRO, R. Aristides. O Conceito de Instituto: digressão histórica. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. T. CVII, 1993. p.73-74.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. As Licções de Geographia Geral e a evolução do ensino geographico no Brasil. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. Especial, 1929. p. 73-79.

_____. O Homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. LI, 1937. p. 322-323.

_____. Proto-História cearense. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. LVIII, 1944.

_____. O Mapa de Pero Coelho: considerações gerais, autoria, data, toponímia. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. LXII, 1948.

SOUZA, Pinto. Geografia Econômica do Ceará, por Souza Pinto. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. LII, 1938, p. 17-34.

SOUZA, Pinto. Instrução Pública Primária do Ceará: regime colonial, regime imperial e regime republicano. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE, T. LIII, 1939. p. 63-110.

SOUZA, Maria da Conceição. Bibliografia de Thomaz Pompeu Sobrinho. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XCIV, 1980. p. 249-264.

STUDART, Barão. Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Dr.). Dicionario Biobibliographico Cearense. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE, T. especial, 1929a. p. 5-9.

_____. Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Notas sobre sua vida. Sua Educação e carreira política. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. T. especial, 1929b. p. 11-34

_____. Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE, T. II, 1888. p. 81-86.

VALDEZ, Alba. Discurso. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**. Fortaleza-CE. T. L., 1936, p. 197- 202.

WILLIAMS, Horace E. Ouro do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. T. XLVII, 1933

Livros raros:

BRAZIL, Thomaz Pompêo de Souza. **Compêndio de Geografia**. Ceará: Typ. De Paiva e Companhia, 1856. 526p.

_____, **Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869. 674p.

_____, **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. T.s 1 e 2. Fortaleza – Ceará. 1863 e 1864.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Correspondência do Senador Pompeu**. Fortaleza-CE: Tipografia Minerva. 1960, 259p. (Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, Volume 3).

CAVALCANTI, José Pompeu de A. **O Ceará em 1887**: Corographia da Província do Ceará. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

CLOZIER, René. **As Etapas da Geografia**. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América, 1950. 115p. (Coleção Saber. O saber não coupa lugar).

ESTADO DO CEARÁ. **Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará. 13 de março de 1905**. Presidente Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Ceará: Typo-lithographia a vapor, 1905.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, 1812-1849**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 260p.

JAGUARIBE, Domingos. **L'Atlantide et Histoire Du Brésil**: jusqu'ala fin du XVI^a siecle. Baugé: Imprimerie R. Dangun, Rue Lofficial, 1913.

JÚNIOR, Menezes Pimentel. **Corografia Física e Política do Estado do Ceará**. Fortaleza: Editora J. R de Oliveira & C, 1935. 96 p. (adotado nas escolas de ensino primário em 1935).

LOPES, José Stenio. **Diretrizes de Ensino**. Fortaleza: Edições Clã, 1949. 11p.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. **Nossa Pátria**: uma pequena enciclopédia nacional. Paris: Aillaud, 1908. 448 p.

REVISTA. Estatuto da **Sociedade Cearense de Geografia e História**. 1935.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **Esboço Physiográfico do Ceará**. (Geographya Physica). Fortaleza-Ceará: Typ. Minerva, 1922. 207p.

_____. **Parêntese Geográfico**. Fortaleza-Ceará: Tipographia Progresso 1932.

SOUSA, Eusébio de. **Meio Século de Existência**. (Subsídio para a História do Instituto do Ceará) 1887-1937. Fortaleza-CE: Tipografia Minerva, Assis Bezerra, 1937.

STUDART, Guilherme Ghambley. **Geografia do Ceará** – Barão de Studart – 1856-1938. Prefácio: Maria Clélia Lustosa Costa. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. 332p.

_____. **Diccionario Bio-bliográfico Cearense**. 1 volume. (Abel-João). Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1910.

_____. **Diccionario Bio-bliográfico Cearense**. 2 volume. (João). Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1912.

_____. **Diccionario Bio-bliográfico Cearense**. 3 volume. (Paulino-Zózimo). 3 Volume, Paulino-Zozimo, 1915. Fortaleza: Edições/UFC, 1980. 325p.

_____. **Geografia do Ceará**. Fortaleza-Ceará: Typ. Minerva, 1924. 348p.

TEOFILO, Rodolfo. **Violência**: Lyceu do Ceará. Ed – Fac-similar. Fortaleza: s.n., 1905. 88p. (Coleção Outras Histórias, v.30)

VITOR, Hugo. **O Liceu do Ceará em cem anos**. Fortaleza-CE: Tipografia Iracema, 1945.

Documentação fotográfica

FORTALEZA NOBRE. Sede Oficial do Liceu do Ceará – bairro Jacarecanga, inaugurada em 1922. / Disponível em <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html>. Acesso em 02/07/2012. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, p&b.

FOTOS E FATOS. Filho do Senador, Tomaz Pompeu (1852-1929). / Arquivo do blog Fortaleza em Fotos e Fatos. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

FOTOS E FATOS. Thomaz, Pompeu de Souza Brasil (1852-1929). / Blog Fortaleza em Fotos e Fatos. Disponível em: <<http://fortalezaemfotos.blogspot.com.br/>>. Acesso em 19 de maio de 2012.

MENDES E. Reunião da Sociedade Cearense de Geografia e História. Fortaleza, 2010. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Caderno de Geografia da Raquel de Queiroz, aluna do Colégio Imaculada Conceição, 1922. / Setor de obras raras Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Índice do livro Corografia Física e Política do Estado do Ceará, 1935. / Setor de obras raras Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Instalações do Instituto do Ceará – Palacete Jeremias Arruda. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Livro A Fome, de Rodolpho Theophilo, 1890. / Memorial Barão de Studart – Instituto do Ceará. Fortaleza, 2010. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Livro de Geografia adotado na Instrução Pública do Ceará, 1935. / Setor de obras raras Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Livro de Thomaz Pompeo Brazil, 1869. / Setor de obras raras Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Livro de Thomaz Pompeu Sobrinho, 1922. / Setor de obras raras Biblioteca Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Livro Nossa Pátria, 1908. Setor de obras raras Biblioteca Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Quadro de Barão de Studart, Memorial do Instituto do Ceará. Fortaleza, 2010. 2 fotografias, color.

MENDES, E. Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História, out./1935. / Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História; Biblioteca da Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 2010. 3 fotografias, color.

MENDES, E. Solicitação ao Diretor do Liceu do Ceará feita por Thomaz Pompeu, lente de Geografia e História em 1881. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Sumário do livro “Nossa Pátria”, 1908. / Setor de obras raras Biblioteca Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

MENDES, E. Verso da solicitação de Thomaz Pompeu em 1881. Fortaleza, 2012. 1 fotografia, color.

MIS. Pompeu Sobrinho, 1917 (1880-1967). / Acervo Museu da Imagem e do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

N. LEITE. Academia Cearense de Letras – Palacete Ceará – 1922 / Museu da Imagem e do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

N. OLSEN. Sociedade Cearense Libertadora, fundada em 8 de dezembro de 1880 / Arquivo Nirez. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Academia Cearense de Letras, palacete Ceará. / Arquivo N. Leite, 1922; Museu Imagem do Som – MIS, 2011. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Academia Cearense de Letras, sessão magna em 1922. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Antiga Escola Normal, na Praça do Marquês de Herval em 1910. / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Antonio Bezerra de Menezes. / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Apresentação da Revista Nova Escola do Instituto de Humanidades, 1906 / Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Atual sede do Instituto do Ceará, Solar Jeremias Arruda. / Arquivo Nirez, retirado do acervo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Barão de Studart em reunião com os sócios do Instituto do Ceará. / Arquivo Nirez. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Clube Literário. / Arquivo Museu Imagem do Som, 2011. 1 fotografia, color.

NIREZ. Escola Normal – Instituto de Educação, posterior Escola Justiniano de Serpa / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Formatura de Rubens de Azevedo na FAFICE, 1953. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Imagem atual do Instituto do Ceará, rua Barão do Rio Branco. Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografias, color.

NIREZ. Instituto de Humanidades, aula de geografia em 1892 / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 2 fotografias, p&b.

NIREZ. Pompeu, Senador no Rio de Janeiro, 1873. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, color.

NIREZ. Prédio de 1844 - Sede do Instituto do Ceará em 1936. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Prédio do Liceu do Ceará na praça dos voluntários. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Reunião da Padaria Espiritual, 1892. / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Rodolfo Teófilo no Morro do Moinho, vacinação anti-varíola. Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Rodolfo Teófilo. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Seminário Episcopal da Prainha, 1910. / Arquivo Museu Imagem do Som. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

NIREZ. Última sede do Instituto do Ceará, Solar Jeremias Arruda. Fortaleza, 2011. 1 fotografia, p&b.

Documentos:

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Ofício 8726, de 15 de julho de 1947 – IBGE, Solicitação de dados dos professores da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, para compor registro de cadastro dos técnicos e professores de geografia no País, enviado ao Colégio Sagrado Coração.

DECRETO número 11.233, de 10 de março 1975. Resolução nº 2, de 05 de março de 1975, Conselho Diretor.

DIÁRIO OFICIAL do Estado, 13 de março de 1975. Decreto nº 11.233 de 10 de março de 1975, homologa criação da Universidade Estadual do Ceará, aprova o respectivo Estatuto e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Ceará, 1966. Lei Nº 8.423, de 3 de fevereiro de 1966, encampa a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará pelo Governo do Estado do Ceará, com denominação de Faculdade de Filosofia do Ceará.

DOCUMENTOS. Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação. N. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. 204p.

INSTITUTO DO CEARÁ. Estatuto do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, p. 9-11, 1887.

_____. Estatuto do Instituto do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1929, p.5-12.

_____. Estatuto do Instituto do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza: CE, 1944, p. 5-13.

OFÍCIO nº 64/47, no dia 13 de junho de 1947. Convite para assistir a solenidade de instalação da faculdade, feito pelo Delegado do SENAC no Ceará ao Diretor Superior da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, o Irmão Zeferino Deydier.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Arquivo Público do estado de Ceará (APEC)/ Fundo: Instrução Pública:

SOLICITAÇÃO de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil ao Diretor do Liceu do Ceará, 1881. BR APEC, IP. LC.CO,RE.2 (Fundo Instrução pública).

EXAME de Capacidade Profissional. BR APEC, IP. CO, EXM.1 (1880 - 1885)

_____. BR APEC, IP. CO, EXM.1 (1856-1869)

_____. BR APEC, IP. CO, EXM.1 (1865-1882)

_____. BR APEC, IP. CO, EXM.1 (1871-1884)

_____. BR APEC, IP. CO, EXM.2-4 (1859-1882)

Apêndices:

TEMATIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS REVISTAS DO INSTITUTO DO CEARÁ (1887-2005)

Nos onze quadros a seguir foi feita a separação dos títulos das Revistas do Instituto do Ceará por temáticas, sendo estas: Geografia e História cearense, Espaço urbano do Ceará; Espaço rural dos municípios do Ceará; cidade de Fortaleza; Paisagem no Ceará; questões regionais do Ceará; limites territoriais do Ceará; Instituto do Ceará; Naturalistas; Instrução, Ensino e Professores no Ceará e o Ensino superior no Ceará. Assim como os respectivos autores, além da identificação dos tomos e anos quando foram produzidos esse conhecimento.

A intenção em elaborar esse árduo trabalho deu-se em tentar compreender quais foram os textos que compõem a geografia material e discursiva do Ceará. Um trabalho de verdadeiro “garimpo” de fontes. O julgamento em relação a separação dos títulos ocorreu a partir da aproximação com os conteúdos de cada texto. Não se buscou ser anacrônico ao julgar textos do passado os direcionados a temáticas do presente, mas a partir da sistemática das próprias palavras e temas que foram se repetindo, tentou-se aproximar cada título sistematizando-os nos quadros a seguir, tendo em vista a diversidade de conteúdos.

A temática da pesquisa teve por objetivo traçar elementos históricos da trajetória da geografia cearense, a partir de três eixos: saber geográfico produzido pelo crescimento e expansão da própria cidade de Fortaleza, a partir da leitura de seus intelectuais, institucionalização dos saberes locais em ciência, a partir da instalação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e por fim perfilhar alguns elementos que apontem os caminhos da geografia, enquanto saber docente e escolar com a criação do curso superior da Faculdade Católica do Ceará.

Em conformidade com o propósito inicial deixou-se os quadros que abordam as temáticas direcionadas a geografia, ao Instituto e a educação. Contribuições que podem servir como fontes monumentalizadas, como afirmou Almir Leal de Oliveira (2001), ao desenvolver pesquisa similar referente à

História. Eis as fontes dos registros dos discursos do passado, apontando respostas para os porquês do presente.

Quadro 1 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise da Geografia e História cearense, de 1887 a 1947

Temática: Geografia, Antropologia e História cearense	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, de Paulino Nogueira; 	Tomo I, 1887
<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Chronológico para a História do Ceará pelo Sr. Major João Brígido dos Santos - Ligeira apreciação por J. B. Perdigão dos Santos; • Carta ao Dr. Pedro Theberge, por Maj. João Brígido dos Santos 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • Memória escrita sobre Capitania do Ceara, por Paulino Nogueira • População do Ceará, por Thomaz Pompeu • Correspondências - Bernardo Manoel de Vasconcelos e João Carlos Augusto d'Ocynhausen 	Tomo III, 1889
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Primeiro Reinado, por Paulino Nogueira • Um capítulo da História do Ceará - Ligeiras Rectificações - Conquista dos Indígenas, por J. B. Perdigão de Oliveira • Manuscrito - cópia Biblioteca do Rio de Janeiro, por João Brígido • Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, por Paulino Nogueira • População do Ceará em 1889, por Thomaz Pompeu • Luiz da Motta Féo e Torres e seu governo no Ceará • Patrimônio - Auto de assignatura do Patrimônio para a Câmara e das mais terras... 	Tomo IV, 1890
<ul style="list-style-type: none"> • História Pátria - Azevedo de Montaury e seu Governo no Ceará, por Barão de Studart • Presidentes do Ceará - Primeiro Reinado, por Paulino Nogueira • 600 datas para a Chronica do Ceará na 2a. metade do século XVIII, por Barão de Studart • Os Sucessores de Borges da Fonseca, por Antônio Gomes de Freitas 	Tomo V, 1891
<ul style="list-style-type: none"> • Relação das Cartas e demais documentos enviados ao Instituto do Ceará, por Guilherme Studart • Tentativa de assassinato do Governador interino Carlos Ferreira, por Barão de Studart • Presidentes do Ceará - Primeiro Reinado, por Paulino Nogueira • Acta da Acclamação do Senhor D. Pedro II, por Paulino Nogueira 	Tomo VI, 1892
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos Diversos - Cartas e Registros de Sesmarias 	Tomo VII, 1893
<ul style="list-style-type: none"> • Execuções - Pena de Morte no Ceará - Parte I e II, por Paulino Nogueira • Datas para a História do Ceará - Século XVII, por Barão de Studart 	Tomo VIII, 1894
<ul style="list-style-type: none"> • Commercio da Praça de Lisboa com o Ceará em 1821, por Barão de Studart • Confederação do Equador - Acta da Sessão extraordinária de 29 de Abril de 1824 • Extracto dos Assentos do Senado de Icó, por Dr. Theberge • Juizo Histórico do Senador Pompeu sobre Fatos do Ceará , por Thomáz Pompeu • Memória da Revolução de 1821, por Bráz da Costa Rubim • Relação dos Presidentes e Vice-presidentes do Ceará, por Paulino Nogueira 	Tomo IX, 1895

<ul style="list-style-type: none"> • Uma Proclamação da Junta Provisória do Governo do Ceará 	
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos gerais de Sesmarias • Presidentes do Ceará - Primeiro Reinado 	Tomo X, 1896
<ul style="list-style-type: none"> • A Imprensa no Ceará - Parte I, II e III, por Perdigão de Oliveira • As Armas do Ceará • Carta do Bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os Índios • Documentos para a História dos Correios do Ceará, por Frederico Lisboa • Dúvidas Históricas, por Albuquerque Martins Pereira • História do Brasil, por Frei Vicente de Salvador (retrata a Capitania do Ceará) • Memória da Capitania Independente do Ceará Grande 18-4-1814, por Luis Barba Alardo de Menezes • Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará , por Antônio Martins • População do Ceará, pela República 	Tomo XI, 1897
<ul style="list-style-type: none"> • Descrição Abreviada da Capitania do Ceará, por Antonio Jose da Silva Paulet • Presidentes do Ceará Período Regencial - parte I e II, por Paulino Nogueira • A Imprensa do Ceará, por João Baptista Perdigão de Oliveira 	Tomo XII, 1898
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Período Regencial - parte I e II, por Paulino Nogueira 	Tomo XIII, 1899
<ul style="list-style-type: none"> • A Imprensa no Ceará - parte I e II, por Perdigão Oliveira • Presidentes do Ceará - Período Regencial - parte I e II, por Paulino Nogueira • Povoamento do Ceará , por João Brígido • O Nome do Ceará, por Ulysses Pennaforte 	Tomo XIV, 1900
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Período Regencial - 10o. Presidente Bacharel Francisco de Souza Martins, por Paulino Nogueira • Relação dos cearenses titulares e condecorados 1 e 2 trimestre , por Paulino Nogueira • Relação dos cearenses titulares e condecorados 3 e 4 trimestre, por Paulino Nogueira • Algumas origens do Ceará, por Antônio Bezerra • Língua Indígena. O nome Ceará, por Cunha Mendes - Theodoro Sampaio e João Mendes Júnior 	Tomo XV, 1901
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará , por Paulino Nogueira • Língua Indígena - parte I e parte II • Algumas Etimologias do Ceará, por João Brígido • Algumas Origens do Ceará - Parte Documental • Da Evolução histórica do vocábulo geográfico no Brasil , por Theodoro Sampaio • Uma Proclamação do Vice-Presidente José de Castro e Silva 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> • Será discutível a prioridade dos portugueses no descobrimento da América ?, por Carlos Tesckauer S. J. • Há 300 Anos, por Pedro Coelho de Sousa • Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento da História do Ceará texto, por Barão de Studart • Excerptos de vários autores com referência à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará • Martim Soares Moreno - O Fundador do Ceará, por Barão de Studart • Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, pela A República - Graccho Cardoso • Hymno do Ceará, por Thomaz Lopes 	Tomo XVII, 1903
<ul style="list-style-type: none"> • Ainda Echos do Tricentenário do Ceará, pelo Jornal Oficial A República • Tricentenário do Ceará, por Capistrano de Abreu 	Tomo XVIII, 1904

<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Segundo Reinado – parte I e II, por Paulino Nogueira 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Segundo Reinado, Paulino Nogueira • Achegas a Geographia do Ceará, por Barão de Studart • Notícia da Capitania de Seará • Sobre o pagamento do Presídio do Seará se fazer da Ilha 3a. , por Barão de Studart 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Parte I e II • A Imprensa no Ceará - 1 e 2 Trimestres , João Baptista Perdigão de Oliveira • A Imprensa no Ceará - 3 e 4 Trimestres, por João Baptista Perdigão de Oliveira • Ventre Livre, por Padre Vieira Fazenda • Ceará - Movimento Político de 1824, por Ednardo Marques Peixoto 	Tomo XXI, 1907
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - Segundo Reinado - 15o. Presidente Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento, por Paulino Nogueira • Representantes do Ceará no Parlamento do Império, por Affonso d'Escragolle Taunay 	Tomo XXII, 1908
<ul style="list-style-type: none"> • Capitania do Ceará. Offerecido pelo sócio correspondente Barão de Vasconcelos (retrata a Geografia do Ceará) 	Tomo XXIII, 1909
<ul style="list-style-type: none"> • Um documento oficial relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862, por Barão de Vasconcelos (relata Epidemia de Cólera no Ceará) • Documnetos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará , por Collecção Sudart 	Tomo XXIV, 1910
<ul style="list-style-type: none"> • Província do Ceará , por Manoel Nunes de Mello (reflete sobre a População cearense em 1872) • Relação dos documentos e notas sobre a História do Ceará, por Tristão de Alencar de Araripe Júnior • Memória sobre a Revolução do Ceará em 1821, pro Braz da Costa Rubim 	Tomo XXV, 1911
<ul style="list-style-type: none"> • Carta Patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para Capitão-Mor do Ceará 	Tomo XXVI, 1912
<ul style="list-style-type: none"> • Ceará - do livro O Brazil Actual, 1904, por Arthur Dias 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos para a história da revolução de 1817 • Crimes célebres do Ceará, por José Jucá 	Tomo XXVIII, 1914
<ul style="list-style-type: none"> • Deputados da antiga Província do Ceará 	Tomo XXIX, 1915
<ul style="list-style-type: none"> • Os caboclos de Momte-mór, por Antônio Bezerra. • O Ceará deve preparar-se para a comemoração do movimento de 17, por Barão de Studart. 	Tomo XXX, 1916
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso ao ser entregue a Bandeira Nacional ao Tiro 309 em nome da Mulher Cearense, por Antônio Theodorico da Costa • Um documento histórico secular, por Coleção Studart 	Tomo XXXI, 1917
<ul style="list-style-type: none"> • Sesmarias Cearenses, por Palma Muniz • Notas para a História das Repúblicas de 1817 e 1824, por Domingos Jaguaribe • Os Primeiros Bispos do Ceará, por Monsenhor Bruno de Figueredo • Roteiro histórico, por João Brígido • Extrangeiros e o Ceará , por Barão de Studart • Uma página da História - Pátria - José de Alencar, por Zózimo Barroso • Grêmio Literário Cearense 	Tomo XXXII, 1918
<ul style="list-style-type: none"> • A Imprensa do Ceará em 1918, por Eusébio de Souza • Presidentes do Ceará - Fausto Augusto de Aguiar , por Cruz Abreu • Extrangeiros e o Ceará, por Barão de Studart 	Tomo XXXIII, 1919
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará - 16o. Presidente Fausto Augusto de Aguiar, por Cruz Abreu • Heroína Nacional - Bárbara de Alencar, por José Carvalho 	Tomo XXXIV, 1920

<ul style="list-style-type: none"> • Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará, por Colleção Studart • Extrangeiros no Ceará, por Barão de Studart • Para a História Criminal do Ceará, por Torcápio Ferreira 	
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará, por Colleção Studart • Datas e Factos para a Historia do Ceará. O anno antes e o anno depois da Independência, por Barão de Studart • Uma página para a história do Ceará, por Eusébio de Sousa • A Epopéa de Santa Rosa, por Eusébio de Sousa 	Tomo XXXV, 1921
<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. Cel. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, por Cruz Abreu • Ouvidoria e Ouvidores do Ceará, por Barão de Studart • Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará. 1683 a 1693, por Colleção de Studart • 7 de Setembro ou 12 de Outubro?, por Manoel Satyro • Cearenses Presidentes da Província do Ceará, por Barão de Studart • Resenha de Cartas, Plantas e Mappas do Ceará. Século XX, por Barão de Studart • Extrangeiros e Ceará, por Barão de Studart • Cearenses elevados ao sólio episcopal, por Barão de Studart • População do Ceará. Recenseamento de 1920 	Tomo XXXVI, 1922
<ul style="list-style-type: none"> • A Independência no Ceará, por Bruno Barbosa • Os Pioneiros na conquista do Norte, por Heliodoro Pires • Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará, pela Colleção Studart • Geographia do Ceará, por Barão de Studart • O Ceará e a Abolição, por Eusébio de Sousa 	Tomo XXXVII, 1923
<ul style="list-style-type: none"> • Geographia do Ceará, por Barão de Studart • Presidentes do Ceará - Ignácio Francisco Silveira da Motta, por Cruz Abreu • Algumas Linhagens de famílias do Sul do Ceará, por R. Torcápio • O Ceará e a Proclamação da República, por Júlio César da Fonseca 	Tomo XXXVIII, 1924
<ul style="list-style-type: none"> • As tribus indígenas do Ceará, por Carlos Studart Filho • Pesquisas históricas, por Eusébio de Souza • Documentos para a História de 1824 • Confederação do equador, por Mattos Ibiapina • Moradores do Ceará no Tribunal do Santo Offício Antônio Correa de Araújo Portugal A. Mendes da Cunha, por Barão de Studart 	Tomo XL, 1926
<ul style="list-style-type: none"> • Para a História do Ceará • A Independência - Da Revolução do Porto ao Fico, por J. E. Torres Câmara 	Tomo XLI, 1927
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para o Estudo das afinidades do Kariri, por Thomás Pompeu Sobrinho • Presidentes do Ceará - Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, por Cruz Abreu • Onomástica geral de Geographia Brasileira, por José Luis de Castro • Documentos para a história do Ceará • Antiga História do Brasil, por Carlos Studart Filho 	Tomo XLII, 1928
<ul style="list-style-type: none"> • Retrato do Brasil - pequenos retoques, por Tomas Pompeu Sobrinho • Pela História do Ceará, por Eusébio de Sousa • Para a História do Ceará, por Leonardo Feitosa • Memória histórica, por Eusébio de Sousa • Documento - Ordem para criação das Villas e Vigaria dos Índios 	Tomo XLIV, 1930
<ul style="list-style-type: none"> • Índios Merrime, por Thomás Pompeu Sobrinho • Notas Históricas sobre Indígenas cearenses, por Carlos Studart Filho 	Tomo XLV, 1931

<ul style="list-style-type: none"> • Mais uma tradição sobre a descoberta do Cariri, por José Carvalho • As Fortificações do Ceará, por Carlos Studart Filho 	
<ul style="list-style-type: none"> • Antiguidades Indígenas do Ceará, por Carlos Studart Filho 	Tomo XLVI, 1932
<ul style="list-style-type: none"> • A Imprensa do Ceará em seus primeiros dias aos atuais, por Eusébio de Sousa • Para a história do Jornalismo Cearense, por Barão de Studart 	Tomo XLVII, 1933
<ul style="list-style-type: none"> • Pela História do Ceará, por Eusébio de Sousa • A Epopéia do Ceará, por Júlio Abreu • A Libertação no Ceará da população escrava, por Sousa Pinto • A Lenda de uma bofetada, por Júlio Abreu • Datas de Sesmarias • Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar • As Armas do Estado, por C. A. Rocha Carneiro 	Tomo XLVIII, 1934
<ul style="list-style-type: none"> • Terras Públicas do Estado, por Clodoaldo Pinto 	Tomo LI, 1936
<ul style="list-style-type: none"> • O Ceará sob o regime das Capitanias Hereditárias, por Carlos Studart Filho • Simplificação sistemática da legislação cearense, por Clodoaldo Pinto 	Tomo LII, 1938
<ul style="list-style-type: none"> • A Cultura Cearense, por Padre Misael Gomes 	Tomo LIII, 1939
<ul style="list-style-type: none"> • Dois Topônimos cearenses, por Thomás Pompeu Sobrinho • Alguns aspectos da geografia humana cearense, por Thomás Pompeu Sobrinho 	Tomo LIV, 1940
<ul style="list-style-type: none"> • Informação geográfica do Ceará Holandês, por Luiz Câmara Cascudo 	Tomo LV, 1941
<ul style="list-style-type: none"> • Os crânios da Gruta da Canastra, por Thomas Pompeu Sobrinho (aborda a Antropologia Ameríndia do Ceará) 	Tomo LVI, 1942
<ul style="list-style-type: none"> • O Cólera-morbus no Ceará, por Álvaro de Alencar • Os dois primeiros capítulos da proto-história cearense, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LVII, 1943
<ul style="list-style-type: none"> • Protohistória cearense, por Tomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LVIII, 1944
<ul style="list-style-type: none"> • Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luis Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará • Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LIX, 1945
<ul style="list-style-type: none"> • A História do Ceará - Plano para a sua elaboração • Notas para a História Eclesiástica do Ceará, por Leonardo Mota • Contribuição à Toponímia Cearense, por Florival Seraine 	Tomo LX, 1946
<ul style="list-style-type: none"> • Notas para uma introdução à Genealogia Cearense, por Raimundo Girão • Contribuição à Toponímia Cearense, por Florival Seraine 	Tomo LXI, 1947
<ul style="list-style-type: none"> • O mapa de Pero Coelho, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LXII, 1948
<ul style="list-style-type: none"> • Pré-história cearense - 1o. capítulo, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LXVI, 1952
<ul style="list-style-type: none"> • Os Litóglifos da Pedra do Oratório e uma Hipótese Relativa às Orígenes das Inscrições Rupestres, por Thomas Pompeu Sobrinho • Subsídios para o estudo da fauna cearense, por Dias da Rocha 	Tomo LXVIII, 1954
<ul style="list-style-type: none"> • Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LXX, 1956
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação científica na luta contra as secas, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo LXXII, 1958
<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro Econômico da Geografia Cearense, por José Denizard Macedo de Alcântara • Topônimos de Portugal no Ceará, por Florival Seraine • Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra - A Guerra dos Bárbaros, por Carlos Studart Filho 	Tomo LXXV - 1961
<ul style="list-style-type: none"> • Os Aborígenes do Ceará, por Carlos Studart Filho 	Tomo LXXVI - 1962
<ul style="list-style-type: none"> • Alguns problemas de história, por Thomás Pompeu Sobrinho • Estrutura agrária no Ceará - uso e distribuição de terra, por F. Alves de Andrade 	Tomo LXXVII - 1963

<ul style="list-style-type: none"> • Para a história financeira do Ceará, por José Bonifácio de Sousa • Os aborígenes do Ceará, por Carlos Studart Filho 	
<ul style="list-style-type: none"> • Vocabulo técnico para geógrafos (inglês-português), por Dennis V. Johnson 	Tomo LXXXII - 1968
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência geográfica e Geografia Econômica, por Geraldo Nobre 	Tomo LXXXIX - 1975
<ul style="list-style-type: none"> • Geopolítica do Petróleo, por R. Aristides Ribeiro 	Tomo XCII - 1978
<ul style="list-style-type: none"> • Estudos Reunidos (Mitologia, Geografia e História), por Guarino Alves 	Tomo XCVI - 1982

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1968)

Quadro 2 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para formação das cidades do Ceará, a partir da inserção dos equipamentos de infra-estrutura nas vilas, além de políticas e análise do comércio, de 1887 a 1939.

Temática: Formação das cidades do Ceará	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Registro de Memória dos Primeiros Estabelecimentos, de Julio Cezar; • A Primeira Villa da Província - notas para o Estado do Ceará, de J. B. Perdigão de Oliveira 	Tomo I, 1887
<ul style="list-style-type: none"> • A Primeira Freguezia da Província, por João Baptista Perdigão de Oliveira 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Villa N. S. Assumpção do Ceará Grande, por Eduardo Peixoto • Annexos - Câmara dos Srs. Deputados 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento dos Correios no Ceará - 1o. de Maio de 1812, por Barão de Vasconcelos 	Tomo XXII, 1908
<ul style="list-style-type: none"> • Synopse da Legislação relativa ao Porto da Fortaleza • Relatório de Sir John Hawkshaw, em 1875, sobre melhoramentos dos portos do Brasil 	Tomo XXIII, 1909
<ul style="list-style-type: none"> • Quarenta e Seis anos atraz. A 1a. Exposição provincial de indústria realizada no Ceará, por Barão de Vasconcelos • A Capitania do Ceará - seu commercio, por João Brígido 	Tomo XXIV, 1910
<ul style="list-style-type: none"> • Deputados da antiga Província do Ceará 	Tomo XXVIII, 1914
<ul style="list-style-type: none"> • Administração Manoel Ignacio de Sampaio • Discurso mandado transcrever no Diário Official a requerimento feito na Câmara dos Deputados Federaes, por Justiniano de Serpa 	Tomo XXX, 1916
<ul style="list-style-type: none"> • O Commercio Brasileiro na segilfila metade do século 18, por J. B. Hafkemeyer • Relação dos Principaes Cearenses Representantes do Ceará na Vida Política do Império do Brazil, por Escragnolle Dória • Conselho Geral da Província do Ceará, por Barão de Studart. 	Tomo XXXVI, 1922
<ul style="list-style-type: none"> • Administração dos Correios do Ceará, por Manoel Sátyro 	Tomo XXXVII, 1923
<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração da Ponte Francisco Sá, por Antônio Theodorico da Costa 	Tomo XXXVIII, 1924
<ul style="list-style-type: none"> • Administração de João Carlos Augusto de Oeynhausien no Ceará - Parte Documental, por Colleção Studart • Datas e factos para a história do Ceará - último quinquênio da Monarchia, por Barão de Studart 	Tomo XXXIX, 1925
<ul style="list-style-type: none"> • Administração de João Carlos Augusto de Oeynhausien, pela Colleção Studart 	Tomo XL, 1926

• D. Bárbara e o Governador Sampaio, por João Nogueira	Tomo XLII, 1928
• As Fortificações do Ceará, por Carlos Studart Filho	Tomo XLIV, 1930
• Os Monumentos do Estado do Ceará, por Eusébio de Sousa • Algumas datas de Sesmarias cearenses registradas na Bahia	Tomo XLVI, 1932
• Alocução do Desemb. Álvaro de Alencar na inauguração do Arquivo Público •	Tomo XLVII, 1933
• Aspectos da Economia Nacional, por Djacir Menezes • Presidentes do Ceará, por Cruz Abreu	Tomo XLVIII, 1934
• Fases da evolução econômico-política do Norte, por Djacir Menezes • Presidentes do Ceará - Segundo Reinado, por Cruz Abreu	Tomo L, 1936
• Vias de Comunicação do Ceará Colonial, por Carlos Studart Filho • Páginas Inéditas da História Colonial - Primitivo Comércio Marítimo do Ceará, por Carlos Studart Filho	Tomo LI, 1937
• Geografia Econômica do Ceará, por Souza Pinto	Tomo LII, 1938
• Regulamento interno único das Repartições Públicas Estaduais, por Clodoaldo Pinto	Tomo LIII, 1939

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1939)

Quadro 3 - Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise dos Municípios e Vilas do Ceará, de 1887 a 1947.

Temática: Municípios e Vilas do Ceará	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
• Descrição do Município de Barbalha, por Dr. Guilherme Studart • Município de Pereiro - Parte I e II, por Antônio Augusto	Tomo II, 1888
• A Villa de Quixeramobim, por Perdigão Oliveira • Rellasm ou Mappa dos lugares e povoações do Districto Villa de Sao José, por Paulino Nogueira • Auto de Creação e Levantamento da povoação de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira, por Barão de Studart	Tomo IV, 1890
• Creação da Villa de Sobral, por Revd. Dr. Frota • Registro de Autos da Erecção da Real Villa de Monte-mor o Novo da América - Parte I e II	Tomo V, 1891
• Notas sobre o Município de Quixadá - Parte I e Notas sobre o Município de Quixadá - Parte II, por R. Gomes de Mattos • Um edital que mandou a Câmara do Aracaty affixar no lugar da extrema de Mossoró • Província dos Cariris-Novos, por Paulino Nogueira • O Ceará no Tempo de Miranda Henriques - Lobo da Silva e as Minas dos Cariris, por Guilherme Studart	Tomo VI, 1892
• Dous documentos sobre e Igreja de N. S. Conceição dos Tramambés, por Barão de Studart	Tomo IX, 1895
• Variedades de Assumptos e Temas Cearenses • Para a História do Aracaty , por Barão de Studart • Três Documentos do Tempo de Manoel Francêz, por Barão de Studart (mostra a Vila do Aquiraz)	Tomo XII, 1898
• Patrimônio - N. S. do Rosário da Villa de São Bernardo das Russas, por Coleção Studart	Tomo XIII, 1899
• Acta da Creação do Club Republicano no Aracaty, por Coleção Studart	Tomo XIV, 1900

<ul style="list-style-type: none"> • Estatutos da Freguezia de N. S. do Rosário das Russas concordados em 29 de Setembro de 1791 • Ordem que o Sr. Coronel Manoel Gomes Barreto há de fazer observar no seu regimento de Cavallaria auxiliar das Varseas do Jaguaribe e Quixeramobim, ar respeito do uniforme e insígnias • Reservatório no Boqueirão de Lavras. Um officio de Engenheiro Júlio J. Revy 	Tomo XV, 1901
<ul style="list-style-type: none"> • Notas Políticas e Religiosas da Villa de Canindé, por Luis de Sousa Leitão • Documentos a respeito duma Fundação da Ordem de São Bento (retrata a Comarca de Quixadá). • Notícia das Freguezias do Ceará visitadas pelo Padre José de Almeida Machado, por Mosenhor Affonso Pequeno 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> • Rescripto e despacho para a erecção canônica da Abadia de S. Cruz de Quixadá 	Tomo XVII, 1903
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja de Siupe, por Antonio Bezerra • Relação da Missão da Serra da Ibiapaba, por Padre Antônio Vieira 	Tomo XVIII, 1904
<ul style="list-style-type: none"> • Capella de N. S. dos Remédios do Curral Grande, por Antônio Bezerra • Auto da Creação da Villa de S. Bernardo do Governador , pelo Archivo Público Nacional • Para a História de Sobral - sedição ou rebelião em Sobral em 1840, José Vicente Franca • Datas de Sesmaria do Malcosinhado, Augusto de Castro • Descrição da Cidade do Crato em 1882 pelo Dr. Gustavo Horácio, por Correio do Cariry • Notas Políticas e Religiosas da Villa de Canindé, João Facundo Vieira da Costa • Apontamentos sobre a Feguezia de Santa Quitéria, por Eduardo Marques Peixoto 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Para a História de algumas localidades cearenses (Cidades de Russas, Cascavel, Aracaty, União, Limoeiro, Villas de Beberibe, Morada-nova, Crateús e Povoações de Sucatinga), por Benedicto Dos Santos. • Notas para História de Sobral , por José Vicente Franca Cavalcante 	Tomo XXIII, 1909
<ul style="list-style-type: none"> • A Pena de morte o Aracaty, por Benedicto Santos • Geographia Physica e Política da Barbalha • Fortim 	Tomo XXIV, 1910
<ul style="list-style-type: none"> • Notícia Histórico-chorographica da Comarca de Granja, por Padre Vicente Martins • Actas da Camara do Crato - 11 de maio de 1817 até de Janeiro de 1823 • Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, por Theberge 	Tomo XXV, 1911
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos do tempo de Diogo Botelho relativos ao Ceará, por Pero Coelho (reflete sobre os Índios de Jaguaribe • A Pecuária no Ceará, por José Luiz de Castro • Açude "Quixeramobim", por Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho • Notícia Historico-chorographica da Comarca de Granja , por Padre Vicente Martins • Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da capitania do Siará 	Tomo XXVI, 1912
<ul style="list-style-type: none"> • Breve Notícia histórica da Cidade de Quixeramobim, por Eusébio de Souza 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • Noticia geográfica, histórica e descriptiva do Município de Quixeramobim, Eusébio Nery Alves de Souza • Notas Chronológicas de Canindé, por Augusto Rocha • Noticia geográfica, histórica e descriptiva do Município de Quixeramobim, por Eusébio Nery Alves de Souza • Memória econômica sobre o Gado Lanígero do Ceará, por João da Silva Feijó 	Tomo XXVIII, 1914

<ul style="list-style-type: none"> • Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja, Vicente Martins • Documentos sobre as Minas de S. José dos Kariris • Um pouco de história Chrônica do Ipú, por Eusébio de Souza • Estudo de lugarejos, no texto - A Vida da "Legião Crucis" pelo Dr. Eusebio-de Souza • Estação Meteorológica de Quixeramobim 	Tomo XXIX, 1915
<ul style="list-style-type: none"> • Origem do nome Camocim, por Desembargador Olympio de Paiva • Um pouco de historia (Chronica do Ipú), por Eusebio de Souza 	Tomo XXX, 1916
<ul style="list-style-type: none"> • A Capella do Senhor do Bonfim erecta em Aracaty, por Benedicto Santos • As Capellas de São José de Aracaty, por Benedicto Santos 	Tomo XXXI, 1917
<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Centenário da Paróchia de Canindé, por Augusto Rocha • Doc. para a história da Igreja de São Francisco das Chagas de Canindé • As Minas do Ipú, por Euzébio de Souza • A Irrigação do Valle do Jaguaribe, por O'Meara • O Nome Maranhão, por Orville Derby • Documentos para a história de Sobral, por Antônio Bezerra • O Reservatório de Lavras, por Antônio Bezerra • Município do Crato, por José Pinheiro • Jazida de ossos no Quixadá • Memórias da Matriz de Aracaty, por Benedicto Santos 	Tomo XXXII, 1918
<ul style="list-style-type: none"> • Para a História de Sobral, por Alberto Amaral 	Tomo XXXIII, 1919
<ul style="list-style-type: none"> • Notas biographicas do Clero Sobralense, por Vicente Martins • Para a história de Canindé - dados históricos sobre a Serra do Machado • Breve notícia do Valle do Jaguaribe, por Raymundo Ribeiro • Uma Provisão valiosa (trata sobre os Índios da Serra da Ibiapaba) 	Tomo XXXIV, 1920
<ul style="list-style-type: none"> • Canindéenses illustres, por Augusto Rocha • Para a história das Minas dos Cariris, por Documentos pertencentes à Collecção Studart 	Tomo XXXV, 1921
<ul style="list-style-type: none"> • Primazias do Valle do Jaguaribe, por Eusébio de Souza • Notas Históricas da Cidade de Sobral, por Fortunato Linhares • Quanto valiam em 1734 no Ceará cem cabeças de gado vaccum • Apontamentos Históricos das Capellas da Parochia de Canindé, por Frei Cyrillo de Bérghamo • Quem era o Marquez de Aracaty?, por Dr. Eusebio de Souza 	Tomo XXXVI, 1922
<ul style="list-style-type: none"> • A Propósito de uma petrographia encontrada no Sítio Mucambo em Itapipoca, por Carlos Studart Filho • O Salitre no Ceará, por Sylvio Fróes Abreu 	Tomo XXXIX, 1925
<ul style="list-style-type: none"> • Combate de Sobral - 1840 • A Capacidade irrigatória do Açude Orós, por Thomás Pompeu Sobrinho • Antiguidades Indígenas do Ceará, por Carlos Studart Filho 	Tomo XLI, 1927
<ul style="list-style-type: none"> • Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará, por Barão de Studart • O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba, por Vicente Martins 	Tomo XLII, 1928
<ul style="list-style-type: none"> • O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba, por Vicente Martinz 	Tomo XLIV, 1930
<ul style="list-style-type: none"> • Para a História de Sobral, por Alberto Amaral • Arraial - Villa de São João de Uruburetama, por Soares Bulcão 	Tomo XLV, 1931
<ul style="list-style-type: none"> • A Tomada do Crato, por C. Livino de Carvalho 	Tomo XLVI, 1932
<ul style="list-style-type: none"> • Martyrologio dos camelos no Ceará, no texto Ignácio Raposo 	Tomo XLVIII, 1934
<ul style="list-style-type: none"> • Um Quadro Histórico, por Eusébio de Sousa (aborda a Missão Jesuítica na Ibiapaba) 	Tomo XLIX, 1935
<ul style="list-style-type: none"> • Baturité - Subsídio geográfico, histórico e Estatístico, por Pedro Catão 	Tomo LI, 1937
<ul style="list-style-type: none"> • Baturité, por Pedro Catão • O Cariri - por G. H. de Goeje, por tradução Osvaldo de Oliveira Riedel 	Tomo LII, 1938

<ul style="list-style-type: none"> • Baturité, por Pedro Catão 	Tomo LIII, 1939
<ul style="list-style-type: none"> • A Freguesia de Pereiro, por Manuel Freire de Andrade • Notas Biográficas do Clero Sobralense, por Mons. Vicente Martinz • Para a História de Sobral, por Alberto Amaral • Municípios cearenses extintos, por Clodoaldo Pinto 	Tomo LIV, 1940
<ul style="list-style-type: none"> • Notas biográficas do Clero Sobralense, por Vicente Martinz • Para a história de Sobral, por Alberto Amaral • Fundação de Caldas, por João Glz. Dias Sobreira (aborda a Região do Cariri) • Apontamentos para a história e corografia do município e cidade de Sobral, por Fortunato Alves Linhares 	Tomo LV, 1941
<ul style="list-style-type: none"> • Apontamentos para a história do termo Maria-Pereira, por Augusto Tavares de Sá e Benevides (apresenta Município) 	Tomo LVI, 1942
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos - arquivo da Câmara de Aquiraz 	Tomo LVII, 1943
<ul style="list-style-type: none"> • A Missão Jesuítica da Ibiapaba, por Carlos Studart Filho • O Vale do Cariri, por Joaquim Alves 	Tomo LIX, 1945
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de parentesco dos índios Cariris, por Thomás Pompeu Sobrinho • Mombaça, por Augusto Tavares de Sá e Benevides 	Tomo LXI, 1947

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1947)

Quadro 4 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise de Fortaleza, de 1887 a 2004.

Temática: Fortaleza-CE	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Fortaleza do Ceará, por Paulino Nogueira 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • Acta da 1a. vereação da Câmara da Villa Nova de Soure, por Barão de Studart 	Tomo V, 1891
<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração do novo Bispado do Ceará, desmembrado do de Pernambuco, por Monsenhor Graça (aborda assuntos sobre Fortaleza) • Azevedo de Montauy e seu Governo no Ceará, por Barão de Studart (sobre a Inauguração da Igreja matriz) 	Tomo VI, 1892
<ul style="list-style-type: none"> • Uma data de Sismaria, por Perdigão Oliveira (aborda o Limite de Fortaleza) 	Tomo VIII, 1894
<ul style="list-style-type: none"> • Descrição da Cidade de Fortaleza, por Antônio Bezerra de Menezes 	Tomo IX, 1895
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos relativos aos Hospitais de Jacarecanga, Lagoa Funda e Paiol de Pólvora 	Tomo XI, 1897
<ul style="list-style-type: none"> • Descrição do Porto de Fortaleza, por Marques Giraldes • Escripura da Obra da Capella Mor de Fortaleza, por Barão de Studart • Fortaleza - Descrição das Festas de 29-5-1831 • Benção do Cruzeiro da Matriz de Fortaleza • Descrição do Cruzeiro levantado à frente da Matriz de Fortaleza 	Tomo XII, 1898
<ul style="list-style-type: none"> • A Relação da Fortaleza, por Paulino Nogueira • Documentos para a História da Capella de N. S. da Conceição do Oiteiro da Prainha em Fortaleza, por Marcos Apolônio da Silva • Uma Festa em Fortaleza - No tempo do Governador Sampaio, por Ferreira Santiago • Documentos sobre a Capella de S. Bernardo em Fortaleza, por Bernardo José de Mello 	Tomo XIV, 1900
<ul style="list-style-type: none"> • Porangaba, por Antônio Bezerra de Menezes 	Tomo XV, 1901

<ul style="list-style-type: none"> • Offício de agradecimento da Câmara da Villa de N. S. d'Assumpção a propósito de propinas de luto • Um caso de excomunhão. Termo de agravo. Apelação e protesto ante omnia e per omnia que faz a viúva Antônia Maria de Vasconcelos 	
<ul style="list-style-type: none"> • Relação dos cearenses titulados e condecorados, por Paulino Nogueira • Catálogo de Alguns Martyrres , coleção Studart (sobre a capitania do Ceará) • Documentos sobre a Fortaleza da Capitania do Ceará Grande, por coleção Studart 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> • O Tricentenário, d'A República - Graccho Cardoso (trata sobre Fortaleza) • Fortaleza comemoração texto - O Tricentenário do Ceará - 1603-1903, pelo Jornal do Recife 	Tomo XVII, 1903
<ul style="list-style-type: none"> • A Fortaleza de N. S. de Assumpção, por Eduardo M. Peixoto • Relação dos donativos e doadores para construção da nova Fortaleza do Ceará 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> • Data de Sesmaria das Terras do Mocaripe e Cocó, por Manuel Rodrigues Santos Moura • Escripura de doação de terra feita à Irmandade de S. José pelo Alferes Antônio Rodrigues, por Barão de Studart (apresenta Fortaleza) • Assalto dos Francezes à Capitania N. S. da Conceição, por coleção Studart 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • A Fortaleza em 1810, João Brígido 	Tomo XXVI, 1912
<ul style="list-style-type: none"> • Dous Documentos referentes à antiga aldeia de Paupina 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • A Estatua de D. Pedro II na cidade de Fortaleza • Succinta Noticia sobre a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza por Barão de Studart 	Tomo XXIX, 1915
<ul style="list-style-type: none"> • O Nome Mecejana, por Antônio Bezerra 	Tomo XXXI, 1917
<ul style="list-style-type: none"> • Dous disc. Preços no Ceará em 1805 e 1811 (documento lavrado em Fortaleza) • Reparos Históricos - Monumento a Pero Coelho - Pelourinho da Villa de Soure, por Euzébio de Souza 	Tomo XXXIII, 1919
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso de Júlio Cesar da Fonseca Filho por ocasião da inauguração da estátua do General Tibúrcio 	Tomo XXXIV, 1920
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso - Júlio Cesar da Fonseca Filho - bi-centenário da Fundação de Fortaleza, por Júlio Cesar Fonseca Filho 	Tomo XL, 1926
<ul style="list-style-type: none"> • Conferência realizada na Phenix Caixeiral, por José Lino da Justa (trata a Comemoração da Libertação dos escravos em Fortaleza) 	Tomo XLII, 1928
<ul style="list-style-type: none"> • Notas Histórica do Livro de Tombo da Paroquia de Porangaba, por Rodolfo Ferreira da Cunha 	Tomo XLIV, 1930
<ul style="list-style-type: none"> • Enterros no Tempo Antigo, por João Nogueira (aborda Fortaleza) 	Tomo XLVIII, 1934
<ul style="list-style-type: none"> • A Defesa Marítima de Fortaleza na Revolução do Equador, por Hugo Víctor • A Casa de José de Alencar, por Álvaro de Alencar • A Chegada dos Caboclos, por João Nogueira (apresenta Porangaba) • Carta para Capitão-mor da Fortaleza do Seará João de Mello de Gusmão a favor dos Padres Missionários e soltura dos índios do Seará e outros documentos 	Tomo L, 1936
<ul style="list-style-type: none"> • Terço do Cruzeiro, por João Nogueira (Tradição religiosa em Fortaleza) • Estudo Estatístico da Mortalidade Infantil em Fortaleza, Pedro Krutman 	Tomo LII, 1938
<ul style="list-style-type: none"> • Iluminação de Fortaleza, por João Nogueira 	Tomo LIII, 1939
<ul style="list-style-type: none"> • A demolição do Paço Municipal de Messejana, Álvaro Gurgel de Alencar • "Academia Cearense" e Academia Cearense de Letras", por Leonardo Mota 	Tomo LIV, 1940
<ul style="list-style-type: none"> • A Catedral, por Andrade Furtado • A Revolução de 1824 	Tomo LIV, 1942

<ul style="list-style-type: none"> • Cidade da Fortaleza - nomes antigos de logradouros, praças e ruas, por João Nogueira 	
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de urbanização de Fortaleza, por Raimundo Girão • A inscrição do Santo Cruzeiro, por João Nogueira (texto sobre o Cruzeiro da Sé de Fortaleza) 	Tomo LVII, 1943
<ul style="list-style-type: none"> • A influência do vento no destino dos homens, por D. Antônio Lustosa (aborda condições locais) 	Tomo LX, 1946
<ul style="list-style-type: none"> • Sobre a Fundação da Cidade de Fortaleza 	Tomo LXXVI, 1962
<ul style="list-style-type: none"> • Fortaleza - Casas e ruas numeradas, por Ismael Pordeus 	Tomo LXXVII, 1963
<ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor de Fortaleza, por H. Modesto 	Tomo LXXVIII, 1964
<ul style="list-style-type: none"> • Um fator de localização da Cidade de Fortaleza, por José Aurélio Câmara • Uma cidade cresce, por José Aurélio Câmara 	Tomo LXXIX, 1965
<ul style="list-style-type: none"> • Fortaleza e a integração urbano-rural, por Francisco Alves de Andrade e Castro 	Tomo LXXXVII, 1973
<ul style="list-style-type: none"> • Os impasses dos servidores urbanos de Fortaleza, por Gisafran Nazareno Mota Jucá 	Tomo CXIX, 2000
<ul style="list-style-type: none"> • Histórias de Fortaleza Antiga, por Zenildo Almada 	Tomo CXVIII, 2004

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-2004)

Quadro 5 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise da Paisagem no Ceará, de 1887 a 1947

Temática: Paisagem (natureza), descrições da geografia física do Ceará	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Novas Canções Populares, de Andrade Furtado (aborda a Seca do Ceará) 	Tomo I, 1887
<ul style="list-style-type: none"> • As evoluções do clima, por Joakim Catunda 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • O Rio Ceará, por Barão de Studart. • Curso das Ravinas do Ceará, por Tristão Franklin 	Tomo III, 1889
<ul style="list-style-type: none"> • Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato, por Diário de Pernambuco 	Tomo XIII, 1899
<ul style="list-style-type: none"> • Povoamento do Ceará, por João Brígido (discute aspectos físicos do Ceará) 	Tomo XIV, 1900
<ul style="list-style-type: none"> • Traços biográficos do Capitão-mor José Xerez Furna Uchoa - o introductor do Café no Ceará, por Manoel do Nascimento Alves Linhares (aborda plantações frutíferas do Ceará) • Letreiros antigos. Notícia sobre os caracteres do Serrote da Rola, por João Franklin de Alencar Nogueira • Variedades. A Grande Maré - Flora Cearense - Borracha da Maniçoba - A Mina de ouro Bom Jesus e outros documentos 	Tomo XV, 1901
<ul style="list-style-type: none"> • Barras em Soure, por José Pinheiro • As praias, por Antônio Bezerra 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagens do Ceará 	Tomo XVII, 1903
<ul style="list-style-type: none"> • Jazidas Auríferas no Ceará, por Alfredo de Carvalho 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> • Apontamentos sobre Minas de Ouro e Prata do Brasil Oriental, por Alfredo de Carvalho 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • A diminuição das águas no Brasil, por Barbosa Rodrigues • Carta XIX - Sobre as Minas de Ouro dos Cariris Novos • Recompilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, Luiz dos Santos Vilhena (trata a descrição física do Ceará) 	Tomo XXI, 1907

• Plantas do Ceará - Lista de Plantas vasculares colhidas no Estado do Ceará - 1 e 2 trimestres e 3 e 4 trimestres de 1908, por J. Huber	Tomo XXII, 1908
• Observações Pluvioétricas de 1909, por O. Weber	Tomo XXIII, 1909
• Geographia Physica e Política da Barbalha	Tomo XXIV, 1910
• Ceará - notas botânicas, por ALberto Loefgren	Tomo XXV, 1911
• Description de la Côte septentrionale du Bresil – 1610, Claes A. Cluyt • Relevo de altitude do Ceará, texto - Listas de elevações, determinadas com o barômetro aneróide de alguns pontos do itinerário de Roderic Crandall, no Estado do Ceará, por Guilherme Lane e Francisco Boa Nova	Tomo XXVI, 1912
• Trechos do livro "O Ceará" no principio do Século XX, por Thomaz Pompeu Sousa Brasil (trata a descrição Física do Ceará)	Tomo XXIX, 1915
• Os lagos costeiros do Ceará, por Raymundo Ribeiro	Tomo XXIV, 1920
• O Valle do Rio Salgado e sua Irrigação, por Dr. Raymundo Francisco Ribeiro	Tomo XXXV, 1921
• Rearborização do Ceará, por Raymundo Ribeiro	Tomo XXXVI, 1922
• Schisto Bituminoso da Chapada do Araripe, por Sylvio F. Abreu	Tomo XXXVIII, 1924
• O Titânio no Ceará, por Sylvio Fróes Abreu	Tomo XXXIX, 1925
• Sobre a gênese de um schisto betuminoso do Ceará , por Sylvio Fróes Abreu	Tomo XL, 1926
• O Fator moral na construção dos grandes açudes, por Thomaz Pompeu Sobrinho • Ouro no Ceará, por Horace E. Williams	Tomo XLVII, 1933
• Etiologia physiographica das seccas - Summa Meteorica, por Álvaro Fernandes	Tomo LI, 1937
• Estrutura geológica do Ceará, por Thomás Pompeu Sobrinho	Tomo LV, 1941
• Poços d'água perenes e pescarias por finguijamento, por Irineu Pinheiro	Tomo LVI, 1942
• Vicissitudes da Costa Cearense, por Thomás Pompeu Sobrinho • Subsídio para o Estudo da FLora Cearense, por Dias da Rocha	Tomo LX, 1946
• Serra do Estevão, por José Bonifácio de Sousa	Tomo LXI, 1947

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC.

Quadro 6 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise das questões regionais do Ceará, de 1887 a 1949.

Temática: Questões regionais	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
• Sobre uma História do Ceará, por Capistrano de Abreu (Estudo regional da capitania do Ceará com os Estados do Norte) • Confederação do Equador, por Antônio Pereira Pinto	Tomo XIII, 1899
• Independência no Maranhão. Trechos de uma memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Tristão de Alencar Araripe • Trechos do Papel político sobre o Estado do Maranhão apresentado em nome da Câmara ao Senhor Rei Dom Pedro Segundo - anno 1665, Manoel Guedes Aranha	Tomo XV, 1901
• A Revolução de 1824, por Luna Freire • De alguns índios e índias naturaes de Pernambuco, Coleção Studart	Tomo XVI, 1902

<ul style="list-style-type: none"> • Da Missão que fizeram o Padre Francisco Pinto e o Padre Luiz Figueira ao Rio do Maranhão • Sucesso de Viagem do Maranhão 	
<ul style="list-style-type: none"> • Relação do Maranhão - 1608, pelo Jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva, por Luis Filgueira 	Tomo XVII, 1903
<ul style="list-style-type: none"> • Relação Sumária das Cousas do Maranhão, por Simão Estácio da Silveira • Roteiro de Pernambucano ao Maranhão 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> • Apontamentos para a crônica do Ceará - A junta de Delegação Expedicionária do Ceará ao Piauí e Maranhão • Mercês a Índios do Maranhão, pela Coleção Studart 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Memorial - para conservar y argumentar la conquista y tierras del Marañon, por Bento Maciel Parente • Jornada do Maranhão, por Diogo Campos Moreno 	Tomo XXI, 1907
<ul style="list-style-type: none"> • Confederação do Equador 	Tomo XXV, 1911
<ul style="list-style-type: none"> • Informações de D. Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 21 de novembro de 1630 • Relação do Estado do Maranhão, por Bento Maciel Parente 	Tomo XXVI, 1912
<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre os Índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco • Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão, Tristão de Alencar Araripe • Independência do Maranhão, Tristão de Alencar Araripe 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • Ceará e Rio Grande, por Capistrano de Abreu • Ceará-Piauí. Convênio arbitral • Ceará versus Piauí, por Pedro Ferreira • Para o litígio sobre limites entre Ceará e Piauí, por Documentos da Coleção Studart • Limites do Ceará com Piauí, O pensamento da Câmara dos Deputados quanto à lei de 1880 	Tomo XXXV, 1921
<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão de Luiz Rod. Chaves a Pernambuco 	Tomo XXXVI, 1922
<ul style="list-style-type: none"> • Piauí versus Ceará, por Aristides Barreto 	Tomo XXXVII, 1923
<ul style="list-style-type: none"> • A Independência do Pará, por Barão de Studart 	Tomo XXXVIII, 1924
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos relativos à Adesão do Piauí à Confederação do Equador, por Anísio Brito • O Centenário da Independência Maranhense - A coparticipação do Ceará no memorável feito, por Barão de Studart 	Tomo XXXIX, 1925
<ul style="list-style-type: none"> • História e Genealogia, por Leonardo Feitosa (apresenta os estados do Nordeste) 	Tomo XLVII, 1933
<ul style="list-style-type: none"> • Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herkman, por Thomaz Pompeu Sobrinho • "Os Congos", por João Nogueira (sobre Folclore do Nordeste) 	Tomo XLVIII, 1934
<ul style="list-style-type: none"> • Os Índios Fulniôs - os Karnijós de Pernambuco, por Thomas Pompeu Sobrinho • Notícia Geral da Capitania do Ceará Grande, por Coleção Studart 	Tomo XLIX, 1935
<ul style="list-style-type: none"> • Povoamento do Nordeste Brasileiro, por Thomaz Pompeu Sobrinho • O Homem do Nordeste, por Thomaz Pompeu Sobrinho 	Tomo LI, 1937
<ul style="list-style-type: none"> • O Nordeste e as suas feições geográficas, por Thomaz Pompeu Sobrinho 	Tomo LII, 1938
<ul style="list-style-type: none"> • Tapuias do Nordeste, por Thomaz Pompeu Sobrinho • Povoamento do Nordeste, por José Augusto 	Tomo LIII, 1939
<ul style="list-style-type: none"> • Famílias nordestinas, por José Augusto 	Tomo LV, 1941

<ul style="list-style-type: none"> Um capítulo esquecido pastoril do Nordeste, por Renato Braga 	Tomo LXI, 1947
<ul style="list-style-type: none"> Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão, por Carlos Studart Filho 	Tomo LXIII, 1949

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1949)

Quadro 7 - Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para questões referentes aos limites territoriais do Ceará, de 1887 a 1947.

Temática: Limites territoriais do Ceará	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> Faze o Bem, não cates a quem, de Guilherme Studart; Origens americanas, Imigrações Prehistóricas, de Joakim Catunda (aborda Imigração) 	Tomo I, 1887
<ul style="list-style-type: none"> Ligeiras Considerações sobre as Lutas de 1824, por Virgílio Brígido Treslado, por João Baptista Perdigão de Oliveira 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> Provisão Régia demarcando o terreno que se deve dar à Villa do Aracaty Autos da Creação e Divisão do Curato do Aracaty, por Barão de Studart 	Tomo VI, 1892
<ul style="list-style-type: none"> Os Limites do Ceará - Questão com o Rio Grande do Norte - A Barra do Rio Mossoró, por João Baptista Perdigão de Oliveira Appendice - Artigos, Discursos, Representações , por Perdigão de Oliveira (trata dos Limites do Ceará com Rio Grande do Norte) 	Tomo VII, 1893
<ul style="list-style-type: none"> Appendice - documentos diversos, por Perdigão Oliveira (trata dos Limites do Ceará com Rio Grande do Norte) 	Tomo X, 1896
<ul style="list-style-type: none"> Petição dirigida ao Supremo Tribunal Federal (trata dos Limites do Ceará com Rio Grande do Norte) 	Tomo XI, 1897
<ul style="list-style-type: none"> História da Revolução de 17 , por Muniz Tavares Quaes as Victimias do 16 de Fevereiro ?, por Guilherme Studart 	Tomo XII, 1898
<ul style="list-style-type: none"> Petição e Certidão - Tombo da Medição - Terras do Rio Jaguaribe, por Coleção Studart Para a Biografia do General Pedro Labatut (aborda Relatos sobre guerra) 	Tomo XIII, 1899
<ul style="list-style-type: none"> Um Bando do Governador do Ceará sobre a Moeda XemXem , por Coleção Studart 	Tomo XIV, 1900
<ul style="list-style-type: none"> Notas sobre Meu Parochiato em Areias, Coleção Studart (trata dos Limites com Mossoró) Auto de Corpo de delicto que mandou proceder Joaquim José Barbosa no cadáver do Major João Facundo de Castro e Menezes, por coleção Studart Alexandre de Moura e os Jesuítas Gomes e Nunes, Coleção Studart (aborda conflitos com indígenas no Ceará) Os 19 artigos que pedião os holandezes da Comp. do Brasil em Holanda, 1648 Partes Officiales sobre o Combate do Icó a 4 de Abril de 1832 Questão de Grossos (trata de conflito de território com Rio Grande do Norte) 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> Limites entre Ceará e Rio Grande do Norte Notas (Limite entre CE e RN) (Documento) 	Tomo XVIII, 1904
<ul style="list-style-type: none"> Explanação relativa aos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte, por Matheus Brandão Um diagnóstico (Limite entre CE e RN), por Américo Werneck 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> Carta de Dom Diogo de Menezes a El-Rei sobre a conquista do Maranhão Treslado do Auto e mais deligências que se fizeram sobre as datas de terras da capitania do Ryo Grande que se tinham dado, por coleção Studart 	Tomo XXIII, 1909

<ul style="list-style-type: none"> • Para a Questão Grossos. Documentos relativos a Sebastião de Sá, por Barão de Studart 	Tomo XXX, 1916
<ul style="list-style-type: none"> • Paulistas no Ceará, por Barão de Studart (aborda herdeiros de terras na Serra da Ibiapaba) • Documentos de 1817 - 1823 (trata de conflitos resultantes da Revolução da Confederação do Equador) 	Tomo XLI, 1927
<ul style="list-style-type: none"> • Divisão Territorial Uniforme, por Clodoaldo Pinto • O Ceará e seus Limites, por João Baptista Perdigão de Oliveira • O Crime de Latrocínio na Organização Judiciária do Estado, por Abner Vasconcelos 	Tomo LI, 1937
<ul style="list-style-type: none"> • Diretório Regional de Geografia - Limites do Distrito de Guimarães e outros casos, por Clodoaldo Pinto 	Tomo LIII, 1939

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1939)

Quadro 8 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise do Instituto do Ceará, de 1887 a 2001.

Temática: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (documentos, biografias de personagens e eventos históricos)	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Estatutos do Instituto do Ceará • Cópias de Offícios Trocados entre a Presidência da Província e o Instituto do Ceará 	Tomo I – 1887
<ul style="list-style-type: none"> • Actas da Sessão de 22 de Março de 1888 • Sessão de 17 de Maio de 1888 (sobre a Abolição dos Escravos) 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • Sessão ordinária em 27 de Fevereiro de 1889 • Parecer da Comissão de Admissão de Sócios • Sessão ordinária em 12 de Março de 1889 • Discurso de posse, por Thomaz Pompeu 	Tomo III, 1889
<ul style="list-style-type: none"> • Comemoração do Quarto Centenário da Descoberta do Brasil 	Tomo IX, 1900
<ul style="list-style-type: none"> • Correspondência entre Archivo Público da Bahia e o Instituto do Ceará • Ephemérides (relata o Ceará Republicano) 	Tomo XI, 1897
<ul style="list-style-type: none"> • Catálogo de Jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará, por Barão de Studart • Lista de Jornaes publicados no Ceará em 1898 • Retrato de D. Pedro II • Ephemérides do Ceará Republicano - parte I e II 	Tomo XII, 1898
<ul style="list-style-type: none"> • Ephemérides do Ceará Republicano - parte I e II 	Tomo XIII, 1899
<ul style="list-style-type: none"> • Ephemérides do Ceará - parte I e II, por João Brígido 	Tomo XIV, 1900
<ul style="list-style-type: none"> • Ephemérides do Ceará. Ceará Republicano, por Barão de Studart 	Tomo XV, 1901
<ul style="list-style-type: none"> • O Desembargador Christovao Soares Reymão, por Antônio Bezerra • Ephemérides - Ceará Republicano, por Barão de Studart • Livros, Revistas e jornaes recebidos pelo Instituto do Ceará • Associações Nacionais e Internacionais para as quais é remetida a Revista do Instituto do Ceará 	Tomo XVI, 1902
<ul style="list-style-type: none"> • Appendice • Consagração do Passado • Relação das Monografias discursos etc, publicados por motivo da 	Tomo XVII, 1903

<p>Commemoração do Tricentenário do Ceará</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apontamentos biográficos do Padre Pedro A. Chevalier - Iazarista • O General Pedro Labatut, por João Brígido • Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649, por Alfredo de Carvalho • Livros, Revistas e Jornaes offerecidos ao Instituto 	
<ul style="list-style-type: none"> • Padre Francisco Pinto, por Paulino Nogueira • O Rei Dom João VI, por Paulino Nogueira • Carta de Duarte Sodré Pereira a El Rei, Coleção Studart • Catálogo dos Jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará, por Coleção Studart • Livros e Revistas e jornaes recebidos pelo Instituto do Ceará 	Tomo XVIII, 1904
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos da História de Martim Soares Moreno, Coleção Studart • Notícias Atrazadas, Jornal A Notícia (aborda assunto sobre Martim Soares Moreno) • Ephemérides do Ceará Republicano • Livros, Revistas, Jornaes etc enviados ao Institut odo Ceará - parte I e II • Lista das Associações às quais são remetidas as Revistas do Instituto do Ceará 	Tomo XIX, 1905
<ul style="list-style-type: none"> • Extracto da Chônica da Missão da Companhia de Jesus no Maranhão - Padre João Felipe Betendorff, por Barão de Studart • Opinião de Guedes Aranha sobre o Ceará, por Barão de Studart • Para a história dos Frades Capuchinhos no Ceará, por Mansueto de Peveransa • Uma Data, por Correio do Cariry • Carta Régia sobre se fazer a reducção do gentio na Costa do Ceará • Livros e Revistas recebidos pelo Instituto do Ceará - parte I e II • Pedro Pereira da Silva Guimarães, por Barão de Vasconcelos • Dezenove documentos sobre s Palmares, por Coleção Studart • Trechos do Marquez de Basto relativos ao Ceará • Sobre um Memorial da Companhia de Jesus, por Coleção Studart • Biografia Padre Mororó, por Coleção Studart • Biografias - Casimiro José de Moraes Sarmento e José Antônio Machado • Índice Geral dos Autores que publicaram matérias nas Revistas de 1887 a 1906 • Índice Geral das Matérias das Revistas de 1887 a 1906 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Ephemérides Cearenses, por Barão de Studart • Ao Instituto do Ceará, por Barão de Vasconcelos • Auto da Ereção da V. de São João do Príncipe que por ordem do Illustrissimo e Exm. Snr. Governador desta Capitania Bernardo Manoel de Vasconcelos mandou fazer o Desemb. e Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca Gregório José da S. Continho e outros documentos • Livros e Revistas e mais correspondências remetidas ao Instituto do Ceará. 1 e 2 Trimestres - 3 e 4 Trimestres. • Lei de 13 de Maio, por Ângelo do Amaral • Traços histórico-genealogicos do Marquez de Olinda, por Barão de Vasconcelos • Documentos do Tempo do Governador Rubim, por Eduardo Marques Peixoto • Os Mortos do Instituto de 1907, por Barão de Studart • Relação dos Sócios que compõem o Instituto do Ceará 	Tomo XXI, 1907
<ul style="list-style-type: none"> • Cartas do Presidente Padre José Martiniano de Alencar, ao Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva • Cartas do Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva ao Presidente José Martiniano de Alencar • Rio Grande - Capitania de Sua Magestade • Livros Revistas e mais correspondências 1 e 2 trimestres e 3 e 4 trimestres 	Tomo XXII, 1908

<p>de 1908</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palavras pronunciadas na sessão extraordinária - solemne e fúnebre - realizada a 15 de Agosto de 1908 - Palacete Phenix Caixeiral - homenagem Paulino Nogueira, por João Baptista Perdigão de Oliveira • Trechos das Notas Dominicaes de Tolenare, por Alfredo Carvalho • Documentos offerecidos ao Instituto do Ceará, por Barão de Vasconcelos • Mais Um Centenário, Barão de Studart (trata sobre os jornais da época e outros assuntos) • Autógraphos de Alexandre de Moura, por Colleção Studart • Administração Barba Alardo, por Barão de Studart • Major João Facundo de Castro Menezes - 8 de dezembro de 1841, por João Brígido • Ephemérides Cearenses , por Barão de Studart • Os Mortos do Instituto, por Barão de Studart 	
<ul style="list-style-type: none"> • Foral de Direitos e mercês mandado passar em favor de João de Barros, por Colleção Studart • Foral de doação e mercês mandado passar em favor de Antônio Cardoso de Barros, por Colleção Studart • Relazione inviata del P. Ludovico Fonseca, por Colleção Studart • Luiz Figueira e Francisco Pinto • Documentos relativos à arribada de Martim Soares Moreno à Ilha de São Domingos • Apontamentos histórico-genealógicos - Luiz da Mota Féo e Torres. Offerecidos pelo sócio correspondente, por Barão de Vasconcelos • Notas bio-bibliográficas - Dr. Francisco Christovam de Lisboa e Manoel Severim de Faria • Tres cartas de Frei Christovam de Lisboa dirigidas ao irmão Manoel Severim de Faria, por Colleção Studart • Documentos referentes a Martim Soares Moreno • Extractos do Livro inédito do Padre Francisco Telles de Menezes Lima - Chônica do Ceará, por Senador Pompeu • Letreiros lapidares, por Tristão Alencar Araripe • Ephemérides Cearenses, por Barão de Studart • Os Mortos do Instituto, por Barão de Studart • Livros, Revistas e mais correspondências remetidos ao Instituto do Ceará 	<p>Tomo XXIII, 1909</p> <p>Tomo XXIII, 1909</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A Assembléia Provincial. Processos de Magistrados, por Benedicto dos Santos • Ode, por Colleção Studart • Vaz de Caminha e sua carta, por Capistrano de Abreu • Officio de Nunes Berford ao Ministro do Império José Feliciano Fernandes Pinheiro sobre Conrado J. de Niemeyer • Pelo passado - páginas do Ceará • Dedicatória à Liga e ao povo cearense, por F. Uchoa Viegas (digitalização incorreta) • Trechos da Chrônica do Padre Betendorf relativos ao Ceará • Os Mortos do Instituto, por Barão de Studart • Livros, Revistas e mais correspondências remetidas ao Instituto do Ceará • Relação dos Sócios • Associações e Estabelecimentos Nacionais e Estrangeiros 	<p>Tomo XXIV, 1910</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Quem descobriu o Brazil? , por B. T. de Moraes Leite Velho • O Desembargador Hippolyto Cassinao Pamplona, Benedicto Santos • Barão da Catuama - João José Ferreira de Aguiar, pelo Diário de Pernambuco - de 20 de Novembro de 1888 • Livros, Revistas e mais correspondências remetidas ao Instituto do Ceará • Os Mortos do Instituto, por Barão de Studart 	<p>Tomo XXV, 1911</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Journal de Jan Bautista Syens 	<p>Tomo XXVI, 1912</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Dous Índios notáveis e parentes próximos, por Pedro Souto Maior • A Missão de Antônio Paraupaba ante o Governador Hollandez, por Pedro Souto Maior • Dr. Leandro Bezerra D'O Fluminense, Nichteroy, de 11 de Junho de 1907 • Antônio Conselheiro, por Eusébio de Souza • História Militar Pátria, por General Cunha Mattos • Dissoluções Parlamentares no Brasil, por Benedicto Santos • Uma memória de João da Sylva Feijó • Jornaes publicados no Ceará em 1912, por Barão de Studart • Ephemérides Cearenses , por Barão de Studart • Livros, Revistas e mais correspondências remetidas ao Instituto do Ceará • Relação dos Sócios que compõem o Instituto do Ceará • Associações e Estabelecimentos Nacionaes e Extranjeiros em relações com o Instituto do Ceará 	
<ul style="list-style-type: none"> • General Tibúrcio de Souza, por Lobo Viana • Padre Ibiapina - transcripto da Imprensa, da Parahyba (Biografia) • Arthur Vianna - apontamentos biographicos • Rectificações históricas, por Tristão de Alencar Araripe • Lord Cochrane e Tristão Gonçalves, pela Colleção Tristão Araripe • Uma defesa de José Clemente Pereira • Precizo dos Successos - Grande Acontecimento Fautozo Dia Sete de Abril • Carta que aos eleitores da Província do Ceará dirige José Martiniano d'Alencar • Livros Revistas e mais correspondências remetidas ao Instituto 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • Jornaes publicados no Ceará em 1913, por Barão de Studart • Confederação do Equador, por Sebastião de Vasconcellos Galvão • Padre Ibiapina, transcripto D'Imprensa, da Parahyba • Um Diplomata Brasileiro, por Escragnolle Dória • As relíquias do Padre Anchieta, por Xavier Marques • João Maurício de Nassau, por Escragnolle Dória • Documentos Históricos. Cartas de D. Pedro I a D. João IV • As relíquias do Padre Anchieta (Nova communicacão ao Instituto Histórico da Bahia), por Xavier Marques • Sobre um livro de Capistrano de Abreu, por Mário de Alencar • Gênese da idéa de uma estatua ao Imperador do Brazil D. Pedro II no Ceará • Documentos para a história do Governo de Bernardo Manoel de Vasconcellos, por Collecção Studart • Livros, Revistas e mais correspondência remetida ao Instituto do Ceará 	Tomo XXVIII, 1914
<ul style="list-style-type: none"> • Ascendentes paternos do Dr Leandro Bezerra Monteiro, por Archivo da Família • Congresso de História Continental Americana • Jorge de Albuquerque Maranhão • Padre Ibiapina, Traços biográficos encontrados no archivo da Casa de Caridade de Santa Fé, em Araras, por (D'A Imprensa, Jornal da Parahyba) • Homenagem à memória do Cons. João Nepomuceno Torres • Foepfel • Governo Interino. Administração Barba Alardo. Correspondencia Official, pela Colleção Studart • Duas Cartas de 1825, por Barão de Studart • Os Mortos do Instituto, por Barão de Studart • Livros, Revistas e mais Correspondência ré-mettida ao Instituto do Ceará • Relação dos Sócios que compõem o Instituto do Ceará • Associações e Estabelecimentos Nacionaes e Extranjeirosem relações com o Instituto do Cear 	Tomo XXIX, 1915
<ul style="list-style-type: none"> • Vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, por J. Dias da Rocha Filho • Bosquejo Biographico de Clovis Beviláqua, por Desembargador Affonso 	Tomo XXX, 1916

<ul style="list-style-type: none"> • D. Antônio Phelippe Camarão, por J. C. Fernandes Pinheiro • Questão Suprema, por Antônio Theodorico da Costa • Em Attitude de Culto, por Rocha Pombo • Trechos de cartas do Jesuíta Pé. João António Andreoni, escriptas nas Cartas Annuas de 1714-16-21 • O Padre Mororó e seus julgadores perante a Historia, por Eusebio de Souza • Jornaes do Ceará publicados em 1921, por Barão de Studart • Provisão relativa a José de Barros Leite • Ephemerides Cearenses 1921, pelo Barão de Studart • General Antônio de Sampaio. Apontamentos • O Brasil Hollandez, por J. B. Hafkemeyer • Documentos do tempo da Independência, por Colleção Studart • Um trecho da vida do Senador Alencar • O Capitão-mor Pedro da Rocha Franco e sua prole, por José Henriques • Em redor de um livro, por J. B. Hafkemeyer • Livros, Revistas, Cartas etc. recebidos pelo Instituto do Ceará • Relação dós Sócios Effectivos, Honorários e Correspondentes do Instituto • Relação dos Sócios do Instituto fallecidos • Lista das Associações e Estabelecimentos Nacionaes e Exrangeiros em relações com o Instituto do Ceará 	Tomo XXXVI, 1922
<ul style="list-style-type: none"> • Ruy Barbosa, por Antônio Theodoro da Costa • Livros, Revistas e mais correspondências remetidos ao Instituto do Ceará 	Tomo XXXVII, 1923
<ul style="list-style-type: none"> • Em torno da Abolição, por Júlio César da Fonseca • Ouvidor Araújo Franco, por Palma Muniz • Livros, Cartas, etc. remetidos ao Instituto 	Tomo XXXVIII, 1924
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso pronunciado em nome do Instituto do Ceará, por Júlio Cesar da Fonseca Filho • A Epopéa de Santa Rosa, por Eusébio de Sousa • Tristão Gonçalves - Festas de 31 de outubro - 1o. centenário do Combate de Santa Rosa • Uma publicação em Londres em Outubro de 1824 • Confederação do Equador, por Bruno Barbosa • O Padre Mororó, por Viriato Correia • O Instituto e a sua Revista, por Antônio Theodorico • Instituto do Ceará - Estudo Histórico, por Eusébio de Souza • O Valor do Dinheiro no tempo antigo • Pedro Coelho, por José Carvalho • Uma data de sesmaria concedida por Tristão Gonçalves • Um documento histórico de 1849 - Pedido de uma Assembléia Constituinte • A Revolução de 1824 • O Regresso dos heroes, por Cruz Abreu • Livros Revistas etc. offerecidos ao Instituto do Ceará 	Tomo XXXIX, 1925
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso do orador do Instituto, por José Lino da Justa • Francisco Alberto Rubim, por Barão de Studart • Ligeiras noções da Língua Geral, por Jorge Studart • Tiradentes - A Escola Mororó, por José Lino da Justa • Dom José Tupinambá da Frota, por Padre Vicente Martins • O Operário como factor do Progresso universal, por Antônio Theodorico da Costa • Livros, Cartas, Revistas etc. remetidos ao Instituto do Ceará 	Tomo XL, 1926
<ul style="list-style-type: none"> • Memórias de Alexandre da Silva Mourão, por Barão de Studart (documentos do Arquivo Público Nacional João Capistrano de Abreu) • Capistrano de Abreu, por Antônio Salles • Capistrano de Abreu, por João Pandiá Calogeras • Capistrano de Abreu • Uma Circular dirigida ao Sr. Barão de Studart em memória a Capistrano de 	Tomo XLI, 1927

<ul style="list-style-type: none"> Abreu • Livros, Cartas, Revistas, et. oferecidos ao Instituto do Ceará 	
<ul style="list-style-type: none"> • O Coronel Martins Chaves, por Leonardo Feitosa • Capistrano de Abreu, por Tristão de Athayde • Livros Carlos Revistas oferecidas ao Instituto do Ceará • Repertório da Revista Trimensal do Instituto do Ceará 1919-1928 • Relação dos auctores dos trabalhos publicados 1919-1928 	Tomo XLII, 1928
<ul style="list-style-type: none"> • Estatutos do Instituto do Ceará • Barão de Studart, • José Martiniano de Alencar, por Thomáz Pompeu de Souza Brasil • José Martiniano de Alencar, por Barão de Studart • O centenário de José de Alencar, por José Lino da Justa • A Minha homenagem, por Antônio Theodorico da Costa • Gal. Antônio de Sampaio, por Álvaro de Alencar • Floriano - o taciturno, por Álvaro Bomilcar • A Recepção do Dr. Álvaro Bomilcar da Cunha • Homenagem do Instituto do Ceará ao Barão de Studart • Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos • Registro Bibliográfico • Notas e Transcrições • Actas das Sessões • Tomo especial - Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil 	Tomo XLIV, 1929
<ul style="list-style-type: none"> • O Padre Martin de Nautes e o Cel. Dias D'Ávila, por Barão de Studart • Prurido de Inovações, por Antônio Theodorico da Costa (sobre a mudança da capital do Brasil) • O Tte. Cel. Pedro José da Costa Barros, por Lucas Alexandre Boiteux • Monsenhor Bruno Figueiredo • A recepção de D. Júlia C. L. de Vasconcelos, por Álvaro Bomilcar (Estudiosa de Geografia e História) • Registro Bibliográfico • Notas e Transcrições • Actas das Sessões do Instituto do Ceará • Repertório da "Revista do Instituto do Ceará", por Carlos Studart Filho 	TOMO XLV, 1931
<ul style="list-style-type: none"> • Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar • O Comendador João Gabriel, por Soares Bulcão (a origem do nome Acre) • Paulino Nogueira, por Cruz Abreu (Biografia) • Duas Memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro, por Barão de Studart • Novos sócios do Instituto - discursos • A Recepção do Dr. Leonardo Mota • Discursos do Dr. Leonardo Mota e J. J. Pontes Vieira em homenagem a Dr. José da Cunha Sombra • Júlio Cezar - notícia da morte - Redação • In Memoriam - homenagem póstuma ao Dr. José da Cunha Sombra • Recepção do Dr. Andrade Furtado, por Andrade Furtado • Notas e transcrições - redação • Memória histórica, por Eusébio de Sousa • Atas das Sessões do Instituto 	Tomo XLVI, 1932
<ul style="list-style-type: none"> • Livros de minha predileção, por Antônio Teodorico da Costa • Análise científica dos fenômenos históricos, por Djacir Menezes • Reminiscências de um simples, por Raul Buejo • Um problema de nosologia histórica, por Carlos Studart Filho • Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar • Bandeirantes dos Ares, por C. Livino de Carvalho • O território do Chaco", por Júlia C. L. de Vasconcelos (Teoria geográfica) • Significação de algumas palavras indígenas, por Thomaz Pompeu Sobrinho • O Elemento portuguez no Brasil antes e depois da Independência, por 	Tomo XLVII, 1933

<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Augusto de Vasconcelos • Documentos • Recepção do Dr. Djacir Menezes • Necrologia - Rodolfo Teófilo • Registro Bibliográfico • Notas e Transcrições • Actas das Sessões do Instituto 	
<ul style="list-style-type: none"> • Os Sinais de Galvão, por Martinz de Aguiar • Os Arianos, por Carlos Studart Filho • Egastenia, por C. Livino de Carvalho • Farias Brito, por Álvaro Bomilcar • O Culto do Santíssimo Sacramento na vida colonial da Terra de Santa Cruz, por Andrade Furtado • José Carvalho, por Leonardo Mota • Cirandas Infantis, no texto Martinz de Aguiar • Dr. Miguel Couto • As Armas do Estado, por C. A. Rocha Carneiro • Franklin Távora, por Clóvis Beviláqua • Actas das Sessões – 1933 	Tomo XLVIII, 1934
<ul style="list-style-type: none"> • Realismo e Nominalismo na Filosofia Medieval, por Djacir Menezes • O IV Centenário de Anchieta, por Andrade Furtado • Raymundo Cândido de Queiroz, por João Nogueira • Os Sinais de Galvão, por Leonardo Mota • Lendas Mehin, por Thomas Pompeu Sobrinho • Notas e Transcrições 	Tomo XLIX, 1935
<ul style="list-style-type: none"> • Tricentenário de Nassau, por Andrade Furtado • A Bandeira de Pero Coelho, por Carlos Studart Filho • Vocabulário dos Índios Mutuans do Yamundá, por Thomas Pompeu Sobrinho • Aspecto Successório da Adopção, por Abner Vasconcelos • O Problema da Orthographia em face da Constituição, por Álvaro Bomilcar • Cirandas Infantis, Martinz de Aguiar • Actas das Sessões, por Thomas Pompeu Sobrinho 	Tomo L, 1936
<ul style="list-style-type: none"> • Meio Século de Instituto do Ceará, pela Comissão de Redação • Contribuição à Psicologia da Sociedade Colonial, por Djacir Menezes • Plácido de Castro, por Soares Bulcão • Do espírito da penologia moderna, por J. W. Ribeiro Ramos • Fonética do Português do Ceará, por Martinz de Alencar • Advinhos, por João Nogueira • O Quinquagenário do Instituto do Ceará • Actas das Sessões • Notas e Transcrições 	Tomo LI, 1937
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação de Acquestos, por Abner C. L. Vasconcelos • Discursos - Pe. Misael Gomes e Andrade Furtado • Barão de Studart - referência ao Tomo Especial sobre a Morte do Barão de Studart • Tomo Especial - Falecimento do Barão de Studart 	Tomo LII, 1938
<ul style="list-style-type: none"> • Pio XI, por Padre Misael Gomes (O historiador) • No Dia da Pátria, por Hugo Vitor • A Metafísica jurídica na Alemanha, por Djacir Menezes • Pior que a imortalidade, por Andrade Furtado • Um Tumulto, por Alba Valdez • Os casos políticos no Tribunal e a minha atitude de juiz, por Abner C. L. Vasconcelos • O Comendador João Gabriel, por Soares Bulcão 	Tomo LIII, 1939
<ul style="list-style-type: none"> • Subsídio para a História do Departamento do Alto Puruz, por Soares Bulcão • Uma questão bibliográfica, por Barão de Studart 	Tomo LIV, 1940

<ul style="list-style-type: none"> • Alencares de sangue e afins, por João Nogueira Jaguaribe • Uma confissão, por José Júlio de Andrade • Um inédito de Farias Brito, por Djacir Menezes • Como se davam índios à soldada no Século XVIII, por João Nogueira • O Padre Cícero Romão, por Lívio Sobral • O IV Centenário da Companhia de Jesus, por Andrade Furtado • Despesa com a instrução pública em Santa Catarina, por Vergílio Gualberto • No Instituto do Ceará, por Padre Castro Nery • De Língua inhegatu, por João Nogueira • Os mortos do Instituto de 1940 • Atas das sessões realizadas em 1939 • Uma Lacuna Geográfica, por Júlia C. L. de Vasconcelos 	
<ul style="list-style-type: none"> • Onde e quando nasceu o Padre Verdeixa, por Leonardo Mota • Aplicação de um moderno princípio doutrinário, por Fernando Henrique Mendes de Almeida • O Centenário de um poeta, por José Valdo Ribeiro Ramos • A Deposição do General Clarindo, por Eusébio de Sousa • Antônio Bezerra, por José Luiz de Castro • Não confundamos, por Benigno Ferrario • Recepção dos Srs. João Nogueira, Dolor Barreira, Raimundo Girão e Plácido Castelo, por Pe. Misael Gomes e Dolor Barreira • Aspectos da vida de D. Luiz de Bragança, por Guilherme Auler • A arte e o conhecimento, por Thomás Pompeu de Sousa Brasil • Epistolário do Instituto • Os cemitérios e o "jus sepulchri" , por Abner C. L. Vasconcelos • Padre Cícero Romão, por Lívio Sobral • Cearense-padrão, por Andrade Furtado (texto sobre Antônio Bezerra) • Documentos - Construção da Matriz dos Santos Cosme e Damião de Pereiro e Igreja de São Bento • Os mortos do Instituto em 1941 • Notas e transcrições • Atas das sessões realizadas no ano de 1940 	<p style="text-align: right;">Tomo LV, 1941</p> <p style="text-align: right;">Tomo LV, 1941</p>
<ul style="list-style-type: none"> • O Comendador Jose Antônio Machado e sua descendência, por Raimundo Girão • Um capítulo íntimo da vida de Alfredo Ferreira Rodrigues, por Henrique González • Capistrano de Abreu – Anedótico, por Leonardo Mota • Cardial Leme, por Padre Misael Gomes • Padre Cícero Romão Batista, por Lívio Sobral • Elogio de Clóvis Beviláqua, por Dolor Barreira • Ensaio de Crítica Científica de Arte, por Tomas Pompeu de Sousa Brasil • Do Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar ao Padre Marcos de Araujo Costa • Arquivo de Alberto Amaral, pela Gazeta da Tarde - RJ • Paulino Nogueira, por Abner de Vasconcelos • Soares Bulcão, por Padre Misael Gomes (Historiador) • Notas para a genealogia das familias Holanda Cavalcante e Arruda, por Edgar Cavalcante de Arruda • Os mortos do Instituto em 1942 • Notas e Transcrições 	<p style="text-align: right;">Tomo LVI, 1942</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A Jurisprudência como fonte criadora do Direito, por Ábner de Vasconcelos • 15 de Novembro (reminiscências), por João Nogueira • Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832, por Irineu Pinheiro • O Senador Pompeu, por Hugo Catunda • Lenda de Glória , por Andrade Furtado • Por que não escreveu Capistrano de Abreu a História do Brasil?, por Dolor 	<p style="text-align: right;">Tomo LVII, 1943</p>

<p>Barreira</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recepção dos Srs. Antônio Martins Filho, Joaquim Alves, Demócrito Rocha e Luiz Sucupira, por Pe. Misael Gomes • A vida sentimental de Soares Bulcão, por Demócrito Rocha • O Padre Cícero, por Fernandes Távora • Pe. Cícero Romão, por Lívio Sobral • Atas das Sessões realizadas no ano de 1943 	
<ul style="list-style-type: none"> • Estatutos do Instituto do Ceará • Princípios fundamentais da História, por Abner C. L. Vasconcelos • Em torno da nomeação de um Bispo Coadjutor, por Júlio Abreu • Ligeiras Notas sobre João da Costa Alecrim, por Antônio Martins Filho • Elogio de Demócrito Rocha, por Dolor Barreira • Recepção aos Novos Sócios - Dom Antônio de Almeida Lustosa, por Andrade Furtado • Recepção aos Novos Sócios - Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, por Joaquim Alves • Recepção aos Novos Sócios - Dr. Raimundo Renato de Almeida Braga, por José Waldo Ramos • Atas das Sessões realizadas no ano de 1942 • Índice Geral da Revista do Instituto do Ceará, por Raimundo Girão 	Tomo LVIII, 1944
<ul style="list-style-type: none"> • A influência portuguesa na formação social do Brasil, por R. Monte Arrais • O reino da Força e a atitude dos Papas, por Ábner C. L. Vasconcelos • A influência do Negro na formação brasileira, por Luis Sucupira • O Papa - defensor do Direito Internacional, por Andrade Furtado • Comunismo desnecessário, por Raimundo Girão • Monsenhor Távora, por Fernandes Távora • Filgueiras e o Exército Libertador, por Antônio Martins Filho • O Maior general de um hemisfério - um centenário memorável , por Júlio Abreu • Apontamentos biográficos de Manuel Francisco da Silva , por Manuel Albano Amora • Dr. Virgílio de Moraes, por Fernandes Távora • Des. Álvaro Gurgel de Alencar - discursos do Des. Ábner Vasconcelos e do Dr. Dolor Barreira • Apontamentos biográficos de João Cordeiro escritos por ele próprio • Atas das Sessões 	Tomo LIX, 1945
<ul style="list-style-type: none"> • Minha árvore de família - minha e de muitos outros, por Pe. Azarias Sobreira • Eça de Queirós e o Brasil, por Dolor Barreira • O Centenário da Princesa Isabel, por Andrade Furtado • Famílias Cearenses - Estudo genealógico dos Bezerra de Menezes, por Murilo Bezerra Sá • Centenário de Moura Brasil, por Des. Ábner de Vasconcelos • Novos Sócios 	Tomo LX, 1946
<ul style="list-style-type: none"> • O Centenário de Carlos de Laet, por Andrade Furtado • Dom Joaquim José Vieira, por Mons. José Quinderé • Saudando Clóvis Beviláqua, em nome do Instituto dos Advogados do Ceará, por Dolor Barreira • O Guarani, por Mozart Pinto • Eusébio de Sousa - discursos de Antônio Martins Filho e Osvaldo Aguiar • Evocações, por Raimundo de Lavor • Duas "Falas" do Senador Alencar • Atas das Sessões 	Tomo LXI, 1947
<ul style="list-style-type: none"> • A propósito do centenário do Dr. Tomás Pompeu de Souza Brasil , por Francisco Alves de Andrade • O Centenário de Tomás Pompeu de Souza Brasil, por José Bonifácio de Sousa 	Tomo LXVI, 1952

<ul style="list-style-type: none"> • O Sábio Pompeu Sobrinho através de uma interpretação, por Alba Valdez • 	Tomo LXXI, 1957
<ul style="list-style-type: none"> • O Barão de Studart - 1856-1938, por Pe. E. Friderichs S. J. 	Tomo LXXIX - 1965
<ul style="list-style-type: none"> • Os fundadores do Instituto do Ceará, por Boanerges Facó • O Instituto do Ceará e a Universidade, por F. Alves de Andrade 	Tomo LXXXI, 1967
<ul style="list-style-type: none"> • Os mortos do Instituto - Pompeu Sobrinho e Dolor Barreira, por Henrique Gonzalez 	Tomo LXXXIV - 1970
<ul style="list-style-type: none"> • Senador Pompeu - um cabeça -chata autêntico, político realista e anti-impostor, por José Parsifal Barroso • Homenagem ao Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, por Senador Virgílio Távora • O Centenário de morte do Senador Thomaz Pompeu, por Senador Mauro Benevides 	Tomo XCI - 1977
<ul style="list-style-type: none"> • Pompeu Sobrinho e o Álcool da Mandioca, por Oswaldo de Oliveira Riedel • Bibliografia de Thomaz Pompeu Sobrinho, por Maria da Conceição Souza • Pompeu Sobrinho - Doutor máximo do Ceará, por José Parsifal Barroso • Abrangência e atualidade de Tomás Pompeu Sobrinho, por F. Alves de Andrade 	Tomo XCIV, 1980
<ul style="list-style-type: none"> • Tomás Pompeu de Souza Brasil - Um senador do Império - esboço geográfico, por José Marcelo de Alcântara Pinto 	Tomo C, 1986
<ul style="list-style-type: none"> • Tomás Pompeu de Souza Brasil (Esboço biográfico), por José Marcelo de Alcântara Pinto • 100 anos do Instituto do Ceará 	Tomo CI, 1987
<ul style="list-style-type: none"> • A Bandeira do Instituto do Ceará, por Paulo Ayrton Araújo 	Tomo CII, 1988
<ul style="list-style-type: none"> • Datas e fatos para a história do Ceará, por João Hipólito Campos de Oliveira 	Tomo CIII, 1989
<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de Instituto: Digressão Histórica, por R. Aristides Ribeiro 	Tomo CVII, 1993
<ul style="list-style-type: none"> • Rodolfo Teófilo, por João Alfredo de Sousa Montenegro 	Tomo CX, 1996
<ul style="list-style-type: none"> • A crise dos Institutos Históricos, por João Alfredo Montenegro 	Tomo CXII, 1998
<ul style="list-style-type: none"> • A Mulher no Instituto do Ceará, por Valdelice Carneiro Girão 	Tomo CXV, 2001

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-2001).

Quadro 9 – Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise da temática – Naturalistas, de 1887 a 2004.

Temática: Naturalistas (teorias e descrições geográficas)	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcellos, por Guilherme Studart • O Naturalista João da Silva Feijó, por Paulino Nogueira 	Tomo II, 1888
<ul style="list-style-type: none"> • Trechos do viajante inglês William Hadfield sobre o Ceará, por Barão de Studart 	Tomo XX, 1906
<ul style="list-style-type: none"> • Plantas do Ceará - Lista de Plantas vasculares colhidas no Estado do Ceará - 1 e 2 trimestres e 3 e 4 trimestres de 1908, por J. Hurber 	Tomo XXII, 1908
<ul style="list-style-type: none"> • Homens da terra - Eduardo Francisco Nogueira Angelim, por João Brígido 	Tomo XXIII, 1909
<ul style="list-style-type: none"> • Explorações Botânicas e Entomológicas no Estado do Ceará, por Adolpho Ducke • Inscrições rupestres no Brasil, por Alfredo Carvalho 	Tomo XXIV, 1910
<ul style="list-style-type: none"> • A Lenda do Ouro, por C. Teschauer • Ceará - notas botânicas, por ALberto Loefgren 	Tomo XXV, 1911

<ul style="list-style-type: none"> • Description de la Côte septentrionale du Bresil – 1610, Claes A. Cluyt • Declaration de Cajonen, Caspar Paraoupaba • A Costa septentrional do Brasil na cartographia dos primeiros lustros do século 16, J. B. Hafkemeyer S. J. • Um Botânico Inglez no Ceará, de 1818 a 1839, por Alfredo de Carvalho (texto sobre Willian Jackson Hooker, comissão das borboletas) 	Tomo XXVI, 1912
<ul style="list-style-type: none"> • Memórias do Professor Manoel Ximenes de Aragão • Documentos da Biblioteca do Rio de Janeiro copiados e oferecidos ao Instituto pelo Consócio Barão de Vasconcelos 	Tomo XXVII, 1913
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos Históricos. Cartas de D. Pedro I a D. João IV 	Tomo XXVIII, 1914
<ul style="list-style-type: none"> • Congresso de História Continental da América • Manuscritos sobre a Revolução de 1817, por Mário Mello • Pessoa Anta, por Padre Vicente Martins 	Tomo XXXI, 1917
<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão Científica de 1859, por Sylvio Frões Abreu • Etymologia de algumas palavras indígenas, por Thomaz Pompeu Sobrinho • No Congresso de Geographia de Bello Horizonte - Accordo Ceará-Pernambuco 	Tomo XXXIII, 1919
<ul style="list-style-type: none"> • Cartas de Gonçalves Dias durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Científica, por Gonçalves Dias 	Tomo XXXVIII, 1924
<ul style="list-style-type: none"> • Em torno de uma palestra do professor Ludovico Schewenhagen, por Carlos Studart Filho 	Tomo XXXIX, 1925
<ul style="list-style-type: none"> • A Glaciação de Agassis e relatividade de Einstein, por Sylvio Frões Abreu • O Uso dos metaes na América préhistórica, por Carlos Studart Filho 	Tomo XL, 1926
<ul style="list-style-type: none"> • Parenteses Geográfico, por Tomás Pompeu Sobrinho 	Tomo XLVI, 1932
<ul style="list-style-type: none"> • Associações literárias e científicas no Brasil e particularmente no Ceará – Outeiros, por Dolor Barreira 	Tomo LVII, 1943
<ul style="list-style-type: none"> • História da Comissão Científica de Exploração de Renato Braga, por Octávio Domingues 	Tomo LXXVII, 1963
<ul style="list-style-type: none"> • Historiador da Comissão Científica escreve uma Enciclopédia do Ceará, por F. S. Nascimento 	Tomo LXXVIII, 1964
<ul style="list-style-type: none"> • Um grande naturalista cearense: Francisco Dias da Rocha, por Hitoshi Nomura 	Tomo LXXIX, 1965
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará: I João Silva Feijó - (1760-1824) , por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CV, 1991
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará II - George Gardner (1812-1849), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CVII, 1993
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará IV - Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818-1877), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXII, 1998
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará VI - Albert Lüfgren (1854-1918), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXIII, 1999
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará VI - Albert Lüfgren (1854-1918), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXIX, 2000
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará VII - Francisco Dias da Rocha (1869-1960), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXV, 2001
<ul style="list-style-type: none"> • Os naturalistas e o Ceará: VIII Adolpho Duche (1876-1959), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXVI, 2002
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará: IX Philipp Von Luetzelburg (1880-1948), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXVII, 2003
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará XI - José Guimarães Duque (1903-1978), por Melquíades Pinto Paiva 	Tomo CXVIII, 2004
<ul style="list-style-type: none"> • Os Naturalistas e o Ceará XI - José Guimarães Duque (1903-1978) 	Tomo CXIX, 2005

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC.

Quadro 10 - Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise da temática Instrução, Ensino e Professores no Ceará, de 1887 a 2005.

Temática: Instrução no Ceará, ensino e professores.	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
• Ensino Primário do Estado do Ceará, d'A República	Tomo IX, 1895
• Memórias do Professor Manoel Ximenes de Aragão	Tomo XXVII, 1913
• Lyceu do Ceará, transcripto do Unitário, de 9 de Outubro de 1906	Tomo XXVIII, 1914
• O lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar de Fernandes Vieira, por Antônio Theodorico da Costa	Tomo XXXVIII, 1924
• O Ensino Secundário, por Antônio Theodorico da Costa	Tomo XLI, 1927
• Aluno do Liceu do Ceará, no texto - Aspiração malograda - Vicente Machado Pimentel, por Cruz Abreu	Tomo XLII, 1928
• Os bacharelados, no texto - Os nossos perfis, de Eusébio de Sousa	Tomo XLIII, 1929
• Professor de Latim no Liceu, no texto - Monsenhor Bruno Figueiredo	Tomo XLV, 1931
• Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar.	Tomo XLVI, 1932
• Livros de minha predileção, por Antônio Teodorico da Costa	Tomo XLVII, 1933
• Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar.	
• Escola Normal e professora de Geografia no texto, Discurso, de Alba Valdez	Tomo L, 1936
• Cirandas Infantis, por Martinz de Aguiar.	
• Liberdade de Cátedra, por Andrade Furtado	Tomo LI, 1937
• Fonética do Português do Ceará, por Martinz de Alencar	
• Discursos - Pe. Misael Gomes e Andrade Furtado	Tomo LII, 1938
• Instrução Pública Primária do Ceará, por Sousa Pinto	Tomo LIII, 1939
• A Escola Normal Rural de Juazeiro	Tomo LV, 1941
• História da Instrução e da Educação do Ceará, por Plácido Aderaldo Castelo	Tomo LVI, 1942
• História da Instrução e da Educação do Ceará, por Plácido Aderaldo Castelo	Tomo LVII, 1943
• O Liceu do Ceará - 1845-1945, por Júlio Abreu	Tomo LIX, 1945
• Escola militar do Ceará, no texto - Esboço histórico, por Pe. Misael Gomes	
• O Ensino primário na primeira metade do Século XX, por Joaquim Alves	Tomo LXVIII, 1954
• Educandários de Fortaleza, por Raimundo Girão	Tomo LXIX, 1955
• Reminiscências escolares, por João Hipólito Campos de Oliveira	Tomo LXXIII - 1959
• História da Instrução e da Educação do Ceará, bolsas de estudos	Tomo LXXVI, 1962
• Educação e a responsabilidade da Comunidade: em busca de uma comunidade ideal 1964, por Zélia Viana Camurça	Tomo LXXIX, 1965
• "A Palmeira de Bronze" - 1o. centenário do Colégio da Imaculada Conceição (No local apresenta-se outro texto de Notas e Transcrições de Cosme Ferreira Fialho)	Tomo 1967
• Jardim da Infância - colégio da Imaculada, por Aires de Montalbo (OBS.: no local a continuação do texto de Cosme F. Fialho)	
• O Padre Cícero e a Instrução, por Pe. Azarias Sobreira	Tomo LXXXII, 1968
• Problemática Cultural da Educação no Brasil de Hoje	Tomo LXXXIII,

	1969
• História do Ensino no Ceará , por J. de Figueiredo Filho	Tomo LXXXIV, 1970
• Escola e Comunidade, por Zélia Sá Viana Camurça	Tomo LXXXVII, 1973
• O Liceu do meu tempo, por Mozart Soriano Aderaldo	Tomo XCI, 1977
• A Realidade Histórico-cultural Brasileira e o papel da Educação, por José Teixeira de Freitas.	Tomo XCIII, 1979
• As atividades do Centro Estudantil Cearense, por Manuel Eduardo Pinheiro Campos	Tomo XCI, 1983
• Três Fases da Educação no Ceará, por Antônio Martins Filho	Tomo XCVII, 1985
• Contribuição do Exército para o ensino no Ceará, por Oswaldo de Oliveira Riedel	Tomo CIII, 1989
• Centenário da Escola Militar do Ceará, por Centenário da Escola Militar do Ceará	Tomo CIV, 1990
• Professor às completas, por Itamar Espínola.	Tomo CV, 1991
• Educação indígena brasileira, Zélia Sá Viana Camurça	
• O SENAI e sua contribuição à Educação Nacional	Tomo CVI, 1992
• O Liceu do Ceará e a Instrução Pública, por Geraldo Nobre	Tomo CIX, 1995
• Proposta pedagógica do Bispo Azeredo Coutinho, por Francisco Adegildo Férrer	
• Lourenço Filho: Um missionário paulista no Ceará	Tomo CXI, 1997
• O Centro Estudantil Cearense, Bráulio Ramalho.	Tomo CXII, 1997
• O jornal na educação, por J. C. Alencar Araripe	Tomo CXIII, 1999
• A instrução militar no governo Vargas (1937-1945), por Francisco Adegildo Férrer	Tomo CXIX, 2000
• A educação na historiografia cearense, por João Alfredo de Sousa Montenegro	Tomo CXVI, 2002
• Homens da terra - Eduardo Francisco Nogueira Angelim, por João Brígido	Tomo XX, 1909

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC.

Quadro 11 - Contribuições das Revistas do Instituto do Ceará – RIC para análise da temática - Ensino superior no Ceará, de 1887 a 2004.

Temática: Ensino Superior no Ceará	
Contribuições / Autores	Tomo / Ano
• A Velha Academia de Olinda, por Júlio Abreu (Ensino Superior no Brasil)	Tomo LX, 1946
• “Academia Brasileira dos Esquecidos” , por Martins d’Alvarez	
• Uma Universidade para o Ceará, por Antônio Martins Filho	Tomo LXIII, 1949
• Problemática do Ensino Universitário no Brasil, por Mozart Soriano Aderaldo	Tomo LXXXI, 1967
• O Instituto do Ceará e a Universidade, por F. Alves de Andrade	
• O Livro, as necessidades humanas e a automação, Zélia Sá Viana Camurça	Tomo LXXXIV, 1970
• Algumas origens do Ensino e pesquisa das Ciências Agrárias no Ceará, por F. Alves de Andrade	Tomo LXCII, 1978
• Professor Euclides Cezar, por Ignácio Montenegro (Aluno da Faculdade Católica do Ceará)	Tomo CIII, 1989
• A questão dos professores estrangeiros nas Universidades Públicas, Eduardo Diatahy B. de Menezes	Tomo CV, 1991
• UFC - 40 anos, por J. C. Alencar Araripe	Tomo CIX, 1995

Fonte: Eluziane Mendes 2010, adaptado das Revistas do Instituto do Ceará – RIC (1887-1947).

APENDICE:

INSTITUIÇÕES ESCOLARES CEARENSES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

INSTITUIÇÕES / LOCALIDADE	FUNDAÇÃO	INICIATIVA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA / OBSERVAÇÕES
Liceu – Vila de Viçosa	1827	Governo provincial	Sem a disciplina
Liceu do Ceará – Fortaleza*	15 / Jul. / 1844	Governo de José Maria da Silva Bittencourt	Tomás Pompeu de Sousa Brasil Antônio Teodorico da Costa Rodolfo Teófilo
Seminário Episcopal de Fortaleza	Criação: Lei n. 1.144 de 7/Set./1860 Fundação: 18/Out./1864	Diocese de Fortaleza Irmãos Lazaristas	Com a disciplina. Não informado professor.
ENSINO NORMAL			
INSTITUIÇÕES / LOCALIDADE	FUNDAÇÃO	INICIATIVA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA / OBSERVAÇÕES
Idealização da Escola Normal	1837 Temporária	Governo Provincial Pe. José Martiniano de Alencar	Não informado.
Escola Modelo ou Escola Pedagógica	1855	Governo Provincial Diretor da Instrução Pública – Monsenhor Hipólito Gomes Brasil	Com a disciplina. Não informado professor
Escola Normal Pedro II, posteriormente – Escola Normal do Ceará	Lei n.1790 Concretização em 1878 Inauguração em 22/ Mar./1884	Governo Provincial Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros	Padre Carlos Antônio Barreto
Escola Normal Rural	1938 Juazeiro do Norte	Governo Provincial	Antropogeografia.
EDUCANDÁRIOS PARTICULARES			
INSTITUIÇÕES / LOCALIDADE	FUNDAÇÃO	INICIATIVA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA / OBSERVAÇÕES
Ateneu Cearense	1863 1869 1882 – 1886	Primeiros proprietários: Irmãos João Araújo Costa Mendes e Manuel Teófilo Costa Mendes Manuel Teófilo e Pe. Urbano da S. Monte Dr. Manuel Ambrósio	Disciplina de Geografia e História 1º - João Araújo Costa Mendes 2º - Dr. Félix José de Sousa Júnior 3º - Cap. Vasconcelos

		da Silveira Tôres Portugal.	
Panteon Cearense	1870	Prof. Pedro da Silva Sena	Ensino primário, com internato e externato. Prof. não informado
Colégio Cearense	1870	Escola masculina, com direção do Pe. Luís Vieira da Costa Perdigão Outra escola com mesmo nome, para meninas, sob direção de D. Carolina H. de Assunção.	Todos os níveis de ensino.
Colégio das Órfãs	Lei N. 759 5/ Ago./1856	Governo provincial	Internato, semi-internato e externato
Colégio da Imaculada Conceição	1857 ¹	Irmãs de São Vicente de Paulo	Escola Normal, ensino primário e secundário
Colégio São José	1876	Pe. Dr. Ananias Correia do Amaral	Internato, semi-internato e externato Ensino primário e secundário
Instituto Cearense de Humanidades	Meados de 1870	Pe. Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	Internato, semi-internato e externato Preparatórios
Outra sede do Instituto Cearense de Humanidades	1879	Pe. Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	Internato, semi-internato e externato Preparatórios
Colégio Universal	1875	Não informado.	Disciplina de Geografia Antônio Augusto de Vasconcelos
Escola Popular ou Escola Noturna	1874	Academia Francesa ²	Todos os níveis de ensino. Recebiam pobres e operários.
Colégio Santa Rosa de Lima ou Colégio dos Amarais	1881	Júlia Amaral	Ensino primário e secundário para mulheres.
Ginásio Cearense	1887	Cap. Antônio Duarte Bezerra Comprado pelo Prof. Anacleto de Queirós	Ensino primário, médio e secundário.
		Pe. Antônio Lopes de	Internato e externato. Primário e secundário.

¹ No artigo de Girão (1955, p. 56) afirma que a data de abertura do antigo Colégio das órfãs, que passou a se denominar Colégio da Imaculada Conceição, foi datado de 15 de agosto de 1865. Ano seguinte a criação do Seminário Episcopal, que de acordo com o autor foi em 1864.

² Segundo Girão (1955), sobre a Academia Francesa, encontra-se é possível encontrar mais informações na obra de Dolor Barreira, "História da Literatura Cearense", V. I, p.90 e as seguintes.

Colégio São Luís	1884	Araújo	Continuação do Instituto Cearense de Humanidades
Colégio Nossa Senhora da Vitória	-----	Maria Mendes Gondim	Não informado.
Jardim da Infância	-----	Maria Sedrim	Não informado.
Telêmaco	-----	Lucíola Pagels	Não informado.
Externato Florisa posteriormente, Partenon Cearense	1892	Prof. Lino de Sousa da Encarnação ³	Internato e externato Curso primário, preparatórios e comercial Com disciplina de geografia.
Escola Cristã do Cônego	1882	Pe. Liberato Dionísio da Costa (Monsenhor Liberator).	Externato e internato
Instituto de Humanidades	1892	Cônego Vicente Salazar da Cunha e do Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos	Internato, semi-internato e externato Curso Secundário aos moldes do Ginásio Nacional
Escola Americana	-----	Protestante Lacy Wardlaw	
Externato S. Clotilde	1891	Profa. Francisca Coltilde	Externato
Externato Santa Teresa de Jesus	1886	Rufina Maria Rossas	Não informado.
Externato Alba Rosa		Raquel Amaral	Não informado.
Colégio Assunção	1887	Irmãs Professoras Maria Teresa, Isabel e Júlia	Não informado.
Colégio Nossa Senhora de Lourdes	1889 Fundado em Guaramiranga 1896 transferiu-se para Fortaleza	Ana Bilhar	Externato e internato para mulheres Curso primário, secundário, complementar e o curso de artes. Professor de Geografia Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos.
Instituto Miguel Borges, posteriormente Colégio Castelo Branco	1900 1921	Odorico Castelo Branco Dr. Sila Ribeiro	Curso Primário, médio e secundário

³ O Prof. Lino da Encarnação diplomou-se professor primário pela Escola Normal, fato interessante, ao lembrar a direta associação que é feita entre mulheres e a formação de professoras primárias – normalistas. Outro ponto interessante é que o Prof. Lino da Encarnação, segundo Girão (op. cit. p. 59), “no governo do General Clarindo de Queirós foi nomeado lente de Geografia e História daquela Escola Normal, cargo de que foi demitido, ilegalmente, na administração do Comendador Acíoli, ao qual fazia oposição política, como *maloqueiro* decidido”.

Externato Colombo ou Colégio Colombo	1902 1913	Valente de Andrade, Francisco Gonçalves e José Vieira Comprado por Dr. Manuel Leiria de Andrade, mas fechou posteriormente.	Não informado.
Colégio São Luís de Gonzaga - Quixeramobim	1897	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Não Informado
Ginásio Baturitêense	-----	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Não Informado
Instituto de Humanidades em Fortaleza	1904-1914	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Metodologia renovada. Com a disciplina de Geografia, mas o nome do professor. Criador da <i>Revista Escolar</i>
Externato Coração de Jesus	1906 Reorganizado em 1912	Maria Bastos Dantas Ribeiro e Clélia Brígido	
Colégio Nogueira	1918	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Não informado.
Escola Humanidades Nova	1911	Dr. Boanerges de Queirós Facó, Moacir Caminha, Francisco Irineu de Araújo Filho, Clóvis Vasconcelos e Valdevino Tabosa Freire	Metodologia baseada em pedagogia moderna, mas fechou as portas em 1912. Professor Não informado.
Colégio Cearense	1912 1915	Padres Climério Chaves, Misael Gomes da Silva e José Quinderé Comprado pelos Irmãos Maristas	Externato e internato. Curso primário, médio e secundário.
Colégio de N. Senhora do Sagrado Coração	1915	Instituto de Santa Dorotéia	Internato, semi-internato e externato. Curso primário, complementar e normal. Dedicado à educação feminina
Colégio Santa Cecília	1901 – 1907 em Quixadá 1911 - 1922 Reaberto em Maranguape 1922 Transferido para Fortaleza	D. Etelvina de Albuquerque Profa. Almerinda de Albuquerque	Cursos primário e médio Mesmos cursos. Equiparado à Escola Normal Pedro II em 1933.
Colégio Santa Teresa de	1923	D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva	Dedicado à educação feminina

Jesus – Crato		Coord. Pedagógica – Ida Bilhar e Elisa Marques Administração - Filhas de Santa Teresa de Jesus	Equiparado à Escola Normal Pedro II em 1933.
Colégio N. S. Auxiliadora – Baturité	1932	Filhas de Maria Auxiliadora – Irmãs Salesianas	Internato, semi-internato e externato. Aulas noturnas para moças pobres e operárias. Dedicado à educação feminina.
Colégio Sant'Ana Sobral	1934	Bispo d. José Tupinambá e religiosas	Equiparado à Escola Normal Pedro II
ENSINO PROFISSIONAL			
INSTITUIÇÕES / LOCALIDADE	FUNDAÇÃO	INICIATIVA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA / OBSERVAÇÕES
Casa dos Educandos	Lei de 5/Ago./1856 Inauguração: 10/Mar./1857	Governo provincial Vice-presidente Antônio Herculano Pereira da Cunha	Casa de ofícios.
Colégio Primário – Juazeiro do Norte	Lei de 20/Mai./1936	Governo do Estado	Com a disciplina. Não informado professor. Casa de Ofícios
Escola de Aprendizes Artífices – depois Liceu de Artes e Ofícios, posteriormente Escola Técnica Federal – atual Instituto Federal do Ceará – IFCE	Instalada em 1910	Governo Federal Nilo Peçanha	Com a disciplina. Não informado professor
ENSINO MILITAR			
Escola Militar do Ceará, posteriormente, Escola Preparatória de Cadetes.	Lei de 24/Nov./1888 Fundação: 1919 Extinto: 1938 Retorno: 1942	Governo Federal Ministro da Guerra Tomás José Coelho de Almeida	Tomás Pompeu de Sousa Brasil
Escola de Aprendizes de Marinho	Decreto nº 3.347 26/Nov./1864 Inauguração: 1865	Governo Imperial Ministro da Marinha Francisco José Furtado	Vicente Godofredo Macaíba Geografia Geral e Corografia do Brasil
Escola Policial Militar Escola de Formação de Oficiais Grupamento Escola	Escola Profissional em 1929 Ensino regular em 1940 1947	Governo do Dr. Matos Peixoto Cel. Machado Lopes	Com a disciplina. Professor NÃO informado.

Grupamento Escola General Edgard Facó	-----	Governo Raul Barbosa	
Criado o quadro de magistério da Polícia Militar	1957	_____	
ENSINO RURAL			
Escola Normal Rural em Juazeiro do Norte	Criação em 11/ Jan./1934	Governo do Estado	Antropogeografia
ENSINO COMERCIAL			
Escola de Comércio - anexo ao Liceu	1899 - 1900	Governo de Antônio Pinto Nogueira Acioli	Com a disciplina de Geografia. Professor do Liceu.
Escola de Comércio - Fênix Caixeiral	1891	Sociedade Fênix Caixeiral - inspecionado pelo Governo da Federal	Disciplinas técnicas e voltados para o comércio.

Fonte: Mendes (2011), adaptado de Castelo (1970).

ANEXOS